



MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

VALTER BASTOS CUNHA FILHO

**UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA**

Salvador
2023

VALTER BASTOS CUNHA FILHO

**UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza.

Salvador
2023

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Biblioteca da Universidade Salvador
Unifacs

Cunha Filho, Valter Bastos,

Universidade e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Oeste da Bahia./ Valter Bastos Cunha Filho.- Salvador: UNIFACS, 2023.

241 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Ensino Superior – Brasil. I. Souza, Laumar Neves de Souza. II. Título.

CDD: 339.91

VALTER BASTOS CUNHA FILHO

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, aprovada pela seguinte banca examinadora:

Laumar Neves de Souza – Orientador _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Salvador - UNIFACS

Carolina de Andrade Spínola _____
Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona, Espanha
Universidade Salvador - UNIFACS

Roberto Bagattini Portella _____
Pós-Doutor pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB

Salvador, ____ de _____ de 2023.

Gratidão a Deus por me guiar na caminhada.
A Karoline e Walter, filhos que só me trazem
alegrias.

A Débora, pela confiança e por ser o amor
da minha vida.

Aos meus pais, por me ensinarem a trilha da
persistência.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, lhes agradeço pela oportunidade que tive de aprender com pessoas de notório conhecimento. Em particular, externo minha consideração e apreço aos professores Noelio Spinola, Thiago Rios e Carolina Spinola, que me marcaram pela capacidade, determinação e a visível vontade de querer ver crescer seus alunos.

Ao Prof. Laumar Neves de Souza, mestre por excelência; na vida, poucos encontrei com tamanha dedicação ao ofício que realiza. Dificilmente teria concluído este trabalho sem os seus préstimos. Sou-lhe grato por mudar o roteiro e literalmente me colocar nos trilhos do acerto. Laumar, como um bom garimpeiro, está sempre em busca da palavra certa, para aplicar no momento adequado. Como diz o livro sagrado: “as palavras dos sábios são como uma lança e como pregos bem-fixados.” (Eclesiastes, 12:11).

Aos colegas do PPDRU, foi uma satisfação trabalhar em conjunto com vocês. Neste processo, fez-se necessário preparar roteiros, discutir ideias, conciliar divergências, para que, em seguida, pudessemos construir consensos. Assim, mesmo distantes, fomos capazes de criar laços que não serão desfeitos. Mas, seria injusto se não agradecesse a uma colega em especial: nossa líder, Brenda. Muito obrigado por seu apoio.

Aos queridos colegas de trabalho na Coordenação de Infraestrutura da UFOB: João, Vitor, Cláudio, Renato, Érico, Pedro e Diandra. Uma distinção especial ao colega Antônio Marcos, por ter sido a pessoa que me direcionou para o mestrado em desenvolvimento regional e urbano. Meu agradecimento, aos professores Erick S. Rojas Cajavilca, Ana M. Mapeli, Adriana M. Kieckhöfe, Dayton F. Padim e Cristine E.A. Carneiro, Roberto B. Portella, da Universidade Federal do Oeste da Bahia, pelas informações preciosas que me forneceram. Agradeço ainda, aos técnicos administrativos, Renato Martins, Raimundo Teixeira e Reinilton Juvenal, que enviaram dados e me orientaram no acesso aos diversos sistemas de controle abertos da UFOB. Agradeço também a Leonardo Moura, pela formatação do trabalho e revisão cuidadosa de todo o texto.

Aos colegas pastores da Convenção Batista Nacional (CBN), em especial, o Pr. Maurício Alves, pela amizade constante. Aos caríssimos irmãos da Igreja Batista Betel em Barreiras, pelas orações e carinho. Ao amigo de infância, Manuel Natividade. Aos meus pais, Walter Bastos Cunha (*in memoriam*) e Edelzuita Fraga Cunha, dos quais herdei, respectivamente, a compressão social e a fé. Às minhas irmãs, Rosangela, Rosemeire e Rosilda, rosas em minha

vida, e a todos os sobrinhos. Ao meu irmão Orlando Cunha (*in memoriam*), que se foi em tão curta passagem na terra.

Aos meus filhos, Karoline Cunha e Walter Cunha, por corresponderem às nossas expectativas, nos trazendo alegria e por serem o maior legado da minha existência. À minha esposa, Débora Cunha, pelo apoio, carinho e incentivo permanente, a quem sou eternamente devedor. A Deus, por ter colocado todas essas pessoas no meu caminho e ter me sustentado nos momentos mais difíceis da vida, me dando forças para levantar e continuar a jornada.

RESUMO

O trabalho discute a temática universidade e desenvolvimento regional, buscando compreender como uma instituição de ensino superior pode contribuir para o desenvolvimento de uma região. Neste propósito, aborda as interrelações entre universidade e desenvolvimento regional, adotando como referencial o caso da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Assim, quer compreender em que medida, a partir de sua implantação, que ocorreu em junho/2013, mas que será considerado o período de 2014 a 2022, a UFOB vem favorecendo o desenvolvimento econômico regional do oeste baiano. Para tanto, assume como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente faz-se uma leitura sobre o que trata o desenvolvimento regional, quais as suas abordagens e abrangência, e, de modo abreviado, como pensam os seus principais teóricos. Busca entender o papel da universidade no mundo contemporâneo e como a mesma tem contribuído para o desenvolvimento regional. Sintetiza os antecedentes do ensino superior no Brasil e contextualiza a sua expansão recente, revendo os programas governamentais que a viabilizaram o nascimento da UFOB, destacadamente o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Como forma de ampliar a compreensão sobre o território em que se insere a Universidade, discorre sobre a ocupação e caracterização da Região Oeste da Bahia. Levantase os antecedentes históricos e a sua ocupação recente em função da expansão da fronteira agrícola, visando conhecer as transformações socioeconômicas regionais advindas desse fato. Os resultados obtidos configuram que, face a exiguidade do tempo decorrido do início de suas atividades e das limitações de recursos, a UFOB, no seu relacionamento com as forças sociais regionais, tem contribuído de modo discreto para o desenvolvimento da Região Oeste da Bahia.

Palavras-chave: Mundo contemporâneo; ensino superior no Brasil; expansão das universidades federais; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

The work discusses university and regional development, seeking to understand how a higher education institution can contribute to the development of a region. For this purpose, it addresses the interrelations between university and regional development, adopting the case of the Federal University of Western Bahia (UFOB) as a reference. Thus, it wants to understand to what extent, from its implementation, in the period from 2014 to 2022, UFOB has been favoring the regional economic development of western Bahia. Therefore, it assumes bibliographical and documental research as a methodology. Initially, a reading is made on what regional development is about, what are its approaches and scope, and, in short, how its main theorists think. It seeks to understand the role of the university in the contemporary world and how it has contributed to regional development. It synthesizes the antecedents of higher education in Brazil and contextualizes its recent expansion, reviewing the government programs that made the birth of UFOB possible, notably the Support Program for Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (REUNI). As a way of broadening the understanding of the territory in which the University operates, it discusses the occupation and characterization of the West Region of Bahia. It raises the historical antecedents and its recent occupation due to the expansion of the agricultural frontier, aiming to know the regional socioeconomic transformations resulting from this fact. The results show that, given the short time elapsed since the beginning of its activities and resource limitations, UFOB, in its relationship with regional social forces, has discreetly contributed to the development of the Western Region of Bahia.

Keywords: contemporary world; higher education in Brazil; expansion of federal universities; economic development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da arrecadação do ICMS entre os territórios de identidade da Bahia .	26
Figura 2 - Amazônia Ocidental, região de atuação da Zona Franca de Manaus (ZFM). .	46
Figura 3 - Região de abrangência da UFFS e localizações de outras universidades federais na Região Sul do Brasil, 2022 .	69
Figura 4 - Protótipo do equipamento: avalia os atributos e ponto de maturação da uva na palma da mão.	76
Figura 5 - Delimitação da Província de Pernambuco em 1817 .	107
Figura 6 - Mapa das Capitanias Hereditárias do Brasil Colonial, 1534-1536.	108
Figura 7 - Território do Além São do Francisco, com seus atuais municípios na Bahia .	109
Figura 8 - Vista do antigo porto fluvial de Barreiras-BA, 1949 .	110
Figura 9 - Fac-símile de trecho do Projeto de Lei 4082/1998 .	112
Figura 10 - Fac-símile do parecer ao PL4082/1998 .	112
Figura 11 - Ponte sobre o Rio São Francisco, em Ibotirama-BA, 2011 .	115
Figura 12 - Travessia na balsa e construção da ponte em Ibotirama-BA .	116
Figura 13 - Delimitação do bioma cerrado .	117
Figura 14 - Localização das Instituições de Ensino Superior em Barreiras, 2020 .	126
Figura 15 - Fac-símile do semanário Novoeste, edição de 11 a 20/09/2005 .	133
Figura 16 - João de Germano e Vereadora Carmélia da Mata, em homenagem na Câmara Municipal de Barreiras-BA .	136
Figura 17 - Mancha urbana Barreiras-BA - Centro, Barreirinhas e vetor de crescimento UFOB, 2021 .	137
Figura 18 - Projeto do loteamento em construção ao lado do <i>Campus</i> da UFOB em Barreiras-BA, 2022.	137
Figura 19 - Antiga ponte Baylon Boaventura, sobre o Rio de Ondas, acesso ao ICADS, Barreiras-BA, 2008.	138
Figura 20 - Visita da Comitiva do ICADS à ALBA, 2010.	139
Figura 21 - Nova ponte em concreto armado, sobre o Rio de Ondas – Barreiras-BA, acesso à UFOB, 2012.	139
Figura 22 - Imprensa entrevista o Prof. Luiz Rogério, na Câmara Municipal de Barreiras-BA, 2013 .	143
Figura 23 - Grupo de apoio, organização e sintetização de propostas, em prol da UFOB, 2013 .	144

Figura 24 - Mobilização em Luís Eduardo Magalhães-BA, em prol da UFOB, 2013	145
Figura 25 - Hospital Eurico Dutra, Barreiras-BA, 2022.....	146
Figura 26 - Mobilização popular em Santa Maria da Vitória – BA, em prol da UFOB, 2013	147
Figura 27 - Audiência pública em Bom Jesus da Lapa – BA, 2013.....	148
Figura 28 - Mobilização popular em Bom Jesus da Lapa - BA, em prol da UFOB, 2013.....	150
Figura 29 - Audiência pública em Luís Eduardo Magalhães – BA, 2013.....	151
Figura 30 - Área do <i>Campus</i> definitivo, em azul, em Luís Eduardo Magalhães - BA, UFOB, 2017	152
Figura 31 - Mobilização popular em Luís Eduardo Magalhães - BA, em prol da UFOB, 2013	153
Figura 32 - Fachada do Mercado Municipal de Barra – BA, 2022	154
Figura 33 - Vista do <i>Campus</i> Definitivo Barra, com unidade Experimental, 2023	155
Figura 34 - Delimitação do semiárido brasileiro	156
Figura 35 - Vista do <i>Campus</i> LEM, na antiga escola Pequeno Príncipe, 2023.....	157
Figura 36 - Vista do <i>Campus</i> LEM, com os dois Pavilhões, 2023.....	158
Figura 37 - Linha do tempo da consolidação administrativa da UFOB	160
Figura 38 - Território de Identidade Acadêmica da UFOB, 2015	166
Figura 39 - Participação dos territórios de identidade no PIB do estado da Bahia, 2020	170
Figura 40 - Vista área atual do <i>Campus</i> UFOB em Barreiras-BA, 2017	177
Figura 41 - Superintendência de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Regional (SITDR) - UFOB, 2023.....	211
Figura 42 - Vista interna da SITDR, laboratório QuitandaLab, 2023	211

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de análise e principais autores.....	30
Quadro 2 - Universidades Latino-Americanas participantes do projeto <i>Alfa Vinculaentorno</i> .	66
Quadro 3 - Ranking QS das dez melhores universidades latino-americanas, 2023.	68
Quadro 4 - Comparativo entre nº de IES, docentes e matrículas privadas e públicas, Brasil, 2021	88
Quadro 5 - Alguns dados e indicadores dos municípios maiores produtores do oeste baiano, 2010	122
Quadro 6 - Hotéis recentes criados na cidade da Barra	163
Quadro 7 - Distâncias entre os <i>campi</i> da UFOB	163
Quadro 8 - Distribuição de trabalhadoras(es) por área dos TAE da UFOB, 2022	188
Quadro 9 - Objetivos dos cursos da UFOB, quanto à contribuição para o desenvolvimento regional	195
Quadro 10 - Mestrados/Doutorado oferecidos na UFOB, 2022	200
Quadro 11 - Acordos de cooperação técnica da UFOB com objetivos regionais	203
Quadro 12 - Grupos de Pesquisa UFOB com temática regional	204
Quadro 13 - Dissertações de mestrado UFOB com temática regional	205
Quadro 14 - Projetos de Extensão UFOB.....	207
Quadro 15 - Cursos de inovação desenvolvidos e ofertados SITDR/UFOB.....	209

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Postos de trabalho por escolaridade entre os municípios baianos, 2020	27
Gráfico 2 - Distribuição das vagas no ensino superior, por região do Brasil, 2001	85
Gráfico 3 - Evolução das matrículas no ensino superior, setor privado e público, Brasil – 1980-2021	86
Gráfico 4 - Evolução comparativas do número de IES públicas e privadas, entre 2000 a 2021.	86
Gráfico 5 - Evolução comparativas do número de docentes nas IES públicas e privadas, entre 2000 a 2021.	87
Gráfico 6 - Evolução comparativas das matrículas nas IES públicas e privadas, entre 2000 a 2021.	87
Gráfico 7 - Distribuição dos atos normativos segundo o ano de publicação, Brasil, 2001-2019	90
Gráfico 8 - Evolução do nº de universidades federais por região do Brasil, 2003, 2007, 2012 e 2017	93
Gráfico 9 - Evolução do nº de vagas oferecidas na graduação presencial nas universidades federais, Brasil, 2003-2017.....	93
Gráfico 10 - Numero de docentes em exercício nas universidades federais, Brasil, 2003-2017	94
Gráfico 11 - Evolução do nº de técnicos administrativos em exercício e afastados nas universidades federais, Brasil, 2003-2017.....	95
Gráfico 12 - Evolução do número de participantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), 1998 a 2021.	96
Gráfico 13 - Quantitativo de Estudantes Matriculados em Curso de Direito na UFOB, FASB, e UNIDOM em Barreiras, 2018.	126
Gráfico 14 - Quantitativo de Estudantes Matriculados em Curso de Administração na FASB, UFOB, UNOPAR e UNIDOM em Barreiras – 2018	127
Gráfico 15 - Quantitativo de Estudantes Matriculados em Curso de Agronomia na UFOB, FASB e UNEB na Cidade de Barreiras - Ano de 2018	128
Gráfico 16 - Quantitativo de Estudantes Matriculados em Curso de Medicina na FASB e UFOB na Cidade de Barreiras- Ano de 2018.....	128

Gráfico 17 - Quantitativo de Estudantes Matriculados nos Cursos de Engenharias nas IES: UFOB (<i>Campus</i> de Bom Jesus da Lapa, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), IFBA, UNIRB - Ano 2018.....	129
Gráfico 18 - Participação dos territórios de identidade no PIB do estado da Bahia, 2020 (em R\$ bilhões)	171
Gráfico 19 - Evolução quadrimestral das taxas de emprego e de atividade econômica na Bahia, 2012-2019.....	172
Gráfico 20 - Despesa com Pessoal UFOB x municípios com <i>campus</i> , 2021	173
Gráfico 21 - Comparativo da renda média baiana, brasileira e dos servidores da UFOB, 2021	174
Gráfico 22 - Evolução anual das despesas de pessoal UFOB, 2014-2022, (em R\$ milhões)	175
Gráfico 23 - Evolução das despesas com locação de imóveis UFOB, 2014-2022 (em R\$) ..	176
Gráfico 24 - Evolução das despesas com obras de infraestrutura, UFOB, 2015-2022 (em R\$ milhões).....	180
Gráfico 25 - Evolução quantitativa do quadro funcional da UFOB, 2015-2022.....	185
Gráfico 26 - Distribuição dos servidores da UFOB por gênero, 2022	185
Gráfico 27 - UFOB -Técnico Administrativo em Educação e Carreira do Magistério Superior, 2022	186
Gráfico 28 - docentes efetivos e temporários por <i>Campus</i> da UFOB, 2022	189
Gráfico 29 - Distribuição percentual dos/das graduados/as por <i>campus</i> UFOB, 2014-2022.....	197
Gráfico 30 - Evolução quantitativa de graduados pela UFOB, 2014-2022.....	197
Gráfico 31 - Mestras(es) diplomadas(os) pela UFOB, 2017-2022.....	201
Gráfico 32 - Incremento percentual ao eleitorado de Luís Eduardo Magalhães de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022.....	214
Gráfico 33 - Incremento percentual ao eleitorado de Santa Maria da Vitória de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022.....	214
Gráfico 34 - Incremento percentual ao eleitorado de Bom Jesus da Lapa de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022.....	215
Gráfico 35 - Incremento percentual ao eleitorado de Barra de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022.....	215
Gráfico 36 - Incremento percentual ao eleitorado de Barreiras de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022.....	216
Gráfico 37 - Incremento percentual ao eleitorado da Bahia de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022.....	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos atos normativos segundo a sua natureza, Brasil, 2001-2019	91
Tabela 2 - Vagas na graduação federal, ofertadas , ingressos e remanescentes, 2017 a 2021 .	94
Tabela 3 - Distribuição do ensino superior conforme as mesorregiões da Bahia, 2019.....	124
Tabela 4 - Taxa de evasão do ensino superior por mesorregiões baianas, 2019	125
Tabela 5 - Registro de vínculos formais de trabalho por setor de atividade, mesorregião Extremo Oeste da Bahia e Estado da Bahia, 2020	130
Tabela 6 - Quantitativos e custos anuais dos deslocamentos de servidores da UFOB, 2018 a 06/12/2022	161
Tabela 7 - Deslocamentos de servidores da UFOB entre 2018 a 2022	162
Tabela 8 - Evolução anual das despesas com combustíveis, UFOB, 2014-2022	164
Tabela 9 - Alunos beneficiados e desembolso anual com auxílios estudantis da UFOB, 2014-2022	167
Tabela 10 - Despesas Bolsa Estágio UFOB, 2014-2022	168
Tabela 11 - Despesas Fornecimento de Alimentação, UFOB, 2014-2022.....	169
Tabela 12 - Despesas com Pessoal UFOB, 2015-2022	172
Tabela 13 - Despesas com Obras de infraestrutura, UFOB, 2014-2022	177
Tabela 14 - Despesas com reforma nas escolas cedidas para UFOB, 2015	178
Tabela 15 - Despesas com Obras de infraestrutura, por <i>campus</i> UFOB, 2015-2022.....	179
Tabela 16 - Despesas com contratos de prestação de serviços UFOB, 2014 a 2022	181
Tabela 17 - Despesas com manutenções UFOB, 2014 a 2022	182
Tabela 18 - Despesas com aquisição de material de consumo UFOB, 2014 a 2022.....	183
Tabela 19 - Evolução quantitativa de servidores UFOB por sexo, 2015-2022	186
Tabela 20 - Distribuição de servidores CMS da UFBA, UFRB e UFSB por gênero, 2021 ...	187
Tabela 21 - Grau de formação acadêmica dos servidores TAE da UFOB, 2022	189
Tabela 22 - Quantidade de cursos ofertados em cada <i>campus</i> da UFOB, 2022.....	190
Tabela 23 - Grau de formação acadêmica dos servidores CMS efetivos da UFOB, 2022.....	190
Tabela 24 - Quantidade acumulada de graduados em cada <i>campus</i> UFOB, 2014-2022.....	196
Tabela 25 - Distribuição das/dos graduadas/os por cursos e por <i>campus</i> , UFOB, 2014-2022	199
Tabela 26 - Distribuição dos diplomas de mestrado por curso na UFOB, 2017-2022.....	202
Tabela 27 - Massa salarial aportada pela UFOB, 2022	212
Tabela 28 - Massa salarial dos servidores da UFOB, 2018-2022	213

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACAFÉ	Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia
ABAPA	Associação Baiana de Produtores de Algodão
ACRIOESTE	Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia
AGROLEM	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Luís Eduardo Magalhães
AIBA	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
AIBA	Associação dos Irrigantes da Bahia
ALBA	Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
ALC	Áreas de Livre Comércio
AMOVALE	Associação dos Municípios do Médio São Francisco
ANDES	Associação Nacional dos Docentes Universitários
APP	Área de Preservação Permanente
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ASSOCIARTE	Associação dos Artesões e Artistas de Santa Maria da Vitória
AS-UFOB	Secretaria Acadêmica da UFOB
BEC	Batalhão de Engenharia e Construção do Exército
BI	Bacharelados Interdisciplinares
BICT	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia
BIH	Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades
BRASAGRO	Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
CAMPO	Companhia de Promoção Agrícola
CAP-UFOB	Coordenação de Administração de Pessoal
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CI-UFOB	Coordenação de Infraestrutura
CMS	Carreira do Magistério Superior
CND-UFOB	Coordenadoria de Normas e Desenvolvimento
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CONEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSID	Consórcio Intermunicipal do Oeste da Bahia
CONSUNI	Conselho Universitário
CPECC	Câmara de Pesquisa, Extensão, Comunicação e Cultura, por meio da Resolução
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DEPDI	Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia
DOU	Diário Oficial da União
DTCEA-LP	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo Bom Jesus da Lapa
EaD	Ensino à Distância
EBMSP	Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
EC	Educação Continuada
EEES	Espaço Europeu de Ensino Superior
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ES	Engajamento Social
ETP	Estudo Técnico Preliminar
ETT	Escritórios de Transferências de Tecnologia
FAAHF	Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira
FASB	Faculdade São Francisco de Barreiras
FFFCMPA	Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste Leste
FTP	Fundamentos Teóricos-Práticos
HO	Hospital do Oeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICADS	Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
ICH	Interações Culturais e Humanísticas
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço

ICT	Instituições de Ciência e Tecnologias
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
INB	Industriais Nucleares do Brasil
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica
ITCEES	Incubadora Tecnosocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários
JADECO	Japan-Brazil Agricultural Development Corporation
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEM	Luís Eduardo Magalhães
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NDR	Núcleo de Desenvolvimento Regional
NELI	Núcleo do Ecosistema Local de Inovação
NGE	Nova Geografia Econômica
NIT	Núcleos de Inovação Tecnológica
NPITT	Núcleo de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia
NTS	Núcleo de Tecnologias Sociais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PA	Projeto de Aprendizagem
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PES	Painel Estatístico do Servidor
PET	Polietileno Tereftalato
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Polo Industrial de Manaus

PIOB	Polo Intermodal do Oeste da Bahia
PMBqBM	Programa Multicêntrico de Pós-graduação em Bioquímica e Biologia Molecular
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
POSQUIPA	Programa de Pós-Graduação em Química Pura e Aplicada
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPCHS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais
PPDRU-UNIFACS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador
PPFNIT	Propriedade intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação
PPGCA	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Ensino
PPGPI	Programa de Pós-Graduação em Patologia Investigativa
PPI	Proposta Político-Pedagógico Institucional
PROAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROFMAT-UFOB	Programa de Mestrado Profissional em Matemática da UFOB
PROGEP	Pró Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPGP	Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PROTIC	Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
ProUni	Programa Universidade para Todos
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
R&I LOOP	<i>Research and Innovation Loop</i>
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RECONCITEC	Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia

REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAMAVI	Santa Maria da Vitória
SARU	Semana de Análise Regional e Urbana
SBJL	Subestação Bom Jesus da Lapa
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
SESu-MEC	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
SIN	Sistema Interligado Nacional
SISCEAB	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SITDR	Superintendência de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Regional
SITRUSMA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe
SMDRU	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
SUFICA	Sustainable Fruit Farming in the Caatinga
TAE	Técnico Administrativo Educacional
TCM-BA	Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TTI	Transferência de Tecnologia e Inovação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UBA	Universidad de Buenos Ayres
UBI	Universidade da Beira Interior
UC	Pontificia Universidad Católica de Chile
UC	Universidad de Chile
UCSal	Universidad Católica do Salvador
UDF	Universidad do Distrito Federal
UEFS	Universidad Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidad Estadual do Sudoeste da Bahia

UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFGD	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFPR-Litoral	Universidade Federal do Paraná Litoral
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia

UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ULA	Universidad de Los Andes
UMOB	União dos Municípios do Oeste da Bahia
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México
UNB	Universidade de Brasília
UNC	Universidad Nacional de Colombia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIDOM	Universidade Dom Pedro II
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNIRB	Centro Universitário Regional do Brasil
UNIVASF	Universidade do Vale do São Francisco
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná
URA	Unidade de Concentração de Urânio
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 CAPÍTULO I - COMPREENDENDO AS INTERRELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	33
2.1 O QUE TRATA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	34
2.2 O QUE PENSAM OS PRINCIPAIS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	42
2.3 AS ABORDAGENS E ABRANGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	50
2.4 COMPREENDENDO O CONCEITO DE INOVAÇÃO	52
2.5 ENTENDENDO O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	55
2.6 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EM BUSCA DE ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	63
3 CAPÍTULO II - O CONTEXTO DA EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE	79
3.1 ANTECEDENTES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	79
3.2 OS FUNDAMENTOS DO PROGRAMA REUNI E OS SEUS MARCOS INICIAIS.....	88
3.3 PROCESSOS E RETROCESSOS DA IMPLANTAÇÃO E DO ALCANCE DO REUNI	91
4 CAPÍTULO III - SÍNTESE DA OCUPAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE DA BAHIA	101
4.1 SÍNTESE DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BAIANO E ANTECEDENTES DA OCUPAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO OESTE.....	101
4.2 INFORMES SOBRE A OCUPAÇÃO RECENTE	113
4.3 NOTAS SOBRE A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA	117
4.4 ASPECTOS DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS	119
4.5 BREVE PAINEL DE ALGUNS INDICADORES SOCIAIS.....	122
5 CAPÍTULO IV - AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	132
5.1 O INSTITUTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ICADS): PRECURSOR DA UFOB.....	132
5.2 O TRABALHO DA COMISSÃO ESPECIAL DE IMPLANTAÇÃO	142

5.3	O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	158
5.4	AS QUESTÕES DE ORDEM ECONÔMICA.....	160
5.4.1	Mobilização de recursos em diárias de deslocamentos e consumo de combustível	161
5.4.2	Reverberações de recursos por conta da assistência estudantil	164
5.4.3	As despesas com pessoal	171
5.4.4	As despesas motivadas por locação de imóveis	175
5.4.5	Os investimentos na implantação da infraestrutura	176
5.4.6	Despesas com contratos de prestação de serviços, manutenção e aquisição de material de consumo	180
5.5	AS CONTRIBUIÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DA UFOB MOTIVADAS POR GERAÇÃO DE EMPREGOS.....	184
5.6	AS REVERBERAÇÕES EM TERMOS DE FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO	191
5.7	OS APORTES DO PONTO DE VISTA DOS CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO MÚTUA, PESQUISAS, EXTENSÃO E INOVAÇÃO.....	203
5.7.1	Os convênios de cooperação mútua	203
5.7.2	Os grupos de pesquisas e mestrados	204
5.7.3	A extensão universitária	206
5.7.4	A Superintendência de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Regional (SITDR)	208
5.7.5	Contribuições diretas da UFOB, nos municípios com <i>campus</i>	212
6	CONCLUSÃO	218
	REFERÊNCIAS	224

1 INTRODUÇÃO¹

Em uma análise socioeconômica, o Estado da Bahia se caracteriza por uma profunda exclusão social e um desenvolvimento desigual. As diversificadas camadas que formam o tecido social baiano se mostram justapostas de modo desigual e excludente. A sociedade baiana, desde os seus primórdios, apresenta dinâmicas que intensificam esses traços. Mattoso (1992), retratando a Bahia do início do século XIX, afirma que:

Os “*concurso*s” serviam apenas para legitimar os integrantes de famílias conhecidas. Feita a nomeação, o jogo se perpetuava, os filhos da antiga elite (do engenho, do gado, do cacau, das terras) ou de grandes negociantes continuavam prestando os favores e indicando as nomeações dos seus. (MATTOSO, 1992, p.12).

A construção da estrutura sociocultural baiana se caracterizou pelo distanciamento das pessoas ou grupos que estejam em situação desfavorável, constituídos majoritariamente por negros, retirantes do interior baiano, das áreas castigadas pelas secas, e pobres de modo geral, em relação aos demais indivíduos ou grupos, detentores do poder político e econômico, que gozam de ampla aceitação (MATTOSO, 1992, p. 12 -14). Este fenômeno, que não é exclusivo da sociedade baiana, geralmente, priva os desfavorecidos do acesso a muitas instâncias da vida social. Dentre essas portas fechadas ou semifechadas se encontra uma das mais fundamentais, por ser o mecanismo que propicia mais segura ascensão social: a educação.

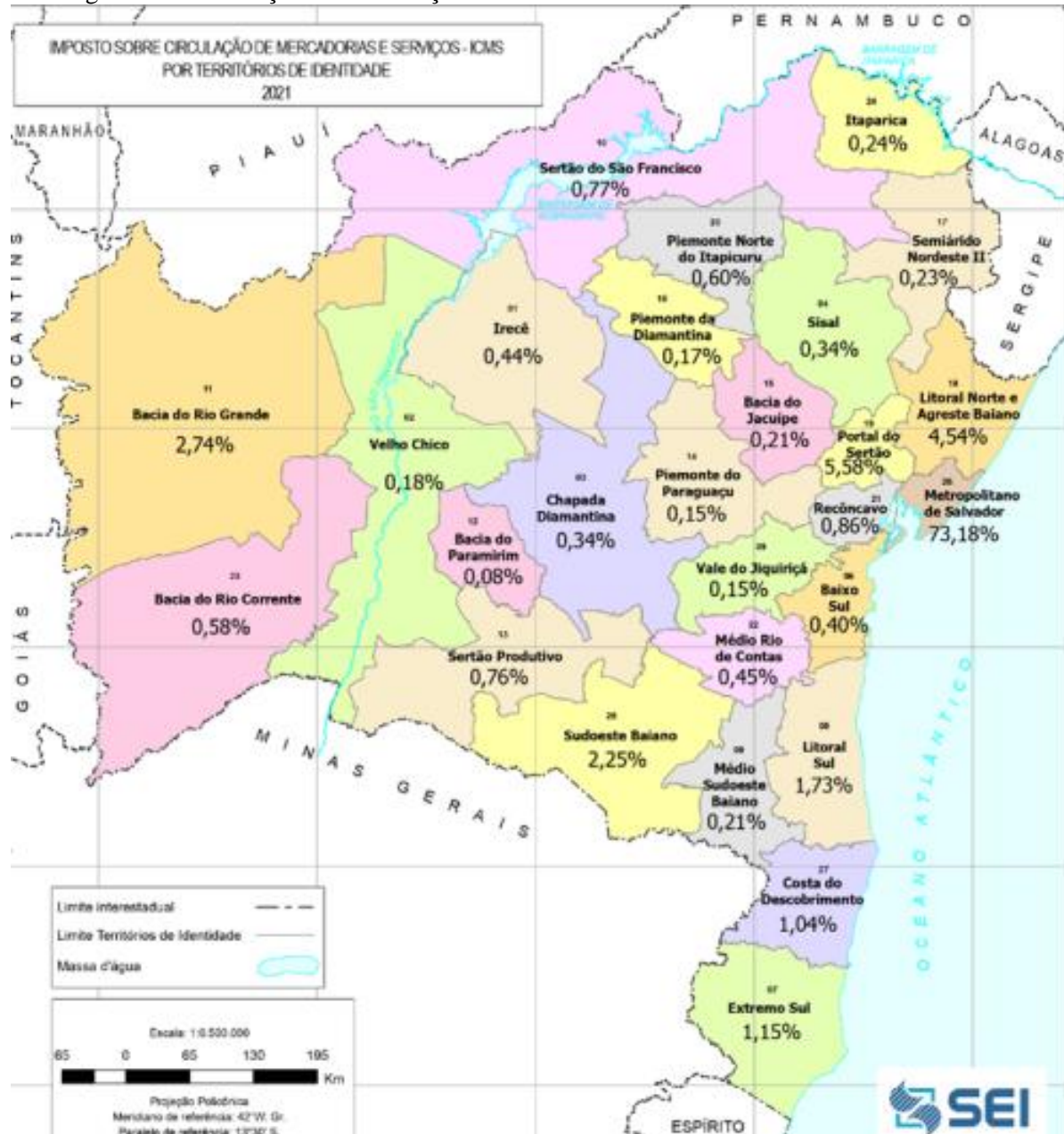
Outro aspecto relevante que caracteriza o modelo de desenvolvimento baiano é a desigualdade entre algumas regiões do Estado. Segundo Queiroz e Souza (2019), as políticas públicas adotadas pelos sucessivos governos baianos, sobretudo a partir de 1950, provocaram uma concentração de recursos econômicos em Salvador e em sua Região Metropolitana, ficando o interior em situação de carência e atraso. Essa realidade se refletiu em quase todos os serviços públicos. Fato é que, ainda hoje, conforme se pode observar no mapa de distribuição da arrecadação entre os territórios de identidade, do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS, 2021) – Bahia, a Região Metropolitana de Salvador é responsável por 73,18% da arrecadação de ICMS no Estado (Figura 1). “Os demais territórios participam residualmente da estrutura da arrecadação, o que sinaliza o alto grau de concentração da atividade econômica.” (BAHIA; SEI, 2021, p.24).

De forma análoga, no que tange a educação, os indicadores na Bahia, em todos os níveis, refletem esse caráter excludente e o desenvolvimento espacialmente desigual. A consulta aos

¹ Dados extraídos do site histórico de cada IES, 2022

dados da RAIS 2020, para os 417 municípios da Bahia em função da escolaridade, mostra que 64,6% dos postos formais de trabalho com pessoas de escolaridade superior incompleto ou superior completo, portanto de maior remuneração, estão localizados em dez municípios baianos: Salvador, Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Juazeiro e Barreiras.

Figura 1 - Distribuição da arrecadação do ICMS entre os territórios de identidade da Bahia

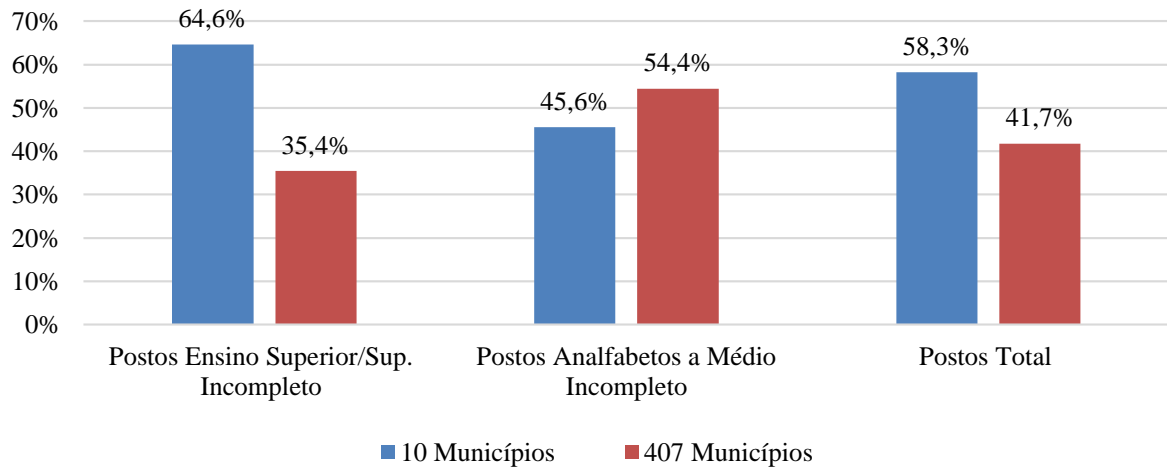


Fonte: Bahia, SEI (2021).

Esses municípios, juntos, detêm 58,3% do total de vínculos de trabalho formal no Estado (Gráfico 1). Enquanto os demais 407 municípios possuem 41,7% dos vínculos de trabalho e abrigam a maior parcela dos trabalhadores e trabalhadoras com escolaridade mais baixa, de

analfabetos a nível médio incompleto, equivalente a 54,4% do total. Vale ressaltar que entre os dez municípios nomeados, todos possuem instituições de ensino superior.

Gráfico 1 - Postos de trabalho por escolaridade entre os municípios baianos, 2020



Fonte: RAIS (2020).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação.

Muito recentemente, buscou-se atenuar esse quadro, interiorizando o ensino superior público no Estado. Boaventura *et al.* (2015), de maneira irônica, considera que na Bahia “houve uma macrocefalia da educação superior em Salvador”, decorrente da existência apenas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e da Universidade Salvador (UNIFACS), e algumas outras, todas na capital do estado. Assim, a partir da década de 1970, por iniciativa do Governo, foram implantadas as universidades estaduais, por ordem de fundação: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS, 1976), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB, 1980), Universidade do Estado da Bahia (UNEB, 1983) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, 1991). Para Boaventura *et al.* (2015):

Uma educação superior estadual se relaciona com o espaço territorial pela identidade cultural, podendo ser organizada por universidades *unicampus* ou *multicampi*; e uma faculdade ou universidade instalada num centro urbano interiorano é um fator de progresso por agregar laboratórios, bibliotecas, equipamentos e instalações, mudando e enriquecendo a comunidade urbana. (BOAVENTURA *et al.*, 2015, p. 654–655).

Seguindo a concepção de interiorização do ensino superior, no âmbito do governo federal, a partir de 2000, ainda no Governo Fernando Henrique, passando pelo Plano de Expansão Fase I (2003) e no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007), Governo Lula da Silva, foram estabelecidas ou implementadas, no interior baiano, as universidades federais: Universidade do Vale do São

Francisco (UNIVASF), criada em 27 de junho de 2002, com sede em Petrolina-PE e *campus* em Juazeiro-BA, Senhor do Bonfim-BA e Paulo Afonso-BA; a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), criada em 29 de julho de 2005, com sede em Cruz das Almas e campi em Cachoeira, São Felix, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana e Amargosa; a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), criada em 20 de julho de 2010, com sede em Redenção-CE e *campus* em São Francisco do Conde-BA; a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), criada em 05 de junho de 2013, com sede Itabuna e campi em Porto Seguro e Teixeira de Freitas, finalmente a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), criada em 05 de junho de 2013, com sede em Barreiras e campi em Luís Eduardo Magalhães, Santa Maria da Vitória, Barra e Bom Jesus da Lapa, que constitui objeto dessa pesquisa.²

Vale ressaltar que até o ano de 2002, a Bahia contava apenas com uma universidade federal, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), criada em 1946. Enquanto o Estado de Minas Gerais, nesse mesmo período, já contava com 11 universidades federais, o Rio Grande do Sul com 5 universidades, no caso mesmo com população menor que a baiana, e o Rio de Janeiro com 4 universidades federais (BRASIL; MEC, 2022).

Em face do contexto estadual, tem-se que o problema de pesquisa da dissertação será verificar de quais formas, a partir de sua implantação, a UFOB vem favorecendo o desenvolvimento regional do oeste baiano. O trabalho assume como objetivo geral, apoiado em algumas evidências em relação à dinâmica da referida instituição de ensino, averiguar de que maneira a UFOB vem contribuindo para o desenvolvimento regional. Para tanto, têm-se os seguintes objetivos específicos: avaliar quanto a UFOB injeta na economia regional, considerando os gastos realizados com pessoal, assistência estudantil, por ampliação do patrimônio imobiliário, contratos de prestação de serviços, dentre outros; analisar a evolução quantitativa e qualitativa dos empregos diretos gerados em decorrência da inserção da UFOB, considerando os níveis de escolaridade; investigar dados de como a UFOB vem contribuindo para a formação do capital humano e para a difusão de conhecimento na região, mediante diplomação em graduação e pós-graduação nas mais diversas áreas; identificar qualitativamente as ações da UFOB que buscam interagir e se inserir na comunidade, com os governos e as empresas locais, visando a cooperação mútua, mediante os convênios firmados, as pesquisas desenvolvidas e os projetos de extensão.

² Dados extraídos do site histórico de cada IES (2022).

Existem vários argumentos que se prestam a justificar a realização deste empreendimento investigativo. Um deles, como exposto inicialmente, é que a Bahia apresenta sensíveis fragilidades sociais e condições subdesenvolvidas, que podem ser observadas em quase todas as regiões do Estado. Tais fatos mostram a importância de se ampliar os estudos que buscam conhecer o perfil socioeconômico baiano, possibilitando ações públicas que melhorem os seus indicadores, visando construir uma realidade mais justa. A Região Oeste da Bahia, em apreço, denominada do “Além do São Francisco”, não constitui uma exceção, pois padece de contradições semelhantes às das demais regiões baianas.

Assim, a inserção da UFOB no oeste baiano é relevante, devendo ser considerada com a devida importância, por se tratar de um investimento econômico de grande porte, qualitativo e com alcance do qual se poderia dizer *ad aeternum*.

Convém consignar também que trabalhos de autores como Bernheim e Chauí (2008) - *Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento*; Rolim e Serra (2009) - *Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo*; bem como os desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, que tem uma tradição neste vertente, através dos trabalhos orientados pelo Prof. Edivaldo Boaventura, dentre outros, mostram a correlação direta entre universidade, como centro de pesquisa e inovação, e o desenvolvimento regional. Neste contexto, o estudo em pauta cresce em importância e se justifica, pois se soma a outros que abordam a temática universidade e desenvolvimento regional, ampliando o conhecimento sobre o assunto, bem como inova pela tentativa específica de avaliar por quais formas e com que intensidade a UFOB tem contribuído para o desenvolvimento do oeste baiano.

Além disso, em uma perspectiva subjetiva, poder avaliar nos dias atuais as possíveis contribuições da UFOB para região, decorrida quase uma década após este autor ter tido a oportunidade de participar da Comissão de Avaliação do Ministério da Educação (MEC) quanto às condições prévias de implantação da Universidade, o trabalho ganha relevância ainda maior.

No estudo, é pressuposto que, mesmo com todos os esforços despendidos para ampliar as repercussões de sua implantação, a UFOB tem alcançado de modo muito limitado os seus objetivos regionais. Para a verificação desta hipótese, serão adotadas como práticas metodológicas a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A abordagem bibliográfica assume o propósito descritivo, pois visa delinear com clareza o objeto de estudo e sua conceituação. Ademais, busca também reunir e analisar textos que abordam a importância da participação da Universidade para o desenvolvimento regional, como forma de conhecer o

assunto e apoiar o trabalho de pesquisa. Ainda no apanhado bibliográfico, serão visitados trabalhos que avaliam a expansão recente do ensino superior no país, focando no processo de implantação e no alcance do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como na historiografia da ocupação do oeste baiano.

A análise documental possui caráter descritiva, na medida em que se apoia no levantamento de documentos, registros históricos, dados e informações que servirão para materializar a proposta de verificação das contribuições da UFOB para o desenvolvimento do oeste baiano. A pesquisa documental abrangerá os informes econômicos e sociais elaborados a partir das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), relativos ao Estado da Bahia, com ênfase no oeste baiano. Abarcará, ainda, documentos e estudos do Ministério da Educação (MEC), concernentes a expansão das universidades públicas federais, os relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA), dentre outros.

Como forma de levantar os dados específicos da UFOB, serão revistas as atividades da Comissão de Implantação do MEC, o Estatuto, Regimento Geral, a Proposta Político-Pedagógico Institucional (PPI), os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), os arquivos de dados socioeconômicos da Universidade, os relatórios anuais de desempenho produzidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa (PROPGP), Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROAE), Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN) e da Superintendência de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Regional (SITDR). Serão considerados ainda outros achados e informes elaborados por entidades sociais, jornalísticas e empresariais, que possam contribuir para enriquecer a pesquisa.

Na construção da pesquisa, serão abordadas as categorias de análise constantes no Quadro 1, sendo avaliadas segundo o ponto de vista defendido pelos autores que seguem listados no referido quadro.

Quadro 1 - Categorias de análise e principais autores

Categorias	Principais Autores
1. Desenvolvimento Regional.	Thünen (1826); Marshall (1890); Schumpeter (1911); Christaller (1933); Lösch (1940); Weber (1947); Perroux (1955); Myrdal (1957); Hirschman (1963); Isard (1965); Lewis (1971); Arau, (1971); Schultz (1987); Krugman (2002); Spínola (2003); Tapia (2005); Vázquez (2007).
2. Universidade e Desenvolvimento Regional	Etzkowitz (2008); Bernheim e Chauí (2008); Santos e Cerqueira (2009); Rolim e Serra (2010); Leite (2012); Marques e Cepêda

Categorias	Principais Autores
	(2012); Boaventura (2015); Audy (2017); Kempton (2018); Porsse, Gomes e Bragança (2018); Vila (2018); Silva (2019); Cezar, Monteiro e Vieira (2022)

Fonte: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Deve-se, por oportuno, esclarecer que, referente à estruturação do trabalho, optou-se por dividi-lo em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo busca compreender as interrelações entre universidade e desenvolvimento regional. Na seção inicial, discute-se de modo sucinto o conceito de desenvolvimento, de região, de inovação e desenvolvimento regional, com a introdução do elemento espacial na análise do crescimento econômico; assim, são apresentadas as suas principais abordagens teóricas.

Na segunda seção busca-se entender o papel da universidade no mundo contemporâneo, discute-se o conceito de terceira missão da universidade e são levantados os dilemas e contradições que as instituições de ensino superior (IES) trazem consigo no processo de interação com a sociedade local, considerando as suas fragilidades, potencialidades e o que se requer dela frente às demandas atuais. Na seção seguinte se discute a relação entre universidade e desenvolvimento regional, questionando o distanciamento que o ensino superior assumiu em relação às demandas sociais do seu entorno; com base em experiências de universidades internacionais e nacionais, também se busca evidências da atuação da universidade visando o desenvolvimento regional.

O segundo capítulo, por sua vez, aborda o contexto da expansão recente das universidades públicas no Brasil, sendo subdividido em duas partes. Na primeira, em síntese, são apresentados os marcos legais da criação e fundamentos do REUNI. Na segunda, expõe-se o processo de implantação do REUNI e o alcance do mesmo, destacando a tentativa de interiorização do ensino superior, apontado avanços e estagnações.

O terceiro capítulo visa conhecer melhor a região de implantação da UFOB. Possui duas seções e versa sobre a ocupação e caracterização da região oeste da Bahia. Inicialmente, discorre sobre os antecedentes históricos da ocupação regional e, em seguida, discute a posse do chamado “Além do São Francisco”. Na seção seguinte, busca-se caracterizar o oeste baiano no plano espacial, econômico e social, traçando-se um perfil do território.

No quarto capítulo, por seu turno, são apresentadas as contribuições da UFOB para o desenvolvimento regional. Em uma primeira seção, aborda-se a fase de implantação da Universidade. Em seguida, discute-se os investimentos econômicos na região, gerados pela inserção da UFOB. Na sequência, são feitas considerações relativas aos empregos gerados a partir da implantação da Universidade nos aspectos quantitativo e qualitativo. Posteriormente,

são levantados os informes quanto às contribuições para formação de capital humano e difusão do conhecimento na região. Por fim, investe-se na identificação das contribuições de cooperação mútua, dos convênios, das pesquisas e dos projetos de extensão da UFOB, que visam a interação com a região.

Nas considerações finais, como resultados da investigação, são sintetizadas as contribuições da UFOB para o desenvolvimento do oeste baiano.

2 CAPÍTULO I - COMPREENDENDO AS INTERRELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Esta fração da pesquisa, no primeiro momento, define de modo panorâmico o que é desenvolvimento e o conceito de região, discute o que trata o desenvolvimento regional e em que se fundamenta a análise econômica de regiões. Em apertada síntese, a partir dos pensadores clássicos, como Quesnay, Smith e outros, constrói-se um roteiro até os principais teóricos do desenvolvimento regional. Assim, de forma objetiva, aborda-se as mais relevantes contribuições de Marshall e dos teóricos locacionais: von Thünen, Weber, Christaller, Lösch e Isard. Em seguida, apresenta-se noções dos trabalhos de Perroux, sobre os polos de crescimento, bem como a Causação Circular Cumulativa de Myrdal, os Efeitos de Encadeamento para trás e para frente de Albert Hirschman, e visita ainda os conceitos de desenvolvimento regional de Lewis e Krugman. Então, aponta, com maior especificidade, quais são as abordagens e abrangência do desenvolvimento regional.

Em seguida, buscando compreender quais são as interrelações das universidades com o desenvolvimento regional, discute-se o papel da universidade no mundo contemporâneo. Para tanto, diferencia-se a sociedade contemporânea baseada no conhecimento, que possui dinâmica própria, da sociedade industrial, voltada à fabricação de bens materiais. Logo depois, apresenta-se o conceito de terceira missão da universidade como instrumento de interligação entre o desenvolvimento regional e a sociedade contemporânea. De modo panorâmico, são citados alguns modelos de universidades que assumem como objetivo o desenvolvimento regional, recorrendo-se a Bernheim e Chauí (2008), que arguem qual o tipo de desenvolvimento que se espera de uma universidade fomentar.

Em busca de algumas evidências empíricas de universidades que atuam no desenvolvimento regional, são visitadas algumas experiências importantes. São citados como expoentes a Universidade Pública Monash (Melbourne - Austrália), as universidades do Vale do Silício e Corredor do MIT nos EUA, bem como as do “Triângulo Dourado” de Cambridge-Oxford-Londres no Reino Unido. Discute-se o projeto “Alfa Vinculaentorno”, que abrangeu 28 universidades da América Latina, correlacionando seus trabalhos em prol do desenvolvimento continental. Apresenta-se, ainda, os casos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), situada na zona de fronteira entre os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina; e da Universidade Federal do Paraná Litoral (UFPR-Litoral), na região litorânea do Paraná, que se propôs ser um agente potencializador de desenvolvimento na região.

Na sequência continua apresentando as contribuições trazidas por Rolim e Serra (2010), que apresentam um estudo internacional desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avalia a atuação regional de universidades em diversos países. Aborda o caso da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) que propôs criar uma estrutura que permitisse a divulgação e irradiação na sociedade local da cultura de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) que discute a condição dos egressos do curso de administração no mercado de trabalho do município de Feira de Santana, e se a universidade contribuiu para o desenvolvimento da região. E, finaliza com as experiências da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), com a fruticultura regional.

2.1 O QUE TRATA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Inicialmente, em breves notas e de modo panorâmico, busca-se apresentar os principais conceitos de desenvolvimento, que, segundo alguns autores que discutem a temática, de certo modo, se complementam. Desenvolvimento é um termo que possui um sentido amplo e que abrange vários aspectos da vida humana e das sociedades. Pode referir-se ao crescimento econômico, à melhoria das condições de vida das pessoas, à evolução cultural e social, ou como sendo o progresso tecnológico, etc. Embora existam diferentes abordagens e definições para o conceito de desenvolvimento, ele geralmente envolve a ideia de progresso e mudança positiva. Para Todaro e Smith (2015), o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de transformação social, econômica e política que ocorre em variadas escalas e em diferentes contextos. Na perspectiva da economia, o desenvolvimento pode ser visto como um aumento na produção e na riqueza de um país ou região; enquanto sob um olhar social, seria uma melhoria nas condições de vida das pessoas, acesso à educação, saúde, habitação e segurança. Segundo os autores, essas duas dimensões do desenvolvimento estão interrelacionadas e exercem influência entre si.

Na busca de um melhor entendimento conceitual, faz-se necessário considerar que o processo de desenvolvimento sofre a interferência de variados fatores, como políticas governamentais, inovações tecnológicas, alterações econômicas globais, mudanças culturais e comportamentais, entre outros. Algumas teorias enfatizam a importância da modernização e da industrialização para o desenvolvimento, enquanto outras preocupam-se com a justiça social e a equidade na distribuição dos benefícios gerados no processo.

No que tange à atuação governamental, alguns teóricos defendem que o desenvolvimento deve ser direcionado pelo Estado, outros assumem uma abordagem mais descentralizada e liberal, advogam maior participação da sociedade civil e dos mercados na condução do processo econômico. Furtado (1974), em defesa da maior ação e participação do Estado na economia e na busca da transição da condição subdesenvolvida para o desenvolvimento, afirma: “Em nenhuma parte, essa passagem ocorreu no quadro do *laissez-faire*: foi sempre o resultado de uma política deliberadamente concebida com esse fim (FURTADO, 1974, p.23).”.

Segundo Sachs (2008) o conceito do desenvolvimento sustentável constitui uma forma mais abrangente de entender o desenvolvimento. Nele, são consideradas as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento. Preocupa-se em promover o bem-estar humano, proteger o meio ambiente e garantir a viabilidade econômica a longo prazo. Esse conceito tem se tornado cada vez mais relevante, à medida que as pessoas se conscientizam que os recursos naturais são limitados e a degradação ambiental é uma ameaça crescente.

Romeiro (2001), discutindo desenvolvimento sustentável e considerando a participação humana na regulação ecológica, defende que:

Enfim, é possível, em princípio, transformar radicalmente um dado ecossistema natural, substituindo-o por outro, ‘artificial’, mas também equilibrado do ponto de vista ecológico. A diferença fundamental [...] é que a manutenção do equilíbrio terá que contar com a participação ativa dos seres humanos, agindo com base em certos princípios básicos de regulação ecológica. (ROMEIRO, 2001, p.5).

Para Romeiro (2001), existem duas abordagens principais quanto ao entendimento sobre o desenvolvimento sustentável. A primeira é a Economia Ambiental, que considera os recursos naturais “[...] como fonte de insumos e com a capacidade de assimilar os impactos nos ecossistemas”. Seus adeptos admitem que esses impactos não representam, a longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia. Possuem uma visão de infinitude dos recursos naturais, pois, “partem da suposição de que os limites impostos pela disponibilidade de recursos naturais podem ser indefinidamente superados pelo progresso técnico.” (ROMEIRO, 2001, p.8 -9).

Em outra perspectiva, a Economia Ecológica vê o sistema econômico contido em um universo maior que impõe restrição absoluta à sua expansão indeterminada. O progresso científico e tecnológico é visto como fundamental para aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais. A “sustentabilidade do sistema econômico não é possível sem estabilização dos níveis de consumo per capita de acordo com a capacidade de carga do planeta.” (ROMEIRO, 2001, p.12).

Outra abordagem importante do desenvolvimento sustentável é a que faz Diegues (2008), em *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Para o autor, não se pode propor um pressuposto de

preservação ambiental que desconsidere o elemento antropológico, ou seja, as comunidades humanas inseridas e participantes do espaço a ser preservado. Para Diegues (2008), a crise ambiental está associada ao modelo de desenvolvimento excludente; faz-se necessário um desenvolvimento com ambientalismo social. Segundo o autor, o modelo que exclui produz conflitos, propicia uma inadequada fiscalização e cria uma visão distorcida de área protegida, pois ignoram as populações tradicionais, indígenas, extrativistas, pescadores, quilombola, dentre outras.

Destaca-se, ainda, o entendimento de Sen (2010), que enfatiza a importância da liberdade das pessoas, no sentido mais amplo do termo, no contexto da construção do processo de desenvolvimento. O autor relaciona o desenvolvimento com a melhoria de vida do indivíduo, como consequência de sua maior liberdade sócio-política usufruída:

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. [...] além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. [...]. Adicionalmente, a desigualdade entre mulheres e homens afeta [...] e restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino. [...]. Como as liberdades políticas e civis são elementos construtivos da liberdade humana, sua negação é, em si, uma deficiência. Ao examinarmos o papel dos direitos humanos no desenvolvimento, precisamos levar em conta tanto a importância constitutiva quanto a importância instrumental dos direitos civis e liberdades políticas. (SEN, 2010, p. 29-31).

Adicionalmente, Escobar (1995) faz uma abordagem crítica à compreensão modernizadora do desenvolvimento, que quer se tornar globalizante. Para o autor, ignorar as especificidades culturais e históricas das sociedades locais, assumindo um padrão globalizante de desenvolvimento, seria um equívoco. Na sua visão, as referências decorrentes do lugar estão se diluindo em meio à avalanche da proposta de um desenvolvimento globalizante:

O fato é que em nosso interesse, com a globalização, o lugar desapareceu. Um conjunto de trabalhos recentes tentam superar este paradoxo ao resolver algumas das armadilhas epistemológicas que impõem as teorias da globalização. Ao mesmo tempo, oferecem elementos para pensar para além do desenvolvimento, ou seja, para uma conceitualização do pós-desenvolvimento que é mais favorável à criação de novos tipos de linguagens, compreensão e ação. Debates novos sobre a economia e o lugar parecem ser especialmente úteis neste aspecto. Nestes trabalhos, o lugar afirma-se em oposição ao domínio do espaço, e o não-capitalismo em oposição ao domínio do capitalismo como imaginário da vida social. (ESCOBAR, 1995, p.8).

Assim, como se pode observar o debate sobre desenvolvimento é amplo e complexo, envolvendo diferentes perspectivas teóricas e políticas. O desafio do desenvolvimento é encontrar um equilíbrio entre essas diferentes dimensões apresentadas e garantir que seu processo seja inclusivo, sustentável e equitativo.

Isto posto, para que a compreensão sobre a dinâmica do desenvolvimento regional se esclareça, faz-se ainda necessário, mesmo que de modo sucinto, abordar o significado de região. O termo região refere-se a um recorte do espaço geográfico delimitado por características comuns, como topografia, clima, recursos naturais, aspectos culturais, econômicos e políticos. Conseqüentemente, as regiões podem ser definidas a partir de critérios geográficos, econômicos, culturais, políticos e históricos, bem como a sua análise pode ser realizada por diferentes perspectivas teóricas.

Segundo Gomes (1995, p.5), a denominação região remonta os tempos do Império Romano, quando a palavra *regione* era utilizada para designar áreas, com administração própria ou não, que estavam subordinadas ao império. Representava a relação de poder entre a sede imperial, em Roma, e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial, que para melhor exercê-lo estava subdividida em regiões.

No entanto, Lencioni (2005, p.187-188) informa que a palavra região está presente no conhecimento elaborado desde a Antiguidade, presente em inventários e em documentos sacros. A palavra aparece em estudos sobre as diferenças e os contrastes da superfície da Terra, sendo chamado pelos gregos de estudo corográfico. A autora credits aos gregos a primeira regionalização concebida com algum método; aponta Hecateu de Mileto (550 – 475 a.C) como quem traçou o primeiro mapa mundi, tomando por base regionalização da Terra de Pitágoras, dividindo-a em cinco zonas: uma zona tórrida, uma temperada, duas frias e uma tropical.

Segundo Lisboa (2020, p. 28) o conceito de região passou por vários momentos de discussão no âmbito da Geografia. O significado foi sendo alterado em conformidade com os novos entendimentos assumidos. Assim, as alterações conceituais sobre região se processaram devido a mudanças ocorridas dentro da própria Geografia. A classificação das regiões nasce das características econômicas, como presença de indústrias, atividades agropecuárias, turísticas, etc., bem como delimitações geográficas, climáticas, históricas, administrativas, dentre outras. Uma abordagem fundamental para a análise das regiões é a sistêmica, pois ressalta a interdependência entre as diferentes áreas geográficas. Cabral (2011), ao estabelecer uma correlação entre o trabalho de von Thünen (1826) e o abastecimento madeireiro de centros urbanos pré-industriais, enfatiza a interdependência regional como parte integrante de um espaço maior. Assim, qualquer alteração em uma das regiões proposta no modelo de anéis do autor, causa uma interferência direta nas demais regiões produtoras, com implicações no abastecimento do centro urbano.

La Blache (1918 *apud* LENCIONI, 2005) analisa o conceito de região sob a perspectiva cultural. Nesse olhar, as regiões são vistas como espaços culturais distintos e únicos, com suas

próprias tradições, costumes e formas de expressão, ou seja, com uma identidade própria. Para La Blache:

A ciência geográfica deveria observar e compreender a singularidade dos lugares. Seu objetivo deveria ser o de compreender o único, mais do que indagar por um conceito que o definisse. [...] os homens têm consciência da existência das regiões à medida que constroem identidades regionais. (LA BLACHE, 1918 *apud* LENCIONI, 2005, p.189).

A abordagem se destaca por buscar compreender as dinâmicas culturais que ocorrem em diferentes regiões e pela valorização dessa diversidade.

Segundo Agnew (1987), o modelo de desenvolvimento moderno produz e/ou agrava as desigualdades regionais, criando tensões. O autor aborda as relações de poder que ocorrem entre as diferentes regiões e no interior do espaço regional. As regiões são vistas como espaços conflituosos, onde os atores disputam recursos, poder e influência. Ele também enfatiza o potencial da região para reagir e coibir os efeitos das desigualdades socioeconômicas, bem como as políticas públicas que lhes sejam adversas. Para Agnew (1987):

Mesmo em um mundo dominado por uma divisão global do trabalho, a região mantém seu significado. Como N. Smith (1984) aponta, o desenvolvimento geográfico desigual é uma característica marcante e contínua do mundo moderno. Esse reflete uma busca perene das empresas por maiores taxas de retorno sobre o capital investido. Com conseqüente desinvestimento em regiões que não ofereçam a mesma rentabilidade. A economia mundial moderna produz mais desequilíbrio em seus efeitos regionais do que igualdade. Mas a região também retém importância por causa da reação diferencial das pessoas em diferentes ambientes ao desenvolvimento desigual. (AGNEW, 1987, p.2).

A abordagem é importante para a análise das desigualdades regionais e das políticas públicas que visam reduzir essas desigualdades.

Para Santos (2004), a região é uma construção que reflete as relações de poder entre os diferentes grupos sociais e econômicos. O autor argumenta que as regiões são criadas e recriadas por meio de interações sociais, econômicas e políticas, e que as desigualdades regionais resultam da concentração de poder e recursos em uma área em detrimento de outras. Além dessas abordagens teóricas, existem outras que discutem o conceito de região, as quais trazem consigo contribuições e limitações. Em síntese, o conceito de região é fundamental para a compreensão das dinâmicas espaciais e das desigualdades regionais. No entanto, convém destacar que o conceito de região não é estático, sua definição sofre variações conforme o avanço científico, bem como de acordo com os objetivos e interesses dos atores envolvidos.

Aclarados os conceitos sobre desenvolvimento e região, ainda que de modo bastante superficial, passa-se a discutir o que trata o desenvolvimento regional. A principal base da análise socioeconômica regional é a delimitação do espaço, ou seja, a definição de um território sobre o qual se estuda as variáveis econômicas selecionadas. Desta forma, para melhor compreender

o que trata o desenvolvimento regional, se faz necessário pontuar quando a noção de espaço foi introduzida na análise econômica.

O pensamento econômico mercantilista, originário dos pensadores europeus dos séculos XVI a XVIII, que está relacionado diretamente ao desenvolvimento e à formação dos Estados nacionais modernos, tinham no acúmulo de metais preciosos (que exercia a função de moeda) a base para os estudos econômicos (MANOEL, 2009, p.1). Para os fisiocratas, como François Quesnay, a partir de 1750, a análise econômica se fundamenta na produção de bens agrícolas e na plena liberdade na esfera do mercado, “*laissez-faire, laissez-passer.*” (CAVALLI *et al.*, 2019, p.7).

A Escola Clássica, iniciada em 1776 por Adam Smith, com a obra: A Riqueza das Nações, continuada nos trabalhos de Thomas Malthus e David Ricardo, sendo posteriormente complementada por John Stuart Mill, em Princípios de Economia Política, vai enfatizar a necessidade de convergência entre os interesses individuais e nacionais. Seus autores discutem as variáveis reais, os processos de produção e a problemática do emprego, as considerando, diferentemente dos mercantilistas, mais relevantes economicamente do que a moeda, que somente possuía função de meio de troca (MANOEL, 2009, p. 3-4).

Para Teixeira (2015), a partir de 1859, Karl Marx, fundamentado nos economistas clássicos, aborda as categorias do sistema capitalista, como, salário, lucro, renda da terra, capital, etc., e vai além, introduzindo a dimensão social em sua análise. Teixeira (2015) afirma que, para Marx, os clássicos descreveram o processo de reprodução global do capital, apenas pela ótica do agente econômico, sendo “prisioneiros das aparências”, por não considerarem em seu fluxo a dimensão social do capital (TEIXEIRA, 2015, p.4-14).

Assim, em que pese a importância das discussões travadas no âmbito do pensamento econômico tradicional, o elemento espacial não havia sido introduzido como fundamental na análise econômica. Para Souza (1981), o elemento espaço não aparece na análise econômica tradicional (SOUZA, 1981, p.1). Segundo Keller (2008), Alfred Marshall foi pioneiro ao introduzir a noção de espaço na análise econômica, quando em 1890 publicou “Princípios de Economia”. Marshall aborda a temática da concentração de indústrias especializadas em uma localidade, mostrando que a aglomeração poderia ajudar as empresas a obter vantagens. Vantagens que nasciam da divisão do trabalho entre os produtores de um mesmo ramo industrial concentrados numa mesma região geográfica.

Mas, as contribuições de Alfred Marshall (1842–1924), o economista britânico, ultrapassam os limites do seu pioneirismo na introdução do elemento espacial na análise econômica. Segundo Pavon (2006), até o século XIX, “não se pôde afirmar a existência de uma reflexão detalhada

sobre o objeto da economia e sobre a função do economista”. Marshall, dedicou parte da sua obra buscando definir qual é o objeto da economia, a função de um economista e qual a necessidade de se estudar o tema. A partir daí, tem-se a organização de um corpo teórico sistemático, sendo então criada a Escola de Economia e Política da Universidade de Cambridge (1903), quando o ensino da disciplina economia passou a ser independente do currículo de outros cursos. Até essa época, a economia fazia parte dos cursos de Moral e História (PAVON, 2006, p.13-15).

Mattos (2011) apresenta Marshall como um intelectual preocupado com as condições sociais do seu tempo. Em plena Revolução Industrial, quando boa parte da população exercia atividades laborais que, segundo Marshall, “teriam efeito mutilador sobre o seu intelecto, sua moral e sua vida interior”:

[...] existe um vasto número de pessoas tanto nas cidades como no campo que são criadas com comida, vestimenta e espaço em moradias insuficientes; cuja educação é interrompida cedo para que possam trabalhar em troca de salários; e que, a partir de então, se engajam durante longas horas em trabalhos exaustivos com corpos mal nutridos, e que não têm, portanto, qualquer possibilidade de desenvolver as suas faculdades mentais mais elevadas. (MARSHALL, 1920 *apud* MATTOS, 2011, p. 4).

Mattos (2011) expõem o pensamento social de Marshall, enfatizando a importância que ele atribuía a educação para o desenvolvimento econômico e social, argumentando que o capital humano é uma das principais fontes de riqueza e progresso. Marshall acreditava que a educação e a melhoria das condições de trabalho, levaria a ruptura do ciclo de pobreza e exclusão, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento pessoal do trabalhador e o fortalecimento, ainda maior, das empresas.

Spinola (2009, p.508) em artigo intitulado: Por Que Perdemos o Bonde da História, no qual discute as razões pelas quais a Bahia não conseguiu formar ao longo do tempo um estoque de capital humano e social que alimentasse as máquinas do desenvolvimento, como ocorreu no Sul e Sudeste do Brasil, justifica citando Marshall nos seguintes termos:

[...] confirmando o que dizia Marshall (*apud* FONSECA, 1992, p.65) que no longo prazo, a riqueza nacional é governada mais pelo caráter da população do que pela abundância de recursos naturais. Como assinala R. Reisman, Marshall via no ‘caráter nacional’, ou seja, nos atributos éticos e intelectuais da população, “um dos mais valiosos entre todos os insumos da função de produção, um dos ingredientes mais decisivos na receita do crescimento econômico” (Reisman, 1986: 174). Para ele, **“objetos, organização, técnica eram acessórios: o que importava era a qualidade do homem”** (Pigou, 1925: 82). Justamente o que nos faltou e nos tem faltado ao longo da história. (SPINOLA, 2009, p.40 grifo nosso).

Assim, a obra de Alfred Marshall reveste-se de importância para a discussão da temática proposta, universidade e desenvolvimento regional, não apenas pelo seu pioneirismo na introdução do espaço na análise econômica, mas devido a antevisão do autor em estabelecer

previamente uma conexão direta entre formação educacional da população e desenvolvimento econômico.

Retomando a discussão sobre os motivos que atrasaram a análise espacial, Souza (1981) aponta que as indústrias, em função do elevado custo de transporte e produção, eram forçadas a se localizarem nas proximidades das fontes de matérias primas. Para o autor, o advento da energia elétrica possibilitou o deslocamento das empresas. Souza (1981) explica ainda que, as consequências da crise de 1929 foram sentidas de modo diferenciada³, gerando problemas de maior intensidade em uma região do que em outras, conforme o seu nível de industrialização. Assim, os programas de recuperação econômica propostos, foram forçados a considerarem o elemento espaço em sua elaboração.

Segundo Focchezatto (2010), a evolução das teorias de desenvolvimento econômico regional pode ser dividida em três períodos, formando três grupos distintos. O primeiro grupo, do período aproximado, de 1826 a 1950, composto pelas teorias tradicionais de localização industrial, destacando os autores Johann Heinrich von Thünen, Alfred Weber, Walter Christaller, August Lösch e Walter Isard. O segundo grupo, até a década de 80, composto por três principais teorias: a dos Polos de Crescimento – François Perroux; a da Causação Circular Cumulativa – Gunnar Myrdal; e a dos Efeitos de Encadeamento para trás e para frente – Albert Hirschman. A partir da década de 80, surge um terceiro grupo que incorpora a teoria das Externalidades Dinâmicas do tipo marshallianas⁴, com duas abordagens – Arthur Lewis e Paul Krugman (FOCCHIZATTO, 2010).

Segundo Braga (2008), “o enfoque locacional em geografia compreende não só a distribuição espacial das atividades econômicas (em particular das empresas) em uma região, mas igualmente as relações internas e externas à produção”. O autor apresenta o estudo locacional como sendo a busca pela resposta do “por que o homem e suas atividades estão localizados do modo como estão?”, ou seja, em uma determinada região e não em outra (BRAGA, 2008, p.167).

Spinola (2003), então assevera:

[...] é consensual que o estudo das alternativas de localização industrial constitui um importante componente da teoria do desenvolvimento regional, tendo ocupado, ao longo do tempo, as atividades de pesquisa de inúmeros profissionais vinculados ao estudo das ciências sociais, notadamente os geógrafos e economistas. (SPINOLA, 2003, p.29).

³ A Crise de 1929, ou Grande Depressão, foi o colapso do liberalismo econômico. Ficou conhecida como uma crise de superprodução, resultando na quebra da Bolsa de Nova Iorque.

⁴ Contribuições ou vantagens externas às empresas que favorecem a aglomeração industrial, previstas por Marshall (existência de mão de obra especializada, fornecedores de matérias primas, governo local favorável, universidade para parceria em inovação, dentre outras).

Assim, a partir dessas contribuições teóricas, pode-se afirmar que o desenvolvimento regional trata a análise econômica tendo por base o espaço locacional.

2.2 O QUE PENSAM OS PRINCIPAIS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Segundo Focchezatto (2010), os autores von Thünen, Weber, Christaller, Lösch e Isard, que formam o grupo de elaboradores da teoria da localização. Discutem dois aspectos da organização econômica: a distância e a área. Preocupam-se em definir modelos de localização da produção, de forma a minimizar os custos de transportes. Desenvolvem modelos estáticos e limitam-se a quantificar os custos e os lucros na determinação da localização ótima da firma em uma região (FOCCHIZATTO, 2010).

Porém, Spinola (2003) enxerga a formulação da teoria da localização em dois momentos distintos, com duas correntes teóricas. A primeira, formada por von Thünen, Alfred Weber e Walter Christaller, que consideravam os mercados puntiformes, ou seja, os consumidores se concentram em pontos do espaço geográfico. O enfoque era estático, o regime de mercado era de concorrência perfeita e não consideravam a interdependência locacional. Na segunda corrente, destacam-se Augusto Lösch, Harold Hotelling, Tord Palander e, notadamente, Walter Isard. Sua perspectiva era dinâmica, consideravam as interdependências locais, admitiam que os consumidores estavam dispersos no espaço em áreas de mercado de diversos tamanhos e o regime de mercado era de concorrência imperfeita⁵.

Pela importância, dentre os teóricos da primeira corrente, destaca-se o trabalho do geógrafo alemão Walter Christaller (1893-1969). Para Silva (1976), Christaller formulou uma teoria da localização para os serviços e instituições urbanas que guardava correspondência com a Teoria de Localização da Produção Agrícola, de von Thünen e à Teoria da Localização Industrial, desenvolvida por Alfred Weber.

Segundo Spinola (2003), Christaller defendeu a tese de que, assim como existem leis que regem as atividades econômicas, haveria leis específicas da geografia que determinariam a organização das cidades. A teoria de Christaller, estabelece o conceito de lugar central, como

⁵ Na concorrência perfeita existem muitos vendedores e compradores que concorrem entre si, de modo que individualmente não conseguem ter um impacto significativo sobre a formação do preço do produto. Na concorrência imperfeita geralmente existem poucos vendedores ou compradores, portanto com poder de interferirem no preço final do produto.

sendo exercido pela cidade que abastece de bens e serviços a sua população local e a área em seu entorno. Os bens produzidos e os serviços oferecidos em um lugar central, geralmente bens de maior valor agregado ou serviços especializados, são denominados bens e serviços centrais. Um lugar central pode ser mais importante que outros dentro de uma região. Christaller propôs mensurar a centralidade das cidades, estabelecendo a sua importância relativa e hierárquica em relação a região na qual está inserida.

Silva (1976) explica que cada bem ou serviço exige uma quantidade mínima de consumidores (demanda) para assegurar a produção (oferta) e se constituir em uma atividade rentável. O nível mínimo de demanda para assegurar a produção de um bem é o limiar. Por alcance de um bem ou serviço, entende-se como a distância máxima que a população dispersa se dispõe a percorrer, objetivando adquirir um bem ou utilizar um serviço. Alguns bens ou serviços admitem baixos limiares e correspondem a um alcance limitado, outros necessitam maior demanda para sua existência, porém possuem um alcance mais extenso. Por exemplo, o pão seria um bem de pequeno limiar e alcance, enquanto os serviços de um médico especializado seriam de maior limiar e de extenso alcance.

Assim, de modo hipotético, aplicando a teoria de Christaller ao planejamento do objeto em estudo, oferta de serviço em educação superior, considerando que a instituição de ensino esteja localizada distante de qualquer outro grande centro, em área de baixa densidade populacional e querendo implantar um novo curso, são perguntas que se faria: (1) quanto será o limiar (demanda) necessário para viabilizar a instalação do determinado curso? e (2) qual o seu alcance (distância disposta a percorrer)? São questões importantes, nas quais se aplicam os conceitos em apreço, e que devem nortear as decisões acadêmicas e econômicas da instituição. Convém, então, ressaltar o que adverte Christaller (1933 *apud* SPÍNOLA, 2003)

O grau de centralidade de um núcleo habitacional (lugar central) é determinado tanto pela quantidade, **como pela qualidade de bens (serviços) que ofereça.** (CHRISTALLER, 1933 *apud* SPINOLA, 2003, p.34 grifo nosso).

Braga (2008) repercute o trabalho do economista norte-americano Walter Isard (1919- 2010), pela sua importância e contribuição no campo da economia regional. O autor considera Isard como sendo o criador da ciência regional. Afirma que a sua teoria é “integradora, pois não analisa cada fator locacional isoladamente. Seu objetivo é buscar o ponto ótimo, ou seja, o custo mínimo e o lucro máximo.” (BRAGA, 2008, p.169). Arau (1971) afirma que o trabalho de Walter Isard foi importante pelo seu significado, pois serviu de ponto de partida para outros estudos. Segundo o autor, o próprio Isard define o seu trabalho:

O objetivo básico não é outro senão melhorar as bases do conhecimento espacial e regional das disciplinas que compreendem as ciências sociais, particularmente a

economia, através do desenvolvimento de uma mais adequada teoria geral da localização e do espaço econômico. (ISARD *apud* ARAU, 1971, p.14 -15).

Os autores das teorias da localização, em que pese não discutirem a prestação de serviços objeto deste trabalho, foram importantes, pois buscaram explicar os fatores que determinam a localização e a distribuição das atividades econômicas no espaço. No entendimento desses teóricos, o papel dos custos de transportes, a disponibilidade de matérias primas e o tamanho do mercado consumidor, determinavam a “localização ótima” das indústrias entre as regiões. Dessa forma, esses autores instigaram a ideia inicial de que o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea no espaço e que as características específicas de cada região produz um crescimento econômico desigual, abrindo caminho para novas discussões sobre como as atividades econômicas se distribuem no espaço geográfico (SILVA, 2021).

Discussão, também, importante concernente ao desenvolvimento regional são as chamadas economias de aglomeração. Segundo Dalberto e Staduto (2013), para os teóricos do desenvolvimento regional “as economias de aglomeração podem ser definidas como os ganhos econômicos advindos da concentração geográfica das atividades econômicas”. Os ganhos podem ser através da difusão local do conhecimento, da redução dos custos logísticos, do aparecimento de atividades complementares, do adensamento do mercado de trabalho, dentre outros. Os autores explicam que as forças aglomerativas podem atingir um ponto de máxima e depois retroagir criando uma “deseconomia de aglomeração”⁶ (DALBERTO; STADUTO, 2013, p.541).

Ainda no contexto da discussão sobre as forças aglomerativas, fato relevante foi levantado por Ramos e Mendes (2001) quanto aos “fatores pessoais e amenidades locais”. Os autores, informam que uma empresa pode decidir por sua localização considerando outros fatores, que não são necessariamente econômicos. Citam como exemplo: o conhecimento pessoal da região, fato que gerou uma preferência, o clima agradável do local, a proximidade de escolas e universidades para a educação dos filhos dos trabalhadores, a existência de locais de recreio, tudo isto, na ausência de fortes incentivos financeiros, contribui para a decisão. Incluem ainda, as condições fiscais, em regiões muito descentralizadas são por vezes criadas condições fiscais vantajosas comparativamente com outras regiões. Para Ramos e Mendes (2001) uma empresa que necessite de trabalhadores muito qualificados deve evitar locais em que as ações fiscalizatórias sobre os trabalhadores sejam demasiadas. Destacam, ainda, que a aceitação da

⁶ Não havendo mais mão de obra disponível na localidade o seu custo se eleva; excesso de produtos na região com queda nos preços; insalubridade gerando críticas ambientais e dificuldade para agregar mão de obra, dentre outras, que produzem deseconomia.

população local é um fator que pode parecer pouco importante, mas algumas empresas recusam se instalarem em regiões onde possa haver reações hostis por parte da população, dos sindicatos ou das coletividades locais (RAMOS; MENDES, 2001, p.45 – 46).

Para Diniz e Crocco (2006), se faz necessário relembrar que os teóricos do desenvolvimento regional dos anos pós-segunda guerra mundial foram fortemente influenciados pelo keynesianismo⁷, defendendo a necessidade da intervenção externa do Estado na economia e colocando a obtenção do pleno emprego como objetivo central da política macroeconômica. A concepção keynesiana ainda hoje se faz presente e influenciou a discussão dos polos regionais de crescimento de François Perroux (DINIZ; CROCCO, 2006).

Segundo Spínola (2003), o economista francês François Perroux (1903-1987) observa “o fato do crescimento nas modernas economias capitalistas não ocorrer de forma homogênea no interior do espaço, mas se inicia e se propaga a partir de certos pontos dotados de intensidade econômica.” (SPINOLA, 2003, p.38). Esses pontos, denominados polos de crescimento, operam no sentido de reunirem entorno de si o maior número de atividades econômicas. Para Perroux, são neles que o crescimento capitalista é gerado e deles é irradiado para o restante da economia.

Diniz e Crocco (2006) explicam que Rosenstein-Rodan (1943)⁸, ao observar a depressão econômica de algumas regiões europeias, propôs para os locais um grande pacote de investimentos promovidos pelo Estado. Os polos de crescimento de Perroux, de forma semelhante, se baseiam nos projetos do *Big Push* (grande impulso) de Rodan. A ideia principal consistia em instalar em regiões atrasadas uma indústria motriz, que se tornaria um polo de crescimento induzindo o desenvolvimento da região.

Para Perroux o conceito chave na teoria dos polos de crescimento é o de polarização. A polarização ocorre quando um polo de crescimento atrai investimentos, recursos e atividades econômicas de outras áreas circunvizinhas. Assim, o polo se torna um centro de atividade econômica, gerando empregos e renda para a região e atraindo mais investimentos, formando um círculo virtuoso de crescimento econômico. O segundo conceito é o de efeitos multiplicadores. Os polos também criam uma série de atividades econômicas relacionadas que geram empregos e renda indiretamente. Perroux, ainda, argumenta que os polos de crescimento são importantes para promover a diversificação econômica. Um polo atrai outras empresas para

⁷ Economista inglês John Maynard Keynes (1883 -1946).

⁸ Economista judeu-austriaco Paul Narcyz Rosenstein-Rodan (1902 - 1985).

fornecer serviços e produtos relacionados ao seu setor, promovendo assim a diversificação econômica da região (DINIZ; CROCCO, 2006).

No entanto, Silva (2021) adverte que o conceito de polarização traz consigo a ideia de dependência, pelo fato de existir um polo central polarizante e a periferia que constitui o espaço polarizado. Silva (2021) observa que o próprio Perroux afirmava que os polos de crescimento podem se transformar em polos de desenvolvimento, desde que os efeitos positivos advindos dos polos sejam disseminados no território (SILVA, 2021, p.29).

Neste sentido, pode-se consultar, então, algumas iniciativas nacionais que foram inspiradas nos conceitos de Perroux, como no caso da Zona Franca de Manaus (ZFM) (Figura 2), citada no trabalho de Marchioro, Gubert e Gubert (2014) intitulado “A Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de Perroux, e a Implantação da Zona Franca de Manaus na Região Norte do Brasil”. As autoras relatam como experiência exitosa a implantação da ZFM, iniciada desde 1957, mas consolidada mediante o Decreto Lei nº 288/1967, que propôs ser um modelo de desenvolvimento que pudesse ocupar e integrar a região denominada de Amazônia Ocidental (composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) ao restante do país.

Figura 2 - Amazônia Ocidental, região de atuação da Zona Franca de Manaus (ZFM)



Fonte: SUFRAMA (2011 *apud* MARCHIORO; GUBERT; GUBERT, 2014).

Segundo Marchioro Gubert e Gubert (2014), as cidades de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, também foram incorporadas à ZFM, como Áreas de Livre Comércio (ALC) e que o Polo Industrial de Manaus (PIM) é a base de sustentação do modelo ZFM, constituindo área de essencial importância para o desenvolvimento do sistema regional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O subsetor eletroeletrônico representa a maior participação nas atividades econômicas (32,7%). O modelo, que é mantido por fortes incentivos fiscais, em 2014, foi

renovado pelo Congresso Nacional, Emenda Constitucional 83/2014, por mais 50 anos, indo até o ano de 2073.

Em estudo mais recente, desenvolvido pela Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019), denominado: “Zona Franca de Manaus, Impactos, Efetividade e Oportunidades”, a equipe técnica da FGV, após aprofundado trabalho, são apontados resultados importantes, dentre os quais destacamos alguns:

1. [...] o modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM) permitiu a constituição de um sofisticado parque industrial na região, com a instalação de grandes empresas com as melhores práticas competitivas;

[...]

4. Há evidência de que as condições de moradia da população tenham sido positivamente afetadas pela ZFM, uma vez que a expansão do acesso à água deu-se de forma mais acelerada na região impactada pelo programa;

5. Embora a ZFM tenha impactado positivamente os trabalhadores da indústria, não há evidência de impacto social sobre a população como um todo, em termos de acumulação de capital humano e condições no mercado de trabalho. Em particular, A RM de Manaus tem proporção de alfabetizados e anos médios de estudo similares ao grupo de comparação. Também não se verificou efeito da ZFM sobre a renda total do trabalho, renda dos empregadores e trabalhadores conta-própria;

6. Em nossos estudos não foi possível rejeitar a hipótese de que a ZFM tenha contribuído para conter o desmatamento no Estado do Amazonas. Contudo, a capacidade da ZFM em reduzir o desmatamento é bastante modesta, mensurada como uma redução de 0.006% a cada aumento de 1% na população ocupada formal na indústria da ZFM;

[....];

14. Derivados de nossos estudos e de visita técnica à região, pudemos observar que se trata de um modelo de incentivos fiscais sob fortes riscos de desmonte de grande parte de seu parque industrial, se medidas não forem conduzidas na direção de seu aperfeiçoamento. As consequências socioeconômicas e ambientais de eventual desestruturação do Polo Industrial de Manaus são incalculáveis, como forte perda de emprego formal, queda relevante na renda da região, redução da arrecadação tributária para todos os níveis federativos, e potencial impacto de piora na educação e no desmatamento da floresta;

15. Parece-nos importante a manutenção dos preceitos constitucionais para não colocar em risco o parque industrial existente, e que gera cerca de 500 mil empregos diretos e indiretos. O modelo do PIM poderia ser a base para o desenho de um programa mais ampla para todo o Estado do Amazonas;

16. Desta forma, é fundamental a adoção de medidas voltadas para o fortalecimento do desenvolvimento regional baseado nos seguintes: ampliar a contribuição da região nas exportações brasileiras; melhoria da infraestrutura (portuária, ferroviária, rodoviária, fluvial, telecomunicações, etc.); destinar recursos do PD&I em atividades baseadas em recursos naturais da região e em formação técnica-profissional de excelência; desenvolver as atividades produtivas no interior do estado, estimulando projetos baseados em recursos minerais (potássio, gás, bauxita, nióbio, etc...), importantes para o fomento de novos polos econômicos (fertilizantes, metalúrgico, químico) e em recursos naturais voltados para o desenvolvimento de polos de alimentação, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; e explorar o turismo na região do Amazonas. (FGV, 2019, p.8-9).

No mesmo olhar, Spínola (2003) conta o esforço dos sucessivos governos baianos, norteados pelo trabalho técnico do economista Rômulo Almeida⁹, que, entre as décadas de 60 e 70, se empenharam por viabilizarem a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari. Diz o autor que, o trabalho foi realizado a despeito dos interesses das Regiões Sul e Sudeste em ficarem com o empreendimento, em detrimento da Região Nordeste, fato que ampliaria as desigualdades econômicas regionais no país. Spínola (2003) informa que a “indústria química/petroquímica, ainda hoje, é o carro chefe da economia baiana e que a parcela mais significativa desta indústria se encontra no Complexo Básico em Camaçari.” (SPINOLA, 2003, p.272).

Porém, Spínola (2003), afirmando que as expectativas econômicas geradas pela implantação do Polo Petroquímica de Camaçari foram criadas e fundamentadas nos conceitos de Perroux e outros, tece o seguinte comentário:

Esta indústria introduziu uma dinâmica, na Bahia, com perspectivas de investimento e com fluxos de materiais e de vendas independentes dos demais gêneros industriais do Estado. Por um lado, não produziu os efeitos multiplicadores (de polarização) esperados e que responderiam pelo desenvolvimento de um parque de indústrias de transformação, produtoras de bens finais, à jusante das suas centrais, e, por outro, reduziu a capacidade de financiamento de vários segmentos industriais alternativos, ao monopolizar a captação dos escassos recursos regionais para o financiamento da indústria. Ademais, pelo peso que assumiu na economia do Estado, ampliou a dependência da Bahia às flutuações do seu mercado específico tornando-a extremamente vulnerável às contrações da economia nacional. (SPINOLA, 2003, p.26).

Para o desenvolvimento regional, destaca-se ainda a contribuição do norte-americano Douglas C. North que, no âmbito econômico, discute a chamada base de exportação regional. Segundo Bellingieri (2017), o modelo da base de exportação encontra-se centralizado em dois fundamentos: o capital em dinheiro que entra na região devido às atividades básicas de exportação e os seus efeitos de propagação. Os recursos advindos da exportação de bens produzidos pelas indústrias de base acarretam um efeito multiplicador na região; permitem a sobrevivência dos habitantes e geram novas atividades econômicas de suporte, garantindo empregos e renda localmente. Assim, dentro da dinâmica do modelo da base de exportação, a região deve procurar permanentemente parceiros comerciais externos e possuir a capacidade de se adaptar sempre às inovações e aos novos desafios.

North (1955 *apud* SILVA, 2021) defende que o desenvolvimento será maior, quanto mais pujante for a capacidade da região de dinamizar sua atividade básica exportadora. O autor considera que não se deve entender o processo de ampliação da base exportadora como um fato

⁹ Economista baiano Rômulo Barreto de Almeida (1914 – 1988) responsável pela idealização dos projetos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Banco do Nordeste, Petrobras, Eletrobras, Polo Petroquímico de Camaçari, dentre outros.

isolado. Fazem-se necessárias a melhoria da rede de transporte, a introdução de inovação tecnológica, a capacidade de interação e a eficiência das instituições locais, atuando para potencializar e influenciar os demais setores da economia regional. Agrega-se ainda a importância da diversificação da base exportadora, tendo em vista que as regiões que se limitam a monocultura de exportação, inevitavelmente, não conseguem alcançar um ritmo forte de expansão. Desse modo, é necessário a diversificação da base exportadora e que a economia da região, faça ainda a transição de suas atividades primárias para atividades urbano-industriais, para que agreguem maior valor aos produtos de exportação (SILVA, 2021).

No estudo do desenvolvimento regional, outros trabalhos se destacaram e servem de referências, como os de Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Arthur Lewis e Paul R. Krugman. Segundo Silva (2019), Gunnar Myrdal identificou que a essência do problema social envolvia um complexo de mudanças interdependentes, que denominou de circulares acumulativas. Tendo uma região recebido um montante de investimento industrial, tenderia a resultar num impacto positivo na economia. Tal fato propulsionaria novos investimentos, tornando contínuos os incrementos: a causação circular positiva ou ascendente (*spread effects*). Doutro modo, o fechamento de uma grande empresa poderia ocasionar em uma região uma espiral para baixo: a causação circular negativa, com efeitos regressivos (*backwash effects*). Tal situação impactaria a economia local, com conseqüente ampliação das desigualdades sociais (SILVA, 2021, p.34). Para Bellingieri (2017), a intervenção pública estatal justifica-se para contrabalançar ou neutralizar o sistema de causação circular acumulativo regressivo, buscando, assim, minimizar as disparidades regionais (BELLINGIERI, 2017).

Por sua vez, segundo Santos e Santos (2012), Albert Hirschman entendia que, para as regiões subdesenvolvidas, se deve enfatizar investimentos de maior poder de indução. O critério de escolha para investimentos não deve ser aquele que a maioria dos teóricos priorizam, ou seja, investir em função da relação custo-benefício de cada projeto. Para Hirschman, as prioridades de investimentos devem seguir uma “sequência eficiente”, que vem a ser o potencial de um investimento gerar outro. Desse modo, o critério de seleção para escolha de determinado projeto A, será a sua capacidade de pressionar a necessidade de implementar o investimento no projeto B e assim sucessivamente, criando uma sequência de projetos que proporcione o aparecimento de novos investimentos induzidos. A esses encadeamentos em conjunto, Hirschman denominou de “encadeamentos para trás e para frente”, que resultariam em formar uma cadeia produtiva regional (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 27 - 28).

Silva (2005) descreve que, para Arthur Lewis, um setor capitalista atuando em uma determinada região se desenvolve atraindo mão de obra de um setor de subsistência atrasado. Em uma fase

inicial, a oferta “ilimitada” de mão de obra do setor de subsistência, com baixos salários, resulta em maiores rentabilidade para o capital, que por sua vez são reinvestidos, criando uma acumulação de capital na região. Quando o excedente de mão de obra do setor de subsistência for absorvido e a acumulação de capital gerar um aumento na base salarial, têm-se o que se denominou de “ponto de virada lewisiano.” (SILVA, 2005, p.29-32).

Nos anos 90, a abordagem liderada pelo teórico Paul Krugman assume relevância. Segundo Coelho (2013), a chamada Nova Geografia Econômica (NGE de Krugman) busca entender os processos econômicos espaciais, discutindo a aglomeração industrial, a política salarial, de preços, os custos de transporte, o montante da força de trabalho, etc. A NGE absorve diversos conceitos dos autores da Teoria da Localização, notadamente de August Lösch. Para Coelho (2013), a NGE pode ser “considerada uma confluência de conceitos que, organizados e modelados, acabaram por suportar algo que é novo e tem muito caminho a percorrer.” (COELHO, 2013, p.73). Para Suarez (2008), Krugman foi um crítico da chamada “Nova Economia”, que descreve a passagem de uma economia de base predominantemente industrial para uma economia baseada no conhecimento e nos serviços, resultantes do progresso tecnológico e da globalização econômica (SUAREZ, 2008, p.1).

2.3 AS ABORDAGENS E ABRANGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Segundo Souza (1981), a economia regional compreende diversos aspectos e possui grande abrangência. Para o autor:

Abrange a introdução do elemento espacial na análise econômica; a estrutura dos parques industriais locais e regionais; os meios de comunicação entre os centros urbanos; o problema do emprego rural e urbano; as finanças municipais e regionais; o aproveitamento racional dos recursos naturais locais; os impactos de investimentos em determinadas industriais sobre o emprego, as demais atividades industriais, as finanças públicas, etc. (SOUZA, 1981, p. 71).

Para Vasconcellos e Garcia (1998), o desenvolvimento regional compreende o esforço das sociedades locais na formulação de políticas próprias. Esses autores discutem as alterações da composição da sociedade, a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, visando melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social, tais como: pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia. Para Oliveira e Lima (2003, p.31), “pensar em desenvolvimento regional é alocar a participação da sociedade local no planejamento contínuo da distribuição dos frutos e ocupação do espaço no processo de crescimento”.

Buscando um olhar mais aprofundado, segundo Boisier (1996), o processo de globalização que ocorre no mundo tem influenciado diretamente as políticas nacionais e contribuído para a regionalização. Sob o efeito da globalização e do incremento tecnológico, foi possível interligar de forma direta, por meio de redes, setores produtivos antes isolados, cujo o acesso só ocorria mediante o aval do poder central de cada país. Assim, observa-se no âmbito nacional em diversos países, uma tendência à descentralização do poder e à valorização da regionalidade (BOISIER, 1996). Para Dallabrida (2000, p.46), esse fenômeno “resulta em um crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais com o intuito de discutir as questões centrais da complexidade contemporânea capazes de tornar a região o sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento”.

Xavier (2013), porém, relata que alguns autores destacaram o grau de dificuldade que determinadas regiões, visando o desenvolvimento local, apresentam quando tentam atrair o capital externo. Essa constatação levou “a partir da década de 1990, à consolidação de uma concepção que visa envolver os atores regionais, na busca pela superação dos problemas de uma perspectiva endógena.” (XAVIER, 2013, p. 1045).

Segundo Vázquez (2007), o autodesenvolvimento (ou desenvolvimento endógeno) baseia-se na utilização dos recursos regionais próprios. Para o autor, todos os territórios dispõem de um potencial de desenvolvimento. “A questão residiria em utilizar os recursos locais em projetos geridos pelos próprios cidadãos e as organizações locais, de tal maneira que seus habitantes controlem o processo através das iniciativas de desenvolvimento local.” (VÁZQUEZ, 2007, p. 189 - 190).

Segundo Tapia (2005), no processo de desenvolvimento regional intencional, observa-se uma convergência que valoriza o papel dos atores sociais locais. Ganham relevância os diferentes órgãos de governos, as agências de desenvolvimento local, as associações de representações setoriais, as organizações comunitárias, ou seja, toda a sociedade civil organizada. Boisier (1996) e Xavier (2013), referem-se à existência dos elementos que compõem, o que denominaram de o “Hexágono do Desenvolvimento Regional”, que os identificam como sendo:

1. atores – os membros da sociedade civil, empresários, sindicatos, movimentos sociais e outros;
2. cultura – remonta ao potencial cultural da região, ou seja, à capacidade de promover a cooperação, solidariedade, autorreferência, identidade com o território, etc.;
3. recursos - consiste em definir, de modo objetivo, os recursos que serão trabalhados pelo plano de desenvolvimento regional, sejam eles humanos, financeiros, materiais ou psicossociais;

4. instituições – levantar, no ambiente da região, quais as instituições que exercem influência e poder na governança local;
5. procedimentos – avaliar a natureza da gestão do governo territorial, destacando as ações que caracterizam o exercício da autoridade, a capacidade de liderança e a tomada de decisões de curto e longo alcance;
6. entorno - relaciona-se com a multiplicidade de organismos externos à região, sobre os quais não se tem controle, mas com os quais a região como um todo se articula necessariamente (TAPIA, 2005, p.137).

No entanto, Tapia (2005) enfatiza a importância da existência da capacidade técnica aglutinadora:

No plano da implementação das estratégias locais, uma variável crucial é a existência de uma capacidade técnica para auxiliar nas escolhas estratégicas dos atores sociais – seja em termos dos objetivos prioritários, seja dos principais instrumentos. A debilidade técnica parece comprometer as estratégias de desenvolvimento local, e apresenta-se de forma particularmente crucial nas áreas economicamente mais desfavorecidas. (TAPIA, 2005, p.137).

Neste sentido, a Universidade, como detentora de saber privilegiado e capacidade técnica, assume importância relevante na articulação dos diversos elementos que compõem o processo de desenvolvimento regional.

2.4 COMPREENDENDO O CONCEITO DE INOVAÇÃO

Buscando compreender o conceito de inovação, faz-se necessário observar alguns trabalhos como o de Plonsky (2017), “Inovação em Transformação”, no qual, de forma quase poética, o autor define inovação como sendo:

[...] a criação de novas realidades. Por ser criação, a inovação é, simultaneamente, o processo e o resultado de fazer existir algo que não havia, bem como, dar novo feitiço ou utilidade a algo que já existia. Entendida como processo, a inovação deixa de ser fruto exclusivo de uma imaginação fértil e passa a ser um conjunto estruturado de ações ou operações visando a um resultado. (PLONSKY, 2017, p.1).

Assim, Plonsky (2017) conclui que a inovação pode ser estimulada, promovida e gerida, sendo um campo multidisciplinar próprio para aplicação de conhecimentos e práticas de administração, direito, economia, engenharia, medicina e psicologia, entre outras.

Na tentativa, ainda, de conceituar inovação, Schmitz (2017, p.43) elenca alguns autores, que, com terminologia própria, insistem em melhor defini-la, que, por sua vez, permanece amplo e indecifrável. Para Barnett (1953 *apud* SCHMITZ, 2017, p.43), “inovação é qualquer pensamento, comportamento ou coisa que é nova porque é qualitativamente diferente de formas existentes”. Na visão de Kanter (1984 *apud* SCHMITZ, 2017, p.43), “inovação é o processo de

trazer novas ideias de resolução de problemas em uso”. Van De Ven (1986 *apud* SCHMITZ, 2017, p.43) afirma que inovação é o desenvolvimento e a implementação de novas ideias por pessoas que ao longo do tempo realizam operações com os outros dentro de uma ordem institucional. Por fim, Obstfeld (2005 *apud* SCHMITZ, 2017, p.43) assevera que “inovação é o processo de criação de novas conexões sociais entre as pessoas e os recursos que elas possuem, de forma a produzir novas combinações”.

Quando se discute inovação, o nome do economista austríaco Joseph Schumpeter (1883 -1950) emerge como um expoente. Considerado por muitos um dos mais importantes economistas da primeira metade do século XX, foi um dos primeiros a considerar as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista. Para Schumpeter (1942 *apud* BASTOS, 2008), pode-se afirmar que, no sistema econômico empresarial capitalista, a inovação assume função revolucionária. O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de mudança econômica que nunca pode ser estacionário, estando em permanente transformação. A esse fenômeno Schumpeter (1942) vai denominar: “a destruição criativa”. Para ele a abertura de novos mercados, o desenvolvimento organizacional, etc., ilustram o processo de mutação industrial que incessantemente revoluciona a estrutura econômica, a partir de dentro, destruindo a “velha” e criando a nova (SCHUMPETER, 1942 *apud* BASTOS, 2008, p.1).

Segundo Schumpeter (1942 *apud* BASTOS, 2008), esse processo de destruição criativa é o fato essencial do capitalismo. A inovação é o processo de criação do novo e a destruição do que se tornou obsoleto. Schumpeter (1942), ilustrando o seu pensamento, afirma que: “o vento perene da destruição criativa, não pode ser compreendido sob a hipótese de que existe uma eterna calmaria.” (SCHUMPETER, 1942 *apud* BASTOS, 2008, p.1).

Porém, Salomon (1991), inquirindo sobre o processo de permanente destruição criativa proposto por Schumpeter, argumenta dizendo que: “no sentido da termodinâmica, máquina nenhuma tem um rendimento de cem por cento, e a máquina capitalista não escaparia dessa lei”. Para o autor, o tempo e a história mostraram que nenhuma outra máquina econômica pode rivalizar em eficácia com o capitalismo. Porém, os defeitos do sistema, os limites, os desperdícios, os custos humanos do processo de “destruição-criação” e o custo político das crises cíclicas são evidentes. Assim, segundo Salomon (1991), o destino apontado por Schumpeter (1942) para o capitalismo é paradoxal: “o esgotamento, e finalmente a morte, não virá pelo desgaste ou pela entropia¹⁰, mas pelo excesso de êxito, pelo exagero do rendimento.” (SALOMON, 1991, p.102 -103).

¹⁰ Na termodinâmica, entropia é a função que define o estado de desordem de um sistema.

Outro nome importante, ao se tratar de inovação, é o do austríaco Peter Drucker (1909 - 2005). Segundo Drucker (1969 *apud* BASTOS, 2008), a inovação não é restrita aos aspectos tecnológicos e econômicos. As inovações sociais e as inovações na forma de gerenciar uma empresa são tão relevantes quanto as econômicas. Para Drucker (1969 *apud* BASTOS, 2008, p.1) “a inovação é a tarefa de dotar os recursos humanos e materiais, com nova e maior capacidade de produzir riqueza.”

Para Drucker (1969 *apud* MADIA, 2021), existem diferentes situações que possibilitam movimentos de inovação, algumas internas à organização e outras externas. As situações internas podem ser: a que decorre de um acontecimento inesperado - um evento qualquer, independentemente de ter sido um sucesso ou um fracasso; a que decorre de uma incongruência - a distância entre nossas expectativas e o que de fato foi alcançado; o que decorre da necessidade de se criar um novo processo; e a que decorre de uma mudança na estrutura daquela indústria ou mercado específico, pegando todos desprevenidos. As ocorrências externas podem ser: mudanças demográficas; mudanças nas percepções dos consumidores; e o advento de um novo acontecimento ou tecnologia.

Sobre o tema inovação, se destaca ainda Clayton Christensen (1952-2020). Segundo Christensen (1997 *apud* BASTOS, 2008), mesmo uma empresa bem administrada corre risco de não sobreviver. Geralmente, essas empresas estão comprometidas com formas tradicionais de fazer negócios e não percebem o valor potencial de uma tecnologia disruptiva. Para Christensen (1997), uma inovação disruptiva seria aquela que provoca uma ruptura com os padrões, modelos ou tecnologias estabelecidas no mercado. A inovação disruptiva interrompe o curso normal, criando uma descontinuidade. As empresas necessitam atentar para esse tipo de inovação, pois, caso contrário, “quando perceberem, um inesperado estreante já tem o domínio dos melhores seguimentos do mercado.” (CHRISTENSEN, 1997 *apud* BASTOS, 2008, p.2). Inovação não se limita apenas a um aspecto, quer seja a mudança nas tecnologias para transformar mão de obra, capital, materiais ou informação em produtos e serviços de grande valor agregado. É a capacidade de transformar um baixo desempenho setorial, em um menor tempo possível, numa nova proposta de valor, baseada numa tecnologia disruptiva, com desempenho bem superior (CHRISTENSEN, 1997 *apud* BASTOS, 2008).

Christensen *et al.* (2013) explica que a teoria da inovação disruptiva surgiu de um estudo sobre a indústria de discos musicais, para explicar por que as empresas líderes do setor não foram capazes de se manter na liderança de uma geração para a outra. Comenta como em diversos setores, organizações recém-chegadas substituíram empresas ou instituições que eram

dominantes. Os exemplos passam por produtos e serviços, organizações lucrativas e não-lucrativas, e de mercados de mudança lenta e alteração veloz (CHRISTENSEN *et al.*, 2013). No tocante ao tema, vale ressaltar ainda o trabalho conceitual do norte-americano Gary P. Hamel. Segundo Hamel (2000 *apud* BASTOS, 2008, p.3), somente a inovação radical possibilita um crescimento lucrativo. Para o autor, tornou-se impossível criar riqueza sem a inovação. A inovação começa pela definição da missão da empresa, que deve se distinguir das demais do setor. A unidade de análise de inovação não é o produto, o serviço ou a tecnologia, mas o conceito de negócio. Somente com um conceito de negócio radical a empresa conseguirá superar as limitações da melhoria contínua e dar saltos radicais de inovação. A inovação radical tem origem na criação de um destino futuro coletivo, que estimule a imaginação das pessoas da organização na busca de oportunidades não convencionais.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com uma equipe multidisciplinar, desenvolveu um documento denominado Manual de Oslo, Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica (2004). Segundo o mesmo, o documento “é a principal fonte internacional de diretrizes para coleta e uso de dados sobre atividades inovadoras da indústria.” (OCDE, 2004, p.5). Sobre os tipos de inovação são apresentadas quatro categorias de abordagens: inovação em produto; inovação em processo; inovação em marketing e inovação organizacional. A inovação em produto se refere à introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado. A inovação de processo denota a implantação de um novo método de produção ou distribuição ou significativamente melhorado. A inovação de marketing contempla a implementação de um novo método de marketing, com mudanças significativas no empreendimento do produto, no seu posicionamento, em sua promoção ou fixação de preços. A inovação organizacional cria um novo método organizacional, seja nas práticas de negócios, na organização, no local de trabalho ou nas relações externas.

2.5 ENTENDENDO O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Para que se possa discutir o papel da universidade no mundo contemporâneo, faz-se necessário, inicialmente, compreender a importância da educação em uma sociedade em permanente transformação. Neste contexto, o nome do economista norte-americano Theodore William Schultz (1902-1998), Prêmio Nobel de Economia, ano 1979, se torna uma referência, por defender a importância do capital educacional para o desenvolvimento.

Segundo Franco (2016), nos anos pós segunda guerra mundial, Schultz pesquisou a rápida recuperação da Alemanha e do Japão, comparando a situação com a do Reino Unido, onde ainda havia racionamento de alimentos. Schultz, considerou que a maior velocidade de recuperação decorreria de uma população saudável e altamente educada. Concluindo que a educação torna as pessoas mais produtivas.

De acordo com Viana e Lima (2010), Schultz (1964) ensinava que o investimento básico no ser humano se dá por meio da educação. As pessoas valorizam as suas capacidades, tanto como produtores, quanto como consumidores, pelo investimento que fazem em si mesmas. O nobelizado aprofunda sua compreensão quando avalia esse potencial; para ele há duas formas de se mensurar o capital humano entre diferentes regiões: a quantitativa e a qualitativa. A quantitativa se baseia no número de pessoas, correspondendo à proporção entre a população economicamente ativa e o número de horas trabalhadas. A qualitativa aborda os aspectos como o nível de escolaridade da população, capacitação técnica e os valores específicos que afetam as habilidades humanas e sua produtividade.

Assim, segundo Schultz, a formação educacional de sua população se torna a principal ferramenta para uma determinada região se libertar das amarras do atraso e encontrar o caminho do desenvolvimento. No entanto, Franco (2016) argumenta que Schultz e os defensores da Teoria do Capital Humano apenas se curvaram aos interesses do grande capital que necessita cada vez mais de mão de obra “dócil” e qualificada para se adaptarem mais facilmente aos avanços da inovação tecnológica:

Constata-se que esse peculiar modo de produção automatizado é uma nova ordem para o mundo do trabalho, no qual a força de trabalho busca qualificar-se pela flexibilização de suas competências e habilidades, adaptando-se a resolver problemas e a assumir várias funções (versatilidade), enfim, todas as habilidades necessárias às novas tecnologias. Focado no indivíduo, o objetivado é capacitar-se para melhor trocar sua força de trabalho, pois a capacidade de trabalhar é o que possui para ser vendido, sendo necessário que ele torne essa “mercadoria” cada vez mais atraente, em um mercado amplamente competitivo. (FRANCO, 2016, p. 9).

E, ainda:

A ação formativa dos seres humanos vai abandonando, assim, seu caráter transformador e assume-se como fonte de interesses puramente burgueses. Assume-se um referencial completamente mercantil, e a própria cultura se torna um produto a ser comercializado. (FRANCO, 2016, p. 9).

Ainda assim, por mais que se questione o conteúdo e as implicações das proposições da Teoria do Capital Humano, e os questionamentos encontram validade nesse debate, a realidade, porém, se impõe. O devir permanente da sociedade atual que se caracteriza por se fundamentar no

conhecimento, ou seja, na busca incessante da inovação, se reinventando e ressignificando, exige pessoas altamente qualificadas.

Segundo Etzkowitz (2008 *apud* SCHMITZ, 2017), a sociedade baseada no conhecimento possui a sua própria dinâmica, enquanto a sociedade industrial prioritariamente se volta à fabricação de bens materiais. As economias baseadas no conhecimento se direcionam às inovações e são sujeitas a transformações contínuas, ao invés de se estabilizarem em convenções “consolidadas”. Na sociedade industrial, as universidades são instituições de apoio, que prepara e treina pessoal, e desenvolve pesquisa básica. No entanto, Bernheim e Chauí (2008) afirmam que “estamos assistindo à emergência de um novo paradigma econômico e produtivo no qual o fator mais importante deixa de ser a disponibilidade de capital, trabalho, matérias-primas ou energia, passando a ser o uso intensivo de conhecimento e informação.” (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p.07).

Para Audy (2017), no século XI, quando surge a primeira universidade na Europa, a Universidade de Bolonha – 1088, ensinar era a primeira missão da universidade. No século XIX, ocorre a primeira revolução na missão da universidade, surgindo a pesquisa como a sua segunda missão. A inserção da pesquisa na missão e a criação de centros de pesquisa se constituíram como uma mudança disruptiva para as instituições universitárias. Na segunda metade do século XX, surge a segunda revolução na missão, que resulta como sendo tarefa da universidade produzir inovação e atuar como protagonista do processo de desenvolvimento econômico e social da sociedade onde está inserida. Tem-se, então, uma mudança radical no contexto da missão e da atuação das universidades.

Discutindo sobre o surgimento da chamada terceira missão da universidade, Mora, Serra e Vieira (2018) afirmam que as primeiras universidades surgiram de maneira espontânea, em função de atender as necessidades sociais da época. Na origem, as universidades europeias tinham como primeira missão educar. Com a sistematização do método científico, surge uma segunda missão, que genericamente fica conhecida como pesquisa. Recentemente, ocorre um movimento para restaurar a prioridade social da universidade, que, segundo os autores, resulta em uma terceira missão. Para os mesmos, essa terceira missão da universidade é “difusa e difícil de caracterizar, pois não é uma missão separada, mas sim uma forma de se realizar, ou uma mentalidade para se alcançar as duas primeiras.” (MORA; SERRA; VIEIRA, 2018, p.127-128). Segundo Rolim e Serra (2010), quando as Universidades constroem o capital humano, ampliam o ambiente sociocultural e possibilitam a inovação estão cumprindo a tarefa que tem sido denominada de terceiro papel das instituições de ensino superior. Portanto, essa chamada terceira missão possui amplitude muito mais abrangente que o antigo conceito de extensão

universitária (ROLIM; SERRA, 2010, p.2). Para Audy (2017), a mudança na missão requer repensar novas estruturas acadêmicas que correspondam à realidade que se vislumbra. O autor informa que, para o cumprimento dessa terceira missão, a universidade deve dispor de espaços e meios adequados em sua estrutura, e ainda se inserir em núcleos de inovação tecnológica (NIT), escritórios de transferências de tecnologia (ETT), parque científicos e tecnológicos, institutos de pesquisa associada ao empresariado, bem como participar em iniciativas de projetos de *smart cities* (cidades inteligentes) e distritos de inovação, etc. (AUDY, 2017, p.81). Desta forma, a Universidade, para cumprir o seu papel no mundo contemporâneo, deve estar aberta a inovação. Etzkowitz (2013 *apud* SCHMITZ, 2017) afirma que a importância da universidade em uma sociedade baseada no conhecimento reside na sua natureza produtora de conhecimento novo. Mesmo atuando em contextos sociais e espaciais diferentes, as universidades possuem elementos comuns; elas geram, disseminam e aplicam conhecimento. Para Garcia *et al.* (2018), a universidade se destaca como um dos agentes importantes no processo de geração e fomento da inovação. Mediante suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a universidade contribui para a formação de trabalhadores qualificados e para a geração de novos conhecimentos (GARCIA *et al.*, 2018). Para Castro *et al.* (2018), o mais importante é que a universidade se insira no processo de aprimoramento do sistema de inovação em seu sentido mais amplo e sistêmico.

No entanto, associar inovação à educação não se constitui numa tarefa fácil. Segundo Almeida (2021), educação é um serviço e, por ser um serviço, a inovação na educação se apresenta como mais desafiadora. A essência do serviço educacional está na experiência e atuação do professor. Inovar pode representar, para um educador, abandonar aquilo que levaram anos para construir. “Em muitos casos, os melhores professores são justamente os que se sentirão mais ameaçados pela inovação.” (ALMEIDA, 2021. p.2).

Outro aspecto relevante dessa temática, mencionado por Bernheim e Chauí (2008), diz respeito ao caráter internacional do conhecimento. Os autores informam que, cada vez mais os cientistas participam da “academia mundial”, composta por inúmeras redes que se interligam em permanente transferência de conhecimento. Para Bernheim e Chauí (2008, p.14), “a emergência do conhecimento sem fronteiras e da sociedade da informação, em um mundo cada vez mais globalizado, confronta a educação superior contemporânea com desafios sem precedentes”.

Leite (2012) apresenta seis dimensões que caracterizam inovação das práticas pedagógica na universidade. A autora entende que essas dimensões apontam o compromisso social da universidade com o ensino, a pesquisa e a extensão em uma sociedade democrática. Em

apertada síntese, são apresentados a seguir os referenciais indicadores de inovação pedagógica no ensino superior, apresentados e propostos pela autora:

1. memória educativa - vivências dos professores e alunos que são expostas e reinterpretadas dialeticamente, construindo um novo território comum de aprendizado;
2. protagonismo - desenvolver a capacidade argumentativa dos alunos e estimular a tomada de decisões, assumindo a autoria de forma independente e justificada;
3. territorialidade - apropriação de diferentes espaços, formais e não formais, configurando que a sala de aula não é limitada pelos muros da universidade, mas sim pela intencionalidade de ensinar e aprender;
4. ruptura – superação do conhecimento como conteúdo estático, criando formas de ensinar e aprender que ultrapassem o modo reprodutivo positivista, visando transpor o individualismo e estabelecer uma compreensão social do conhecimento;
5. historicidade do conhecimento - reconhecimento da intencionalidade e dos interesses que forjam a história do conhecimento; acolher as diferentes interpretações da realidade, rompendo com a crença de superioridade do conhecimento científico;
6. democracia pedagógica - relação entre professores e alunos fundada em um contrato de decisões partilhadas, construída por atitudes de respeito e acolhida, entremeadas de afeto e de disponibilidade para o diálogo (LEITE, 2012).

Em face a todas essas novas realidades, ocorre no meio acadêmico intensa discussão sobre a necessidade de universidade rever suas práticas pedagógicas, democratizar as relações interpessoais e se adequar às inovações socioeducacionais. Concomitantemente, a universidade deve buscar compreender o seu papel no contexto atual e como ela poderá responder às demandas que lhe serão requeridas em uma sociedade cada vez mais digital e globalizada. Também, em outro flanco, a universidade é desafiada, ainda, a formar pessoas com perfil profissional que atenda as novas exigências do mercado de trabalho.

Wanderley (1994), comenta que as tecnologias alteraram as exigências dos mercados de emprego e que as empresas e governos, em face da carência, estão desenvolvendo seus próprios campos de formação profissional. Nesse sentido, observa-se que para uma mudança no perfil dos profissionais, faz-se necessário que a universidade se reorganize e inove seus currículos para maximizar e diversificar os conhecimentos de modo a suprir o novo mercado de trabalho. Essa medida por si só, já constitui um enorme desafio para universidade ante à contemporaneidade.

Diante do exposto, pode-se observar que são múltiplas e complexas as novas demandas que se apresentam às universidades. Bernheim e Chauí (2008) pontuam alguns desafios urgentes que

o ensino superior terá que enfrentar para se manter relevante e fazer frente às demandas da contemporaneidade. Primeiro, o desafio quantitativo de atender ao número crescente de matrículas, mantendo a qualidade inerente à educação superior. Outro desafio, refere-se a relevância ou pertinência do ensino superior. Segundo os autores, a educação superior precisa ser relevante, mas, ao mesmo tempo, questionam: “mas, quem define a relevância? [...], quem responde às perguntas: educação superior para quê? Para qual sociedade? Para que tipo de cidadania?”. E ainda, as instituições precisam ser pertinentes e a “pertinência tem a ver, igualmente, com as responsabilidades da educação superior para com o resto do sistema educacional, do qual ela precisa ser a cabeça, e não simples coroa.” (BERNHEIM; CHAÚÍ, 2008, p.20, 27 e 29). O ingresso no mundo das inovações tecnológicas representa outro desafio. As instituições de educação superior e os seus professores não podem resistir ou rejeitar o uso dessas tecnologias. Porém, elas precisam ser vistas como ferramentas de apoio ao ensino e nunca como substitutas do professor.

Destaca-se que, no intercurso das discussões sobre o papel das universidades no mundo contemporâneo, vários modelos de universidades têm sido propostos. Neste contexto, insere-se o conceito de Universidade Empreendedora. Segundo Kempton (2018), esse modelo foi descrito pela primeira vez em 1983 por Henry Etzkowitz, que propunha a simbologia de uma “hélice tripla” para descrever a parceria entre governo, empresa e universidade. Para o autor, “a principal contribuição da universidade empreendedora ocorre por intermédio da comercialização de pesquisa por meio do patenteamento, do licenciamento, etc.” (KEMPTON, 2018, p.59).

Teixeira, Vitcel e Beber (2007) complementam, dizendo que a cooperação entre as instituições é estabelecida para cumprir com um objetivo comum entre as partes e atender a uma demanda específica de desenvolvimento regional. De acordo com as autoras, a forma de cooperação da Universidade Empreendedora pode ser bilateral, empresa e universidade; multilateral, como na atuação de um centro de pesquisa cooperativa, com vários setores econômicos envolvidos; pode ter abrangência microrregional ou internacional; pode constituir um projeto pontual ou um programa de longo prazo; e, ainda, haver o aporte de milhões em dinheiro ou não envolver qualquer valor monetário.

Para Kempton (2018), no entanto, há limitações no modelo de Universidade Empreendedora, pois pressupõe uma homogeneidade entre as universidades; ele considera que somente algumas universidades, por características próprias, conseguem atuar como empreendedoras. O autor tece, ainda, uma crítica adicional, afirmando que o modelo se baseia “em uma proposta norte americana de impulsionadores e incentivos para a comercialização de pesquisa que tem limitada

exportabilidade para lugares com diferentes sistemas de ensino e de políticas de inovação.” (KEMPTON, 2018, p.59).

Outras propostas também têm sido apresentadas como forma de envolvimento das universidades com a coletividade local, tais como: Universidade Engajada, Universidade Cívica e Universidade como força motriz do sistema regional de inovação, dentre outros. A proposta de Universidade Engajada, segundo Kempton (2018), amplia o papel da universidade para além do ensino e pesquisa e percebe a universidade em colaboração com a sociedade em geral, não apenas com as empresas (KEMPTON, 2018, p.60). Neste contexto, surgem no meio acadêmico discussões e projetos que assumem temas como: Universidade Engajada: o papel da universidade no ecossistema de inovação (UFPEL, 2021); Universidade Engajada com a Sustentabilidade (UNB, 2018); Universidade Engajada com Educação Prisional (USP, 2018), etc. Kampff, Ramirez e Amorim *et al.* (2018) acreditam que as estratégias de engajamento das instituições de ensino superior (IES):

[...] configuram-se em dimensões fundamentais para tornarem o ambiente acadêmico lugares antropológicos, relacionais, repletos de sentidos para seus estudantes, desenvolvendo não somente suas habilidades cognitivas, mas gerando experiências e aprendizagens significativas e relevantes. (KAMPFF; RAMIREZ; AMORIM, 2018, p.358).

No entanto, Kempton (2018) aponta limitações para a proposta de Universidade Engajada, dizendo que “faltam evidências empíricas comprováveis de que ela tenha um impacto positivo na inovação regional.” (KEMPTON, 2018, p.60). Bem como a proposta não considera as pressões das políticas externas que direcionam a capacidade ou a disposição das universidades, quanto a serem “engajadas”.

A Universidade Cívica é uma proposta que, segundo Kempton (2018), nasceu no século XIX e foi atualizada no início do século XXI. O conceito descreve “uma visão holística de toda instituição para o envolvimento com a sociedade em geral.” (KEMPTON, 2018, p.60). Foi influenciada pelo ressurgimento do interesse no papel cívico das universidades nos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990. A proposta preocupa-se com a qualidade da gestão interna das universidades e com as tensões de liderança que devem apontar uma missão “cívica” para a instituição. Conforme Nonato, Silva e Spink (2018), foi Boyer¹¹ quem primeiro apresentou o termo “*civic university*”, referindo-se a ideia de “serviço” promovido pela universidade a partir de problemas complexos, advindos das necessidades da sociedade. Segundo Goddard *et al.* (2016 *apud* NONATO; SILVA; SPINK, 2018, p.6-7), para “ser cívica, a universidade deve ter

¹¹ Ernest Leroy Boyer (1928-1995), educador estadunidense.

um senso de propósito quanto seu prioritário papel de enfrentamento aos desafios da sociedade e na resolução de problemas específicos”.

Em Covilhã – Portugal, a Universidade da Beira Interior (UBI (pública) coordena o Programa Inova (2021), novo perfil de “Universidade Cívica” pelo projeto *Research and Innovation Loop - R&I LOOP* (Ciclo de Pesquisa e Inovação), que envolve várias IES europeias e tem por objetivo “alavancar um novo perfil de universidade cívica, onde a dimensão regional, a inovação aberta e a inovação social possibilitem a adoção de estratégias, efetivamente, centradas no cidadão.” (UBI.INOVA, 2021, p. 1). Internamente, neste propósito, a Universidade da Beira Interior, criou em sua estrutura administrativa o Gabinete de Inovação Pedagógica, com o objetivo de propor e fazer implementar as transformações pedagógicas necessárias. Dentre as medidas adotadas, instituiu o Prémio Inovações Pedagógicas, para premiar anualmente as cinco práticas mais relevantes, criativas e inovadoras dos seus docentes (UBI, 2023).

Para Kempton (2018), porém, “muitos dos princípios da universidade cívica são espacialmente cegos”, ou seja, atuam em causas diversas, falta foco nas questões regionais. Bem como, possui uma “descrição de modelo normativo idealizado, com limitada evidência de sucesso na prática.” (KEMPTON, 2018, p.61).

Outra abordagem, seria a que coloca a Universidade como motriz do sistema regional de inovação. Segundo Kempton (2018), a proposta foi delineada por Cooke, Heidenreich e Braczyk (2004); mostra as “universidades desempenhando um papel central tanto como geradoras de conhecimento quanto como conectoras entre os atores públicos e privados na região.” (KEMPTON, 2018, p.59). Neste modelo, reportando a simbologia da “hélice tripla” (empresa-universidade-governo) de Etzkowitz (1983), a universidade assume o papel de comando da inovação regional, deixando de ser apenas um dos atores e se tornando a força motriz fundamental do sistema. Kempton (2018) aponta limitações nessa abordagem, pois negligência os aspectos sociais e culturais do desenvolvimento regional, por fazer da universidade a “detentora do saber” e ignorar o papel que a sociedade civil desempenha (KEMPTON, 2018, p.60)

Para Audy (2017) a complexidade dessas mudanças, gera a necessidade de uma análise dos impactos, na visão de futuro, na estrutura organizacional da universidade e na sua relação com a sociedade, etc. Assim, a síntese realizada até aqui quanto aos desafios da universidade para cumprir o seu papel no mundo contemporâneo presta-se a compreender e aclarar as contradições que as próprias universidades vivenciam, quando buscam interagir com a sociedade local ou se aliam em um projeto de desenvolvimento regional. Portanto, não se deve

esperar ou entender a atuação da universidade como redentora, muito menos como detentora da última palavra. A universidade se situa no campo de uma colaboradora privilegiada, por deter conhecimento superior e estar mais próxima das transformações que se processam no mundo em função das permanentes inovações, às quais acessa com maior destreza.

Finalmente, convém distinguir qual o modelo de desenvolvimento que se espera ser fomentado por uma Universidade. Segundo Bernheim e Chauí (2008), a educação superior deve seguir o paradigma do desenvolvimento endógeno, humano e sustentável, baseado nas forças produtivas internas, nas capacidades e competitividade a serviço da dignidade do ser humano; desenvolvimento que respeite o direito das futuras gerações e que preserve a identidade cultural dos povos. Assim, neste diapasão, a seguir, tentaremos verificar e compreender de modo conceitual e exemplificado a importância da universidade no desenvolvimento regional em suas peculiaridades.

2.6 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EM BUSCA DE ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Segundo Mora, Serra e Vieira (2018, p. 127), com “variações de forma e notáveis exceções, há uma tendência geral das universidades e seu *staff* acadêmico, de se sentirem excessivamente envolvidos com o que percebem ser as nobres atividades de educação e pesquisa”. Assim, na visão dos autores, de modo excludente, grande parte das instituições de ensino superior se colocam à parte da sociedade que lhes circundam. Os autores ressaltam que essa postura caracteriza um comportamento bem diferente das intenções dos pioneiros que fundaram as academias:

As primeiras universidades foram nucleadas de maneira espontânea, impulsionadas pelas necessidades sociais de cada época, estando os membros sêniores de tais comunidades acadêmicas engajados no conhecimento (MORA; SERRA; VIEIRA, 2018, p.127).

Para Hoff, Pereira e Paula (2017), o ensino superior necessita transpor os “muros da universidade”, ou seja, não se limitar a construir conhecimento apenas para os que estão no seu interior, mas se alargar para a comunidade local e contribuir de forma mais decisiva para o desenvolvimento regional. Segundo Gianotti (2004), a universidade lida com o capital humano e cultural, que são elementos valorizados para o desenvolvimento, porém, encontra-se de tal modo “desarticulada e desorganizada que dificilmente seria capaz de produzir transformações significativas.” (GIANOTTI, 2004, p.67).

No entanto, autores como Rolim e Serra (2010) apontam que “o papel das universidades no desenvolvimento regional vem recebendo uma atenção crescente nos últimos anos e está sendo considerado como elemento chave do processo.” (ROLIM; SERRA, 2010, p.03).

Para Teixeira, Vitcel e Beber (2007), “as academias preocupam-se cada vez mais com a temática do desenvolvimento regional sustentável, buscando, formas de promovê-lo.” (TEIXEIRA; VITCEL; BEBER, 2007, p.189). Coenen (2007), informa que o real impacto que uma universidade pode causar depende das características específicas do Sistema Regional de Inovação (RIS) da região em que está inserida, do grau de regionalização da política de inovação e das aspirações e capacidades da própria instituição (COENEN, 2007, p. 804).

Quanto à importância e à participação da universidade no desenvolvimento regional, Andrade *et al.* (1980) ressalta que, por criar um ambiente crítico, a universidade termina por interferir nas relações de poder que contribuem para o desenvolvimento político, econômico e social de uma região. Bosi *et al.* (2000), em sua avaliação, diz que:

A existência de uma boa universidade pública basta muitas vezes para transfigurar a vida de uma cidade. Através do conhecimento que produz e das pessoas que forma, ela irá colaborar ativamente para o progresso material, a melhoria da qualidade de vida e o ambiente cultural. (BOSI *et al.*, 2000, p. 19).

Autores como Hoff, Pereira e Paula (2017) apresentam e justificam seis impactos diretos e indiretos esperados em decorrência da inserção e participação ativa de uma universidade em uma região:

1. influencia a demanda agregada – por criar ou ampliar demanda por meio de despesas de custeio, obras, habitação, transporte, serviços públicos, lazer, etc.;
2. influencia o ambiente cultural – pois dissemina novas ideias; desperta a coletividade para ideias sistêmicas, associativas, cooperativas; possibilita contato com culturas diversas; aprimora o sentimento de cidadania, etc.;
3. influencia o ambiente empresarial - por formar lideranças com visão estratégica e sistêmica sobre os recursos e condicionantes econômicos regionais; disponibilização de suporte científico e tecnológico, etc.;
4. gera empregos e renda – por criar postos de trabalho diretos e indiretos; distribuir bolsas e auxílios que contribuem na renda, etc.;
5. dinamiza as economias regionais – por colaborar na qualificação das políticas públicas; no acesso a recursos externos para região; na melhor alocação das atividades produtivas no território, etc.;
6. modifica a infraestrutura local – por pressionar a modificação da estrutura de educação, habitação, transporte, comércio, saúde, etc. (HOFF; PEREIRA; PAULA, 2017).

Exemplificando como uma universidade pode atuar como empreendedora, autores como Wray e Tomaney (2008 *apud* HOFF; PEREIRA; PAULA, 2017) citam a Universidade Pública Monash (Melbourne - Austrália) que, no ano de 2004, movimentou cerca de US\$ 4 bilhões, devido às suas características comerciais, com atividades empresariais e serviços não acadêmicos. Para Serra, Rolim e Bastos (2018), a proposta de universidade empreendedora “se harmoniza com uma economia dinâmica e inovadora, e com uma região competitiva e próspera”. Neste ambiente propício, a universidade teria a habilidade de conciliar os objetivos acadêmicos, de ensino e pesquisa, com a “comercialização do conhecimento gerado dentro dos seus muros.” (SERRA; ROLIM; BASTOS, 2018, p.38). Os autores Mora, Serra e Viera (2018) tomam como exemplo, no Brasil, a Unicamp,

[...] que é a universidade brasileira com maior número de patentes depositadas; está em segundo lugar entre as vinte principais empresas e instituições detentoras de patentes no Brasil; tem a maior produção científica *per capita* do país; e seus *spin-offs* foram responsáveis pela geração de mais de sete mil empregos. Esse notável desempenho está diretamente associado ao fato de estar localizada no estado de São Paulo, que se destaca do restante dos estados brasileiros tanto por seu dinamismo econômico quanto pela sua pujança em CT&I. (MORA; SERRA; VIEIRA, 2018, p.137)

Segundo Coenen (2007), o impacto que as universidades podem causar na inovação regional depende das características específicas do sistema local. No campo internacional, as “melhores práticas” para as universidades na inovação regional buscam se espelhar em modelos restritos de casos como: Vale do Silício e Corredor do MIT nos EUA, “Triângulo Dourado” de Cambridge-Oxford-Londres no Reino Unido, “que se tornaram “modelos” de sucesso que os governos e os formuladores de políticas ao redor do mundo tentaram imitar com limitado êxito.” (COENEN, 2007, p.809).

Em trabalho de pesquisa sobre a atuação das universidades da América Latina, Mora, Serra e Vieira (2018) informam que as universidades latino-americanas, por se localizarem em uma região marcada por crises econômicas e desigualdades sociais, construíram um “senso de dever para servir suas comunidades e regiões vizinhas que vai além das missões universitárias convencionais”. Conforme os autores, no olhar internacional, a dimensão mais marcante e perceptível das universidades latino-americanas é o engajamento social. Eles sublinham que, a história política dos países da América Latina assinalada por diversas aquarteladas, durante as quais “as universidades eram as únicas instituições civis livres e independentes”, de certo modo, contribuiu para que elas assumissem responsabilidades sociais que não são práticas comuns em outras regiões (MORA; SERRA; VIEIRA, 2018, p.130).

Visando delinear as contribuições para o desenvolvimento regional das universidades latino-americanas, Mora, Serra e Vieira (2018) nesse trabalho expuseram o projeto *Alfa*

Vinculaentorno (Vinculación de las Universidades con su Entorno para el Desarrollo Social y Económico Sostenible). O projeto, realizado entre 2012 e 2014, abrangeu sete países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Peru. O objetivo foi mapear as atividades de terceira missão nas universidades. Foram escolhidas 28 universidades da América Latina e coletadas informações sobre como as atividades de terceira missão eram gerenciadas e desenvolvidas. As instituições selecionaram suas melhores práticas com base no critério de impacto e relevância socioeconômica, tendo sido apresentadas 77 atividades. Foram avaliadas três dimensões: Transferência de Tecnologia e Inovação (TTI) - 23 trabalhos; Educação Continuada (EC) - 26 trabalhos; e Engajamento Social (ES) - 28 trabalhos. O Quadro 2 apresenta os países, as universidades participantes da amostra e as áreas dos trabalhos selecionados.

Mora, Serra e Vieira (2018) concluem dizendo que as universidades latino-americanas desenvolveram atividades de terceira missão nas três dimensões. Na dimensão de Transferência de Tecnologia e Inovação (TTI), foram apresentados casos de boas práticas, com estruturas abrangentes, tendo escritórios de transferência de tecnologia, parques tecnológicos e incubadoras, caso das universidades brasileiras e chilenas, representando universidades altamente intensivas em pesquisa. No Paraguai, pode ser observado casos de projetos de tecnologia direcionados às necessidades mais básicas e práticas da sociedade. As demais possuem “agenda de pesquisa bastante recente” ou praticamente nenhuma pesquisa, caso das universidades da Colômbia e Peru.

Quadro 2 - Universidades Latino-Americanas participantes do projeto *Alfa Vinculaentorno*

UNIVERSIDADE	ATIVIDADES		
	TTI	EC	ES
Na Argentina			
Universidad Nacional de Cuyo	✓	✓	✓
Universidad Provincial del Sudoeste	✓	✓	✓
Universidad Nacional de Formosa	✓	✓	✓
Universidad Nacional de Villa María	✓	✓	✓
Universidad Nacional de Chilecito	✓	✓	✓
Universidad Católica de Córdoba	✓	✓	✓
No Brasil			
Universidade Estadual de Campinas	✓	✓	✓
Universidade Estadual Paulista	✓	✓	✓
Universidade Federal de Viçosa	✓	✓	✓
No Chile			
Universidad del Bío-Bío	✓	✓	✓
Universidade de Santiago de Chile	✓	✓	✓
Duoc UC	✓	✓	✓
Pontificia Universidad Católica de Chile	✓	✓	✓
Na Colômbia			

UNIVERSIDADE	ATIVIDADES		
	TTI	EC	ES
Universidad del Rosario	✓	✓	✓
Universidad Externado		✓	✓
Universidad del Norte		✓	✓
Universidad Simón Bolívar		✓	✓
No México			
Universidad Autónoma del Estado de México	✓	✓	✓
Universidad de Guadalajara	✓	✓	✓
Universidad Veracruzana	✓	✓	✓
No Paraguai			
Universidad Autónoma de Asunción			✓
Universidad Católica Nuestra Señora Asunción	✓	✓	✓
Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción - <i>Campus Guairá</i>	✓		✓
Universidad del Cono Sur de las Américas	✓	✓	✓
Universidad Nacional de Asunción	✓	✓	✓
No Peru			
Pontificia Universidad Católica del Perú	✓	✓	✓
Universidad Católica Sedes Sapientiae	✓	✓	✓
Universidad Peruana Cayetano Heredia	✓	✓	✓

Fonte: Mora, Serra e Vieira (2018 p.141-143).

Nota: Elaboração própria do autor desta dissertação e Leonardo Moura¹².

Na dimensão Educação Continuada (EC), os autores informam que a maioria das universidades desenvolve bem essa dimensão. Foram identificadas atividades em duas categorias: 1) cursos curtos, com duração inferior a 100 horas, que oferecem especialização e atualização; 2) treinamento específicos para pessoas em situação de vulnerabilidade, destacando o Programa de Idosos da Universidade Quíchua, na Argentina, e os projetos de serviço comunitário obrigatório incluídos nos cursos acadêmicos das universidades mexicanas (MORA, SERRA; VIEIRA, 2018, p.145).

Quanto à dimensão de Engajamento Social (ES), segundo Mora, Serra e Vieira (2018), nas universidades latino-americanas se constitui na dimensão com maior diversidade. Todas as universidades participantes do projeto têm duas áreas claramente separadas: 1) extensão e difusão cultural – englobam atividades comunitárias de cultura e lazer - esporte, música, teatro, orquestras, danças, festivais, museus, mídia, exposições, etc., quando “as portas da universidade” se abrem para sociedade; e 2) desenvolvimento comunitário - que abrangeram a maioria dos casos, com atividades de incubadoras de projetos comunitários, serviços de saúde, integração de aldeias indígenas, preservação de tradições e cultura.

Ainda na dimensão Engajamento Social (ES), os autores Mora, Serra e Vieira (2018) destacam os programas governamentais que são desenvolvidos pelas universidades tais como: “Cientistas

¹² Leonardo Moura, revisor do texto.

vão para a Escola” e “Jovens com Mais e Melhor Trabalho”, na Argentina; “Prioridade para o Ensino Médio”, no Chile e o serviço comunitário obrigatório dos estudantes universitários do México, etc. Acrescentam que as atividades de engajamento social são financiadas (1) com recursos próprios dos orçamentos das universidades; (2) por verbas específicas destinadas pelo poder público; (3) mediante cooperação internacional, fonte importante para a realização de muitos projetos, ou ainda; (4) em parcerias com empresas privadas que participam da agenda social das universidades. Em relação aos impactos das atividades, dizem ser difícil identificar e mensurar dentro das universidades, devido a carência de dados. Mas, citando os envolvidos, observa-se: aumento da qualidade de vida da comunidade (saúde, educação e infraestrutura); melhoria do capital humano; a preservação ambiental, cultural e tradições. Quanto ao ganho das universidades, as atividades de engajamento social: estabelecem vínculos com os cidadãos; trazem convicção do desenvolvimento de competências para o trabalho em equipe, as habilidades de comunicação, a reflexão crítica e a liderança.

Em se tratando de universidades latino americanas, o *Quacquarelli Symonds University Ranking*, instituição internacional de pesquisa educacional, neste ano de 2023, avaliou as universidades da América Latina de acordo com oito fatores. A cada fator atribuiu pesos diferentes, conforme o seguinte critério: (i) reputação acadêmica, 30%; (ii) reputação entre empregadores, 20%; (iii) proporção entre estudantes e professores, 10%; (iv) número de professores com doutorado, 10%; (v) citações por publicação, 10%; (vi) publicações por professor, 5%; (vii) rede de pesquisas internacional, 10%; e (viii) impacto na web, 5%. A partir deles, apurou o ranking das dez melhores colocadas (Quadro 3):

Quadro 3 - Ranking QS das dez melhores universidades latino-americanas, 2023.

Posição	Universidade	Localização	Pontuação
1°	Pontificia Universidad Católica de Chile (UC)	Santiago - Chile	100
2°	Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo - Brasil	99,8
3°	Universidade de Chile	Santiago - Chile	96,5
4°	Tecnológico de Monterrey	Monterrey - Mexico	94,7
5°	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Campinas - Brasil	94,6
6°	Universidad de Los Andes	Bogotá Colômbia	94,1
7°	Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)	Cidade do México - México	93,4
8°	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro - Brasil	91,6
9°	Universidad de Buenos Ayres	Buenos Ayres - Argentina	89,5

Posição	Universidade	Localização	Pontuação
10º	Universidad Nacional de Colombia	Bogotá - Colômbia	84,3

Fonte: Quacquarelli Symonds University Ranking (2023).
 Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Com vistas a destacar a interação entre a universidade e a sociedade civil, Frota (2017) apresenta o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) que, segundo a autora, nasce “a partir de demandas da comunidade e dos movimentos sociais, e tem [...] na sua missão a promoção do desenvolvimento regional integrado, [...] e atuar em benefício também daqueles que se encontram às margens do espaço universitário.” (FROTA, 2017, p.12). A UFFS é uma universidade interiorizada, situada na zona de fronteira entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (Figura 3).

Figura 3 - Região de abrangência da UFFS e localizações de outras universidades federais na Região Sul do Brasil, 2022



Fonte: UFFS (2023).

Possui cinco *campi* (Chapecó (SC), Cerro Largo (RS), Erechim (RS), Passo Fundo (RS), Laranjeiras do Sul (PR) e Realeza (PR), apresentando, ainda, forte interação com as atividades desenvolvidas pelo Mercado Comum do Sul).

Frota (2017) analisa as contribuições do *Campus* UFFS - Cerro Largo, no período de 2010 a 2016, “identificando as práticas, as possibilidades e os limites no que concerne à sua contribuição para o desenvolvimento regional.” (FROTA, 2017, p. 12). Informa que a extensão universitária do *Campus* Cerro Largo atua em três grandes temáticas: formação de professores; agricultura, agroecologia e desenvolvimento regional; e cooperativismo e economia solidária. Dentre os programas citados, destacam-se:

1. o “Programa de Formação Continuada de Trabalhadores em Educação da Região Macromissioneira – Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul”, que visa aprimorar a educação pública da região e foi constituído em parceria com o governo do Estado do Rio Grande do Sul e diversas Secretarias Municipais. Segundo a autora, o programa teve a participação e atendeu, no período, a um público estimado de 4.198 profissionais de educação.
2. o programa “processos e ações de extensão da Incubadora Tecnosocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES): desafios e impactos para o desenvolvimento sustentável e solidário das Regiões Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul”. O programa interliga três projetos: Projeto de Educação Ambiental aplicado às Séries Iniciais do Ensino Fundamental; Projeto de Sensibilização e Mobilização da Comunidade Cerro-larguense, realizando ações para conscientização coletiva da população do município sobre as questões ambientais; e Projeto de Conscientização e Sensibilização dos Catadores de Materiais Recicláveis. Estima-se, segundo a autora, um público, entre participantes e beneficiários, de cerca de 19.000 pessoas.
3. O Projeto “Implantação de Hortas e Pomares como Multiplicadores de Agroecologia e Alimentação Saudável” discute a questão ambiental e as práticas coletivas sustentáveis. Estimula o pensamento crítico nos estudantes das escolas envolvidas e permite o acesso à informação e ao conhecimento prático, visando a disseminação de práticas com base ecológica, por meio da implantação de hortas e pomares. O Projeto teve duas edições, uma em 2013 e outra em 2014, contando com aproximadamente 600 estudantes envolvidos nas ações.

Frota (2017) conclui que as ações “podem favorecer o desenvolvimento regional de maneira pontual, no caso dos projetos; e, com maior abrangência, quando se trata da atuação dos programas, por sua amplitude e recursos financeiros.” Em relação aos limites impostos, seus achados empíricos indicam que os maiores desafios residem em

[...] desvalorização em virtude de recursos restritos; curta duração dos programas/projetos; menor pontuação requerida em eventos e publicações de extensão; cultura acadêmica que evidencia a pesquisa, secundarizando a extensão; e a burocratização dos processos, que acabam por dificultar o seu registro e operacionalização. (FROTA, 2017, p. 90 - 91).

Wanzinack e Signorelli (2014) trazem o caso da Universidade Federal do Paraná Litoral – (UFPR-Litoral) que nasce no ano de 2005, ano da ampliação da própria UFPR com a criação de um *campus* na cidade de Matinhos, na região litorânea do Paraná. No contexto paranaense, os municípios praianos vivem economicamente em função da temporada de verão, apresentam

grande crescimento populacional, precários indicadores de saúde e educação, fragilidades ambientais, com tensões de uso e ocupação do solo, frente à necessidade de preservação de um delicado ecossistema. Segundo os autores, a UFPR – Litoral foi concebida “não somente para oferecer cursos para uma população carente e excluída socialmente, mas acima de tudo, para ser um agente potencializador de desenvolvimento na região.” (WANZINACK; SIGNORELLI, 2014, p. 288 - 289).

De acordo com Wanzinack e Signorelli (2014), a UFPR – Litoral, para atingir os objetivos institucionais que se articulam com o desenvolvimento regional, estabeleceu as seguintes estratégias: reconhecimento da realidade regional, integração da educação pública em diferentes níveis e a proposta de trabalho por projetos que se organizam das seguintes formas:

1. reconhecimento regional – no primeiro semestre de todos os cursos, são trabalhados junto aos estudantes ingressos conhecimentos a respeito das vulnerabilidades e potenciais da região, envolvendo questões ambientais, socioeconômicas, culturais, etc.;
2. integração da educação pública – por meio do Grupo de Educação Pública, os docentes articuladores interinstitucionais, promovem a ligação entre a Universidade e as Secretarias Municipais de Educação, visando: a) representar a instituição na comunidade educacional regional; b) propor e subsidiar ações pedagógicas para os municípios do litoral do Paraná; c) articular a integração, prefeituras municipais, órgãos estaduais, instituições privadas e do terceiro setor para o desenvolvimento da educação pública da região;
3. trabalho por projeto – nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) constam: 20% da carga horária do curso deve ser dedicada ao Projeto de Aprendizagem (PA), que será desenvolvido com base no reconhecimento das questões locais; Fundamentos Teóricos-Práticos (FTP), responsáveis pela formação profissional, são agregados em módulos temáticos interdisciplinares e ministrados por equipes de professores de distintas áreas de formação; e o eixo das Interações Culturais e Humanísticas (ICH) reúne estudantes de diferentes cursos, que discutem e participam semanalmente de atividades como gastronomia, dança, violência e cidadania, educação popular, diversidade sexual, agroecologia, maricultura, reciclagem, manejo de trilhas, etc. (WANZINACK; SIGNORELLI, 2014)

Os autores concluem informando que no período de 2005 a 2013, a pesquisa revelou que muitos são os desafios, dentre os quais a falta de experiências semelhantes ao modelo proposto pela Universidade, que sirvam de parâmetro avaliativo; a dificuldade de adaptação das pessoas envolvidas e o desafio logístico de organizar as atividades; a falta de domínio metodológico por parte de docentes, técnicos e educandos que viabilize a ideia emancipadora e a preocupação se

a proposta será incorporada pelas futuras gestões. Em relação aos êxitos da experiência, tem-se a inclusão de 70 a 80% de estudantes oriundos do Litoral do Paraná; a atração de profissionais, docentes e técnicos, de formação superior que agregam novas ideias e conceitos que contribuem para a dinamização local; e o ineditismo da proposta que compreende aportes teóricos e empíricos voltados ao desenvolvimento regional através da estruturação de um *campus* universitário, constitui-se em uma oportunidade privilegiada (WANZINACK; SIGNORELLI, 2014).

Rolim e Serra (2010), em trabalho intitulado, *Universidade e desenvolvimento: Ser da região x estar na região*, discutem o engajamento das universidades nas regiões onde estão inseridas e propõem dois modelos:

Algumas delas estão mais preocupadas com as questões do conhecimento universal, com temas de interesse nacional, formando alunos para o mercado nacional. **Essas são aquelas que apenas estão nas regiões.** Por outro lado, existem as universidades que além de tratar das questões universais e nacionais também estão preocupadas com as questões específicas das suas regiões, pesquisam os temas das atividades econômicas das regiões, também forma alunos capacitados para os mercados de trabalho das suas regiões e são parceiras dos demais atores regionais. **Essas são as universidades da região.** (ROLIM; SERRA, 2010, p.2, grifo nosso).

Os autores também apresentam um estudo internacional desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), através do projeto *Supporting the Contribution of Higher Education Institutions to Regional Development*, que, no período de 2008 a 2010, avaliou a “atuação das universidades no que se refere ao suporte que elas proporcionam ao desenvolvimento regional”, nas regiões onde estão localizadas. Nessa análise foram inclusos: o Estado do Paraná (Brasil), a Região Metropolitana de Berlim (Alemanha); a Região de Bío Bío (Chile); a Galileia (Israel); a Região de Paso del Norte (USA-México); Veracruz (México); o Estado do Arizona (USA); a Região Metropolitana de Campinas (Brasil); a Região Metropolitana de Roterdã (Holanda); a Região Metropolitana de Amsterdam (Holanda); Estado de Vitória (Austrália); e Penang (Malásia). Nessas regiões, os principais temas investigados: contribuição das pesquisas realizadas nas IES para a inovação regional; contribuição do ensino para aumentar a capacitação e atender o mercado de trabalho regional; contribuição ao desenvolvimento social, cultural e ao meio ambiente; a capacitação institucional para a cooperação regional; o papel de liderança e parceria das IES na comunidade regional (ROLIM; SERRA, 2010, p.11).

Rolim e Serra (2010), então, particularizam a exposição dos resultados ao estudo do Estado do Paraná, que, no período de 2004 a 2007, já havia participado deste mesmo projeto e, portanto, era a única região das que foram selecionadas com informes duplamente avaliados. A amostra estadual envolveu indistintamente IES públicas e privadas, em todas as regiões do Estado. A

metodologia estabelecida pela OCDE previa três etapas principais com atividades parciais: 1) processo de autoavaliação conjunta – seminário inicial; coleta de dados; seminário de avaliação e relatório de autoavaliação; 2) visita dos especialistas internacionais da OCDE – a visita dura 7 dias e inclui encontros e discussões com autoridades regionais e nacionais que atuam na região, representantes dos setores produtivos, grupos representativos das IES (direção, professores e pesquisadores e alunos), sindicatos, “com especial conhecimento das questões relativas ao desenvolvimento regional e ao ensino superior”; elaboração do relatório da equipe internacional; 3) divulgação dos resultados – advindos da fusão do relatório de autoavaliação e do relatório da equipe internacional (ROLIM; SERRA, 2010).

Segundo os autores, os principais resultados observados foram que as universidades consideradas de grande e médio porte, destacando a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), possuem “participação importante na produção de conhecimento novo, as demais fazem grande esforço para atingir esse objetivo”. Todas as IES declaram ter por objetivo o atendimento das necessidades regionais, porém, “há um grande espaço entre a intenção e a concretização desse objetivo”. Somente a UTFPR possuía um diagnóstico das necessidades regionais, “aparentemente nenhuma das IES estudadas tem esse diagnóstico e nem mesmo uma unidade Universidade e Desenvolvimento trabalhando com esse objetivo.” (ROLIM; SERRA, 2010, p.14).

Também destacam que, no Estado do Paraná, de 2008 a 2010, as parcerias IES – empresariado eram tímidas:

[...] Todas as universidades pesquisadas apontam que as principais dificuldades a serem superadas para aumentar essa interação (universidades-empresas) é a burocracia que envolve tal relação adicionada à divergência entre o empresariado e as universidades em relação aos prazos para obtenção de resultados das pesquisas. As empresas buscam resultados imediatos, enquanto que as instituições de ensino encaram os resultados das pesquisas como médio e longo prazo. (ROLIM; SERRA, 2010, p.15).

Quanto à adaptação dos currículos, as IES informaram que adequaram os seus currículos às demandas regionais, no entanto, “ao serem questionadas sobre possíveis estudos de caracterização das regiões, muitas delas afirmaram que ainda não tinha realizados tais pesquisas”. A maioria das IES não possuíam um sistema de avaliação da formação dos seus alunos, e não realizavam fóruns com egressos para identificar os desafios enfrentados na inserção no mercado de trabalho. Havia um grande desconhecimento sobre as novas técnicas de ensino. Assim, para o estudo da OCDE (2008-2010 *apud* ROLIM; SERRA, 2010):

[...] embora os esforços de inserção regional sejam visíveis, as informações obtidas mostram claramente que as ações das universidades são desconexas e pontuais. Na

realidade, há muito pouco apoio institucional para um real e eficiente engajamento regional, pois as universidades têm priorizado com muita evidência a pesquisa, ficando os serviços e o atendimento às comunidades relegados a um segundo plano. Não é de se estranhar que, em geral, as comunidades saibam muito pouco o que se passa ou se faz dentro dos muros acadêmicos. As universidades são, em geral, muito burocratizadas, principalmente as públicas, e mesmo estanques, havendo uma enorme dificuldade de se colocar em prática determinadas ideias. De fato, a cultura organizacional das universidades é praticamente um entrave para se efetuar mudanças. Além disso, há um problema sério dentro das universidades: o próprio desconhecimento do que se faz e do que existe dentro delas. Existem ações repetidas, dificuldades de acesso, falta de informação, despreparo de funcionários, um planejamento, em muitos casos, incipiente, que acabam não só por dificultar em muito o dinamismo das universidades, como também por se converter em obstáculos para uma interação com o meio exterior. Em geral, as universidades precisam de um choque de gestão. (ROLIM; SERRA, 2010, p.15-16).

Conferindo destaque à difusão, na sociedade, do conhecimento científico produzido nas universidades, Mascarenhas Bisneto e Araújo (2015) apresentam a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) como vencedora do 11º Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica e Tecnológica, categoria Mérito Institucional, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ano 2013.

Informam ainda que, a UFRB havia sediado, em 2010, a Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), maior reunião científica do Nordeste, e que, por desdobramento, resultou na Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia (RECONCITEC). Evento que passou a ser realizado anualmente e se tornou a principal ocasião para compartilhamento das produções científicas da Universidade. Segundo Mascarenhas Bisneto e Araújo (2015), o RECONCITEC tem por objetivo congrega estudantes, professores e pesquisadores da UFRB, outras instituições de pesquisa e a comunidade do Recôncavo em geral, promovendo a difusão da cultura científica e o debate em torno das questões de CT&I com foco na busca de soluções para o desenvolvimento local.

A proposta teve por objetivo criar uma estrutura na UFRB que permitisse a divulgação e irradiação, na sociedade local, da cultura de ciência, tecnologia e inovação (CT&I):

É diante desse quadro mais favorável para a difusão da ciência, *pari passu* ao incremento de ações e programas focados nesta temática, que tais iniciativas requerem a atenção. Na Bahia, não faltam exemplos de ações que se propõem a trabalhar a tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade. Por serem o *locus* onde se produz conhecimento, reunindo capacidade física e pessoal, as instituições de pesquisa e universidades se destacam no universo dos empreendedores que podem contribuir significativamente para a amplitude de atividades cunhadas sobre o termo “divulgação ou popularização da ciência. (MASCARENHAS BISNETO; ARAÚJO, 2015, p. 208-209).

Estes mesmos autores reforçam ainda a importância da ideia, citando:

Nessa mesma linha, Carlos Vogt (2006) defende que a expressão cultura científica engloba, em seu campo de significados, a ideia de que o desenvolvimento científico é um processo cultural, seja do ponto de vista de sua produção, de sua difusão entre os

pares ou na dinâmica do ensino e da educação, ou ainda do ponto de vista de sua divulgação na sociedade, para o estabelecimento das relações críticas necessárias entre o cidadão e os valores culturais de seu tempo. (MASCARENHAS BISNETO; ARAÚJO, 2015, p. 211).

Depois de apresentarem as tentativas de concretização do objetivo e algumas estratégias mais estruturantes, então, dentre outros achados, Mascarenhas Bisneto e Araújo (2015) concluem que:

Após o reconhecimento da atual conjuntura em que se encontra a cultura científica na UFRB, pode-se registrar que a **ausência de uma política institucional para a promoção da CT&I é um dos principais entraves** para a apropriação do conhecimento científico pela comunidade com a qual dialoga a instituição, [...] neste caso em especial o Recôncavo da Bahia.

Acrescenta-se a isso que tais iniciativas, muitas vezes, estão voltadas a um público já letrado, negando ao público leigo a oportunidade de inclusão, seja pelo uso da linguagem técnica, como no caso dos artigos; seja pela falta de contextualização das notícias divulgadas etc. **Essa negação também passa pela falta de uma cultura científica entre os próprios pesquisadores da UFRB, que parecem não compreender a verdadeira natureza social de sua atividade** e, em sua maioria, **encaram a prestação de contas à sociedade como um investimento desnecessário**. Esta atitude requer, como foi destacado anteriormente, uma mudança de postura imediata.

No entanto, já é possível apontar que a UFRB está longe do que propõe o esforço nacional para a popularização da ciência, impulsionado quando da criação do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia (DEPDI), em 2004, e formalizado entre as metas do Plano de Ação 2007-2010 do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). [...]. De encontro a esse quadro, propõe-se, portanto, a **criação de um Observatório da Cultura Científica da UFRB**, a exemplo do que já é debatido na Universidade Federal de Minas Gerais, **como um espaço de promoção e avaliação constante das atividades de popularização da CT&I na instituição**. (MASCARENHAS BISNETO; ARAÚJO, 2015, p. 218 -219, grifo nosso).

Outro exemplo baiano se extrai do trabalho de Saulo (2014), que orientado por Boaventura, propõe: [...] conhecer e analisar de que maneira a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) contribui para o desenvolvimento do município de Feira de Santana onde está inserida, através dos egressos do curso de graduação em Administração (SAULO, 2014, p.27-28).

Esse mesmo pesquisador, buscando ratificar a pertinência do trabalho, faz a seguinte citação:

Assim, foi necessário trazer os estudos de Lins (2001) para a pesquisa, autor que coloca que as universidades estaduais, na origem de sua criação, têm uma vinculação com a região muito estreita, pois as articulações entre a universidade e o desenvolvimento devem ser um dos principais objetivos dessas instituições e do próprio Estado. (SAULO, 2014, p.249).

No seu estudo, o autor discute a condição dos egressos do curso de administração da UEFS no mercado de trabalho do município de Feira de Santana; verifica o nível de inserção e a correlação entre os que estão na iniciativa privada e os do setor público; busca identificar como o egresso se sente em relação ao seu trabalho, se a universidade contribuiu para o seu

crescimento de vida, bem como de que forma a atividade em que atua contribui para o desenvolvimento da região feirense.

Após avaliar as variáveis investigadas, Saulo (2014) conclui, expressando-se da seguinte forma:

O estudo construído na apresentação, análise e interpretação dos dados permitiu concluir que a Universidade Estadual de Feira de Santana está conseguindo cumprir o seu propósito e a sua missão de levar o desenvolvimento pelo seu egresso. A análise comprovou que houve absorção do arcabouço teórico fundamental na vivência acadêmica do aluno, com resultados que mostram a resposta de referência com características que identificam e confirmam que o egresso torna-se um cidadão completo com suas capacidades trabalhadas e desenvolvidas, como mostra o que foi construído nos quadros sínteses finais, resultantes no respondente padrão de cada setor. (SAULO, 2014, p.249).

Experiência digna de nota, foi apresentada pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em 16 dezembro de 2019, em que a UNIVASF e Universidade de *East Anglia* (Reino Unido) firmam acordo de cooperação internacional para realização do projeto SUFICA. Segundo a Prof.^a. Vinina Ferreira, o *Sustainable Fruit Farming in the Caatinga: managing ecosystem service trade-offs as agriculture intensifies* (SUFICA) é um consórcio internacional de pesquisadores, que visa aumentar a competitividade e a sustentabilidade da fruticultura no Vale do São Francisco.

O SUFICA envolve ainda a participação de produtores de uva e manga, das Fazendas Labrunier e da empresa exportadora Primafruit. Vinina Ferreira, ressalta que o projeto tem grande relevância por envolver os produtores da região e estar voltado também à produção sustentável de alimentos bem como à preservação ambiental. Segundo Isnaldo Coelho (UNIVASF, 2019) “esta interação entre Universidade, produtores, exportadores e organismos internacionais é essencial para o desenvolvimento de inovações, possibilita melhorias nas práticas produtivas e contribui para a construção de novos conhecimentos por parte de estudantes e pesquisadores das instituições envolvidas”.

Em continuidade aos estudos da fruticultura na região do Vale do São Francisco, em 04 de março de 2021, a UNIVASF tornou público que um grupo de pesquisadores da própria universidade, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desenvolveu um equipamento que permite a identificação do estágio de amadurecimento e os atributos de qualidade das uvas, em tempo real e sem danificá-las (Figura 4). Por meio da emissão de sinais ópticos, o equipamento registra as quantidades de açúcar e de compostos fenólicos presentes na fruta, com base nas quais é possível saber se está na época apropriada para a colheita.

Figura 4 - Protótipo do equipamento: avalia os atributos e ponto de maturação da uva na palma da mão



Fonte: Arquivo do pesquisador UNIVASF (2021).

Segundo o Prof.º Daniel Costa (UNIVASF, 2021), o dispositivo portátil pode contribuir com a indústria vitivinícola do país, pois “não existe um equipamento nacional que tenha essa função. Todos os equipamentos que existem são importados”. Os testes apontaram uma precisão de 90% para a identificação de açúcares e de 87% para os compostos fenólicos presentes nas frutas. O equipamento executa medição de outras culturas, podendo beneficiar toda a cadeia da fruticultura. “Trabalhamos com a uva vinífera em virtude da sua grande importância socioeconômica no Vale do São Francisco para produção de vinhos. A região tem um *terroir*¹³, cujas características edafoclimáticas conferem à uva produzida características próprias para elaboração de vinhos finos e possibilitam, juntamente com a irrigação, duas safras e meia por ano de uvas viníferas.” (UNIVASF, 2021).

Costa (apud UNIVASF, 2021) informa ainda que, o dispositivo contribui para a preservação ambiental, pois dispensa o uso de insumos e reagentes químicos em laboratório para analisar as características da uva, e que permite ao produtor adotar a colheita seletiva, colhendo apenas as frutas que de fato estiverem no ponto de amadurecimento ideal. a colheita seletiva é utilizada para a elaboração de vinhos de qualidade superior. Os resultados do projeto foram publicados em três periódicos: *Postharvest Biology and Technology* (de 2019), *Journal of the Science of Food and Agriculture* (de 2020) e *Computer and Electronics in Agriculture* (de 2020).

¹³ *Terroir* – conjunto de fatores naturais (solo, clima, topografia, etc.) que conferem qualidade.

As evidências empíricas levantadas mostram que ainda existem grandes desafios para a integração cooperativa entre Universidade e desenvolvimento regional. As situações retratadas, nacionais e internacionais, com algumas exceções, apontam que, mesmo quando as instituições de ensino superior se propõem a promover uma maior interação com a sociedade local, visando o desenvolvimento regional, encontram dificuldades em suas próprias estruturas funcionais que não foram pensadas e constituídas tendo em vista a execução dessa tarefa.

No Brasil, em período recente, houve uma significativa expansão do ensino público superior, tendo sido enfatizada a sua interiorização. No capítulo seguinte, buscar-se-á conhecer quais os fundamentos que embasaram esse crescimento e avaliar se nas estruturas funcionais propostas para as novas instituições foram inseridos espaços promotores do desenvolvimento regional.

CAPÍTULO II - O CONTEXTO DA EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE

Neste segundo capítulo, será abordada a expansão recente das universidades federais no Brasil. Sua primeira seção resgata brevemente o histórico da implantação do ensino superior no país, comentando desde a criação dos colégios jesuítas, que ofereceram os primeiros cursos, passando pelas instituições fundadas após a chegada da corte portuguesa, indo até o período da primeira república, quando se discute a Reforma Maximiliano e a criação da Universidade de São Paulo (USP).

Em seguida, comenta-se sobre a Reforma Universitária de 1968, em que, apesar da forma autoritária, foi implementada relativa expansão do sistema de ensino superior e se buscou profissionalizar a academia. Analisa-se a rápida ampliação do setor privado no ensino superior, entre 1970 e 1980, com o predomínio de faculdades isoladas nas áreas de humanas e ciências sociais, enquanto o ensino público superior não conseguia expandir-se no mesmo ritmo. Comenta-se a importância da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB), Lei nº 9.394/1996, que definiu o conceito de Universidade e firmou a obrigatoriedade do credenciamento das IES, precedido de avaliações.

Mais à frente, destaca-se o Programa de Expansão Fase I, instituído pelo governo federal em 2003, objetivando a expansão da rede federal de ensino superior e sua interiorização. Por fim, é apresentado e discutido o ambicioso Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2008, com o propósito de oferta de educação superior para 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos.

3.1 ANTECEDENTES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Os estudos acerca da origem das universidades no Brasil indicam que os primeiros esforços do que se poderia chamar de ensino superior no Brasil foram realizados pelos padres jesuítas. Na Bahia, sede do Governo Central da colônia, por volta de 1550, foram criados os colégios jesuítas que ofereciam o ensino das primeiras letras até o ensino secundário. Os colégios eram destinados aos filhos dos fidalgos e funcionários públicos, ou seja, dos que podiam pagar para obter uma formação educacional elementar. Em alguns desses colégios, acrescia-se o ensino superior na arte e em teologia. O curso de Arte, com duração de três anos, incluía Ciências Naturais, ensino de Lógica, Física, Matemática, Ética e de Metafísica. O curso de Teologia tinha duração de quatro anos e conferia o grau de doutor (CUNHA, 1983).

Quando comparado com os demais países da América Latina, o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, constituiu um acontecimento tardio. A coroa portuguesa se mostrava contrária à criação de escolas superiores e de universidades na colônia. A proibição pretendia inibir a formação de possíveis movimentos revolucionários de libertação instigados durante a convivência dos alunos nas escolas superiores. As primeiras instituições de ensino superior organizadas com esse propósito somente foram criadas em 1808, quando da transferência da corte portuguesa para o Brasil (NEVES; MARTINS, 2016).

Segundo Martins (2002), alguns países da América Hispânica possuíam universidades no período colonial, sendo a primeira criada no México em 1553. No entanto, Santos e Cerqueira (2009), informam que no Caribe, a primeira universidade criada pelos espanhóis foi ainda anterior, em Santo Domingo, no ano de 1538, inspirada no modelo de Salamanca. Até fins do século XVII, havia uma rede de uma dezena de instituições de ensino superior públicas e católicas na América Hispânica (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Para Macedo (1989) o atraso na implantação do ensino superior no Brasil, coordenado pela metrópole portuguesa, foi intencional e cumpria um papel estratégico:

O atraso na implantação da universidade no Brasil não correspondeu à incapacidade da Coroa de Portugal em organizá-la e desenvolvê-la. Foi fruto de política que julgava suficiente, para o processo colonizatório e exploratório do Brasil, a formação de quadros nas universidades portuguesas e o controle cultural exercido pelas ordens religiosas (MACEDO, 1989, p.19).

E, segundo o autor, quando tardiamente decidiu por implantar na colônia brasileira o ensino superior, adotou um modelo que garantisse a sua subordinação:

[...]. Estruturou-se, assim, no País, um papel subordinado da instituição universitária. Subordinado por não cumprir função social de grande preeminência; subordinado por não ser indispensável na formação dos organizadores do trabalho; e, subordinado por não se constituir polo gerador de cultura (MACEDO, 1989, p.19).

Conforme Martins (2002), no Brasil, somente após a chegada de D. João VI, em 1808, foram criadas a Escola de Cirurgia da Bahia em Salvador (Largo do Terreiro de Jesus), a Escola de Anatomia e Cirurgia e a Academia da Guarda Marinha, no Rio de Janeiro. Em 1810, foi fundada a Academia Real Militar e, em 1814, o Curso de Agricultura e a Real Academia de Pintura e Escultura, também no Rio de Janeiro.

No Brasil, a independência política, em 1822, não trouxe grande alteração no formato do ensino superior. “A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades.” (MARTINS, 2002, p.1). Não houve expansão, tão pouco diversificação significativa do ensino superior no Brasil em decorrência do fato histórico.

No período imperial na Bahia, digno de nota, conforme Santana (2017), foi a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura de São Bento das Lajes, criado por D. Pedro II, nas terras do Engenho das Lajes, a 5 km da cidade de São Francisco do Conde, as obras iniciaram em 1863 tendo inauguração em 1877. A escolha do local vincula-se aos monges beneditinos, proprietários do Engenho das Lajes, que se dedicavam ao ensino e aos conhecimentos de agronomia. Esteve à frente da obra o arquiteto naturalista Louis Jacques Brunet. Santana (2017), relata que no ano de 1914, ocorreu um desentendimento entre professores e alunos, que se transformou em uma revolta, com confronto policial, chefiada pelo estudante Caio Moreira Spinola, que faleceu mais tarde afogado numa correnteza em Mato Grosso, quando participava da Comissão Rondon. Por conta disso a Escola foi fechada por tempo indeterminado. O Instituto foi reaberto, pelo Governo do Estado, em 1919, sendo extinto em 1930, do edifício da escola, hoje existem apenas as ruínas.

Conforme Martins (2002), no final do século XIX, após a Proclamação da República, em todo o Brasil, havia apenas 24 instituições de ensino superior, totalizando pouco mais de 10.000 alunos. Fávero (2006) informa que somente em 1915, com a Reforma Carlos Maximiliano (Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil – entre 1914 a 1918), por meio do Decreto nº 11.530, dispõe-se a respeito da instituição de uma universidade. O Artigo 6º do referido decreto, exarava:

[...] O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar. (BRASIL, 1915, p. 1).

Em 1920, considerando o disposto no decreto de 1915, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Desse modo, “a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características.” (FÁVERO, 2006, p.21 -22).

Para Macedo (1989) as transformações sociais e políticas ocorridas nos países centrais no início do século XX, não reverberaram a contento no ensino superior dos países periféricos e de modo específico no Brasil:

É fascinante observar que, enquanto na Europa o século XX principia com vigorosa atividade inovadora das universidades — especialmente na Alemanha, na Inglaterra, na França —, a República Brasileira modorrava com as mesmas tradições do Império. Nem mesmo a influência do positivismo fez com que a postura do Estado frente ao ensino superior se modificasse substancialmente. A passagem do Império para a República, antecedida pela abolição do trabalho escravo, não alterou o sistema produtivo brasileiro acoplado, rígida e colonialmente ao

sistema produtivo internacional dominado pelo Império Britânico. Quando se forma a primeira universidade pela justaposição das grandes escolas tradicionais, não se altera a sua função — a universidade existia para prover o aparelho de Estado dos seus quadros dirigentes, para organizar o sistema urbano, para gerir a indústria de transformação incipiente e para proporcionar assistência médica a pequenos grupos privilegiados (MACEDO, 1989, p.20).

A partir de então, as primeiras instituições com estrutura de universidade no país surgiram em meados da década de 1930. Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo (USP). Em 1935, sob a mentoria de Anísio Teixeira, a Universidade do Distrito Federal (UDF), que teve uma existência curta, sendo dissolvida pelo governo federal e passando a integrar a Universidade do Rio de Janeiro. A primeira universidade católica foi a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), criada em 1940. Entre 1946 a 1960 foram implantadas dezoito universidades públicas e dez privadas. Porém, no ano de 1960, havia apenas 93 mil estudantes matriculados no ensino superior no Brasil, sendo um pouco mais da metade no setor público (NEVES; MARTINS, 2016).

Segundo Araújo (2003) no período entre 1940 até o início da década de 70, na Bahia, em termos de universidade, existiam apenas a Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundada em 1946, a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) de 1953, a Universidade Católica do Salvador (UCSAL) de 1961 e a Universidade Salvador (UNIFACS) criada em 1972.

Após o golpe militar de 1964, nos sucessivos governos, dentro do projeto desenvolvimentista autoritário, foi implementada relativa expansão do sistema de ensino superior. Em 1968, com a Reforma Universitária, buscou-se profissionalizar a academia, institucionalizar a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e incrementar uma política de formação de recursos humanos com vistas à criação do potencial científico tecnológico nacional (NEVES; MARTINS, 2016). Para Fávero (2006), a participação do movimento estudantil teve papel decisivo na Reforma Universitária implementada. No início de 1968,

[...] a mobilização estudantil, caracterizada por intensos debates dentro das universidades e pelas manifestações de rua, vai exigir do Governo medidas no sentido de buscar soluções para os problemas educacionais mais agudos, principalmente dos excedentes. (FÁVERO, 2006, p.97).

Preliminarmente, o Governo Militar, sentindo-se pressionado por meio do Decreto nº 62.937/1968, cria um grupo de trabalho encarregado de estudar,

[...] em caráter de urgência, as medidas que deveriam ser tomadas para resolver a crise da Universidade. [...] é parte normal de uma situação histórico-social em que a atuação conservadora se acha ameaçada e é compelida a assumir o controle político dos processos de modernização cultural e de inovação institucional. (FERNANDES, 1974 *apud* FÁVERO, 2006, p. 33).

O relatório final do grupo de trabalho registraria:

[...] o movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nele implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e o despertar enérgico do senso de responsabilidade coletiva. (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968 *apud* FÁVERO, 2006, p. 32).

Segundo Neves e Martins (2016), o principal objetivo da Reforma Universitária de 1968 foi:

[...] a alteração do padrão tradicional de ensino superior até então em vigor, com base nas faculdades isoladas e profissionalizantes, nas cátedras vitalícias e na ausência de pesquisa nas universidades existentes. Esta reforma propôs uma estrutura moderna, definindo a universidade como o modelo preferencial para a expansão do sistema de ensino superior, tendo por função o ensino, a pesquisa e a extensão. Os estabelecimentos isolados de ensino eram admitidos como excepcionais. A nova universidade passou a ser organizada por departamentos, substituindo a antiga cátedra. Foram instituídos o regime semestral e o sistema de créditos, assim como estabelecida a opção de tempo integral para o contrato dos professores e a necessidade de obtenção de títulos de mestre e de doutor pelos docentes como condição para progressão na carreira acadêmica. (NEVES; MARTINS, 2016, p.97-98).

Com o “milagre econômico” brasileiro entre os anos de 1968 e 1973, a classe média foi diretamente beneficiada, ampliando seus hábitos de consumo e aumentando a demanda pelo ensino superior. Nesse período, o setor privado de educação, que já atuava no ensino secundário, vislumbra no ensino superior uma oportunidade de investimento (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Segundo Durham (2003) entre 1975 a 1985, o número de universidades privadas permaneceu estável, com 20 universidades no país ao todo. Entretanto cresceram, as Federações de Faculdades ou Faculdades Integradas. Esta forma de organização em 1985 eram 58 faculdades privadas e cinco anos depois, em 1990, atingiram 74. “O aumento do número de universidades privadas, por outro lado, é um fenômeno da segunda metade da década. Entre 1985 e 1990, o crescimento é de 100,0%, passando de 20 a 40 para universidades privadas no país (DURHAM, 2003, p. 24). A autora informa que, nesse período, na atuação do setor privado predominava apenas o ensino, que ofereciam cursos de graduação com menor investimento, especialmente nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, enquanto o ensino público superior não conseguia expandir-se no mesmo ritmo.

Stallivieri (2007) ressalta que, em que pese o lento crescimento do ensino superior no setor público, na década de 1970, as universidades públicas “impulsionaram a pós-graduação no Brasil e a possibilidade de realização de cursos de pós-graduação no exterior, com vistas à capacitação avançada do corpo docente brasileiro.” (STALLIVIERI, 2007, p.4).

Na década de 1980, com a crise econômica no país e o agitado processo político de redemocratização que culmina na Constituição Federal de 1988, há uma estagnação no ensino superior. O setor privado, buscando algum horizonte de crescimento, investe no ensino noturno,

visando atender a parcela da população que se mantinha inserida no mercado de trabalho, mas sem condições de frequentar cursos diurnos. Por sua vez, as universidades federais dificultavam a implementação de cursos noturnos. Destaca-se no período, a criação da Associação Nacional dos Docentes Universitários – ANDES, organização sindical dos docentes universitários. Na agenda da ANDES, “os temas prioritários eram autonomia e democratização, traduzidas em participação de docentes e de discentes na gestão da universidade, por meio de mecanismos de representação.” (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p.6 -7).

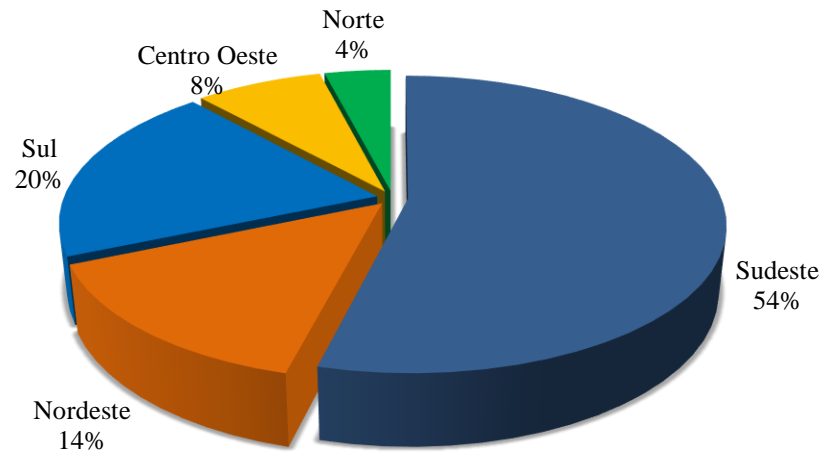
Para Stallivieri (2007), a partir dos anos 90, com a regulamentação de leis, decorrentes da promulgação da Constituição de 1988, que passaram a nortear a educação superior no país, inicia-se uma nova fase com maior flexibilização do sistema educacional. Segundo a autora, no período houve uma redução do papel exercido pelo governo, ampliação do sistema e melhoria nos processos de avaliação com vistas à elevação da qualidade. Santos e Cerqueira (2009) ressaltam a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, Governo Fernando Henrique, que: (1) definiu por Universidade a instituição que articulasse ensino e pesquisa; (2) firmou a obrigatoriedade do recredenciamento das IES, precedida de avaliações, com renovação periódica para reconhecimento dos cursos superiores; (3) reconfigurou o Conselho Nacional de Educação (CNE), com novas atribuições; (4) explicitou os variados tipos de IES admitidos; (5) criou o Exame Nacional de Cursos, como forma de avaliar o desempenho das mesmas; e (6) instituiu o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como alternativa ao tradicional vestibular criado em 1911 (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Nos anos seguintes, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001, que teve como relator o Senador Ricardo Santos (PSDB-ES), preconizou que:

[...] Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo. (BRASIL, PNE, 2001, p.85).

No entanto, os indicadores do ensino superior no Brasil, quando comparados aos dos países latinos vizinhos, mostravam o descompasso brasileiro. Segundo PNE (2001), a porcentagem de matriculados na educação superior pública e privada brasileira em relação à população de 18 a 24 anos era de menos de 12%. Na mesma faixa etária, a Argentina apresentava 40% dos seus jovens frequentando o ensino superior, a Venezuela, 26%, o Chile, 20,6% e a Bolívia, 20,6%. A situação era agravada pela desigual distribuição espacial das vagas do ensino superior nas macrorregiões do país (Gráfico 2), com o sul e sudeste detendo 74% das vagas disponíveis (BRASIL; PNE, 2001).

Gráfico 2 - Distribuição das vagas no ensino superior, por região do Brasil, 2001



Fonte: PNE (2001).

Aguiar (2010, p.715) ressalta que no PNE 2001, “são identificados vários problemas que afetam a educação superior, cujo equacionamento deveria estar na pauta governamental”.

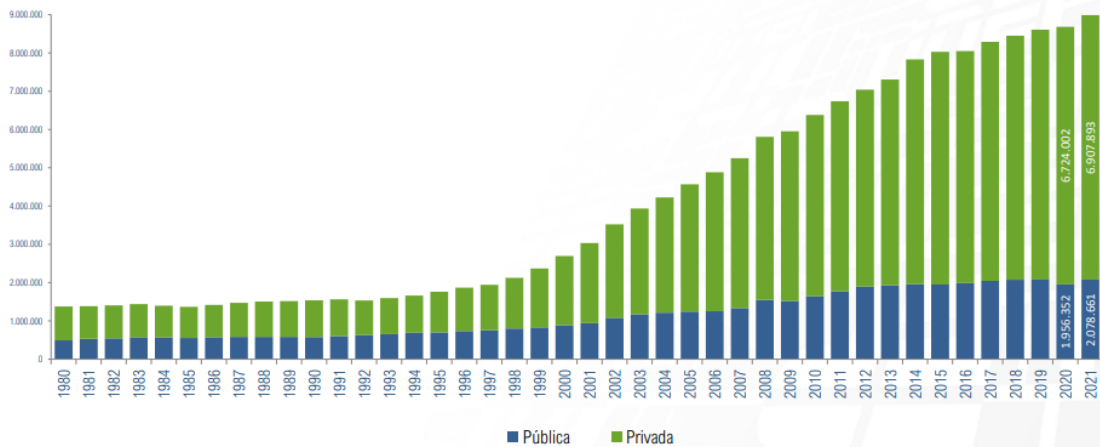
De fato, o PNE 2001 apontava a necessidade de expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente e sobretudo aos alunos carentes, que não podiam ingressar no ensino privado. Argumentava, ainda, que, para o desenvolvimento do país, a expansão era necessária, uma vez que as universidades públicas detinham mais de 90% da pesquisa e da pós-graduação nacionais.

Dentre outras metas para o ensino superior brasileiro, o PNE 2001 estabelecia:

[...] (1) Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos; (2) Ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior; (3) Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país; [...] (BRASIL, PNE 2001, p.87 – 89).

Assim, embalada pelos ares democráticos que grassavam e o desejo de transformação social, bem como favorecida, ainda, pela conjuntura econômica internacional que privilegiava os preços das commodities trazendo divisas para a nação, a década de 2000 seria marcada por uma acentuada expansão do ensino superior brasileiro. O Gráfico 3 apresenta a evolução do ensino superior no Brasil entre 1980 até 2021, correlacionando o crescimento das matrículas no setor privado com as do setor público, no mesmo período.

Gráfico 3 - Evolução das matrículas no ensino superior, setor privado e público, Brasil – 1980-2021



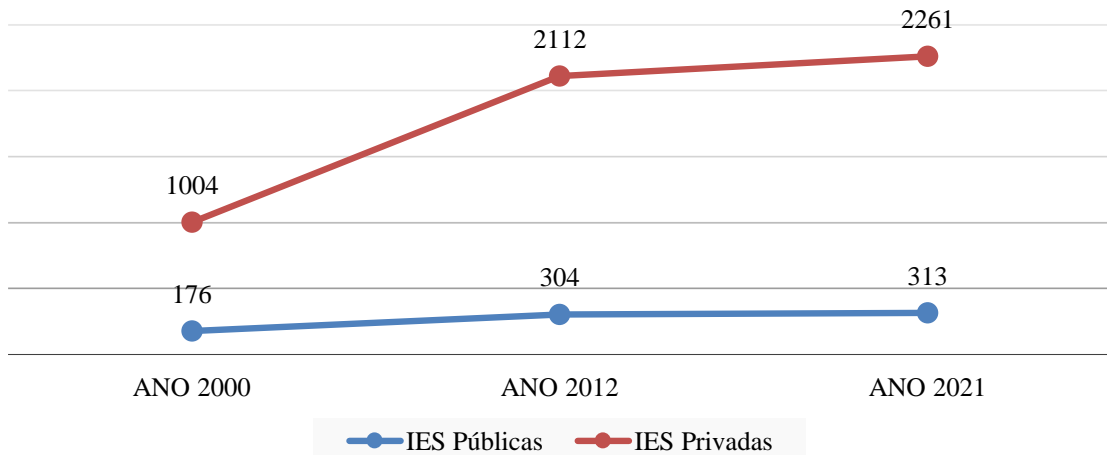
Fonte: Brasil. MEC. INEP (2022).

Face os dados expostos no Gráfico 3, têm-se que, em 2021, 77% do ensino superior brasileiro está sendo realizado pela iniciativa privada, correspondendo a 6,91 milhões de alunos e apenas 23% pelo setor público federal, estadual e municipal, com 2,08 milhões de alunos.

Os gráficos que seguem, elaborados a partir dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), representam a evolução comparativas entre as IES públicas e privadas, pontuando os anos de 2000, 2012 e 2021, como marcos de antes da expansão, durante e após, no que se referem a números de instituições, quantidade de docentes e matrículas no ensino superior do país.

No Gráfico 4, observa-se que, entre 2000 a 2021, houve um acentuado crescimento do número de IES privadas no país, passando de 1.004 instituições para 2.261, representando um incremento de 1.257 instituições novas, um aumento de 125% em 21 anos.

Gráfico 4 - Evolução comparativas do número de IES públicas e privadas, entre 2000 a 2021.

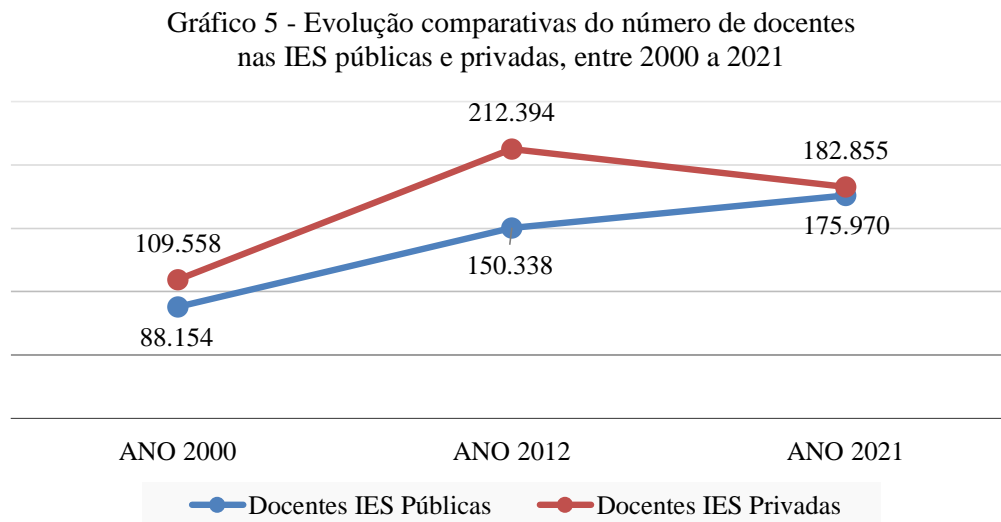


Fonte: INEP (2023).

Nota: Elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Em que pese ter havido crescimento da quantidade de IES públicas no período, passando de 176 para 313 instituições, o número de IES privadas é 7,2 vezes maior que o de públicas. Ressalta-se que o maior incremento de IES públicas ocorreu entre 2000 a 2017, período da Expansão Fase I – 2003 e do REUNI- 2007.

No Gráfico 5, observa-se que, entre 2000 a 2012 o quantitativo de profissionais docentes nas IES privadas sofreu significativo incremento, passando de 109.558 para 212.394 professores, um aumento de 102.836 novos postos de trabalho. No entanto, entre 2012 a 2021, houve o decréscimo de 29.539 postos de trabalho. Considerando que o número de IES privadas continuou crescente no período, o fato, talvez, possa ser explicado pela a inserção de novas tecnologias de ensino que reduzam a presença do professor em sala de aula. O corpo docente das IES públicas permaneceu ascendente no período. Ainda que, entre 2000 a 2012, houvesse um incremento maior, de 62.184 novos postos de trabalho, enquanto, entre 2012 a 2021, apenas 25.632 professores foram inseridos no magistério.



Fonte: INEP (2023).

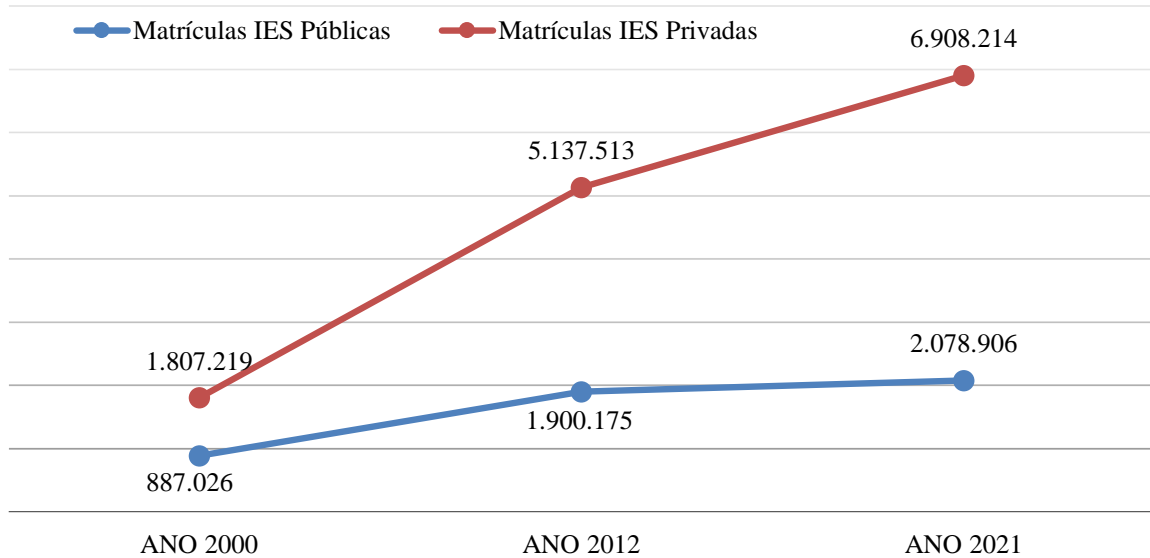
Nota: Elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

No Gráfico 6, observa-se que, entre 2000 a 2021, a quantidade de matrículas nas IES públicas teve um incremento de 1.191.880 matriculados. No entanto, permanece distante dos números das IES privadas, que apresenta uma diferença em relação as IES públicas, em 2021, de 4.829.308 matriculados a mais.

Ao se analisar mais detidamente as diferenças dos números alcançados pelas organizações de ensino público e privado, verificam-se proporções que chamam a atenção. Em 2021, uma

instituição privada de ensino superior no Brasil, em média, possuía quase que 81 professores(as); em uma pública, essa média era de 562 professores(as) (Quadro 4).

Gráfico 6 - Evolução comparativas das matrículas nas IES públicas e privadas, entre 2000 a 2021.



Fonte: INEP (2023).

Nota: Elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Quadro 4 - Comparativo entre nº de IES, docentes e matrículas privadas e públicas, Brasil, 2021

Variável/Indicador	Privadas	Públicas	TOTAL	$\Delta\%$ Privadas/Públicas
Nº de IES	2.261	313	2.574	622,4%
Docentes	182.855	175.970	358.825	3,9%
Matrículas	6.908.214	2.078.906	8.987.120	232,3%
<i>Docentes por IES</i>	80,9	562,2	139,4	-85,6%
<i>Matrículas por IES</i>	3.055,4	6.641,9	3.491,5	-54,0%
<i>Matrículas por Docente</i>	37,8	11,8	25,0	219,8%

Fonte: INEP (2023).

Nota: Elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Naquele mesmo ano, a quantidade média de matrículas por instituição privada foi de 3.055 estudantes; nas públicas, a média foi de 6.642 estudantes. Em média, no ano de 2021, em uma escola superior privada, cada professor(a) atendia a quase 38 alunos(as), enquanto nas universidades públicas, cada professor(a) atendeu, em média, a quase 12 estudantes.

Assim, constata-se que, de modo geral, houve uma significativa expansão das IES públicas, no período entre 2000 a 2021, mas que não chegou a alterar o peso do setor privado no conjunto do sistema. A ampliação do ensino superior, decorreu do momento favorável de crescimento econômico que o país vivenciou na primeira década do período, e de uma série de programas adotados pelo Governo Federal que viabilizaram o avanço do ensino superior brasileiro, dentre

os quais o Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Tal processo de expansão fez com que, em 2021, o ensino superior no Brasil chegasse à marca de 2.574 instituições, 358.825 docentes e quase 9 milhões de estudantes.

3.2 OS FUNDAMENTOS DO PROGRAMA REUNI E OS SEUS MARCOS INICIAIS

A expansão recente do ensino público superior no Brasil ocorre no bojo e se atrela ao contexto do novo desenvolvimentismo, uma proposta que retoma o modelo de crescimento desenvolvimentista que norteou as políticas públicas no país durante décadas. Esse modelo, segundo Marques e Cepêda (2012), se apresentou com variadas faces: desenvolvimentismo democrático-populista, década de 1950 e metade da de 1960; desenvolvimentismo burocrático-autoritário, de 1964 até o esgotamento da ditadura militar no início da década de 1980; seguindo a interrupção parcialmente do modelo desenvolvimentista no final dos anos 80 e na década de 90, período “caracterizado pela valorização e adoção de políticas denominadas neoliberais”. (MARQUES; CEPÊDA, 2012, p.163).

Retomando características do modelo anterior, o processo mais recente valoriza a função e a ação do Estado, mas enfatiza a sua responsabilidade de responder pela repartição da riqueza social, buscando “a melhoria do conjunto das atividades econômicas e sociais, atribuindo lugar de destaque para o papel transformador da educação, em especial de nível superior, na tarefa do desenvolvimento.” (MARQUES; CEPÊDA, 2012, p.164). Reconhecendo a exclusão de grupos sociais vulneráveis no acesso ao ensino superior, no contexto do novo desenvolvimentismo da década de 2000, foram aumentadas as vagas de graduação e o número de instituições de ensino superior no país, e se buscou realizar uma redistribuição das IES na malha nacional e regional. Fraser (2001); Sen (2000 *apud* MARQUES; CEPÊDA, 2012) afirmam que:

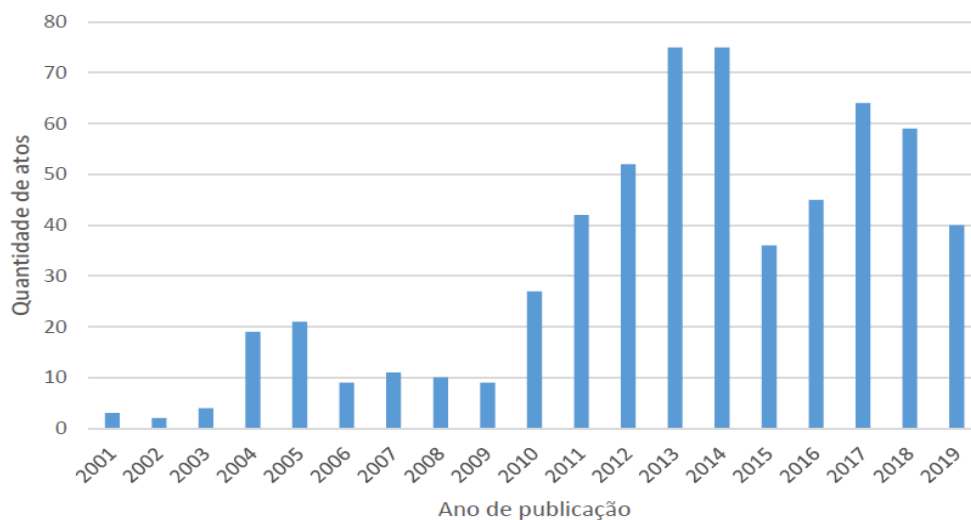
No sentido amplo esse movimento aparece como pautado pela “retomada” do desenvolvimento na chave do novo desenvolvimentismo, agora muito próximo dos temas da redistribuição e do reconhecimento como bases da cidadania e da autonomia. (MARQUES; CEPÊDA, 2012, p.164).

Seguindo o ideário do novo desenvolvimentismo, no período, foram instituídos pelo governo federal alguns programas específicos que visavam criar condições para a expansão do ensino superior. Padim (2022) destaca o Programa Expandir (conhecido como Programa de Expansão Fase I, que antecedeu ao REUNI), instituído pelo governo federal em 2003, com um orçamento de R\$ 1,6 bilhões, objetivando a expansão da rede federal de ensino superior e sua interiorização. Neste mesmo sentido, Araújo (2011) faz referência a algumas outras linhas

ação: (1) o Programa Universidade para Todos (ProUni, Lei 11.096 /2005), que oferta bolsas parciais e integrais em IES privadas, tendo por público alvo alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica; (2) o Sistema de Universidade Aberta do Brasil (UAB), viabilizado pelo Decreto 5.622/2005, que regulamenta o ensino a distância no país, e em seguida o Decreto 5.800/ 2006, que institui as UAB, como “instrumento de democratização desse nível de ensino para regiões mais remotas do país”; (3) o Plano Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR), Decreto 6.755/2009, “com a finalidade de organizar, em cooperação entre a União, Estados e Municípios, a formação inicial e continuada de professores das redes públicas que atuam na educação básica”; e “integrando o conjunto de programas que tem a expansão como eixo central”, tem-se o mais arrojado que foi (4) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Decreto 6.096/2007, que propõe “melhor aproveitamento da infraestrutura física e de recursos humanos das universidades federais,” com melhoria dos seus indicadores e a ampliação das vagas no ensino de graduação (ARAÚJO, 2011, p. 84 – 92).

Outro aspecto relevante, que de certo modo mostra a dinâmica imposta pela expansão recente do ensino superior público, são as alterações normativas. Peixoto e Pinto (2021), em trabalho intitulado “*Construção do marco regulatório da educação superior brasileira*”, buscaram apontar a intensidade das intervenções governamentais que estão ocorrendo no sistema de ensino superior no país nos últimos anos. As referidas autoras analisam o período de 2001 a 2019, quantificando as alterações normativas que foram efetivadas e destacando que, após a implantação do REUNI, que durou de 2007 a 2012, a regulamentação ocorreu como maior intensidade (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Distribuição dos atos normativos segundo o ano de publicação, Brasil, 2001-2019



Fonte: Peixoto e Pinto (2021, p.853).

Quanto à composição desses atos normativos, as autoras informam que se desdobram em leis, decretos, despachos, instruções normativas, notas técnicas, portarias, portarias normativas e resolução. No período de 2001 a 2019, compreenderam 631 atos normativos do governo federal que estão relacionados diretamente com o sistema de ensino superior brasileiro (PEIXOTO; PINTO, 2021, p. 853-855) (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição dos atos normativos segundo a sua natureza, Brasil, 2001-2019

Tipo de ato normativo	Quantidade
Decreto	24
Despacho	42
Instrução normativa	19
Lei	24
Nota técnica	66
Portaria	247
Portaria normativa	183
Resolução	26
Total	631

Fonte: Peixoto e Pinto (2021, p.855).

Segundo Silveira *et al.* (2021), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi lançado com o propósito de prover a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, conforme projetado pelo Plano Nacional de Educação (SILVEIRA *et al.*, 2021, p. 3). Assim, faz-se necessário compreender quais foram as implicações da criação do REUNI, como se deu o processo de implantação, qual o seu alcance e as discussões que ainda são realizadas no âmbito acadêmico decorrentes da sua execução.

3.3 PROCESSOS E RETROCESSOS DA IMPLANTAÇÃO E DO ALCANCE DO REUNI

Segundo Teixeira (2013), “o REUNI é um ambicioso programa de expansão e reestruturação do sistema federal de educação superior”. Abarca um orçamento de cerca de R\$ 10 bilhões aplicados em cinco anos, e foi concebido para permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. As ações do programa visam ainda, “a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras

metas, com a finalidade precípua em diminuir as desigualdades sociais no país.” (TEIXEIRA, 2013, p.25).

Para Silveira *et al.* (2021), o objetivo do REUNI foi o de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (SILVEIRA *et al.*, 2021, p.3-4). A meta global do programa era:

[...] a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007a, art. 1º, § 1º).

O programa contou com a adesão de todas as universidades federais existentes à época da publicação do Decreto nº 6.096/2007, que instituiu o REUNI.

Entretanto, há de se destacar que a expansão da rede federal de educação superior teve início em 2003, quando houve as primeiras interiorizações dos *campi* das universidades federais. Para Ferreira e Oliveira (2016), o primeiro período da expansão universitária pública federal compreendeu 2003 a 2007, com a instalação de novas universidades e *campi* em regiões não metropolitanas; o segundo período foi marcado pela implementação do REUNI (2008-2012); e o terceiro período (2012-2014) caracterizado pela continuidade da expansão de novas universidades e de novos *campi* e a implementação de políticas específicas de desenvolvimento regional. Os autores dizem que:

[...] A expansão mediante interiorização dos *campi* tornou-se necessária nesse projeto para permitir a inclusão de grupos historicamente desfavorecidos, para a formação de mão de obra necessária ao crescimento e desenvolvimento regional. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2016, p. 47).

Trevizan (2019) corrobora essa leitura, afirmando que:

[...] a expansão das universidades, nesse período, visou à ampliação do acesso à educação, mas também ao desenvolvimento econômico das regiões atendidas, pautada no discurso político e ideológico da educação como promotora do desenvolvimento econômico. (TREVIZAN, 2019, p.52).

Os dados a seguir apresentam os números da expansão universitária federal entre 2003 a 2017, extraídos pela autora Trevizan (2019) dos informes do Censo/INEP, no período em apreço. Conforme o Gráfico 8, que apresenta o incremento do número das universidades federais no período de 2003 a 2017, por macro região do país: 02 na Região Norte, 07 no Nordeste, 04 no Sudeste, 05 no Sul e 01 no Centro-Oeste, perfazendo 19 universidades federais criadas no período.

O Gráfico 9 quantifica e mostra a evolução do número de vagas oferecidas pelas universidades federais, na graduação presencial, no período de 2003 a 2017.

Entre os anos de 2003 a 2007, que antecedem ao programa REUNI, há um incremento de 30.691 vagas oferecidas na graduação presencial das universidades federais do Brasil. Entre 2007 a 2012, período de implementação do REUNI, houve um acréscimo de 100.067 vagas ofertadas, permanecendo a tendência de crescimento que perdurou até 2015, quando atinge o número total de 357.072 vagas ofertadas.

Gráfico 8 - Evolução do nº de universidades federais por região do Brasil, 2003, 2007, 2012 e 2017

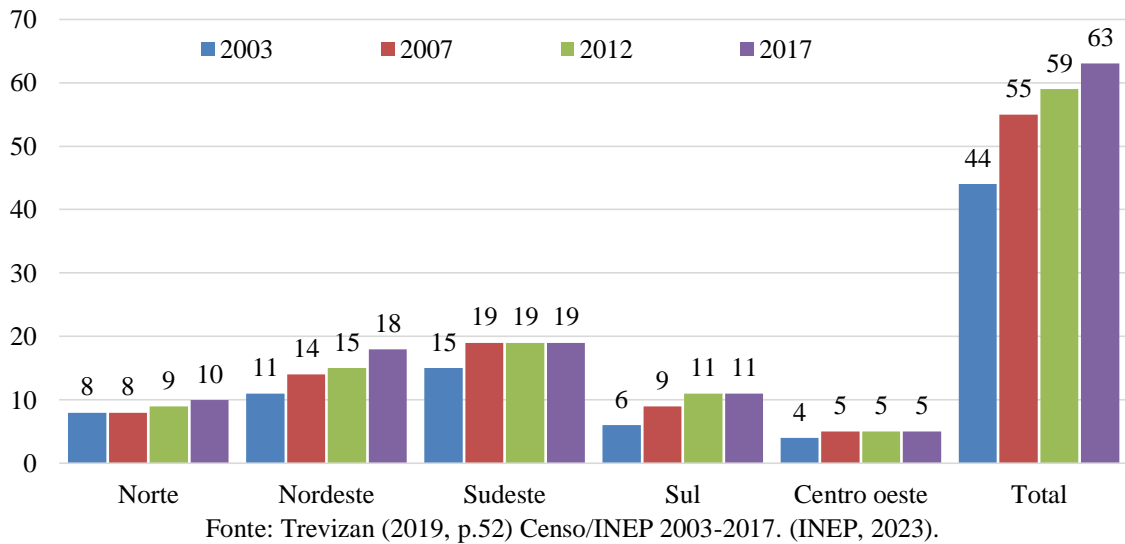
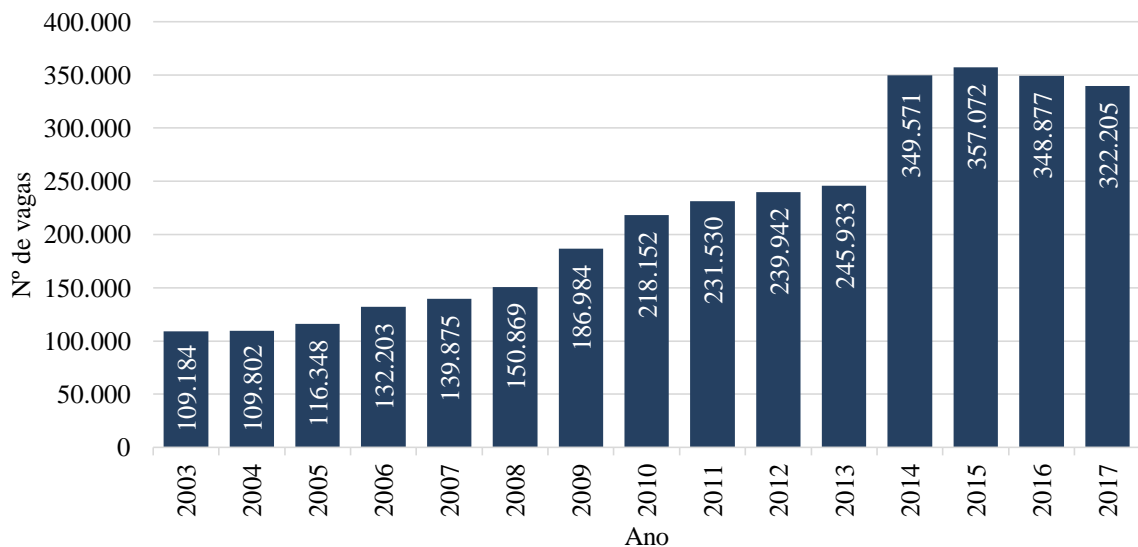


Gráfico 9 - Evolução do nº de vagas oferecidas na graduação presencial nas universidades federais, Brasil, 2003-2017



Segundo Trevizan (2019), a partir de 2014, os relatórios do Censo INEP começam a exibir um declínio na ocupação das vagas, que passam a integrar os editais de seleção de vagas

remanescentes, por não terem sido preenchidas nos processos seletivos normais das universidades, incluindo o Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Tabela 2 - Vagas na graduação federal, ofertadas , ingressos e remanescentes, 2017 a 2021

ANO	Vagas Ofertadas	Ingressos	Vagas Remanescentes
2021	351.592	300.688	50.904
2020	342.714	291.973	50.741
2019	338.385	309.014	29.371
2018	329.569	301.823	27.746
2017	322.205	298.151	24.054

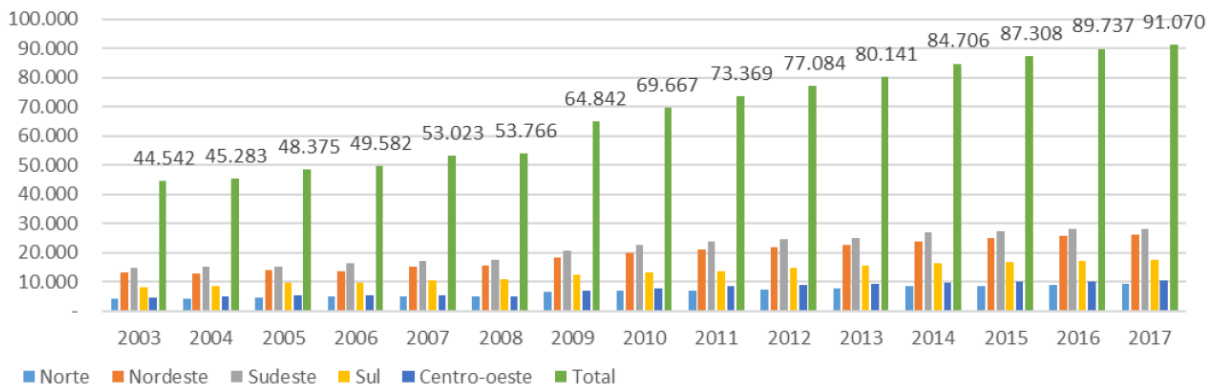
Fonte: Censo INEP, 2017 a 2021 (INEP, 2023).

Nota: Elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Da Tabela 2 e correlacionando ao Gráfico 9, observa-se que após o ano de 2017 o quantitativo de vagas ofertadas no sistema federal de graduação, foi retornando aos patamares anteriores aproximando-se do número máximo ofertado no ano de 2015; vagas ofertadas em 2015 (357.072) e em 2021 (351.592). No entanto o ingresso de novos alunos na graduação, no período entre 2017 a 2021, permaneceu estável com oscilação não significativa. O fato fez com que as vagas remanescentes sofressem ampliação crescente, passando de 24.054 em 2017 para 50.904 em 2021.

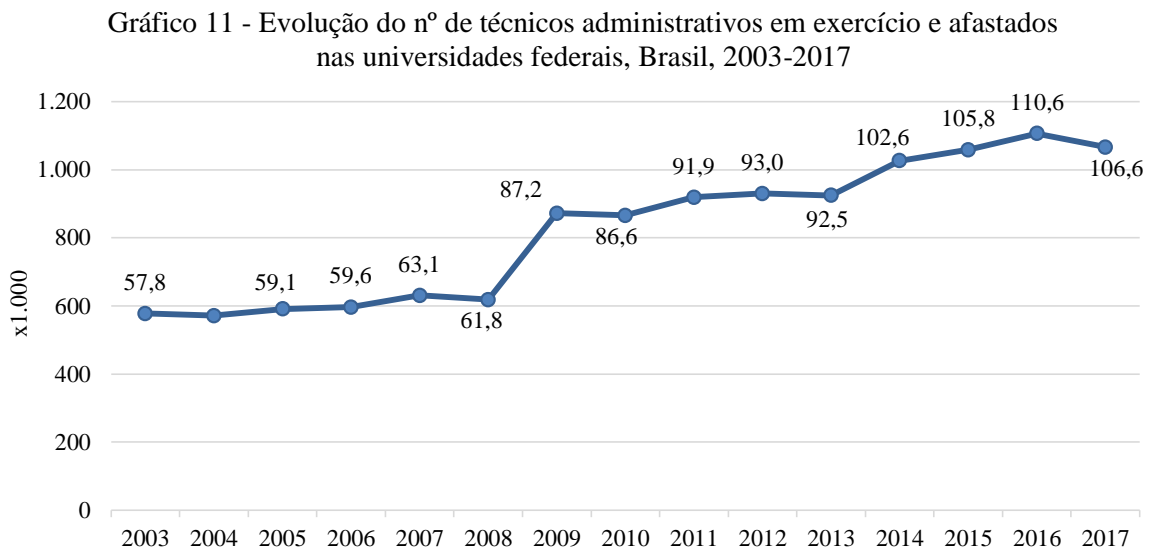
Dado importante no mesmo período é o incremento do quadro docente das universidades federais (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Numero de docentes em exercício nas universidades federais, Brasil, 2003-2017



De acordo com o Censo/INEP, o número de docentes nas universidades federais aumentou cerca de 104% entre 2003 a 2017, passando de 44.542 para 91.070 professores, com os mais

significativos incrementos ocorrendo a partir de 2007, ano do início do programa REUNI. Consultado os dados do INEP, entre 2018 a 2021, verificou-se que a tendência de crescimento do número de docentes em exercício nas universidades federais permaneceu até 2019, quando passou para 93.672 professores, regredindo em seguida para findar 2021 com 91.663 docentes. O Gráfico 11 apresenta a evolução do quadro Técnico Administrativo Educacional (TAE) das universidades federais no período de 2003 a 2017.



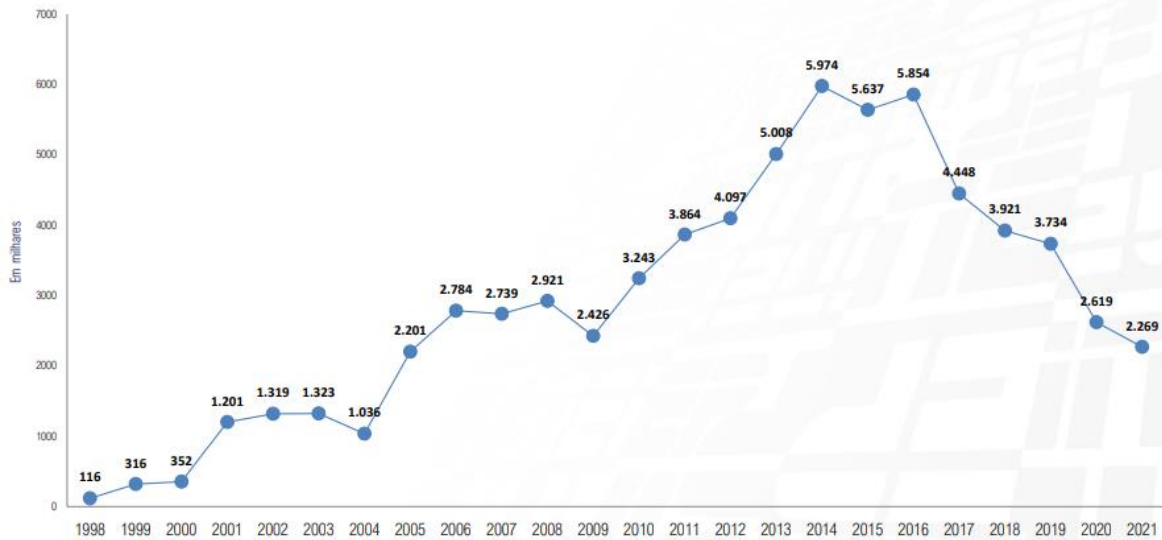
Fonte: Trevizan (2019, p.56) - Censo/INEP 2003-2017. (INEP, 2023).

Nesse período, houve um aumento de 91% no quantitativo desses funcionários públicos, havendo a maior inflexão positiva a partir de 2009, na vigência do REUNI. Segundo Trevizan (2019), tal processo se deu em decorrência à pactuação dos planos de metas das universidades, que previam a ampliação de servidores, bem como devido à publicação do Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010, que facilitou a contratação trabalhadores, pois permitia às universidades a reposição automática de vagas originárias de vacâncias (aposentadorias, óbitos, exonerações, entre outros).

A partir de 2016 percebe-se um decréscimo no número de TAE. Consultado os dados do censo INEP, entre 2018 a 2021, verificou-se que a tendência de decréscimo do número de técnicos administrativos em educação, em exercício e afastados nas universidades federais, permaneceu até 2020. Passou de 106.600 TAE, em 2017, para 92.765 servidores, regredindo em 13.835 profissionais. Quanto ao ano de 2021, o documento trazia a seguinte informação: “[...] as tabelas 1.2 e 3.4 foram retiradas temporariamente para alteração da estrutura tabular dos dados e melhor organização da informação.” (MEC; INEP, 2021).

Pela importância, deve-se considerar ainda na análise, a tendência dos números advindos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principal vestibulo de acesso ao ensino superior. O Gráfico 12, apresenta a evolução do número de participantes do ENEM entre 1998 a 2021.

Gráfico 12 - Evolução do número de participantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), 1998 a 2021.



Fonte: MEC/INEP, ENEM (INEP, 2023).

O Gráfico 12 apresenta um quadro preocupante. Desde 1998, ano da criação do ENEM, há, com pequenas inflexões, uma tendência ascendente nos números de participantes do exame até o ano de 2014, quando atingiu sua culminância com 5.974.000 de participantes. Em seguida a curva decresce de modo acentuado, atingido em 2021 o número de apenas 2.269.000 inscritos em todo o país. Isto representa uma redução de 3.705.000 inscritos, equivalente a um retrocesso de 16 anos, retornando ao número aproximado de 2005.

Em face ao gigantismo dos números decorrentes da expansão universitária no período e das controvérsias geradas pelos dados expostos, diversas críticas foram levantadas consonantes ao REUNI, dentre as quais a questão da sustentabilidade financeira do programa. Salienta-se que, pesquisadores como Freitas *et al.* (2005), em estudo realizado na época, já apontavam preocupação quanto às despesas das universidades federais. Segundo os autores:

As universidades Federais brasileiras pela complexa estrutura exigida, e pelo tamanho possuem inúmeras despesas. Nesse trabalho, analisam-se as despesas com pessoal e encargos sociais que correspondem ao pagamento dos servidores docentes e técnico-administrativos tanto ativos quanto inativos. Custeio, que se refere à manutenção da universidade, e capital, que corresponde a investimentos destinados a novas instalações e novos equipamentos. A mais significativa refere-se a pessoal e encargos sociais, que equivalem à média de 82,86% do total. A segunda maior é o custeio, em média 15,30% do orçamento, ou seja, despesas destinadas à manutenção

da universidade. As despesas de capital/investimento aparecem em terceiro lugar com 1,84% do total (FREITAS *et al.*, 2005, p, 11-12).

Neste mesmo sentido, para Amaral (2003), o REUNI definiu uma expansão de vagas nas universidades federais, sem considerar os déficits orçamentários anteriormente acumulados de custeio e com pessoal. Segundo o autor, entre 1995 e 2002, os recursos de custeio das universidades federais, excluídos os benefícios aos trabalhadores e o pagamento de substitutos, haviam sofrido redução de 62% e não foram repostos.

Mais, recentemente, em matéria veiculada no jornal Estado de Minas, Oliveira (2021) informa que, 14 anos depois da criação do Programa, conforme dados do Ministério da Educação (MEC) no ano de 2018, havia um “significativo passivo, de cerca de R\$ 4,2 bilhões, composto por aproximadamente R\$ 3 bilhões referentes às universidades federais e R\$ 1,2 bilhão relacionado aos institutos federais.” (OLIVEIRA, 2021, p.1). Sobre a situação, a autora na matéria, externa a voz da Prof.^a Ana Lúcia A. Gazolla, ex-reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos seguintes termos:

Se pensarmos no orçamento global, as instituições foram forçadas a fazer mais com menos. O impacto de mais alunos é grande e os investimentos não foram feitos. [...] as universidades vão ficando cada vez mais oneradas, com um déficit que vai corroendo. (GAZOLLA *apud* OLIVEIRA, 2021).

E ainda, sobre a situação no ano de 2021, expressa a ex-reitora:

É um ataque o tempo todo, justamente após um cenário que comprova que ter um parque universitário de pesquisa forte capaz de promover transferência de conhecimento na indústria é essencial para um país. Todas as possibilidades de vacina contra a COVID-19 atualmente no Brasil estão dentro das universidades. [...] Não tenho expectativa de que o governo atual vá cumprir os compromissos anteriores. As universidades fizeram o que deveriam fazer, pois confiaram que haveria contrapartida, e não houve. (GAZOLLA *apud* OLIVEIRA, 2021).

Outras considerações foram feitas quanto à eficácia do REUNI. Leher (2008) afirma que a proposta de diversificação dos cursos de graduação apresentada pelo REUNI não se traduz em novidade, mas replica a proposta do Banco Mundial para os países da periferia do capitalismo, ou seja, uma adaptação para apenas reproduzir conhecimento. Para Tonegutti e Martinez (2008), a adesão das universidades federais ao REUNI representaria a precarização da formação profissional discente e do trabalho docente. Tal fato se daria devido ao atendimento do maior número de alunos por turma e à criação de cursos de curta duração (Bacharelados Interdisciplinares (BI)) ou ciclos (Protocolo de Bolonha), que segundo os autores, representa uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa resultando em uma universidade subtraída de sua capacidade de socialização do conhecimento científico, tecnológico e cultural. E, acrescentam:

Além do argumento da necessidade de compatibilização curricular (Bolonha e EUA), que, conforme vimos, é bastante questionável, o outro argumento principal que é utilizado para justificar a necessidade da implantação da Universidade Nova, e que também se encontra presente no REUNI, é o de que os estudantes são obrigados a escolher precocemente a profissão e que isto tem resultado nos altos índices de evasão verificados nas IFES. Isto é uma falácia, pois o argumento é colocado como se verdadeiro fosse, sem a apresentação de qualquer dado concreto de pesquisa que possa respaldá-lo (TONEGUTTI; MARTINEZ, 2008, p.55).

Segundo Borges (2011), o Protocolo de Bolonha (para alguns autores, Universidade Nova) consiste de reformas que entraram em vigor a partir de 2011 e que visam conferir à Europa maior competitividade; cria o Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), para promover a livre mobilidade de estudantes no continente; busca também compatibilizar os sistemas educacionais, unificando os currículos e padronizando os graus acadêmicos nos países europeus. Sua transformação mais discutida é a organização do ensino superior em três ciclos: 1º ciclo – três ou quatro anos, 180 ou 240 créditos, grau de licenciado; 2º ciclo, dois anos, 120 créditos, grau de mestre; e 3º ciclo, três anos, grau de doutor. Atualmente 29 países são signatários do Protocolo de Bolonha. No Brasil algumas universidades federais, que aderiram ao REUNI, possuem cursos de três anos denominados de Bacharelado Interdisciplinar (BI). A Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), objeto deste estudo, oferta o BI em Ciência e Tecnologia, e o BI em Humanidades.

Sob a ótica de Silveira *et al.* (2021), a implantação do REUNI ocorreu no entorno de três grandes eixos: as políticas focais, a gestão e a reestruturação curricular. O primeiro eixo foca às políticas de acesso à universidade e a permanência dos sujeitos socialmente excluídos. Essa política “teve como objetivo eliminar as desigualdades educacionais do ensino superior, produzidas pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado ao longo da nossa formação histórica”. O segundo, a gestão, concebe o REUNI como um programa que busca romper com o padrão burocrático e alterar as relações entre universidades federais e o Ministério da Educação (MEC), visando maior eficiência do gasto público e controle de resultados, com metas e indicadores. Citam ainda que “os autores dessa perspectiva consideram o REUNI como um instrumento de reestruturação das universidades” públicas federais do país. No terceiro eixo, o REUNI se volta à implantação de uma estrutura curricular flexível nos moldes da Universidade Nova (SILVEIRA *et al.*, 2021 p. 5- 6 e 11).

Assim, em meio a severas críticas e tímidos elogios, os propósitos e alcance do REUNI continuam sendo objeto do debate acadêmico. Fato, porém, inquestionável é que entre 2007 e 2012, período de implementação do REUNI, houve um acréscimo de 100.067 novas vagas para

estudantes no ensino superior público federal, distribuídas em diversas localidades do país, notadamente nas regiões interioranas. Segundo Padim (2022), no período entre 2003 a 2016, que envolve desde o início do Programa Expandir até os investimentos finais do REUNI, foram criadas as seguintes instituições federais de ensino superior (IFES):

1. Com 13 Universidades Novas

- Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA)
- Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)
- Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
- Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
- Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
- Universidade Federal do Tocantins (UFT)
- Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
- Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
- Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
- Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
- Universidade Federal do ABC (UFABC)
- Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

2. IFES contempladas com 63 novos *Campi*.

- Universidade Federal do Acre (UFAC) - *Campus* Cruzeiro do Sul
- Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - *Campus* Arapiraca
- Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – *Campi* Benjamim Constant, Centro/Antropologia, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins
- **Universidade Federal da Bahia (UFBA) – *Campi* Barreiras e Vitória da Conquista**
- Universidade Federal do Ceará (UFC) – *Campi* Cariri/Medicina, Quixadá e Sobral /Medicina
- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – *Campi* Cuité e Pombal
- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – *Campi* Alegre e São Mateus
- Universidade Federal Fluminense (UFF) – *Campi* Nova Friburgo, Rio das Ostras e Volta Redonda
- Universidade Federal de Goiás (UFG) – *Campi* Catalão e Jataí
- Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – *Campus* Imperatriz
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – *Campi* Chapadão do Sul e Nova Andradina
- Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) – *Campi* Médio Araguaia, Rondonópolis e Sinop
- Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – *Campi* João Monlevade/Medicina
- Universidade Federal do Pará (UFPA) – *Campi* Bragança, Castanhal, Marabá e Santarém
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – *Campus* Litoral Norte
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – *Campus* Agreste e Vitória do St. Antão
- Universidade Federal do Piauí (UFPI) – *Campi* Bom Jesus, Parnaíba e Picos 28
- Universidade Federal do Paraná (UFPR) – *Campus* Litoral

- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – *Campi* Garanhuns e Serra Talhada
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – *Campi* Nova Iguaçu e Três Rios
- Universidade Federal de Sergipe (UFS) – *Campus* Itabaiana
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) – *Campus* Sorocaba
- Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) – *Campi* Divinópolis, Paraopeba e Sete Lagoas
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – *Campi* Frederico, Palmeira
- Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – *Campus* Pontal
- Universidade Federal de Viçosa (UFV) – *Campus* Rio Paranaíba
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – *Campus* Teófilo Otoni
- Universidade de Brasília (UNB) – *Campi* Ceilândia, Gama e Planaltina
- Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – *Campi* Baixada, Diadema, Guarulhos, Osasco e São José dos Campos
- Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – *Campus* Varginha

Alguns desses *campi* foram em seguida desmembrados e transformados em novas universidades federais, como foi o caso do *campus* em Barreiras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que se tornou a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) (PADIM, 2022). Assim, a implantação da UFOB no extremo oeste do Estado, área precariamente assistida pelo poder público e com profundas desigualdades, acena para os jovens da região com a possibilidade de uma formação superior e, conseqüentemente, com a melhoria de suas condições socioeconômicas. Neste sentido, conhecer o território de implantação da UFOB, a Região Oeste da Bahia, se impõe como premissa *sine qua non* para que se possa avaliar os possíveis impactos da Universidade no território.

3 CAPÍTULO III - SÍNTESE DA OCUPAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE DA BAHIA

Neste capítulo, em apertada síntese, comenta-se sobre a formação histórica do território baiano, apresentando as quatro principais regiões formadoras, quais são: o Recôncavo Açucareiro, o Sertão da Ressaca, a Zona Cacaueira, e as Minas e Lavras do Alto Sertão. Em seguida, discute-se como ocorreu a ocupação e posse do território do Além do São Francisco, que pertencia a Pernambuco, interligado com as outras regiões da Bahia, e a importância da navegação fluvial, da catequese indígena e do criatório de gado ao longo do Rio São Francisco para a consolidação desse processo.

Consecutivamente, aborda-se a ocupação recente da região oeste, a partir da década de 1940, com a maior presença do Estado na construção do aeroporto de Barreiras, em função da Segunda Guerra Mundial. Na década de 1960, a importância da construção de Brasília para região e a chegada do 4º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército são apresentadas como fatos catalizadores do desenvolvimento da região. Posteriormente, nos anos que se seguiram, a construção da BR 242, a criação da EMBRAPA, os acordos de cooperação técnica, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e a expansão da fronteira agrícola são evidenciados com suas contribuições a este processo.

Nas seções seguintes, debate-se as fortes transformações sociais e econômicas que ocorrem na região, com o avanço da fronteira agrícola, a partir da introdução do cultivo da soja. Recebem também atenção as mudanças das condições de trabalho na zona rural e urbana, e a criação de novos municípios e povoados. Comenta-se sobre as pressões decorrentes do fluxo migratório, as demais culturas agrícolas desenvolvidas na região, os problemas do custo de transporte e a expectativa acerca da construção do terminal ferroviário. Por fim, a partir da confrontação dos indicadores dos municípios maiores produtores, tenta-se estabelecer um perfil da região oeste da Bahia, delineando-se aspectos relevantes da realidade atual e os desafios com que a UFOB desde já se depara.

4.1 SÍNTESE DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BAIANO E ANTECEDENTES DA OCUPAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO OESTE

Na tentativa de descrever as condições socioeconômicas em que ocorreu a ocupação e consequente formação do território baiano, Azevedo (1981, p.17-18) se expressa dizendo: “É

[a Bahia] um largo tabuleiro de harmonias e desencontros, de vitórias e desencantos, de passado e presente, de raças, de crenças, e de condições sociais contrastantes [...]”.

Quando Léda (2010) discute a formação e reestruturação regional da Bahia contemporânea, fala em “configurações territoriais pretéritas da velha Bahia”, que se “desenvolveram lentamente no largo curso da história colonial e imperial, e que adentrou no período republicano”. Segundo o autor, esses espaços se desenharam nos movimentos de conquistas, ao tempo em que, concomitantemente, sofriam desconfigurações que geravam outros subespaços, sendo que as principais regiões históricas que constituíram o território baiano foram: o Recôncavo Açucareiro, o Sertão da Ressaca, a Zona Cacaueira, e as Minas e Lavras do Alto Sertão (LÉDA, 2010, p.35).

O Recôncavo se constitui das áreas mais aproximadas de Salvador, em que, desde a chegada do Governador Geral Tomé de Sousa, em 1549, para edificar a capital colonial, se introduziu o cultivo da cana e a produção do açúcar. Era uma técnica que os portugueses dominavam e que já utilizavam nas ilhas dos Açores. Entretanto, havia um obstáculo: os índios, que se opuseram tenazmente, aniquilando os primeiros esforços e desencorajando os que se aventuravam (SANTOS, 2008).

A notícia da morte trágica do primeiro donatário da capitania da Bahia, D. Francisco Pereira Coutinho, que, em 1547, houvera sido morto e devorado pelos tupinambás, corria e causava temor. No entanto, a partir de 1555, com a posse do segundo Governador Geral D. Duarte da Costa, muitos tupinambás foram trucidados e outros expulsos para regiões distantes:

Desmantelaram a tranqueira, despejaram-na, mataram cegamente, [...]. Saiu a incendiar as aldeias levantadas, arrasando-as. [...] ardião como fochos, misturando, ao odor das resinas, um cheiro nauseabundo de carnes queimadas. (CALMON, 1939, p.21 -22).

Segundo Santos (2008), em 1560, grande parte dos indígenas haviam sido expulsos do Recôncavo. E é nesse momento que se começa a plantar a cana de açúcar de modo extensivo, margeando os rios. Introduz-se na região o fumo, que rapidamente se torna importante para a economia local (SANTOS, 2008). Segundo Spínola (2009), o fumo de qualidade era negociado na Europa e o refugo servia de moeda para compra de escravos nas costas d’África. O açúcar e o tabaco transformaram o Recôncavo Baiano em uma região prospera, poderosa e profundamente desigual. Wanderley de Pinho afirma que: “os conceitos de honra da época foram responsáveis pela prodigalidade dos senhores de engenho do Recôncavo e explicam os fundamentos históricos de tal vício, de gastos excessivos.” (PINHO, 1982 *apud* SPINOLA, 2009, p.19).

O Sertão da Ressaca, segundo Silva e Sousa (2013), corresponde a um recorte interestadual inserido no grande semiárido baiano, que recebe nomes como: Sudoeste da Bahia (SEPLANTEC) ou Planalto da Conquista (IBGE). Quanto à ocupação da região, Ivo (2005) relata que:

Em meados do século XVIII, um ex-escravo português encontra-se no Norte de Minas Gerais, compondo bandeiras com homens brancos que partiam de Minas com direção à Bahia. [...] o preto forro João Gonçalves da Costa [...], é reconhecido pelas autoridades colônias como um grande desbravador e conquistador de gentios, recebendo em 1744, a patente de capitão-mor do Terço de Henrique Dias para auxiliar o mestre de campo João da Silva Guimarães, bandeirante encarregado do empreendimento. Após a morte de Guimarães, João Gonçalves da Costa assume a tarefa da conquista do Sertão da Ressaca. (IVO, 2005, p.1).

Conforme Mattoso (1992), as entradas empreendidas por João Gonçalves da Costa, no Sertão da Ressaca, atendiam aos interesses da coroa portuguesa e tinham por propósito buscar metais preciosos, conquistar territórios habitados por tribos indígenas e impor a submissão aos quilombos existentes na região. Os indígenas escravizados foram explorados na construção de povoados. Os quilombos, que exerciam uma convivência de interação com as principais tribos indígenas da região do Planalto da Conquista, foram duramente perseguidos e dispersos pelos conquistadores (MATTOSO, 1992).

Silva e Sousa (2013) relatam que na conquista do Sertão da Ressaca, a tribo indígena Mongoiós se uniu ao grupo do conquistador João Gonçalves, para combater, sobretudo, aos Imborés, que eram seus rivais históricos. Porém, após a vitória sobre os Imborés, os da tribo Mongoiós foram convidados por João Gonçalves para as comemorações. No auge da festa, tendo sido os Mongoiós embriagados, em um artil denominado de “banquete da morte”, foram todos sordidamente fuzilados a mando de Gonçalves (SILVA; SOUSA, 2013, p. 6). Após a conquista da região, João Gonçalves da Costa, o preto forro, ergueu a capela em honra de Nossa Senhora das Vitórias e, no transcorrer do século XVIII, se tornou um devoto e militante religioso (IVO, 2005, p. 5).

Quanto à Zona Cacaueira, imortalizada nos contos de Jorge Amado, constitui hoje o baixo sul baiano (microrregião de Valença) e a cacaueira (microrregião Ilhéus-Itabuna). Atualmente, uma região densamente povoada, que conta com mais de cinquenta municípios. Segundo Rocha (2008), foi no século XVI, pelo extrativismo do pau-brasil, que se iniciou a ocupação do sul da Bahia. No século XVII, a cultura mais importante na região era a cana de açúcar, responsável pelos primeiros povoamentos. No final do século XVIII, a região se torna grande produtora de mandioca, milho, feijão, além da atividade pesqueira. No início do século XIX, são introduzidos os cultivos de algodão, café e cacau na região. No início do século XX, o cacau assume o

predomínio e se torna o mais importante cultivo econômico do sul baiano (ROCHA, 2008, p. 19).

Rocha (2008) informa que a cultura do cacau no Sul da Bahia passou a ser a razão da ocupação de novas terras e responsável pela formação de uma estrutura social profundamente desigual, constituída pelos coronéis e seus agregados, que eram proprietários de tudo, inclusive das vidas humanas, e as classes subalternas, formadas por trabalhadores rurais empregados, pequenos produtores, comerciantes e jagunços, que eram os guardiões das roças de cacau e de seus senhores:

Os jagunços apareciam nos cavalos agitados, os arreios ricos e vistosos. As armas na cintura, as cartucheiras recheadas de balas. [...] quando eles apareciam, luz de vela era acessa por mãos aflitas, mulheres recolhiam-se no oratório, tremor de lábios desfiavam rezas nos rosários. [...]. A natureza humana era tão bárbara naquele território que se tornava inconcebível. (MATOS, 1999 *apud* ROCHA, 2008, p.43)

Minas e Lavras do Alto Sertão se situam na região central da Bahia; constituem a continuidade da cadeia montanhosa da Serra do Espinhaço que vem do norte mineiro e adentra o território baiano, formando a Chapada Diamantina e áreas mais extremas. Segundo Bandeira (2019), “por volta de 1706, com a descoberta do ouro em Rio de Contas, nas terras dos índios Gueréns, intensificou-se a migração, todo tipo de gente passava a fronteira penetrando no sertão baiano”. Outro marco da ocupação da Região da Chapada foi quando, em 1840, descobriu-se o primeiro garimpo de ouro na serra do Assuruá (Gentio do Ouro) e, logo em seguida, em 1842, as larvas de diamantes, em maior quantidade, em Morro do Chapéu (BANDEIRA, 2019, p. 29- 41).

Importante registrar que o autor narra ainda que, por volta de 1839, chega ao Alto Sertão baiano o alferes português José Pereira de Matos em busca da riqueza mineral. Pereira se torna o patriarca da poderosa família Matos, que teve na figura emblemática do Coronel Horácio de Matos, o nome mais destacado e temido, responsável por confrontos que fizeram história na Bahia: “a figura do coronel, num povoado, numa vila ou até mesmo numa cidade, era a própria lei incorporada numa só pessoa. Uma autoridade que jamais poderia ser desafiada, sob pena de castigo ou severa repreensão ao desafiante.” (BANDEIRA, 2019, p.69).

Para Spínola (2009), as rivalidades políticas locais, a convivência dos governadores do Estado, as secas que impediram a formação de uma agricultura regular e a ganância pela busca da riqueza mineral rápida envenenaram a todos na Bahia. Poderosas oligarquias se formaram e, em lutas fratricidas, patrocinadas pelos os diversos coronéis, espalharam dor e miséria durante décadas no interior baiano, cujas consequências refletem até os dias atuais (SPINOLA, 2009, p. 443).

A ocupação e posse do território denominado do Além do São Francisco, que pertencia à Província de Pernambuco, encontra raízes em séculos precedentes; interliga-se à história das conquistas na Chapada de Diamantina e guarda correlação com as demandas de todas as outras regiões da Bahia. Ressalta-se que a ocupação da Região Oeste da Bahia se confunde, ainda, com a história da navegação fluvial, da catequese indígena e do criatório de gado ao longo do Rio São Francisco, o “Velho Chico”.

Pierson (1972), em trabalho intitulado: O Homem no Vale do São Francisco, relata que um decreto régio do período colonial proibia a criação de gado na capitania da Bahia, dentro do limite de 50 léguas da costa (330 km), que se reservava ao plantio de cana-de-açúcar. Assim, o gado foi sendo interiorizado, chegando até às margens do Rio São Francisco. O criatório de gado da região oeste, desde o período colonial, abastecia os mercados de Salvador, enriquecido e crescente, e do Recôncavo Baiano. Posteriormente, no auge da garimpagem, a partir de 1840, o gado do Vale do São Francisco iria suprir de alimentos a região da Chapada Diamantina, bem como a enorme demanda por comida proveniente da mineração em Minas Gerais.

No entanto, como dito anteriormente, a ocupação do Além do São Francisco encontra raízes em séculos precedentes. Segundo Borges de Barros (1920), em *Bandeirantes e Sertanistas Baianos*, Francisco Dias D’Ávila, então, herdeiro e patrono da Casa da Torre, foi o mais famoso bandeirante da Bahia colonial. Em 1662, a pedido do Governador Geral, Dom Francisco Barreto de Menezes, ele, juntamente com o bandeirante paulista, Domingos Jorge Velho, chefiou um grupo armado que, partindo do Recôncavo Baiano em busca de riquezas minerais, desceu até o Vale do São Francisco, matando e escravizando índios, chegando até o sul do Piauí. Posteriormente, todas essas terras foram incorporadas à imensa sesmaria do poderoso morgado¹⁴ baiano da Casa da Torre (PIERSON, 1972, p.247).

Pierson (1972) destaca também o importante trabalho dos jesuítas na ocupação das margens do Rio São Francisco. Cita o padre alemão Felipe Bourel que, em 1692, exercera importante papel na catequese indígena na região; o Padre Miguel de Carvalho, que evangelizava os vaqueiros do São Francisco e Piauí; o Padre João de Barros, o “Apóstolo dos Quiriris (cariris)”; o Padre Luís Vicêncio Mamiani, que preparou uma gramática da língua Cariris; o irmão Gabriel da Costa, que aprendeu a língua dos Ocaras, um ramo dos Cariris, dentre outros.

Segundo Capistrano (1930 *apud* PIERSON, 1972), enquanto o trabalho de catequese prosseguia, a Casa da Torre, tendo firmado base nas proximidades da cidade de Juazeiro, implantava currais, tanto na margem direita do São Francisco, que era baiana, como também

¹⁴ Morgado - organização familiar que cria uma linhagem de sucessores, estatutos e comportamentos de modo a garantir a perpetuação das propriedades e bens familiar.

do lado esquerdo pernambucano. Em outro flanco, a Casa da Ponte, outro poderoso morgado baiano, chefiado por Antônio Guedes de Brito, o Conde da Ponte, estabelecia currais a partir de Morro do Chapéu para sul, ao longo da margem direita e esquerda do São Francisco, indo até Minas Gerais. As duas casas promoviam arrendamento de terras a terceiros que lhes pagavam foro em toda região.

Em documento datado de 1732, denominado de Roteiro de Delgado Quaresma, é mencionada a existência da Fazenda Bom Jardim, na margem direita do Rio São Francisco, como sendo de propriedade Dona Joana Guedes de Brito, filha de Antônio Guedes de Brito, patrono da Casa da Ponte. Na localidade formou-se o arraial do Bom Jardim, atual Ibotirama, edificando-se ali a capela de Nossa Senhora da Guia do Bom Jardim. Na margem esquerda, havia a Fazenda Passagem, em alusão ao ponto de travessia do Rio São Francisco, que já se fazia no local. Os tropeiros da Chapada Diamantina traziam cargas de café destinadas ao Estado de Goiás e retornavam com boiadas para abastecer o mercado diamantino (ARAÚJO; FERREIRA; PEREIRA, 2002).

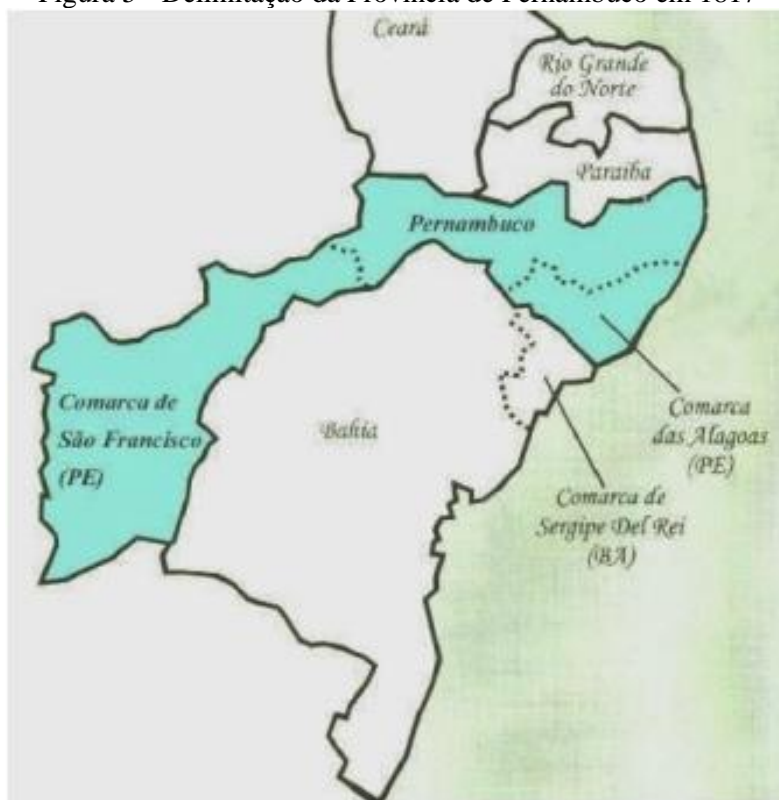
No entanto, o povoamento da Barra do Rio Grande seria o primeiro estabelecido oficialmente na margem esquerda do Rio São Francisco. Localizado na foz do Rio Grande com o Rio São Francisco, o povoado da Barra possui registro de existência desde 1670, com os currais pertencentes à Casa da Torre. No local, foi construída a Capela de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul. Em 1698, o arraial passou a povoação por determinação de D. José I, rei de Portugal. A Carta Régia foi assinada pelo então Governador Geral do Brasil, D. João de Lencastre. O povoado, em 1752, transformou-se em vila, denominada de Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul. Finalmente, em 16 de junho de 1873, a vila foi promovida à cidade da Barra do Rio Grande e, em 1931, passa a ser chamada apenas de Cidade da Barra (IBGE, 2017).

A ocupação do território do Além do São Francisco pelos baianos prosseguiu com novos povoamentos. Em 1771, foi criado o distrito de Santo Antônio de Pilão Arcado (Pilão Arcado); em 1820, desmembrado da Barra, surge o município de Campo Largo (Cotegipe); em 1840, desmembrado da Barra, surge o município de Santa Rita do Rio Preto (Santa Rita de Cássia); em 1890, desmembrado de Campo Largo (Cotegipe), surge o município de Santana do Angical (Angical); em 1891, desmembrado de Angical, surge o município de Barreiras (IBGE, 2017).

Em que pese a ocupação das terras do Além do São Francisco ter se dado majoritariamente pela ação dos baianos, o território “pertencia” à Província de Pernambuco, que a denominava de Comarca do São Francisco. A polêmica remonta desde a criação do sistema de capitânicas hereditárias pela metrópole portuguesa. Segundo Pereira da Costa (1905 *apud* PIERSON,

1972), quando da doação da capitania de Pernambuco feita a Duarte Coelho, em 1534, dizia-se: “entrará na dita terra e demarcação dela todo o dito rio São Francisco.” (COSTA, 1905 *apud* PIERSON, 1972, p. 324). Essa divisão foi repetida na concessão da capitania da Bahia, feita a Francisco Pereira Coutinho. Assim, entendia-se nos tempos colônias que a margem direita do São Francisco pertencia aos baianos, ao passo que a esquerda, até o tributário rio Carinhanha, hoje limite do Estado de Minas Gerais, pertencia aos pernambucanos. O mapa abaixo (Figura 5) identifica a divisão territorial vigente em 1817.

Figura 5 - Delimitação da Província de Pernambuco em 1817



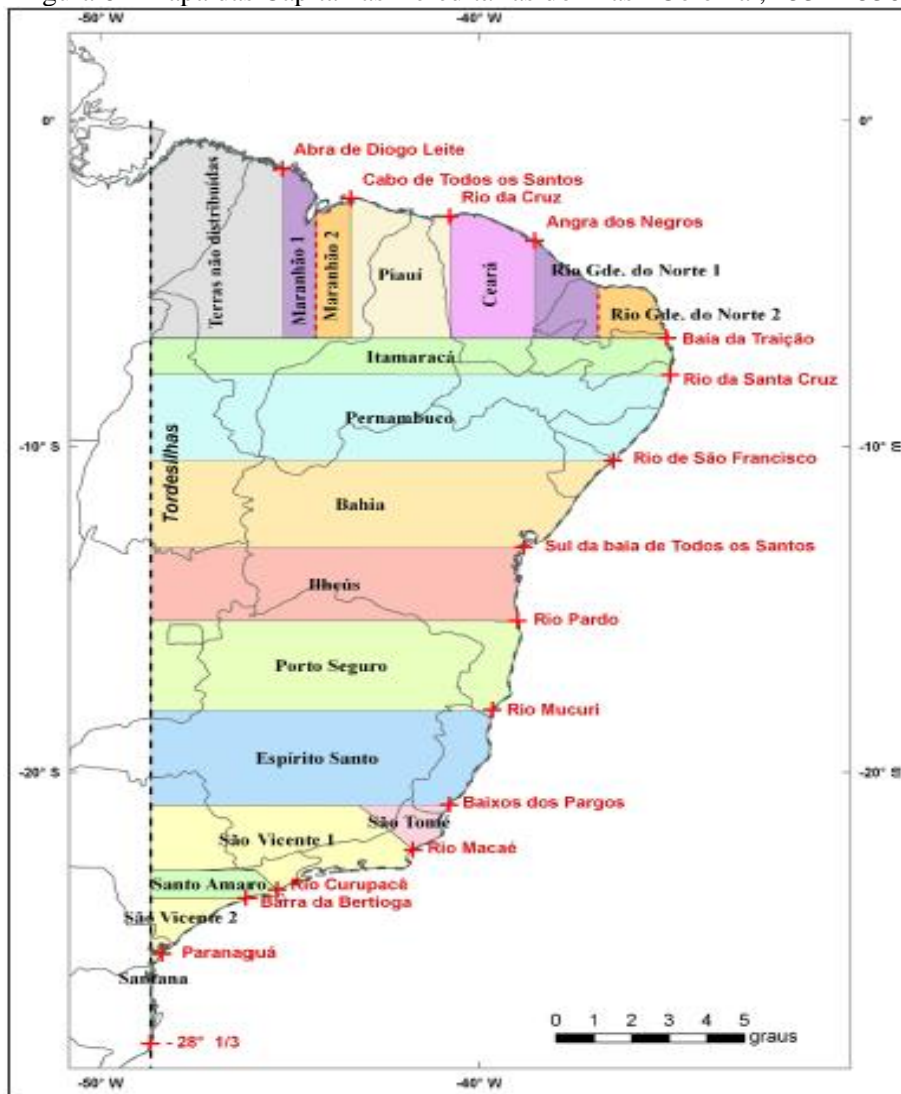
Fonte: Abi-Ramia (2016).

Notório, pelos relatos expostos, que as poderosas casas baianas, Casa da Torre e Casa da Ponte, dentre outros colonizadores, nunca consideraram tais limites impostos. Cintra (2013), em trabalho intitulado: *Reconstruindo o Mapa das Capitânicas Hereditárias*, analisa profundamente o tema da delimitação do sistema de capitânicas hereditárias. O autor discute os trabalhos cartográficos históricos de Bartolomeu Velho (1561), Luís Teixeira (1586), Francisco Varnhagem (1854), Pedro Taques (1772), dentre outros. Consulta as Cartas de Doação que indicam os limites das capitânicas em cada território, as chamadas Cartas Forais que mostram o total de áreas conferidas para cada donatário, e faz críticas aos autores citados, dizendo:

Mas, como se procurará mostrar, esse autor, sob cuja sombra ainda vivemos (Varnhagem), equivocou-se nessa reconstrução e por isso, no presente trabalho, recorre-se a fontes primárias: cartas de doação, forais, outros textos originais e mapas da época, para poder avançar no estudo da questão. (CINTRA, 2013, p. 15).

Por fim, Cintra (2013) como resultado do seu trabalho de pesquisa documental quanto às delimitações das capitânicas hereditárias no Brasil colonial, apresenta o mapa (Figura 6):

Figura 6 - Mapa das Capitânicas Hereditárias do Brasil Colonial, 1534-1536

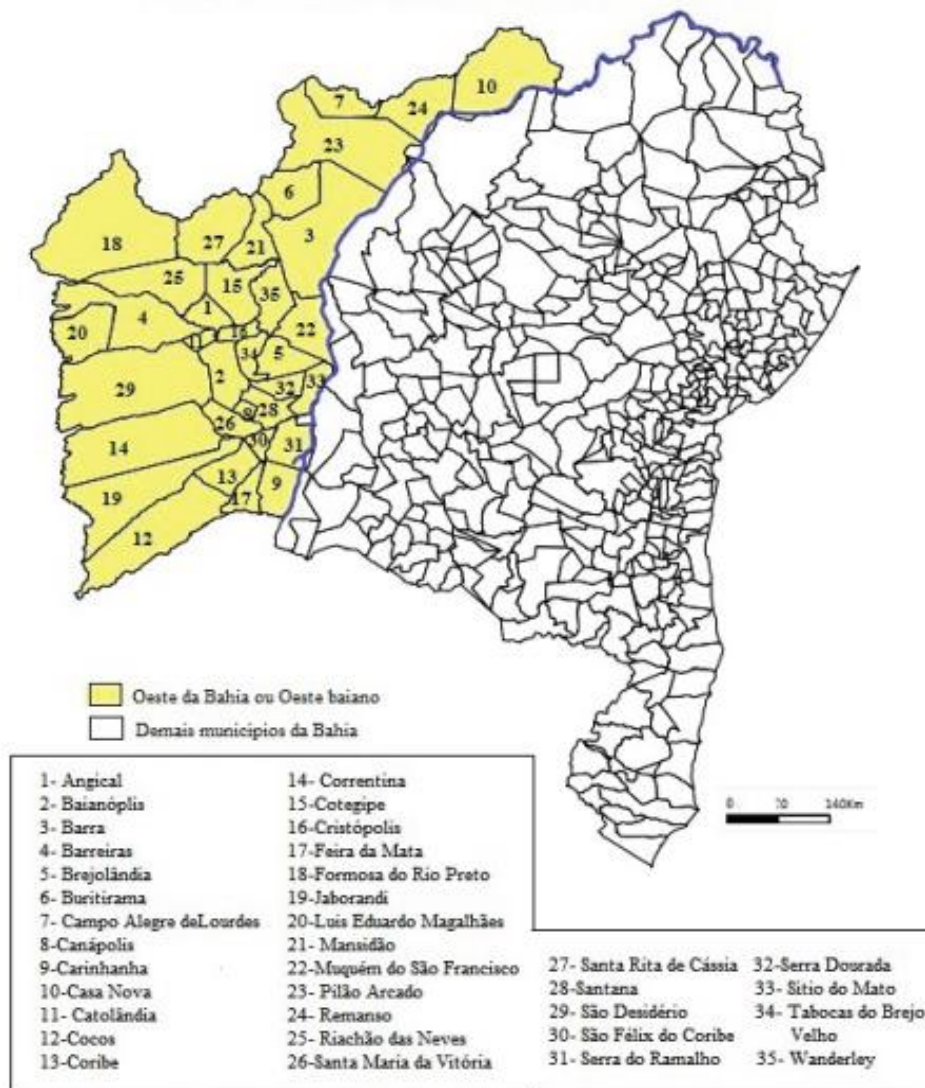


Fonte: Cintra (2013, p. 39).

Nele, observa-se diversas alterações em relação aos mapas tradicionais propostos para as capitânicas hereditárias, sobretudo ao norte e no extremo sul do território colonial português. No entanto, mantém o entendimento consagrado quanto aos limites da Capitania de Pernambuco, do donatário Duarte Coelho, e a Capitania da Bahia, do donatário Francisco Pereira Coutinho. Assinala a foz do Rio São Francisco, divisa atual entre os Estados de Sergipe e Alagoas, como

limitação da Capitania de Pernambuco, cujas terras, seguindo no sentido do curso do rio em direção ao mar, ficariam na margem à esquerda desse marco (Figura 7).

Figura 7 - Território do Além São do Francisco, com seus atuais municípios na Bahia



Fonte: Oliveira (2014, p.1280).

Segundo Junges (2012), após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, a pedido dos pernambucanos que alegavam direito sobre o território, em função do extinto sistema de capitanias hereditárias, em 1810, D. João IV acata a reivindicação, reconhece o “direito” e cria a Comarca do Sertão de Pernambuco, nas terras à margem esquerda do Rio São Francisco. Em 1824, D. Pedro I desliga a referida comarca da Província de Pernambuco e a anexa a Minas Gerais. Em 15 de outubro de 1827, por decreto imperial, toda a região do Além do São do Francisco passa a integrar definitivamente o território baiano (JUNGES, 2012, p.16). Torna-se,

assim, de direito o que era de fato. Quanto às motivações do imperador, isto é uma outra discussão.

Em 1850, João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, apresentou um projeto para que houvesse a emancipação do território baiano em relação à antiga Comarca do Sertão de Pernambuco, incluindo partes da margem direita do São Francisco, e fosse criada a Província de União. A capital da província seria a Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima, atual município de Paratinga. O projeto não logrou êxito. Em 1896, o Senador João Barbalho Uchôa Cavalcanti, pernambucano, encaminhou Projeto de Lei, também sem êxito, defendendo o pleito de reintegração do território da antiga comarca ao Estado de Pernambuco (BRASIL; SENADO; CAVALCANTI, 1896), argumentado nos seguintes termos:

[...] cremos que o nosso humilde escrito, põe ao menos, bem patente, aos doutos e esclarecidos juízes que tem de julgar do litígio pendente entre os estados da Bahia e Pernambuco, o bom direito que tem este em seu favor sobre a reivindicação de uma grande extensão territorial que foi provisoriamente anexado àquele estado, cuja restituição agora se julga oportuna. (BRASIL; SENADO; CAVALCANTI, 1896).

Outro fator que facilitou o processo de integração da região foi a navegação no São Francisco e seus afluentes, que terminou por exercer papel preponderante para ocupação do Oeste da Bahia (Figura 8). Pierson (1972) informa que, dos 3.161 km de extensão do Rio São Francisco, 1.700 km são navegáveis. O trecho de maior extensão navegável compreende, aproximadamente, 1.363 km, entre os municípios de Pirapora-MG e Juazeiro-BA. A navegação na bacia do Rio Grande, afluente da margem esquerda do São Francisco, proporcionava 366 km de trechos navegáveis e foi o principal eixo para a ocupação da região.

Figura 8 - Vista do antigo porto fluvial de Barreiras-BA, 1949



Fonte: Macedo (1949 apud IBGE, 2023).

Segundo Teodoro Sampaio (1906 *apud* PIERSON, 1972), desde antes de 1879, a navegação chegava a Barreiras pelo Rio Grande, a Porto das Pedras pelo Rio Branco, a Santa Maria (atual São Marcelo, distrito de Formosa do Rio Preto) pelo Rio Preto. Desses lugares saíam estradas para Goiás, Piauí e Maranhão, de onde vinham mercadorias e para onde também eram levadas. A cidade da Barra, foz da bacia do Rio Grande, servia de entreposto para a navegação que deslocava pelo São Francisco, descendo para Juazeiro-BA ou subindo para Pirapora-MG.

Oliveira (2014) informa que a navegação fluvial utilizando barcos a vapor no Rio São Francisco começou quando o presidente (então governador) da Província da Bahia, Manuel Pinto de Souza Dantas, encomenda a construção de um barco. O vapor recebeu o seu nome, Souza Dantas, tendo realizado a primeira viagem em 22 de dezembro de 1873 (OLIVEIRA, 2014, p.1286). Belas, Alves e Motta (2000) acrescentam que, em seguida, o Estado de Minas Gerais também criou a sua companhia de navegação que percorria o Rio São Francisco, com barcos movidos a vapor.

Havia um intenso comércio fluvial. Os navios subiam os rios trazendo sal, café, querosene, açúcar, tecidos, ferramentas, medicamentos, etc., que abasteciam a região e os Estados limítrofes. Por sua vez, exportavam peles, arroz, feijão, farinha, frutas, penas de ema, carne seca e borracha (látex) de mangabeira. Relata que os vapores Saldanha Marinho, Alves de Linhares, Iguacu, Jasen Melo, e outros menores, faziam parte da empresa estadual baiana, Viação do São Francisco. As embarcações, partindo de Barreiras, penetravam no Rio Grande até a cidade da Barra, de onde navegavam pelo São Francisco até Juazeiro. As mercadorias seguiam de Juazeiro, através da Estrada de Ferro Bahia - São Francisco, inaugurada em 1896, chegando até Salvador (JUNGES, 2012).

A influência soteropolitana, referenda a análise de Milton Santos (2008), segundo o qual “um fato era comum na Bahia, a hierarquia que a cidade do Salvador exercia sobre todas as regiões do território baiano”. Santos (2008) explica que a zona de influência da Cidade do Salvador, “quase se superpõe ao território do Estado da Bahia, do qual é a capital administrativa e política”. O autor considera que “foi a história da valorização do território que explica essa multiplicidade de aspectos nas diversas regiões da Bahia, que, entretanto, mantêm entre si uma ligação, e uma determinada hierarquia.” (SANTOS, 2008, p.36).

No entanto, a polêmica quanto a integração do território do Além São Francisco ao Estado da Bahia ainda reservava outros capítulos. Em 20 de janeiro de 1998, o deputado federal pernambucano, Gonzaga Patriota, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 4082/1998, propondo a criação do Estado do Rio São Francisco (Brasil, Portal Câmara dos

Deputados). A nova unidade federativa seria formada pelo território da antiga Comarca do São Francisco, trazendo como justificativa, dentre outros argumentos, o que se segue na Figura 9.

Figura 9 - Fac-símile de trecho do Projeto de Lei 4082/1998

Vale ressaltar que o futuro **Estado do Rio São Francisco**, atualmente, é habitado por mais de 1 milhão de pessoas, cuja a maioria nativas da região que, sequer conhecem a capital baiana em razão de sua posição geográfica.

Estudo da Fundação Geraldo Rocha e de seu instituidor, **Marlan Rocha**, mostram as viabilidade técnicas e econômicas do futuro Estado da federação, lhes dão condições administrativas.

Por outro lado, Pernambuco será ressarcido da perda de parte de sua área territorial, quando pela hidrovia do São Francisco, Ferrovia Transnordestina e Porto de SUAPE, passarem os produtos agroindustrias e pecuários do futuro **Estado do Rio São Francisco**, terra que lhes pertenceram.

Em razão do exposto esperamos que a Câmara dos Deputados acolha esta idéia manifestada a mais de um século pelos barranqueiros do São Francisco, tornando-os independentes dos Estados de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia.

Sala das Sessões, em 20 de janeiro de 1998.

Deputado GONZAGA PATRIOTA

Fonte: Câmara dos Deputados (2023).

Em 10 de fevereiro de 1998, o Projeto de Lei 4082/1998 acima foi vetado pelo então presidente da Câmara, Michel Temer, nos seguintes termos (Figura 10):

Figura 10 - Fac-símile do parecer ao PL4082/1998

Reporto-me ao Projeto de Lei nº 4082, de 1998, de sua autoria, que "Dispõe sobre a criação do Estado do Rio São Francisco".

Informo a Vossa Excelência que não será possível dar tramitação à mencionada Proposição, tendo em vista que ela contém matéria evidentemente inconstitucional, nos termos do art. 18, § 3º, da Constituição Federal, tendo em vista que a criação de Estado depende de aprovação prévia da população diretamente interessada, através de plebiscito, sendo, após, a matéria submetida ao Congresso Nacional, por meio de projeto de lei complementar.

Nesse sentido, encaminho-a em devolução a Vossa Excelência, de conformidade com o disposto no art. 137, § 1º, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

MICHEL TEMER
Presidente

Fonte: Câmara dos Deputados (2023).

Em 17 de agosto de 2011, o deputado federal baiano, Oziel Oliveira, apresenta ao Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo Nº 355/2011 que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Rio São Francisco, nos termos do inciso XV do artigo 49 da Constituição Federal”. Em 31 de janeiro de 2015, o Projeto de Decreto Legislativo Nº 355/2011 foi arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ou seja, término da legislatura sem a devida renovação da proposta em tramitação (Brasil, Portal Câmara dos Deputados, 2015). Ocorre que, com o início da implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), a conjuntura política regional muda e os interesses tornam-se outros. Todos queriam a glória da “paternidade da criança” e a palavra de ordem passava ser a integração baiana.

4.2 INFORMES SOBRE A OCUPAÇÃO RECENTE

Quando se aborda a ocupação do Oeste da Bahia, convém ressaltar que nesse processo histórico, a injustiça e as desigualdades sociais, desde sempre, caminharam juntas. Segundo Belas, Alves e Motta (2000), no final do século XIX, as cidades do Além do São Francisco possuíam fraca infraestrutura, faltavam escolas, assistência médica, estradas de acesso, etc. A vida da população do oeste baiano, de modo geral, era marcada pela pobreza que a todos socialmente igualava. As exceções eram os coronéis, grandes comerciantes e fazendeiros que controlavam o poder político e econômico, ditando as ordens (BELAS; ALVES; MOTTA, 2000, p. 26).

Os coronéis aplicavam a lei segundo os seus interesses e dos seus “padrinhos”, que eram políticos da capital (Salvador). Houveram sangrentos confrontos entre os coronéis da região, denominados de “Os Barulhos”. Esses entrechoques ditados por interesses políticos, econômicos e fundiários deixaram um rastro de torturas, estupros, assassinatos e injustiças, difundindo o medo nos familiares dos sobreviventes. Por toda região, os coronéis estavam sempre rodeados de jagunços armados que atendiam suas ordens. Em momentos de confrontos, de cada lado, se somavam às vezes até 300 homens armados de rifles e com cartucheiras. (JUNGES, 2012, p.32-33). Ainda hoje, no século XXI, o oeste baiano continua marcado pelas injustiças e pela prevalência do poder político e econômico sobre os interesses coletivos da maioria, fatos que contribuem para perpetuar as desigualdades sociais.

Somente a partir de 1940, a presença do Estado no oeste baiano se faz mais notada. Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, por motivos estratégicos, o governo norte-americano instala uma base aérea na região e constrói o aeroporto de Barreiras. O fato possibilitou que o látex, obtido da seiva da mangabeira, então abundante na região, utilizado na produção de borracha,

suprisse a necessidade dessa matéria prima pelos aliados durante o período da guerra (BELAS; ALVES; MOTTA, 2000). No final da década de 1950, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) movimentou a região com a construção da rodovia Fortaleza-Brasília, a BR 020 (DELGADO; ALVES, 2010).

Na década de 1960, com a construção de Brasília, houve um maior impulso de desenvolvimento na região oeste da Bahia. Devido à sua localização no raio de influência da capital nacional e sendo rota natural de acesso ao planalto central, o oeste baiano ganhou interligações rodoviárias. Em 1969, foi transferido da cidade de Crateús no Ceará para Barreiras – Bahia o 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (4º BEC), responsável pela abertura e pavimentação da BR242 - Rodovia Milton Santos, principal via de acesso ao oeste baiano, dentre outras, mobilizando cerca de cinco mil pessoas para a região. Nesse período, foi concluída a hidrelétrica de Correntina, que passa a fornecer energia elétrica para os novos empreendimentos (BELAS; ALVES; MOTTA, 2000). Trata-se de uma Pequena Central Hidroelétrica, instalada no curso do Rio Corrente, denominada de PCH Presidente Goulart.

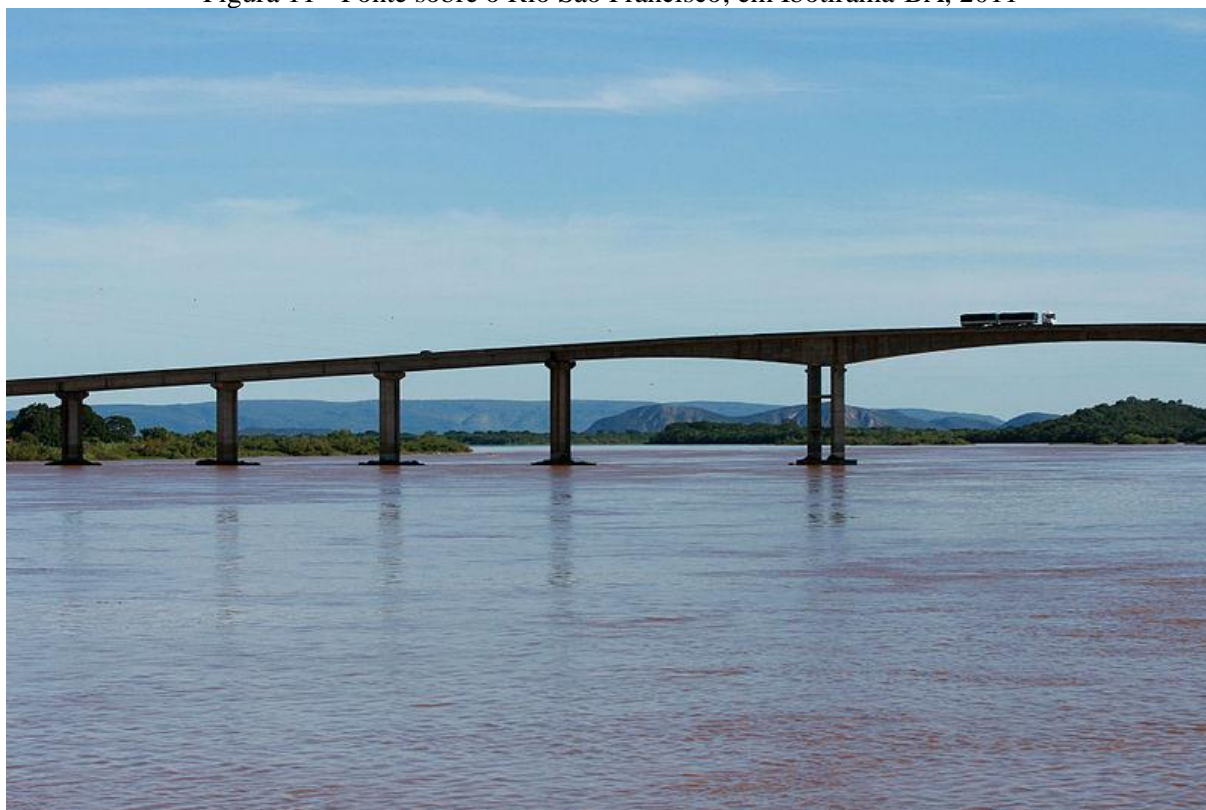
Na década de 1970, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) implanta na região diversos projetos de colonização e irrigação, chamados de perímetros irrigados. Nesse mesmo período, o Governo Federal, mediante o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), faz investimentos públicos na região e garante crédito para a iniciativa privada. No final da década de 1970, inicia-se no país o processo de expansão das fronteiras agrícolas. Nesse período, foi introduzida na região a cultura de plantio de grãos, principalmente a de soja, que ainda se constitui no principal produto regional. O plantio de grãos no cerrado baiano foi iniciado com base em técnicas modernas, com grandes investimentos e produção em larga escala (BELAS; ALVES; MOTTA, 2000, p. 28-29). A partir daí, a dinâmica econômica da região adquiriu características próprias, com a relevância que possui hoje para o Estado da Bahia. Assim, a Região Oeste assume a forma territorial atual e deixa de ser denominada como o Além do São Francisco, expressão que conota distanciamento e abandono.

No entanto, para uma maior integração, havia um obstáculo natural de difícil transposição, o Rio São Francisco. Toda logística de escoamento da produção por via rodoviária do oeste baiano dependia da travessia do São Francisco. O então senador e ex-governador da Bahia, Luís Viana Filho, em discurso proferido no Senado Federal, em 1976, intitulado “Bahia: o caminho do desenvolvimento”, ante a necessidade da construção da ponte e o descaso do Governo Federal com a situação, externa sua preocupação dizendo:

[...] Setor para o qual pediria atenção especial do Governo Federal é o rodoviário. Desconheço as razões que, praticamente, eliminaram a Bahia das cogitações do DNER. O fato, porém, é incontestável, e os baianos sentem isso. [...]. Na minha gestão, com imenso sacrifício, mas dada a importância e urgência da obra, foi construída a BR—242 até às margens do São Francisco, em Ibotirama. **Ao Governo Federal restou apenas fazer a ponte sobre o rio, e levar a estrada até Barreiras** - obras somente agora programadas — permitindo assim a comunicação com Brasília. Cinco anos, entretanto, já se passaram em vão. [...]. Se evoco tais fatos é para mostrar que o DNER tem estado bastante ausente da Bahia na construção das grandes vias de penetração, normalmente a cargo da União. (VIANA FILHO, 1976, p.9-10) (grifo nosso).

Em que pese o apelo do Senador Luís Viana Filho, realizado em 1976, a ponte de Ibotirama somente seria inaugurada em 1985. Está situada na cidade do mesmo nome e foi a primeira a transpor o Rio São Francisco na Bahia, permitindo o escoamento rodoviário da produção do oeste baiano (Figura 11). Instalada na BR-242, Rodovia Federal Milton Santos, a superestrutura da ponte, segundo Carlos A. Fragelli, engenheiro que participou da elaboração do projeto, possui 948 m, tendo dezoito vãos de 40 m, trecho central com dois vãos de 59 m e um de 110 m, sendo executada sob a técnica de avanços sucessivos (FRAGELLI, 2007).

Figura 11 - Ponte sobre o Rio São Francisco, em Ibotirama-BA, 2011



Fonte: Carol Garcia/AGECON (2011).

Em entrevista ao operário, Sr. Antônio Borges Xavier, que trabalhou na construção da ponte e ainda reside em Ibotirama, o mesmo, relatou que foi uma obra muito importante para toda a

região, acrescentando que, antes da obra, a travessia do rio era demorada e perigosa. Segundo o Sr. Antônio Xavier, que se fez presente no ato, “a inauguração foi no dia 15 de janeiro de 1985, contou com a presença de diversas autoridades e do povo de Ibotirama”.

Anos depois, outras pontes foram construídas sobre o Rio São Francisco: Ponte Gercino Coelho, em Bom Jesus da Lapa, com 1180 m, que interliga as BR-349 a BR-430, inaugurada em 1990; Ponte Guimarães Rosa, entre Carinhanha e Malhada, na BR 030, com extensão de 1.098 metros, iniciada em 1990 e somente concluída em 2010, após diversas interrupções por falta de recursos; e a Ponte Luís Filipe de Souza Leão, construída em Parceria Pública Privada (PPP) com o Governo do Estado da Bahia, na BA 052 – Estrada do Feijão, possui 1.000 m de extensão, interliga os municípios de Xique-Xique a Barra, inaugurada em 2021.

Destaca-se ainda, a construção da Ponte Eng. Vasco Neto (Figura 12), que faz parte do projeto da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), a maior ponte ferroviária da América Latina com 2.900 m, interligando os municípios de Bom Jesus da Lapa e de Serra do Ramalho. Inaugurada em 2018, aguarda a conclusão da ferrovia para entrar em funcionamento. A construção das interligações foi importante para a logística de escoamento da produção agropecuária do oeste baiano e se tornou decisiva no processo de integração definitiva do território ao restante do Estado da Bahia.

Figura 12 - Travessia na balsa e construção da ponte em Ibotirama-BA



Fonte: @tvibotirama (1984).

4.3 NOTAS SOBRE A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

A expansão da fronteira agrícola para o oeste baiano se insere no projeto nacional de ocupação do bioma Cerrado. Segundo Santos (2016), o cerrado, situado na porção central do país, engloba parte dos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo, Tocantins e o Distrito Federal (Figura 13). Ocupa 25% do território nacional, com área que se estende por mais de 204 milhões de hectares, dos quais 50 milhões apresentam potencial de uso para a agricultura.

Figura 13 - Delimitação do bioma cerrado



Fonte: IBGE (*apud* SANTOS, 2016, p.388).

No início da década de 1970, o Governo Federal lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que intensifica o processo de modernização da agricultura brasileira, visando a transferência da fronteira agrícola nacional do Centro-Sul para o Centro-Oeste. Para que a estratégia de ocupação do cerrado se transformasse em realidade, foram constituídas políticas e programas de desenvolvimento em consonância com os planos nacionais (SANTOS, 2016). No entanto, para Belas, Alves e Motta (2000), o cultivo nos cerrados brasileiros só seria possível após superar os limites de aptidões climáticas e edáficas que restringiam o seu uso para a

agricultura em larga escala. Para tanto, em 1973, o Governo Federal cria a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). As pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA, seguindo a lógica da modernização agrícola, possibilitaram soluções exequíveis para os cerrados nacionais (SANTOS, 2016).

Em 1979, foi implementado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Segundo Junges (2012), com o objetivo de coordenar a implantação do projeto-piloto do PRODECER, cria-se a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), cujo capital social seria distribuído da seguinte forma: 51% pertenceria à Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO), formada pelo governo federal brasileiro, e a empresas exclusivamente nacionais; 49% caberiam à *Japan-Brazil Agricultural Development Corporation* (JADECO), formada pelo governo japonês e empresas privadas.

Na opinião de Santos (2016), o PRODECER se fundamentava em um tripé composto por: (1) sistema de incentivos financeiros e fiscais para a melhoria da produção, comercialização e a transformação tecnológica; (2) disseminação do conhecimento e adoção de insumos agrícolas modernos; e (3) desenvolvimento de programas agrícolas dirigidos à produção básica no Centro-Oeste e Nordeste. Constituiu, assim, um programa singular e de grande significância para a consolidação das transformações capitalistas conservadoras no agro brasileiro (SANTOS, 2016).

No final da década de 1970, com o mercado agrícola internacional bastante favorável à produção de soja, com o apoio financeiro e técnico do governo, ocorre o avanço da expansão da fronteira agrícola para o oeste baiano. Na época, a região já possuía uma infraestrutura viária mínima, que permitia sua integração econômica. Dessa forma, agricultores do Sul e Sudeste do país, pressionados por questões fundiárias nessas regiões e vendo a oportunidade de ampliar seus negócios com maiores lucros, venderam suas terras e adquiriram propriedades bem maiores no oeste baiano, onde o preço das terras se apresentava extremamente atrativo. (BELAS; ALVES; MOTTA, 2000). Ressalta-se que não foi uma tarefa fácil. Havia a necessidade de adaptação às condições climáticas adversas da região, bem como o fato de que alguns não possuíam o domínio da técnica agrícola de produzir no cerrado, chegando a perder tudo o que tinham.

Neste ponto, convém refletir sobre o conceito de fronteira apresentado por José Martins em: *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*, que se aplica muito bem ao contexto da expansão agrícola no oeste baiano:

Fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social[...] é um lugar de alteridade, o que faz dela um lugar singular [...] um lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si [...]. São faixas que se mesclam, se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem o desencontro dos tempos históricos em que vivem. (MARTINS, 2009 *apud* SANTOS, 2016, p.385).

Assim, o processo de ocupação recente da Região Oeste da Bahia, com base no modelo de especulação fundiária, elevou o acirramento das tensões sociais históricas da região. No início, muitos agricultores que migraram, associados a latifundiários locais, não estavam interessados somente em fazer produzir a terra, mas queriam especular com a maior quantidade de terra possível, visando o lucro advindo da sua valorização. O processo especulativo ocorria muitas vezes à revelia da lei, com uso da violência contra os eventuais donos das terras. Não foram poucos os casos em que “grileiros” se apropriavam de terras com base em documentos duvidosos (BELAS; ALVES; MOTTA, 2000).

4.4 ASPECTOS DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Durante os anos 80, em meio à expansão da fronteira agrícola, ocorrem no oeste baiano profundas transformações socioeconômicas. Há um fluxo migratório significativo, em que, segundo dados da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) (1983 *apud* BELAS; ALVES; MOTTA, 2000), nos primeiros anos da década de 80, cerca de 1000 famílias sulistas já tinham adquirido propriedades rurais nos cerrados de Barreiras, São Desidério e Baianópolis. Neste período, chegam também as empresas e cooperativas agrícolas, com grandes investimentos. São desenvolvidas técnicas modernas de irrigação e adubação do solo, bem como de organização da produção e sua comercialização. A sociedade local passa a ser, sob todos aspectos, influenciada por essa nova realidade, que redesenha o cenário socioeconômico da região (BELAS; ALVES; MOTTA, 2000).

No plano das questões da força de trabalho e político administrativo regional, dois aspectos se destacaram. Primeiro, o êxodo rural provocado pelas mudanças na estrutura fundiária, em que os pequenos proprietários cedem espaços para o grande produtor. O segundo foi a crescente mecanização da lavoura, que reduz os postos de trabalho no meio rural e cria condições para ampliação do mercado de trabalho urbano. Neste contexto de urbanização regional acelerada, devido ao abandono do campo, antigos distritos são emancipados formando os novos municípios como: Jaborandi (1985), Mansidão (1985), Wanderley (1985) e São Félix do Coribe (1989). Também surgem novos núcleos populacionais com características urbanas, destacando

os povoados de Mimoso do Oeste, Novo Paraná, Roda Velha e Rosário (BELAS; ALVES; MOTTA, 2000, p.31).

No final da década de 1990, surge o município de Luís Eduardo Magalhães, com forte viés urbano e concentração de agentes econômicos ligados ao setor do agronegócio. O movimento emancipatório no distrito de Mimoso do Oeste, então pertencente a Barreiras, iniciou em meados da década de 1990. O autor relata ainda que, com o apoio dos agentes empresariais agrários e políticos locais, articulados com o governo estadual, conseguiram a emancipação do distrito, sendo instalado como município em 2000 e passando a se chamar Luís Eduardo Magalhães (FONSECA; SILVA; VIEIRA, 2010). Quando da emancipação, o município possuía aproximadamente 9.000 habitantes. Pouco mais de vinte anos depois, estima-se uma população de 92.671 habitantes (IBGE, 2021). Em função desse crescimento rápido, o poder público não consegue oferecer os serviços necessários e a cidade enfrenta sérios problemas sociais.

Atualmente, os municípios de Barreiras, São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, Correntina, Jaborandi, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, Cocos e Baianópolis constituem os maiores produtores agropecuários da região oeste. No cenário produtivo baiano, neles se concentra 35% do PIB agropecuário do Estado. O município de São Desidério possui um dos maiores PIB agropecuários do Brasil. Como citado anteriormente, a mecanização intensiva reduziu os postos de trabalho no campo, mas, segundo a Associação dos Irrigantes da Bahia (AIBA) (2020), estima-se que para cada emprego criado direto no campo, cinco outros são gerados nas áreas de logística, transporte e no comércio de insumos e máquinas agrícolas (AIBA, 2020).

A alta produtividade do oeste baiano, dentre outros fatores, se deve à utilização de novas tecnologias agrícolas. A soja, desde o início, foi a principal cultura da região. De acordo com Leite Júnior e Stahlke (2021), com o aumento da produtividade agrícola, a produção de soja na Bahia em 2021, alcançou aproximadamente 6,8 milhões de toneladas (LEITE JUNIOR; STAHLKE, 2021, p.19). Em 2020, o Estado da Bahia recebeu o título de campeão nacional de produtividade de soja, com 62 sacas por hectares, fato que se repetiu em 2021, com este indicador atingindo 67 sacas por hectares (FILHO, 2021).

A cotonicultura é a segunda maior lavoura da região oeste, representando quase a totalidade da produção baiana. A Bahia é o segundo maior produtor nacional de algodão, atrás apenas do Mato Grosso. Possui mais de 331 mil hectares plantados, com a produção de 1,2 milhão de toneladas na safra 2018/2019, que representou 22,1% da produção nacional no período. Cerca de 40% do algodão baiano é exportado para a China, Indonésia, Bangladesch e Vietnã, e 60%

são comercializados para as indústrias têxteis no Brasil. A classificação da qualidade da fibra do algodão é fundamental para a sua comercialização. Por isso, a Associação Baiana de Produtores de Algodão (ABAPA) mantém um Centro de Análise de Fibras sediado em Luís Eduardo Magalhães (AIBA, 2020).

O milho é a terceira principal cultura da região, destinando-se, basicamente, ao mercado interno do nordeste do país. No oeste baiano, na safra 2018/2019, a cultura do milho abrangeu 150 mil hectares plantados, com uma produção de 1,3 milhão de toneladas (AIBA, 2020).

Outras culturas estão sendo ampliadas ou implantadas na região. A Bahia é o maior produtor de banana do país. Em 2017, a região oeste produziu cerca de 240 mil toneladas de bananas das espécies nanica e da prata. Somente o município de Bom Jesus da Lapa, Projeto Formoso, no Vale Sanfrasciscano, produziu 180 mil toneladas (AIBA, 2020). O setor florestal, com o plantio predominante do eucalipto, está em expansão na região. O eucalipto atende às indústrias de celulose (papel, papelão, etc.), de madeira sólida (madeira serrada, móveis, etc.) e de material energético (carvão vegetal, resíduos florestais, etc.). O cultivo do café na região ganha projeção pela qualidade e já representa 20% da produção baiana, competindo com a Chapada Diamantina e o Planalto da Conquista, áreas de tradicional cafeicultura no Estado.

As experiências com o cacau irrigado em Ibotirama e Barreiras tem sido acompanhada pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), como uma reinvenção do cultivo em relação ao modelo adotado no passado na região do Sul Baiano (AIBA, 2020).

A Região Oeste da Bahia, devido ao cultivo de grãos, apresenta grande potencial para produzir também ração animal. Assim, cresce a produção de proteína animal, com forte expansão do criatório de frangos, suinocultura, bovinocultura leiteira e de corte, etc., fato que amplia a cadeia e agrega valor ao agronegócio regional (AIBA, 2020).

Segundo os produtores locais, o maior gargalo da região é a logística de transporte. Praticamente, toda a safra escoada pelo modal rodoviário, fato que aumenta os custos de transporte, fazendo o produto regional perder competitividade. Em depoimento à AIBA, um produtor local explica: “atualmente gastamos 90 dólares para colocar uma tonelada de algodão no navio. Nos Estados Unidos os produtores gastam 25 dólares, e na Austrália cerca de 18 dólares.” (AIBA, 2020, p. 28). Assim, os produtores apontam que a implementação do modal ferroviário poderia reduzir os custos de transporte de modo significativo. A conclusão da Ferrovia da Integração Oeste Leste (FIOL), com a consequente construção do terminal ferroviário, o Polo Intermodal do Oeste da Bahia (PIOB), se constitui em uma grande expectativa para a Região Oeste da Bahia.

4.5 BREVE PAINEL DE ALGUNS INDICADORES SOCIAIS

Tendo examinado concisamente as transformações sociais e os dados representativos do potencial produtivo da região oeste, faz-se necessária uma melhor apresentação dos principais indicadores socioeconômicos regionais. Nesta parte final do presente capítulo, os municípios maiores produtores agrícolas são avaliados como representativos da região. O Quadro 5 apresenta alguns dados e indicadores desses municípios, que estão classificados pela ordem de produção agrícola em toneladas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Quadro 5 - Alguns dados e indicadores dos municípios maiores produtores do oeste baiano, 2020

Classificação Produtor	Município	Extensão territorial (Km ²)	População (hab.)	Densidade populacional (hab./km ²)	PIB <i>per capita</i> (R\$/hab.)	IDH	GINI
1º	São Desidério	15.156	34.266	2,26	141.048	0,579	0,5753
2º	Formosa do Rio Preto	16.185	25.857	1,60	147.048	0,618	0,6136
3º	Barreiras	8.051	156.975	19,50	39.096	0,721	0,5704
4º	Luís Eduardo Magalhães	4.036	90.162	22,34	77.936	0,716	0,6337
5º	Correntina	11.504	32.191	2,80	74.502	0,603	0,5885
6º	Riachão das Neves	5.978	22.334	3,74	60.969	0,578	0,5434
7º	Jaborandi	9.955	8.277	0,83	113.379	0,613	0,6354
8º	Cocos	10.141	18.807	1,85	20.219	0,596	0,5638

Fonte: IBGE (2020); DATASUS (2010).

Observa-se que os oito municípios possuem grande extensão territorial, dentre os quais estão os dois maiores da Bahia, Formosa do Rio Preto e São Desidério. No entanto, podem ser tratados como tendo pequena concentração populacional, considerando que todos estão abaixo da média estadual que apresenta 28,8 hab./km², com algum destaque para Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (IBGE, 2020). Essa é uma característica da região oeste, grandes extensões de terra com baixa densidade populacional. Quanto à renda per capita, sete dos oito municípios (São Desidério, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Correntina, Riachão das Neves, Barreiras e Jaborandi) apresentam PIB *per capita* muito acima da média nacional, que em 2020 foi de R\$ 35.939,00 (trinta e cinco mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta). Apenas, Cocos se situa abaixo da média (IBGE, 2020). Considerando a renda *per capita* da Bahia, R\$ 20.494,00 (vinte mil quatrocentos e noventa e quatro reais), ano 2020, têm-se que a média dos oito municípios, R\$ 84.274,63 (oitenta e quatro mil duzentos e setenta e quatro reais

e sessenta e três centavos), representa 4,12 vezes maior que a renda per capita baiana. Assim, pode dizer-se que a região oeste é produtora de uma riqueza econômica com potencial de atender às necessidades dos seus habitantes em condições muito melhores que no restante do estado e do país. Entretanto, esta possibilidade não se traduz em realidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), contempla a renda, educação e saúde, classificando como: (0,0 a 0,499 – muito baixo); (0,50 a 0,599 – baixo); (0,6 a 0,699 – médio); (0,7 a 0,799 – alto) e (0,8 a 1,00 – muito alto). Assim, têm-se, considerando os dados existentes do Censo 2010, que os municípios de São Desidério, Riachão das Neves e Cocos estariam com baixo IDH; Formosa do Rio Preto, Correntina e Jaborandi com médio IDH e apenas Barreiras e Luís Eduardo Magalhães atingiriam alto IDH. Dados que apontam simultaneamente significativa atividade econômica nos municípios (renda per capita), com sensível desigualdade na distribuição do desenvolvimento (IDH).

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA, 2022), o Índice Gini mede o grau de concentração da renda em determinado grupo. O indicador aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres em relação aos mais ricos. Varia de zero a um (ou cem), com o zero representando a situação de igualdade, ou seja, todos auferindo a mesma renda. O valor um (ou cem) aponta o extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (IPEA, 2022). Assim, quando se verifica esse indicador nos municípios maiores produtores agrícolas da região, no ano 2010, na condição de representativos da realidade socioeconômica do oeste baiano, observa-se em todos uma abusiva concentração de renda, destacadamente nos municípios de Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto, que apresentam índices acima de 0,6. Fato que aponta um acentuado desequilíbrio e uma forte desigualdade socioeconômica regional, inclusive superando o indicador baiano que é Gini 0,537.

Uma análise importante para caracterizar a região refere-se à oferta de ensino superior no oeste da Bahia. De acordo com trabalho desenvolvido pelo Instituto Semesp – Mapas do Ensino Superior (2021), a Bahia possui uma das menores taxa de escolarização líquida para o ensino superior em relação ao restante do país. O indicador mede o percentual de jovens entre 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população da mesma faixa etária. A Bahia, em 2021, apresentou taxa de escolarização líquida de 13,6%, abaixo da média nacional de 18,1% para o ensino superior no mesmo período (INSTITUTO SEMESP, 2021, p.1).

No ano de 2019, a Bahia registrou aproximadamente 449 mil matrículas no ensino superior, sendo 75,3% em instituições privadas e apenas 24,7% em instituições públicas (Tabela 3), tendo uma população estimada de 15 milhões de habitantes. Assim, em números brutos, têm-se, em

2019, que cerca de 3,0% da população baiana estava matriculada em um curso superior, percentual considerado muito baixo.

Observa-se ainda que, adotando-se a mesorregião do Extremo Oeste Baiano como referência, com os seus 24 municípios, possuem matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES): na modalidade presencial, 9.332 alunos e, no modo a distância (EAD), 7.009 matriculados, totalizando 16.331 discentes no nível superior. Ocorre que, a população estimada do Extremo Oeste Baiano é de 644 mil habitantes, têm-se, então, que, em números brutos, apenas 2,5% da população da mesorregião estava matriculada em um curso superior (CIDADE-BRASIL, 2020).

Tabela 3 - Distribuição do ensino superior conforme as mesorregiões da Bahia, 2019

Mesorregião	Municípios	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
		Matrículas			IES	Matrículas			IES
		Rede Privada	Rede Pública	Total		Rede Privada	Rede Pública	Total	
Centro Norte Baiano	80	26.638	13.166	39.804	27	27.439	990	28.429	49
Centro Sul Baiano	118	19.468	16.262	35.730	24	19.931	808	20.739	52
Extremo Oeste Baiano	24	5.158	4.164	9.322	12	7.008	1	7.009	24
Metropolitana de Salvador	38	118.404	52.166	170.570	58	35.743	1.200	36.943	68
Nordeste Baiano	60	11.818	2.714	14.532	21	9.651	341	9.992	40
Sul Baiano	70	23.987	11.731	35.718	22	18.327	474	18.801	48
Vale São-Franciscano da Bahia	27	4.956	6.006	10.962	13	9.147	961	10.108	33
Total - Estado BA	417	210.429	106.209	316.638	155	127.246	4.775	132.021	96

Fonte: Instituto Semesp (2021).

As taxas de evasão do ensino superior da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, em média, não diferem das demais mesorregiões baianas (Tabela 4), bem como da elevada taxa brasileira. Segundo o Instituto Semesp (2021), a taxa de evasão média brasileira no ensino superior presencial varia entre 18,4 % em IES públicas e 30,7% em IES privadas; a região apresenta média geral de 24,1% para o ensino superior presencial. A média nacional de evasão para o ensino a distância - EAD, varia entre 31,6% em IES públicas e 35,4% em privadas, a região apresenta média de 30,1% (INSTITUTO SEMESP, 2021, p.2). Em síntese, o oeste baiano replica os mesmos problemas e deficiências que persistem no Estado da Bahia e no Brasil, dentre os quais a alta taxa de evasão no ensino superior.

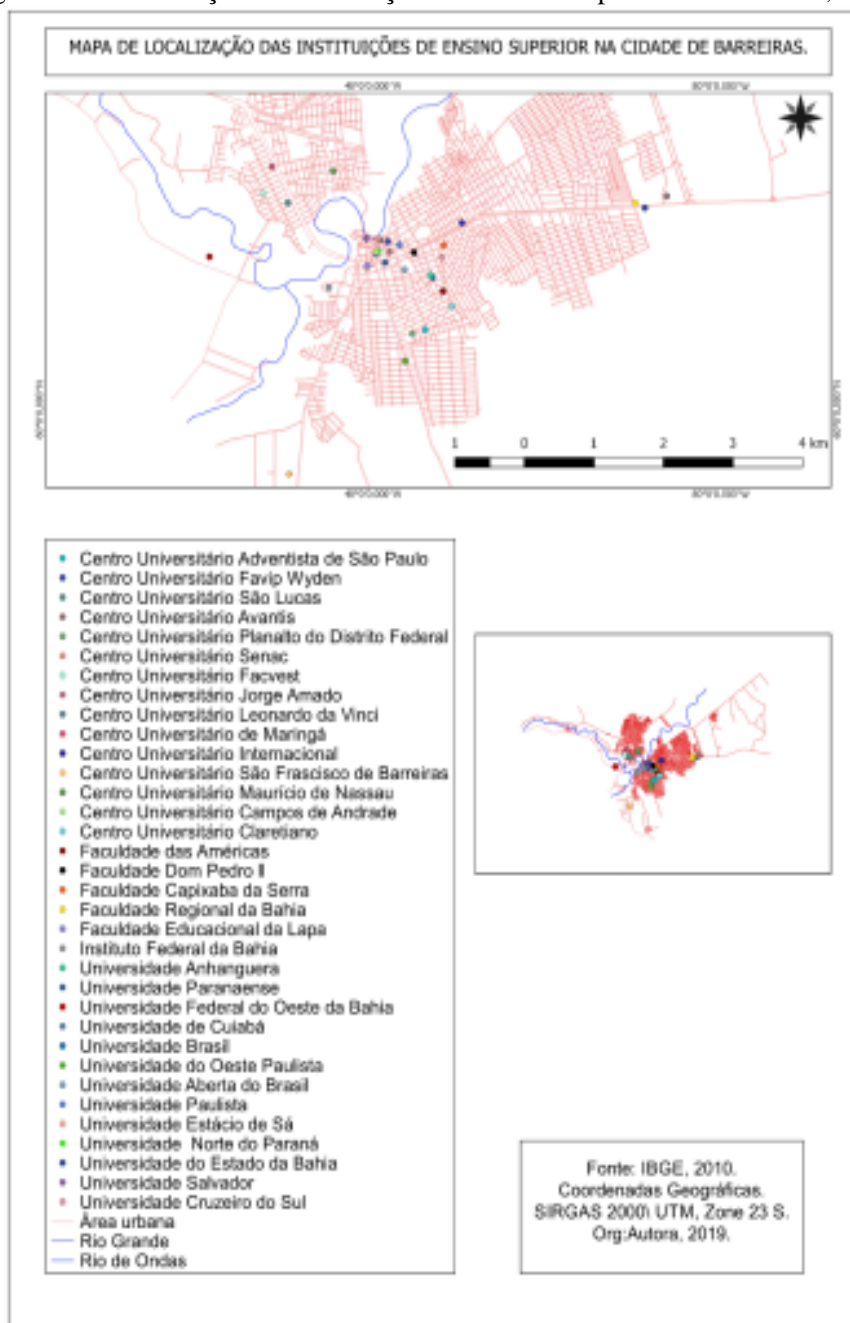
Tabela 4 - Taxa de evasão do ensino superior por mesorregiões baianas, 2019

Mesorregião	Cursos Presenciais	Cursos EAD
Centro Norte Baiano	24,6%	30,8%
Centro Sul Baiano	21,5%	30,2%
Extremo Oeste Baiano	24,1%	30,1%
Metropolitana de Salvador	29,4%	39,6%
Nordeste Baiano	23,0%	30,6%
Sul Baiano	29,6%	33,2%
Vale São-Franciscano da Bahia	31,2%	34,1%

Fonte: Instituto Semesp (2021).

Trabalho interessante, quanto a educação superior na região oeste da Bahia, foi elaborado por Silva e Brasileiro (2020) intitulado: *A cidade de Barreiras enquanto polo de ensino superior na região do extremo oeste da Bahia: desafios e perspectivas*. Os autores, assumem e recortam a cidade de Barreiras como principal polo do ensino superior na região e discuti a importância das IES públicas e privadas no desenvolvimento regional e, na formação de profissionais em várias áreas do conhecimento científico. Destacam, a localização de todas as IES públicas e privadas, presenciais e/ou com ensino a distância, que atuam na cidade de Barreiras, listando as mesmas como pode ser observado na Figura 14.

Figura 14 - Localização das Instituições de Ensino Superior em Barreiras, 2020



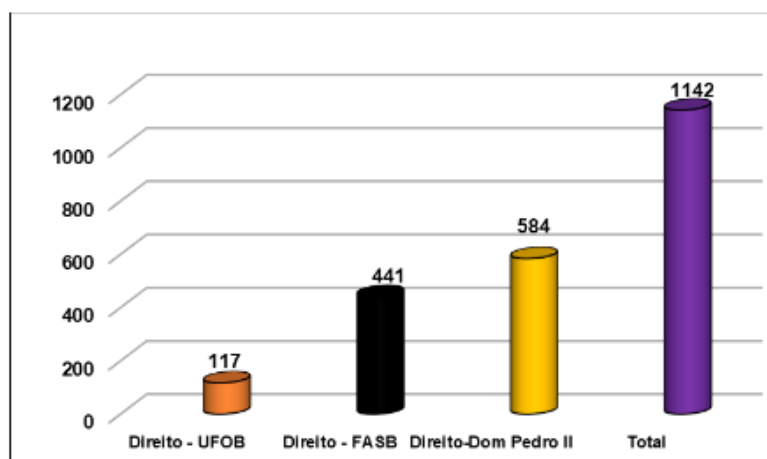
Fonte: Silva e Brasileiro (2020).

Em seguida, o trabalho apresenta os gráficos representativos de diversos cursos ofertados na cidade pelas principais instituições de ensino superior e o número de matriculados no ano de 2018. Aqui, destacamos apenas os cinco mais concorridos, quais são: Direito, Administração, Agronomia, Medicina e Engenharias.

Quanto ao curso de direito, os autores informam que a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) é a mais recente a ofertar o curso, fato que pode explicar o menor número de alunos. Assim, em 2018, a Universidade Federal do Oeste (UFOB) possuía 117 matriculados no curso

de direito, a Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB) 441 alunos e a Universidade Dom Pedro II (UNIDOM) 584 alunos, perfaziam 1142 matriculados, sendo o curso mais procurado (Gráfico 13).

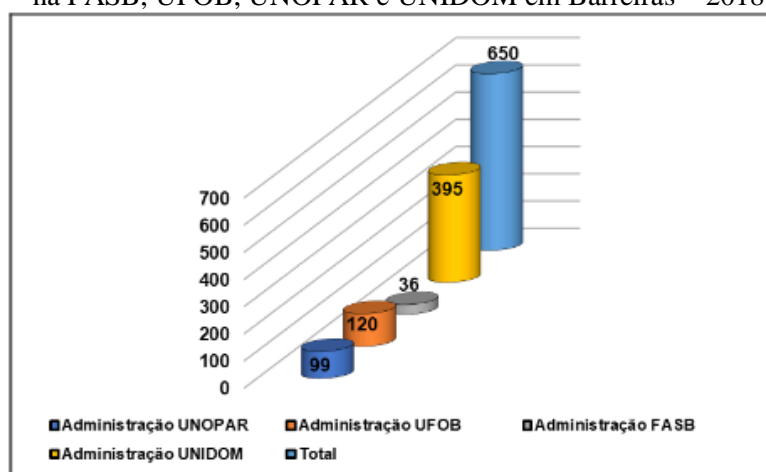
Gráfico 13 - Quantitativo de Estudantes Matriculados em Curso de Direito na UFOB, FASB, e UNIDOM em Barreiras, 2018



Fonte: Silva e Brasileiro (2020).

Têm-se, em 2018, para o curso de Administração, na Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) 99 alunos, UFOB 120 alunos, FASB 36 alunos e a UNIDOM 395 alunos, perfazendo 650 matriculados, sendo o segundo curso em número de matrículas (Gráfico 14).

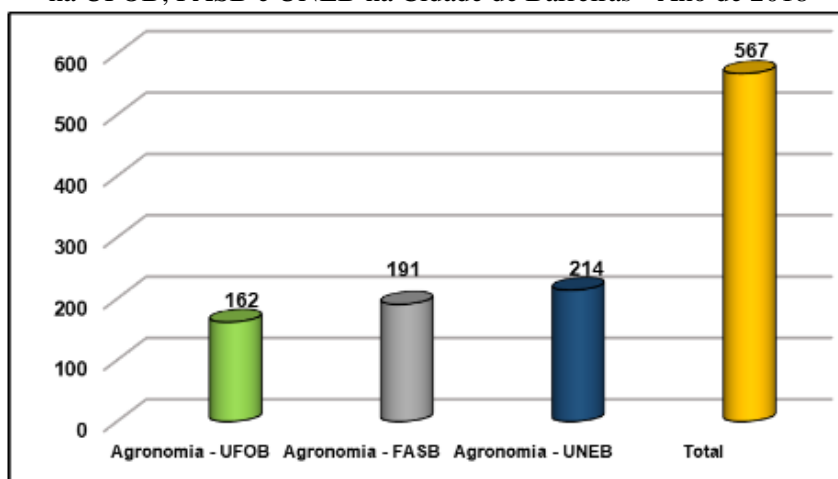
Gráfico 14 - Quantitativo de Estudantes Matriculados em Curso de Administração na FASB, UFOB, UNOPAR e UNIDOM em Barreiras – 2018



Fonte: Silva e Brasileiro (2020).

Para o curso de Agronomia, têm-se, em 2018, na UFOB 162 alunos, FASB 191 e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) 214 alunos, perfazendo 567 matriculados, sendo o terceiro curso em número de matrículas (Gráfico 15).

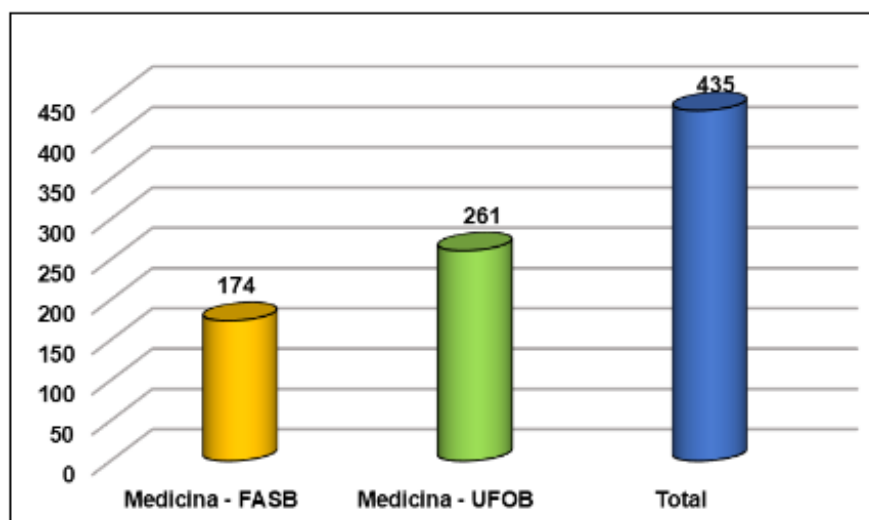
Gráfico 15 - Quantitativo de Estudantes Matriculados em Curso de Agronomia na UFOB, FASB e UNEB na Cidade de Barreiras - Ano de 2018



Fonte: Silva e Brasileiro (2020).

Têm-se, em 2018, no curso de Medicina para a UFOB 174 alunos e a FASB com 261 alunos, perfazendo 435 matriculados, sendo o quarto curso em número de matrículas (Gráfico 16). No entanto, destacam que as duas instituições criaram o curso em período recente.

Gráfico 16 - Quantitativo de Estudantes Matriculados em Curso de Medicina na FASB e UFOB na Cidade de Barreiras- Ano de 2018



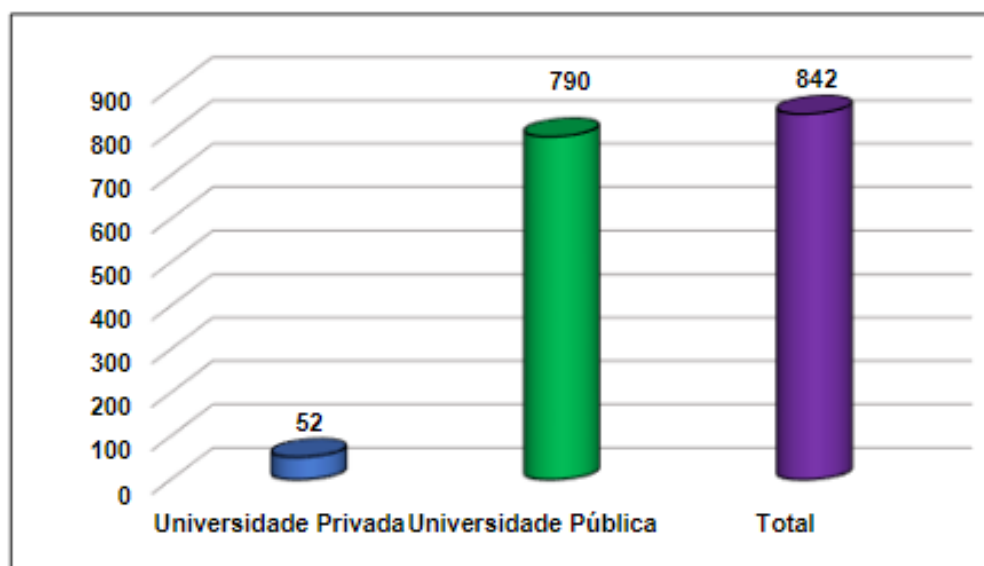
Fonte: Silva e Brasileiro (2020).

Convém ressaltar que, Silva (2022), em trabalho apresentado na *Semana de Análise Regional e Urbana (SARU - UNIFACS)*, a autora discute: Interiorização das Escolas Médicas no Brasil e a Influência no Desenvolvimento Econômico dos Municípios. O estudo, informa que o Ministério da Saúde recomenda a razão de 2,5 médicos por cada mil habitantes e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) seria de 3,5 médicos por mil habitantes. No entanto, as regiões Norte e Nordeste do país apresentam taxa inferior a 1 médico

por mil habitante, 0,54 e 0,67, respectivamente. Desta forma, observa-se a importância da criação dos novos cursos de medicina regionalizados e sua interiorização, com o necessário apoio da assistência estudantil e dos programas PROUNI e FIES, dentre outros.

Quanto às engenharias, Silva e Brasileiro (2020), apresentaram os dados grupados e informam que se referem não só a cidade de Barreiras, como também aos municípios em que a UFOB possui *campus* (Barra, Bom Jesus da Lapa e Luís Eduardo Magalhães). E acrescentam, que no gráfico 17 está a soma dos cursos de Engenharia de Alimentos do Instituto Federal da Bahia (IFBA); Engenharia Civil, Elétrica e Produção (UFOB e UNIRB); Engenharia de Biotecnologia, Mecânica, Sanitária e Ambiental (UFOB). Concluem dizendo: “percebe-se a grande quantidade desses cursos, sendo um dos que possuem mais estudantes matriculados se comparados aos demais cursos selecionados para esta pesquisa.” (SILVA; BRASILEIRO, 2020, p.25).

Gráfico 17 - Quantitativo de Estudantes Matriculados nos Cursos de Engenharias nas IES: UFOB (*Campus* de Bom Jesus da Lapa, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), IFBA, UNIRB - Ano 2018



Fonte: Silva e Brasileiro (2020).

No entanto, em um olhar diferenciado, observa-se que mesmo somados os oito cursos das Engenharias, não alcançam o curso de Direito isoladamente. O total de 842 alunos, representam uma média aproximada de 105 matriculados por curso de engenharia, quantitativo reduzido. Da totalidade dos alunos, 790 estão em instituições públicas e apenas 52 em IES privada, fato que denota um possível distanciamento da iniciativa privada em relação aos cursos de engenharia na região.

Face aos desafios socioeconômicos que o país e a região atravessam e as necessidades da sociedade contemporânea, entende-se que deveria haver uma maior e melhor formação de

engenheiros. Temas como: energia limpa, tecnologia da informação, moradia habitacional, saneamento e recursos hídricos, transporte em geral e mobilidade urbana, inovação, biodiversidade, indústria aeroespacial, agronegócio, recursos naturais, dentre outros, são assuntos que passam necessariamente pelas engenharias.

Consulta importante para caracterizar a região, refere-se à distribuição dos vínculos de trabalho por setor, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com dados para a mesorregião Extremo Oeste da Bahia, têm-se (Tabela 5):

Tabela 5 - Registro de vínculos formais de trabalho por setor de atividade, mesorregião Extremo Oeste da Bahia e Estado da Bahia, 2020

Mesorregião	Serviços	Comércio	Indústria	Construção Civil	Agropecuária	Total
Extremo Oeste da Bahia	42.561	21.457	8.046	4.318	22.524	98.906
Vínculos Setor Ex. Oeste Bahia	43,0%	21,7%	8,1%	4,4%	22,8%	100%
Total Bahia	1.300.562	420.469	257.687	106.013	91.457	2.176.188
Vínculos por Setor Bahia	59,7%	19,3%	11,9%	4,9%	4,2%	100%

Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS (2020).

Observa-se na mesorregião Extremo Oeste da Bahia, quanto aos vínculos de trabalho, uma menor concentração que a baiana no setor de serviços com uma diferença de 16,7%. Há uma certa equivalência no setor do comércio (21,7 % - 19,3%) que se assemelha à configuração do Estado. O setor industrial representa apenas 8,1% dos postos de trabalho. Entende-se, como possível explicação, o fato de a região apresentar uma incipiente industrialização, se caracterizando como exportadora de insumos agrícolas em estado primário. Considerando o potencial produtivo da região, a implementação da agroindústria se apresenta como uma alternativa importante. A agroindustrialização poderia agregar maior valor aos produtos, ampliar a cadeia produtiva, gerar e diversificar postos de trabalho, bem como contribuir para uma melhor distribuição da renda, minimizando o desequilíbrio socioeconômico regional. A Construção Civil, ainda que apresente números de vínculos trabalhistas equivalentes ao Estado é um setor em ascensão na região.

O setor agropecuário, que responde pela maior participação econômica da região, detém 22,8% dos vínculos de trabalho. Resultado que representa uma significativa diferença em relação a Bahia, que detém no setor agropecuário apenas 4,2% dos vínculos de trabalho. O percentual poderia ainda ser maior, no entanto a forte mecanização e automação agrícola presentes na região, reduz os postos de trabalho do setor agropecuário. Associa-se ainda, a inserção de novas tecnologias agrícolas que tende a aumentar a capacidade produtiva e exigir mão de obra mais

qualificada, ao tempo em que reduz quantitativamente os postos de trabalho. De modo aproximado, há uma proporção de 1:3, entre empregos na agropecuária e postos de trabalho gerados nos setores de serviço e comércio.

O conhecimento sucinto de alguns aspectos essenciais da historicidade, da força produtiva, bem como dos contrastes e desigualdades socioeconômicas do Oeste da Bahia, trazidos até aqui, constitui base para a compreensão do seu processo de desenvolvimento da região. É nesse contexto que a UFOB se insere e encontra seu desafio de promover a integração universidade – sociedade, visando contribuir para desenvolvimento regional.

4 CAPÍTULO IV - AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo, busca-se levantar os dados que possam demonstrar as possíveis contribuições da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), entre 2014 a 2022, para o desenvolvimento regional. Nele se encerra o objetivo maior do trabalho de pesquisa: perceber como a UFOB tem se inserido no contexto da região e quais os seus aportes quantitativos e qualitativos para o desenvolvimento regional. Por se tratar de uma universidade nova e, de certo modo, ainda em processo de implantação, a pesquisa não espera resultados robustos. Porém, a investigação se reveste de importância por servir de referencial inicial para trabalhos futuros, que poderão estabelecer relações comparativas. No mais, deixemos que os dados e informes falem por si mesmos.

5.1 O INSTITUTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ICADS): PRECURSOR DA UFOB

A Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) teve no Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), *Campus* Reitor Edgard Santos, seu núcleo original. Em 21 de novembro de 2005, em Salvador, quando o processo de interiorização do ensino superior dá seus primeiros passos pelo país, embalado pelo Programa Expandir (Governo Federal – Programa de Expansão Fase I), o plenário do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia (UFBA) aprovou a Resolução nº 04/05, que criava o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), em Barreiras. Posteriormente, a resolução foi regulamentada pelo Decreto nº 5.773/2006 do Ministério da Educação (MEC), sendo publicada no Diário Oficial da União (DOU) Nº 165, Seção 1, em 27/8/2006.

No entanto, antes dessa definição, como relata Padim (2022), houve uma controvérsia que teria grande repercussão. Duas versões corriam simultâneas: uma que o *campus* avançado de Barreiras seria implantado pela Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), com sede em Petrolina – Pernambuco; e outra que a implantação seria conduzida pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com sede em Salvador – Bahia. O Diário Oficial do Município de Barreiras, de 12 de julho de 2005, afirmava: “*Campus da UFBA é uma realidade em Barreiras*”, será “*Mais uma opção de ensino superior gratuito.*” (BARREIRAS, 2005, p. 8). Enquanto a ata da reunião ordinária do Conselho Universitário da Fundação

Universidade Federal do Vale do São Francisco, realizada em Petrolina-PE, em 8 de agosto de 2005, sob a presidência do vice-reitor, Paulo César da Silva Lima, transcrevia:

1-COMUNICAÇÃO: O Senhor Presidente, com a palavra, justificou a ausência do Magnífico Reitor, Professor José Weber Freire Macedo[...]. Em seguida, informou que a UNIVASF estava sendo indicada pelo MEC para assumir a implantação do **Polo Universitário de Barreiras**. (UNIVASF, 2005 *apud* PADIM, 2022, p.46) (grifo do autor).

Segundo Padim (2022), em Barreiras, surgiram outdoors com informações díspares, atribuindo a vinda do *Campus* como sendo vinculado à UNIVASF e outros informando que seria vinculado à UFBA. A deputada Antônia Pedrosa, por um lado, se associava à referência da UNIVASF, por outro, em relação a implantação pela UFBA, ao deputado Arthur Maia (PADIM, 2022, p.46). O jornal local, *Semanário Novoeste*, de 11 a 20/09/2005, veiculou o fato assim (Figura 15):

Figura 15 - Fac-símile do semanário Novoeste, edição de 11 a 20/09/2005

UNIVASF ou UFBA...

Os políticos já pegaram carona na idéia da instalação de uma universidade federal em Barreiras, prova disso são os outdoors espalhados em pontos estratégicos da cidade. Um, não mostra o rosto, mas agradece a confiança do povo de Barreiras, retribuindo com a vinda da UNIVASF; o outro, exibe um belo sorriso e a declaração de que está na luta pela instalação da UFBA.

A deputada Antônia Pedrosa retribui com trabalho a confiança do povo de Barreiras

UNIVASF em Barreiras
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Essa é pra valer!

Na luta pela UFBA em Barreiras

...qual delas será implantada em Barreiras?

Nada melhor do que curtir uma grande festa no coração do Brasil...

Mais uma vez, São Desidério deu um show de alegria mostrando a sua grandeza no resgate de suas festas tradicionais. Não só pela Festa da Paz ou pelo espaço do Coliseu, que é um dos maiores e melhores da Bahia e recebeu este ano atrações de nível nacional, mas também pela integração do seu povo com seus valores culturais. ...Págs. 06 e 07

CURSO INTENSIVO E REGULAR
NOVAS TURMAS
MATRICULAS ABERTAS!
(77) 3611-3884 - 3612-0143

CCAA
INGLÊS E ESPANHOL
1987 Aprender e ensinar com excelência

Rua José Rocha, 54 - Centro - Barreiras - BA
(ao lado da Economia Design) - E-mail: ccaa-cba@uol.com.br

Dia 28 de julho, a cidade recebeu a visita do reitor da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Naomar Monteiro, o qual, acompanhado de lideranças políticas e educacionais do município, percorreu alguns dos possíveis prédios para a instalação do campus da Universidade, participando ainda de uma audiência pública no Centro Cultural.

Com a vinda da UFBA para Barreiras, a esperança daqueles que não podem pagar uma faculdade particular cresceu. No entanto, antes mesmo dos ânimos se acalmarem, a população logo foi surpreendida por outra novidade: a suposta instalação de um campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

Os políticos já pegaram carona na idéia da instalação de uma universidade federal em Barreiras, prova disso são os outdoors espalhados por pontos estratégicos da cidade. Um, não mostra o rosto, mas agradece a confiança do povo de Barreiras, retribuindo com a vinda da UNIVASF, o outro, exibe um belo sorriso e a declaração de que está na luta pela instalação da UFBA.

A queda de braços entre essas duas universidades parece não ter fim, não que isso seja ruim para Barreiras, já que a cidade vive a prestigiosa situação de ser disputada por duas universidades federais. Mas o fato é que a população está confusa e querendo saber: Na realidade, que campus se instalará em Barreiras? O da UFBA ou da UNIVASF?

Se essas perguntas terão respostas imediatas ainda é desconhecido, porém, a cidade foi novamente visitada por um representante da UFBA. O vice-reitor da Instituição de Ensino, Francisco Mesquita, esteve em Barreiras no dia 21 de setembro. Será que ele vem trazendo a resposta para este dilema ou vem agregar mais dúvidas à mente da população?

Veja matéria completa na próxima edição.

Fonte: NOVOESTE (2005 *apud* PADIM, 2022, p.46).

Ainda conforme Padim (2022), anos mais tarde, em 26 de junho de 2013, o prefeito na época da implantação do *campus* em Barreiras, o médico Saulo Pedrosa, concedeu entrevista ao sítio

de *internet* Novoeste e explicou, com detalhes, o que ocorreu nos bastidores daqueles dias e o porquê que foi criado o *campus* vinculado à UFBA e não à UNIVASF:

[...] Após o Ministro ouvir atentamente minhas ponderações, recebeu a documentação com a exposição de motivos e me disse, para todos ouvirem que eu não sairia dali de mãos limpas, que em 45 dias me daria uma resposta. E assim fez: com 42 dias, foi publicado nos jornais que o Governo Federal havia criado 20 *Campi* avançados de universidades federais no Brasil e um deles seria implantado em Barreiras. Possivelmente, na época seria um apêndice da UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco. **Com essa possibilidade, fiquei apavorado, porque a UNIVASF era uma instituição recém-criada, além de que, possuía infinidades de problemas e de interesses, que iam de encontro com a nossa região**, entre eles, de que a maior parte dos recursos carimbados seria investida em Petrolina, **estado de Pernambuco**, onde ficava a sede da universidade, e não em Barreiras. Assim, imediatamente liguei para a UFBA - Universidade Federal da Bahia e agendei uma audiência com Naomar de Almeida Filho, reitor na época. [...] **Quando estive em Salvador pela segunda vez para falar com o reitor Naomar, para minha surpresa, ele estava já totalmente envolvido com o nosso propósito**. Na ocasião, marcamos sua visita a Barreiras, para uma audiência. A histórica audiência aconteceu na Casa da Cultura e foi **motivo de muita emoção; a maioria das pessoas presentes se emocionou chorando**. E todo esse sentimento se deu justamente, porque **Naomar, na presença de todos, se comprometeu fazer o impossível para que o *Campus* avançado a ser implantado no município fosse da UFBA**. Fato que em pouco tempo se tornou realidade por indicação do próprio reitor Naomar e, assim, batizamos a unidade de *Campus* Edgard Santos, em homenagem a um reitor da instituição (CEDRO; SOUSA, 2013 *apud* PADIM, 2022, p. 49) (grifo nosso).

Fizemos questão de pinçar e destacar a expressão do prefeito Saulo Pedrosa, alusiva ao fato: “[...]. Com essa possibilidade, fiquei apavorado, porque a UNIVASF era uma instituição recém-criada, além de que, possuía infinidades de problemas e de interesses que iam de encontro com a nossa região, [...]”. Como vimos no capítulo anterior, problemas históricos e interesses antagônicos constituíram a relação Bahia – Pernambuco, quanto à posse do chamado território do “Além do São Francisco”. Seria por demais controverso que o primeiro *campus* universitário federal localizado no oeste baiano fosse implantado por uma universidade sediada em Pernambuco. Era do conhecimento de todos, na época, a influência de deputados pernambucanos, citando o deputado Gonzaga Patriota, no objetivo da pretensa criação do Estado do São Francisco, que nasceria do desmembramento da região oeste do restante da Bahia. Temia-se que o *campus* se tornasse polo irradiador desse projeto, atrasando o desenvolvimento da região e causando prejuízos econômicos para todo o Estado da Bahia. Convém ressaltar que o *campus* avançado da UFBA em Barreiras nasceu da implementação do projeto maior de interiorização do ensino superior no Estado, fato discutido na introdução. Mas, não se pode negar o esforço articulado de diferentes níveis de governo e parcerias com instituições de cunho ambiental, social, empresarial, etc., que se empenharam para a concretização do feito. Neste propósito, destacam-se as prefeituras municipais da região, que se sentiam desprovidas de quadro técnicos para avaliarem as aceleradas e profundas

transformações socioeconômicas que se processavam na região e se viam na condição de avalistas, por terem de emitir diversificados alvarás. Assim, as prefeituras visualizavam no Instituto a possibilidade de qualificação técnica dos seus quadros e ainda um instrumento que contribuiria para o desenvolvimento regional. Portanto, o ICADS nascia tendo o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável como premissas basilares, em face, como visto, ao forte avanço do agronegócio na região, que trazia consigo notórios benefícios e preocupantes impactos ambientais.

Conforme os arquivos e memórias da UFBA, recolhidos nos sítios digitais, quanto ao funcionamento inicial do Instituto, a UFBA designou Joana Angélica Guimarães da Luz, geóloga de formação, professora pertencente ao quadro da Universidade em Salvador, para que, em Barreiras, ocupasse a função de diretora pro-tempore do recém criado ICADS. Para auxiliá-la nas atividades administrativas e acadêmicas, foram contratados prestadores de serviços locais, até que se pudesse processar o concurso público para técnico administrativo. A missão foi cumprida com dedicação pela professora.

Assim, em outubro de 2006, houve o ato oficial de inauguração do *Campus* Reitor Edgard Santos, Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), no município de Barreiras, com a missão de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na Região Oeste da Bahia.

Após a realização do primeiro concurso público, em março de 2007, foram contratados 15 (quinze) técnicos administrativos, que seriam os pioneiros, ao lado da diretora Joana Angélica, na consecução do projeto.

Quanto à estrutura física, o ICADS foi instalado em um conjunto de sete prédios centenários doado pela Prefeitura Municipal de Barreiras, onde funcionava o antigo Colégio Padre Vieira. O então prefeito Saulo Pedrosa, ressaltando a importância histórica desse patrimônio para o município, por ser um marco da educação na cidade, transferiu ao Instituto a guarda do Memorial do Colégio Padre Vieira, acervo com fotos de ex-alunos, professores e funcionários, documentos, medalhas de honra, etc., que contam parte da história de Barreiras e da região. A UFBA procedeu uma reforma preliminar nos prédios, visando a instalação inicial do Instituto. As atividades do ICADS se iniciaram em 23 de outubro de 2006, contando com seis cursos de graduação: Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia e Química.

Faltava, porém, uma área grande o suficiente para implantação de um *campus* universitário de maior porte, como era a intenção desde o início. Após articulações da sociedade local, o Sr. João Marques da Silva, popular João de Germano, conhecido comerciante e figura pitoresca da

cidade, proprietário de uma extensa área às margens do Rio de Ondas, na localidade denominada Prainha, limítrofe ao perímetro urbano, prontificou-se a doar o terreno necessário. Assim, o ICADS/UFBA recebeu, por doação, uma gleba de 40 (quarenta) hectares de terra, para a futura implantação do *campus* definitivo. Em 12 de julho de 2022, João de Germano recebeu a maior honraria legislativa do município de Barreiras (Figura 16), a Comenda 26 de Maio (SELIGABARREIRAS, 2022).

Figura 16 - João de Germano e Vereadora Carmélia da Mata, em homenagem na Câmara Municipal de Barreiras-BA



Fonte: Seligabarreiras (2022).

Na época, ao definirem o local de implantação do *campus*, não percebiam os envolvidos que, na busca de resolverem um problema imediato, estavam criando um novo vetor de crescimento urbano na cidade de Barreiras. Dez anos após, a força de atração hierárquica, que o *campus* universitário passaria a exercer no perímetro urbano, atrairia para o seu entorno outros empreendimentos e benfeitorias públicas. Tal fato valida as discussões quanto às teorias locacionais que explicam os fatores que determinam a localização e a distribuição das atividades econômicas no espaço, bem como retoma o debate quanto à potencialidade da implantação de uma universidade como forma de contribuir para o desenvolvimento local.

A Figura 17 apresenta duas manchas urbanas da cidade de Barreiras. A maior e mais antiga, a Barreiras Centro, limitada na margem à direita do Rio Grande, e a Barreirinhas, limitada na margem à esquerda. A inserção do *campus* universitário na grande área limitada pelo Rio de

Ondas, com a localização da ponte indicada em destaque, impôs a formação de um novo vetor de crescimento, que já desponta pela criação de um loteamento ao lado do *campus* (Figura 18).

Figura 17 - Mancha urbana Barreiras-BA - Centro, Barreirinhas e vetor de crescimento UFOB, 2021



Fonte: Google Maps,

Nota: adaptações próprias do autor desta dissertação (2023).

Figura 18 – Projeto do loteamento em construção ao lado do *Campus* da UFOB em Barreiras-BA, 2022



Fonte: site Fala Barreiras, <https://falabarreiras.com/construcao-civil/parque-das-aguas>.

No entanto, havia uma dificuldade natural: transpor o Rio de Ondas. A passagem pelo Rio de Ondas era realizada sobre a antiga ponte (Figura 19), denominada Baylon Boaventura. Uma construção centenária em estrutura de madeira, que, pelo uso e por não ter sido construída para suportar o tráfego pesado que passou a ocorrer, apresentava fortes indícios de comprometimento estrutural.

Figura 19 - Antiga ponte Baylon Boaventura, sobre o Rio de Ondas, acesso ao ICADS, Barreiras-BA, 2008



Fonte: site Jornal o Expresso (2012).

Segundo Santana (2010 *apud* PADIM, 2022), no início do ano letivo de 2010, houve um movimento estudantil promovido pelos alunos do ICADS, visando a construção de uma nova ponte, descrito assim:

O início do ano letivo de 2010 é marcado por uma paralisação, que se transformou em greve de 03 meses. Sendo assim, no dia 01.03.2010, docentes e alunos ocupam a ponte da Prainha (Baylon Boaventura), para garantir acesso seguro aos prédios da UFBA/ *Campus* Prainha. Logo depois, realizam atos públicos nas ruas da cidade e, após a prisão de um professor do instituto, decidem paralisar as atividades. Fazendo jus ao grave quadro da situação, o CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, envia Relatório de vistoria técnica com laudo sinalizando ‘risco iminente de desabamento da ponte Baylon Boaventura e recomendando a interdição imediata’ (SANTANA, 2010 *apud* PADIN, 2022, p.56).

Com a repercussão dos fatos sobre a situação da ponte, uma comitiva, formada por professores, estudantes e a diretora Joana Angélica, se encontra com o reitor Naomar Almeida em Salvador. Desse encontro resulta uma reunião na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA), com o deputado Marcelo Nilo, então presidente da casa (Figura 20), em busca do apoio para a construção de uma nova ponte.

Figura 20 – Visita da Comitiva do ICADS à ALBA, 2010



Fonte: Sítio eletrônico da ALBA (2010).

Assim, após diversas tratativas, uma nova ponte em concreto armado, com vigas protendidas (Figura 21), seria construída pelo Governo do Estado da Bahia e entregue para uso da comunidade no ano de 2012.

Figura 21 - Nova ponte em concreto armado, sobre o Rio de Ondas – Barreiras-BA, acesso à UFOB, 2012



Fonte: site Barreiras Bahia, <https://barreirasbahia.com.br/fotos/prainha-barreiras> (2012).

A construção da ponte enquanto benfeitoria pública, advinda da ação social da comunidade acadêmica, ratifica a importância das discussões sobre a força hierárquica da localização. Pois, a importância estratégica do *campus* UFOB no perímetro urbano repercutiu, atraindo pavimentação da via de acesso, eletrificação da área, implantação do sistema de abastecimento de água potável, linhas de ônibus, etc. Por transbordamento, os benefícios melhoram as condições da comunidade do povoado do Barroão e adjacências, permitiram a ampliação do aeroporto da ABA *Airport* e a implantação de loteamentos no entorno do *campus*.

Retornando ao percurso da implantação do ICADS, conforme arquivos documentais da UFBA, em julho de 2007, após consulta à comunidade acadêmica, Joana Angélica seria a primeira diretora eleita do ICADS, tendo como vice-diretor Francesco Lanciotti Júnior, que, junto com a professora, tomou posse em novembro do mesmo ano. Em 2007, portanto, quando no âmbito nacional começava o Programa REUNI, iniciam-se no ICADS as discussões sobre o possível desmembramento do *Campus*, visando a criação de uma nova universidade no interior baiano. No entanto, para Padim (2022), desde os primeiros passos do ICADS, a UFBA já intentava a criação de uma nova universidade no oeste baiano. Três meses após o início das aulas do *Campus*, em dezembro de 2006, a Reitoria da UFBA emitiu a Portaria 925/06 instituindo uma comissão especial, para estudar o caso:

Constituir Comissão especial, composta pelos Professores Francisco José Gomes Mesquita e Dora Leal Rosa (representantes da Administração Central; Yeda de Andrade Ferreira e Joana Angélica Guimarães da Luz (representantes do Conselho Universitário); Ricardo Carneiro de Miranda Filho e João Lamarck Argolo (representantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão); pelos Senhores Luiz Fernando Bandeira e Renato Jorge Pinto (representantes dos servidores técnico administrativos); e por dois representantes estudantis, para, sob a presidência do primeiro, **proceder aos estudos e elaborar o projeto de desmembramento do "Campus Edgard Santos" para a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.** (UFBA, 2006c *apud* PADIM, 2022, p.58) (grifo do autor),

Somente em 16 de agosto de 2007, a Direção do ICADS, mediante a Portaria 04/2007, constitui a Comissão Especial local para estudar o desmembramento. Padim (2022) destaca registro da UFBA:

Constituir Comissão especial, composta pelos professores Paulo Roberto Baqueiro Brandão, Poty Rodrigues de Lucena e Daniel Mello para proceder aos estudos e **elaborar o projeto de desmembramento do *Campus* Reitor Edgard Santos para a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia** (UFBA, 2007 *apud* PADIM, 2022, p. 60) (grifo nosso).

Neste sentido, sob a coordenação do professor Poty Lucena, foi elaborada uma proposta de desmembramento harmônico e concomitante, que submetida à apreciação da Congregação do Instituto e aos Conselhos Superiores da UFBA, foi aprovada (PADIM, 2022, p. 60). Em janeiro de 2008, o *Campus* receberia a visita do então governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner.

Na ocasião, o Reitor da UFBA, Naomar Filho, entregou oficialmente ao governador o projeto de desmembramento do ICADS, visando a criação de uma universidade federal no oeste baiano. O projeto justificava que a Universidade Federal do Oeste da Bahia seria importante para reafirmar a soberania do Estado baiano sobre o território e somaria para o desenvolvimento, pois contribuiria para ampliar o potencial econômico regional, oportunizaria aos moradores da região o ingresso em uma universidade pública e, visto as dimensões da Bahia, não se podia limitar a educação superior à apenas uma parte do Estado. O governador se mostrou favorável e o projeto foi entregue ao Ministério da Educação para os encaminhamentos devidos, que percorreriam longa e sinuosa trajetória.

Neste ínterim, valendo-se dos recursos disponibilizados pelo governo federal do Programa REUNI, a UFBA avançou na construção dos prédios na área doada para o *Campus* definitivo. Com a perspectiva da futura universidade, primeiro foi construído o Pavilhão de Laboratórios, composto de 36 laboratórios, necessidade premente, uma vez que as antigas instalações do Colégio Padre Viera, onde eram ministradas as aulas teóricas, não comportavam as exigências das atividades práticas laboratoriais dos cursos.

Em seguida, quase que concomitantemente, foram iniciados o Pavilhão de Aulas I e II, bem como o Pavilhão Biblioteca. Esses prédios permitiriam dotar o ICADS de mais salas de aulas, gabinetes de professores, três auditórios com capacidade para 100 pessoas, além de uma ampla biblioteca. Ao final de 2009, o Pavilhão de Aulas II e o Pavilhão Biblioteca foram concluídos. No entanto, o Pavilhão de Aulas I ficara para traz inacabado, com a construção envolta em difícil polêmica jurídica, em função da falência da empresa executora da obra. O prédio somente seria concluído no final de 2010, após solução das pendências judiciais e uma nova licitação. O fato gerou transtornos no calendário acadêmico e atraso na implementação do *campus*. Mas, em meio às dificuldades e imprevistos, o ICADS avançava.

Como citado, as atividades do Instituto iniciaram em 2006, com 6 (seis) cursos de graduação: Administração, Biologia, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia e Química, com 40 (quarenta) vagas anuais para cada curso. Em 2007, foi criado o curso de Física; em 2008, foram aprovados Engenharia Civil, Matemática e o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia (BICT), sendo 40 (quarenta) vagas para os dois primeiros e 80 (oitenta) para o BICT. Em 2009, foram aprovados os cursos de História e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH). Os cursos de Bacharelados Interdisciplinares (BI) eram as grandes novidades e, como discutido anteriormente, faziam parte da inovadora proposta internacional denominada de Universidade Nova.

Em 19 de novembro de 2010, o ICADS formaria a primeira turma dos seus cursos iniciais. A nova reitora da UFBA, Dora Leal Rosa, presidiu à cerimônia de colação de grau dos cursos de Administração, Ciências Biológicas, Geografia e Química. A solenidade marcou o coroamento de uma longa caminhada e contou com a presença da diretora do ICADS, Joana Angélica, da prefeita de Barreiras, Jusmari Oliveira, e da comitiva vinda de Salvador, formada pelo chefe de Gabinete da Reitoria, Fernando Rego, dos pró-reitores Paulo Vilaça, Eduardo Portela, da Professora Emérita da UFBA, Yeda de Andrade Ferreira, além de diversas autoridades e representantes da comunidade local. Na oportunidade, a Escola de Música da UFBA, representada por José Maurício Brandão e Liliam Gomes Falcão, prestou homenagem com uma apresentação musical.

5.2 O TRABALHO DA COMISSÃO ESPECIAL DE IMPLANTAÇÃO

Buscando viabilizar o desmembramento e consequente criação da nova universidade, em 2011, a Reitora da UFBA, Dora Leal Rosa, emite a Portaria 555/2011, criando a Comissão Especial de Implantação. A comissão deveria realizar estudos gerais na região, ouvir as comunidades, levantar dados econômicos, conhecer as características socioculturais dos municípios, buscar parceiros, etc., visando a implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). A comissão seria mista, envolvendo membros da UFBA em Salvador e integrantes do ICADS em Barreiras, ficando assim constituída:

[...] pelos professores Luiz Rogério Bastos Leal, Dirceu Martins, Marcelo Embiruçu de Souza, Poty Rodrigues de Lucena, o servidor técnico administrativo Valter Bastos Cunha Filho e o discente Marciel Henrique Rêgo Vianna, para, sob a presidência do primeiro, realizar os estudos gerais necessários à implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOBA. (UFBA, 2011 *apud* PADIM, 2022, p. 61).

Em 31 de agosto de 2011, o Poder Executivo apresenta à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2.204 de 2011, que “Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)”. A sigla da universidade inicialmente seria UFOBA, no entanto, buscando lhe conferir uma melhor sonoridade, foi alterada para UFOB. Considerando o avanço do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu-MEC) resolveu emitir a Portaria 107/2012, que institui uma Comissão de Implantação da UFOB. Na prática, houve a fusão da comissão instituída pela UFBA à do MEC, com acréscimo de alguns novos membros, ficando assim constituída:

Art. 1º Instituir a Comissão de Implantação da futura Universidade Federal do Oeste da Bahia, integrada por Luiz Rogério Bastos Leal, Dirceu Martins, Marcelo Embiruçu de Souza, Poty Rodrigues de Lucena, José Albertino Carvalho Lordelo, Maria Roseli Brito Gomes de Sá, José Vasconcelos Lima Oliveira, Valter Bastos Cunha Filho,

Marciel Henrique Rêgo (discente da Universidade Federal da Bahia, *Campus Barreiras*), Bárbara Cristina Monteiro de Matos (Ministério da Educação) e Antônio Simões Silva (Ministério da Educação), sob a presidência do primeiro.

Parágrafo Único. Os membros da Comissão exercem função de interesse público relevante, não remunerada, sem caracterizar vínculo com a Secretaria de Educação Superior e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

Art. 2º Compete à Comissão de Implantação realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender os objetivos previstos no Projeto de Lei.

Art. 3º A Comissão de Implantação será instalada na Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior - SESu, que proporcionará dentro dos seus limites, o necessário apoio institucional.

Art. 4º As atividades da Comissão de Implantação encerrar-se-ão em 31 de julho de 2013 ou quando da designação de Reitor *pro tempore*.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2012).

Posteriormente, foram agregados aos trabalhos da comissão os nomes dos professores Roberto Bagattini Portella e Adriana Migliorini Kieckhöfer. Como membro da Comissão, podemos observar que os trabalhos da Comissão Especial de Implantação da UFOB, foram orientados por pessoas de notório conhecimento, em particular, o então Vice Reitor da UFBA, Luiz Rogério Bastos Leal (Figura 22), que presidiu as atividades.

Figura 22 - Imprensa entrevista o Prof. Luiz Rogério, na Câmara Municipal de Barreiras-BA, 2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Implantação UFOB – TV UFBA (2013).

A participação oportunizou-me experiências singulares e aprendizado enriquecedor. Os diálogos entre os membros, as discussões temáticas, as conversas durante as viagens, bem como

o contato direto com a sabedoria popular que emanava nas diversas audiências públicas promovidas durante os trabalhos de prospecção regional, foram extremamente construtivos. A Comissão percorreu os cinco municípios indicados para implantação da UFOB. Buscou conhecer as realidades, as características de cada município, com suas potencialidades e deficiências. Discutiu o projeto de implantação da UFOB com as representações de diversas instituições, ouviu as lideranças sindicais e populares, interagiu com as forças políticas regionais e estabeleceu relações construtivas, visando abrir portas que facilitassem a implantação da universidade (Figura 23). A Comissão prestou esclarecimentos quanto às propostas e propósitos da nova universidade, não apenas para os municípios diretamente envolvidos, mas divulgou para toda a Região Oeste da Bahia.

Figura 23 - Grupo de apoio, organização e sintetização de propostas, em prol da UFOB, 2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Implantação UFOB – TVUFBA (2013).

As audiências públicas da Comissão Especial de Implantação foram desenvolvidas em um clima de euforia por parte da população em geral, que participava ativamente dos debates. As prefeituras e entidades sociais mobilizaram e discutiram previamente com as comunidades

locais, produzindo uma expectativa muito grande quanto à implantação da UFOB na região (Figura 24).

Figura 24 - Mobilização em Luís Eduardo Magalhães-BA, em prol da UFOB, 2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Implantação UFOB (2013).

Convém consignar que, como visto anteriormente, o oeste baiano é uma região de fronteira agrícola emergente. Assim, havia um interesse velado das lideranças políticas e econômicas regionais pela implantação do *campus* das ciências agrárias da UFOB no município de suas preferências. Em alguns momentos, os conflitos de interesses geraram tensões, que exigiram, principalmente por parte de Luís Rogério, habilidade e trato para contorná-las, sem perder o propósito maior, que era a implantação da UFOB e a unidade do grupo comissionado.

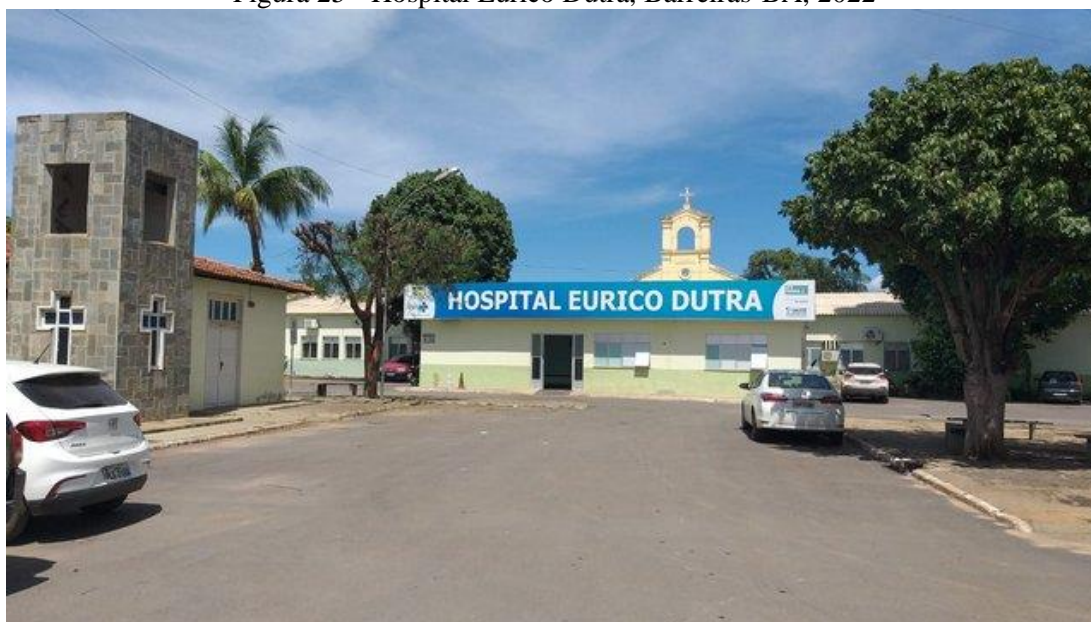
No transcurso do processo, as discussões sobre a implantação da UFOB tiveram o condão de produzir uma importante mobilização das forças sociais e econômicas que atuam na região. Formou-se um amplo leque de participação que passava pelo Governo do Estado, deputados com participação política na região, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Associação dos Municípios do Médio São Francisco (AMOVALE), União dos Municípios do Oeste da Bahia (UMOB), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe (SITRUSMA), Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Associação dos Cafeicultores do

Oeste da Bahia (Abacafé), Associação dos Engenheiros Agrônomos de Luís Eduardo Magalhães (AGROLEM), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (ACRIOESTE), Comissão da Paz, Associação dos Artesões e Artistas de Santa Maria da Vitória (ASSOCIARTE), dentre outros.

Desse trabalho resultou para a UFOB indicações importantes e conquistas estruturantes para a implantação da nova universidade no oeste baiano. No aspecto da estrutura física necessária para a instalação inicial dos *campi* em cada município, foram firmados acordos e apresentadas algumas indicações. Quanto aos cursos que deveriam ser implantados em cada *campus*, desde a primeira análise inicial, observou-se a necessidade de agrupar por área temática de conhecimento cada unidade, ao tempo em que fossem contempladas as características e necessidades dos municípios e os interesses regionais.

O *campus* de Barreiras já possuía uma razoável estrutura física, pois, como descrito anteriormente, a UFBA vinha tratando de reunir condições para o desmembramento com bastante antecedência. Em Barreiras, foram feitas as doações do conjunto de prédios do antigo Colégio Padre Vieira e de áreas adjacentes, bem como os prédios construídos no *campus* definitivo. A Comissão Especial fez a indicação que a universidade pleiteasse junto ao Governo do Estado a doação da área e a estrutura do Hospital Eurico Dutra (Figura 25), ainda hoje subutilizada, para, mediante reforma e novas construções, abrigar as práticas dos cursos de saúde, em especial do curso de Medicina.

Figura 25 - Hospital Eurico Dutra, Barreiras-BA, 2022



Fonte: Portal Fala Barreiras (2022).

A Comissão entendia que Barreiras era o município da região que possuía melhores condições de absorver o curso de medicina, por dispor do hospital regional (Hospital do Oeste - HO) e uma rede de unidades de saúde pública e privada com capacidade de absorver a demanda. De modo semelhante, o curso de Direito foi direcionado para Barreiras, por oferecer melhores condições para as práticas jurídicas e reunir massa crítica mínima necessária para ocupar as funções docentes.

Em Santa Maria da Vitória, após visita a alguns estabelecimentos de ensino, buscando identificar um espaço para abrigar o *campus*, a prefeitura municipal ofereceu a cessão de uso da Escola Municipal José Teixeira de Oliveira. A Comissão entendeu que a escola seria suficiente para atender as demandas iniciais, ainda que fossem necessárias reformas e posterior ampliação. Durante o transcurso, visando a implantação do *campus* definitivo, foram visitadas áreas para possível doação. Os terrenos não se mostraram promissores, exceto um, situado as margens da BR 349 a 5 km da cidade, que dispunha de infraestrutura mínima, com água, energia elétrica, rede lógica, etc. Essa área posteriormente se tornou inviável por problemas documentais. As forças políticas e a sociedade civil de Santa Maria da Vitória travaram sérias batalhas para que pudessem receber a UFOB (Figura 26), uma vez que não havia previsão de implantação de um *campus* no município.

Figura 26 - Mobilização popular em Santa Maria da Vitória – BA, em prol da UFOB, 2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Implantação UFOB – TVUFBA (2013).

Samavi, como é chamado por muitos habitantes da região, possui forte tradição cultural, nas letras, na música cantada e instrumental, nas artes plásticas, dança, etc. A cidade, situada às margens do Rio Corrente, à noite, oferece uma paisagem bucólica convidativa. Com suas ladeiras calçadas de pedra, bares e restaurantes, localizados nas praças e na beira do cais, remonta a lembrança da nostalgia da “Velha Bahia”. A Comissão entendeu como sendo o local ideal para indicação dos Cursos Artísticos, de Comunicação e afins. Algumas forças políticas locais manifestaram-se insatisfeitas pois pleiteavam a inclusão também do curso de Direito para o município.

Em Bom Jesus da Lapa, foram realizadas vistorias em espaços de ensino público para possível utilização pela UFOB (Figura 27), restando apenas como melhor opção a Escola São Vicente de Paula. No entanto, as instalações da referida instituição eram de propriedade da diocese católica da Lapa. A prefeitura, como forma de assegurar a implantação da universidade no município, assumiu a responsabilidade quanto ao aluguel do imóvel, ficando assim acordado. Em seguida, a Comissão visitou algumas áreas, destacando uma pertencente ao município, situada à margem da BA160, distando aproximadamente 3,5Km do centro da cidade. O local era adequado para a implantação do *campus*, por estar situado no principal vetor de crescimento da cidade, ficando aprovado para futuras tratativas.

Figura 27 - Audiência pública em Bom Jesus da Lapa – BA, 2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Implantação UFOB –TVUFBA (2013).

As lideranças municipais de Bom Jesus da Lapa e adjacências de forma tácita haviam acordado entre si pleitearem a indicação dos cursos das ciências agrárias. A Companhia de

Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), por meio da 2ª Superintendência Regional, sediada na Lapa, desenvolve, no município e em seu entorno, arrojados projetos agrícolas, destacadamente o Projeto Público de Irrigação Formoso, que explora o potencial dos municípios da bacia do Rio Corrente. Segundo Marques (2021), a infraestrutura do projeto possui 286 km de canais, 175 km de adutoras, 120 km de drenos, 23 estações elevatórias de bombeamento, compreendendo 11.707 hectares irrigados, fazendo do município o maior produtor de banana do Brasil, dentre outras culturas (MARQUES, 2021). A potencialidade agrícola o direcionava de tal modo, que ofuscava outras importantes e promissoras oportunidades para o município.

Foi observado que, além da atividade agrícola e a nacionalmente conhecida vocação para o turismo religioso, havia outras potencialidades locais. Bom Jesus da Lapa abriga uma unidade da Aeronáutica, o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo Bom Jesus da Lapa (DTCEA-LP), com instalações de radar e outros equipamentos, que atuam como suporte do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). Uma unidade da Marinha, a Agência Fluvial da Marinha do Brasil, que atua na segurança da navegação e prevenção da poluição hídrica na bacia do São Francisco, garantindo, no período do defeso, importante assistência às populações ribeirinhas mais isoladas.

A localização privilegiada do município nas margens do São Francisco, entroncamento de rodovias importantes e as infraestruturas existentes, faz de Bom Jesus da Lapa, possivelmente, um dos melhores locais do oeste baiano em condições de se instalar um terminal multimodal da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), que consiga integrar, simultaneamente, os sistemas de transporte de carga ferroviário, aéreo, rodoviário e fluvial.

No município de Bom Jesus da Lapa, encontra-se a Subestação Bom Jesus da Lapa (SBJL), que interliga o sistema de distribuição da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que, por sua vez, conecta eletricamente os principais estados da federação. Considerando a proximidade dessa subestação ao parque de energia eólica da região de Caetité – Guanambi, que estava em implantação, e o elevado potencial da região para produção de energia solar, o complexo de subestação SBJL se tornou um tronco natural de integração e transmissão de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Conforme se previa, em 2014, foi inaugurada a linha de transmissão Igaporã/Bom Jesus da Lapa, que interligou a geração do Parque Eólico Caetité – Guanambi ao Sistema Interligado Nacional (SIN) via a subestação em Bom Jesus da Lapa. Em 2018, a empresa italiana Enel Green Power inaugurou, no município, o maior parque solar fotovoltaico da América Latina, com capacidade instalada de 158 MW e 500 mil painéis solares.

Em discussões da época, Luiz Rogério, presidente da Comissão Especial, geólogo de formação, apontava que o potencial mineral da região de Bom Jesus da Lapa e adjacências, era muito grande e ainda inexplorado. No contexto mineral da região, inclui-se a Unidade de Concentração de Urânio (URA), situada no município de Caetité. A URA, hoje, é explorada e administrada pela Industriais Nucleares do Brasil (INB). Em face a todas as considerações expostas, a Comissão indicou os cursos de Engenharia Elétrica e Mecânica para o município, vislumbrando, para o futuro, sua ampliação, tornando-se um centro tecnológico com outros cursos afins.

Parte das lideranças locais não se sentiu satisfeita. No intervalo da audiência, tivemos a oportunidade de melhor esclarecer a proposta ao então prefeito municipal, Sr. Eures Ribeiro, apresentando todos os motivos que fundamentavam a escolha. Tendo retornado os trabalhos, Ribeiro declara de modo enfático: “manifesto total apoio à implantação do *campus* da UFOB na Lapa, respeitando plenamente a decisão da comissão de implantação na escolha e distribuição de áreas temáticas entre os *campi* do Oeste da Bahia.” (Figura 28).

Figura 28 - Mobilização popular em Bom Jesus da Lapa - BA, em prol da UFOB, 2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Implantação UFOB –TVUFBA (2013).

Já em Luís Eduardo Magalhães (Figura 29), para melhor compreensão dos fatos lá decorridos durante os trabalhos da Comissão, convém recordar que o município, antigo distrito Mimoso do Oeste, de Barreiras, como já visto, nasce em 1990, fruto da expansão da fronteira agrícola no oeste baiano. Emancipado com aproximadamente 9.000 habitantes, em pouco mais de trinta anos, passou a contabilizar 92.671 habitantes (IBGE, 2021). Esse crescimento populacional acelerado, fruto de ondas imigratórias, ocasionou sérios problemas sociais no município. O poder público local encontra dificuldade para atender as demandas de infraestrutura, saúde, moradia, segurança, educação, etc., que lá se verificam. Diante do problema, em curto tempo formou-se cinturões de populações desassistidas na periferia da cidade. Assim, LEM apresenta forte crescimento econômico, com indicadores sociais preocupantes.

Figura 29 - Audiência pública em Luís Eduardo Magalhães – BA, 2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Implantação UFOB –TVUFBA (2013).

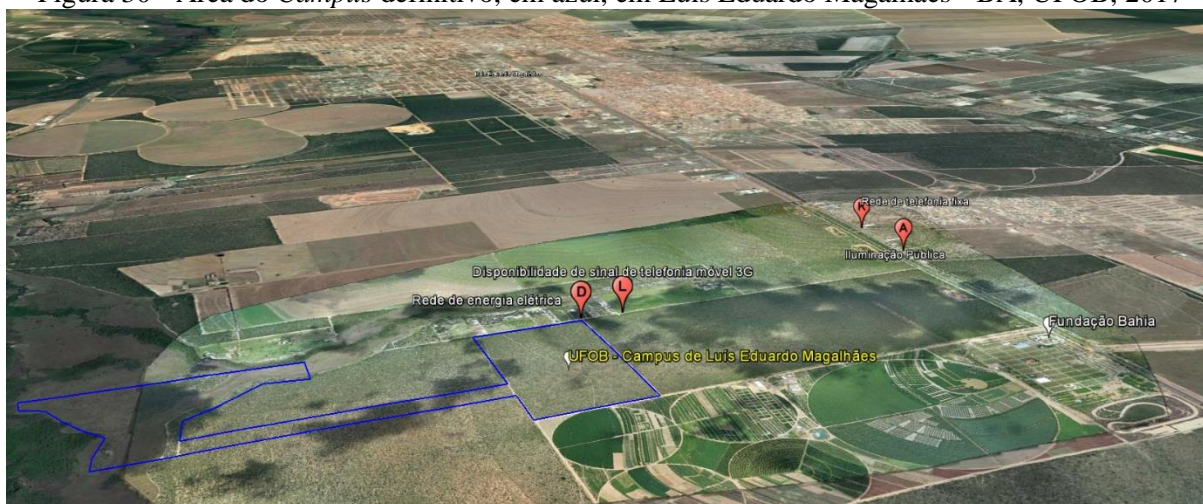
Neste contexto, em Luís Eduardo Magalhães, não foi possível localizar um espaço escolar público disponível para implantação do *campus* transitório da UFOB. Na realidade, o município precisava construir estabelecimentos escolares para abrigar o excedente de alunos. Frente à crescente necessidade, a prefeitura, para minimizar o problema, havia alugado espaços privados, transformando-os em escolas públicas.

Após diversas buscas frustradas, o então prefeito Humberto Santa Cruz ofereceu um espaço alternativo que havia sido construído pelo Governo do Estado e cedido ao município para

abrigar uma creche. No entanto, o prédio da Creche Pequeno Príncipe, localizado no bairro popular de Santa Cruz, houvera funcionado por curto espaço de tempo, sendo interdito, pouco depois do início do funcionamento da creche, por apresentar problemas estruturais. O espaço foi aceito na condição da universidade realizar as intervenções necessárias para seu funcionamento, como, de fato, posteriormente, foram feitas. Assim, inicialmente o *campus* UFOB - LEM funcionou em algumas salas cedidas nas dependências da Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira (FAAHF), enquanto eram realizadas as obras no prédio.

Para a implantação definitiva do *campus* em Luís Eduardo Magalhães, foi ofertada por empresários locais uma área de 60 hectares, situada no loteamento cidade universitária. O espaço foi aceito de imediato pela Comissão para posterior regularização, pois oferecia os serviços básicos de infraestrutura e se temia que a forte especulação imobiliária urbana pudesse empurrar a futura implantação da UFOB para local distante do centro. Poucos anos depois, quando a universidade intentou a regularização do terreno, viu-se envolta em sérios conflitos de interesses políticos e empresariais locais, fazendo com que a mesma declinasse da propriedade. A Administração Central da universidade abriu o Edital de Chamada Pública Nº 01/2016 no município, para doação de um novo terreno. Segundo critérios preestabelecidos, algumas áreas foram ofertadas por proprietários locais, tendo a comissão julgadora, sob a presidência de Poty Lucena, selecionado uma área total de 87,87 hectares, sendo 53,21 ha de área útil e 34,66 ha de Área de Preservação Permanente (APP) (Figura 30), para desenvolvimento de pesquisas, localizada a cerca de 1,8 km da rodovia BR242.

Figura 30 - Área do *Campus* definitivo, em azul, em Luís Eduardo Magalhães - BA, UFOB, 2017



Fonte: Google Earth - <https://www.google.com/maps/@-12.0930959,-45.7058535,5377m/data=!3m1!1e3>

Em função da onda imigratória verificada nos primeiros anos após sua emancipação, LEM recebeu um contingente significativo de profissionais e empresários de notório saber no que

concerne à produção agrícola. A faculdade FAAHF mantém um curso de Engenharia Agrônômica na cidade. Em Barreiras, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), distante 90 km de LEM, possui o curso de Engenharia Agrônômica, formando profissionais para região. Em Luís Eduardo Magalhães, havia o mais forte apelo para a implantação dos cursos da área das ciências agrárias (Figura 31). A Comissão Especial entendia que poderia haver uma saturação de profissionais e que o município deveria avançar, ampliando a cadeia produtiva, direcionando a visão para a agroindústria.

Figura 31 - Mobilização popular em Luís Eduardo Magalhães - BA, em prol da UFOB, 2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Implantação UFOB –TVUFBA (2013).

Segundo Christoffoli (2012), a agroindústria possui importância crescente em termos de retenção do valor gerado na cadeia produtiva. Para o autor:

[...] os segmentos de fornecimento de máquinas e insumos para a agricultura, e, principalmente o segmento interno à “porteira”, estão gradativamente perdendo peso comparativamente com o segmento posterior, de industrialização e comercialização dos produtos agrícolas. (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 73).

Considerando, ainda, que o município possui mão de obra excedente no setor de subsistência, devido à forte mecanização agrícola, seguindo o ensino de Arthur Lewis, a agroindústria teria o potencial de atrair essa mão de obra, com salários mais baixos, acumulando maior rentabilidade de capital para ser reinvestido na região, propulsionando maior desenvolvimento. Nesta mesma linha, como forma de exemplificar, tem-se no município vizinho a LEM, São Desidério, a segunda maior produção nacional de algodão. A região oeste possui aproximadamente 331 mil hectares ocupados com a cotonicultura. Revendo Albert Hirschman,

para as regiões subdesenvolvidas, deve-se enfatizar investimentos de maior poder de indução, ou seja, projetos que proporcionem o aparecimento de novos investimentos induzidos, resultando em formar uma cadeia produtiva regional. Assim, perante a possibilidade da associação da fibra do algodão com as matérias primas que já são produzidas no polo petroquímico baiano (destacando o polietileno tereftalato-PET), que em segunda geração industrial transforma-se em fibras sintéticas (poliéster), poder-se-ia fomentar, na região, uma das indústrias de maior potencial de indução, a indústria têxtil.

Em face às considerações trazidas sobre o município de Luís Eduardo Magalhães, a Comissão de Implantação fez a indicação dos cursos direcionados à industrialização e à pesquisa voltada ao aproveitamento industrial, Engenharia de Produção e Engenharia de Biotecnologia. Entende-se que o passo futuro do agronegócio será a agroindustrialização, principalmente após a implantação da Ferrovia da Integração Oeste Leste (FIOL), que permitirá o escoamento da produção do oeste baiano a um custo menor.

O Município da Barra é o mais tradicional e o principal centro histórico cultural do oeste baiano. Sua origem, como vimos, por volta de 1670, remonta os antigos currais da Casa da Torre. Situado na foz do Rio Grande, onde intercepta o Rio São Francisco, durante alguns séculos, foi o entreposto comercial mais importante (Figura 32) e a principal via de penetração fluvial da região. Em uma das audiências públicas no município, um popular externou: “Para nós, cidadãos da Barra, a chegada da Comissão Especial, trazendo a notícia da implantação de uma universidade federal em nosso município, soa como se tivéssemos ouvindo outra vez o vapor apitando no cais”.

Figura 32 - Fachada do Mercado Municipal de Barra – BA, 2022



Fonte: portal <https://www.ferias.tur.br/fotos/394/barra-ba.html> (2022).

O prefeito municipal Artur Silva providenciou a cessão de uso da Escola Municipal Professor Elísio Mourão, para a instalação provisória da UFOB no município. Em outro momento, após visita da Comissão ao local, verificando as condições de infraestrutura, foi doada pelo município uma área de 80 hectares nas margens da BA161, próximo à entrada da cidade, para a implantação definitiva do *campus* da Barra (Figura 33), que passou a incorporar ao patrimônio da UFOB.

Figura 33 - Vista do *Campus* Definitivo Barra, com unidade Experimental, 2023



Fonte: Arquivo UFOB- Centro Barra (2023).

Em capítulo anterior, viu-se como as pesquisas e investimentos públicos e privados, iniciados desde a década de 1970, colaboraram para a apropriação do conhecimento e desenvolvimento da agropecuária no cerrado brasileiro. No entanto, fazer a região semiárida produzir permanece como grande desafio agrícola do país. Segundo Spínola (2009), o denominado Polígono das Secas se estende por 1.085.187 km², abrangendo os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

O semiárido brasileiro compreende 54% do território do Nordeste (Figura 34), que equivale a 842.976 km². A Bahia possui a maior área semiárida dentre todos os Estados com 361.206 km² (SPINOLA, 2009, p. 209 e 216).

A rede Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que se auto define como sendo “uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido.” ASA (2010), divulgou o importante comentário:

O mito negativista, distorcido ou proposital de um semiárido inviável deve ser demolido. No Nordeste, temos o semiárido mais chuvoso do planeta. O problema não é a falta, é a irregularidade das chuvas. É impossível combater a seca. O possível é a prevenção e a convivência com esse fenômeno cíclico visando produzir riqueza, reduzir a pobreza e preservar a natureza. (ASA, 2010).

Figura 34 - Delimitação do semiárido brasileiro



Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA, 2010).

Ocorre que o município da Barra, geograficamente, encontra-se na zona de transição entre o cerrado e o semiárido. Apresenta solos bastante arenosos, com baixa presença de argila e possui 36% do seu território no bioma caatinga (BAHIA; SEI, 2001).

Em contrapartida, o município detém um enorme potencial de irrigação, em face à sua localização privilegiada entre as bacias do Rio Grande e o São Francisco. Tais fatos mostram a importância dos estudos da localização como fator significativo para tomada de decisões de investimentos.

Assim, a Comissão recomendou a implantação dos cursos de ciências agrárias, Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária, no *campus* da Barra. Aspirando para sua ampliação com cursos afins e que a estrutura científica, prioritariamente, direcionasse as pesquisas para o semiárido, como forma de contribuir para a superação desse desafio nacional. Destaca-se que,

os cursos deveriam buscar parceria com outras instituições, notadamente a UNIVASF, sediada em Petrolina – Juazeiro, que já desenvolve trabalhos neste sentido.

Após o encerramento dos trabalhos da Comissão Especial de Implantação da UFOB, apesar de algumas contestações, todas as indicações de cursos foram avaliadas pelas instâncias da Universidade e restaram mantidas. As escolas cedidas para uso provisório foram reformadas e passaram a ser usadas como unidades da UFOB (Figura 35), que funcionam até a presente data. Em Luís Eduardo Magalhães, o prédio escolar no Bairro Santa Cruz foi doado em definitivo para a universidade, trata-se do Pavilhão I. Posteriormente o Pavilhão II foi construído pela UFOB (Figura 36).

Figura 35 - Vista do *Campus* LEM, na antiga escola Pequeno Príncipe, 2023



Fonte: Arquivo Coordenação de Infraestrutura, UFOB (2023).

Figura 36 - Vista do *Campus* LEM, com os dois Pavilhões, 2023



Fonte: Google Maps - <https://www.google.com/maps/@-12.1052565,-45.803854,119m/data=!3m1!1e3> (2023)

Os demais terrenos foram regularizados, mas, até o momento, apenas no *campus* da Barra foi construída uma unidade experimental. Bem como, no centro da cidade da Barra, foi implantada uma clínica veterinária. Quanto à doação da área adjacente e as dependências do Hospital Eurico Dutra em Barreiras para viabilizar a implantação do Hospital Universitário e oferecer melhores condições para os cursos de saúde, esta, ainda, não se efetivou. Existe apenas uma pequena unidade do hospital sendo utilizada pela UFOB, sob cessão de uso do Governo do Estado da Bahia.

Os trabalhos da comissão especial de implantação da UFOB produziram uma forte interação regional. O fato mostra a relevância da discussão referente, ao papel da universidade para o desenvolvimento regional, bem como a compreensão dos diversos modelos de universidade e suas formas de atuação no âmbito regional. Essas reflexões nos fazem pensar como podemos construir a universidade que queremos e qual o perfil de desenvolvimento que ela deve perseguir.

5.3 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Lei Nº 12.825, que criou a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), foi sancionada em 05 de junho de 2013, pela presidente Dilma Rousseff. Em 1 de julho de 2013, a Prof.^a Iracema Santos Veloso foi indicada, pelo Conselho Superior da UFBA, e nomeada, pelo Ministro da Educação Aloízio Mercadante, como Reitora *pro tempore* da UFOB. A Prof.^a

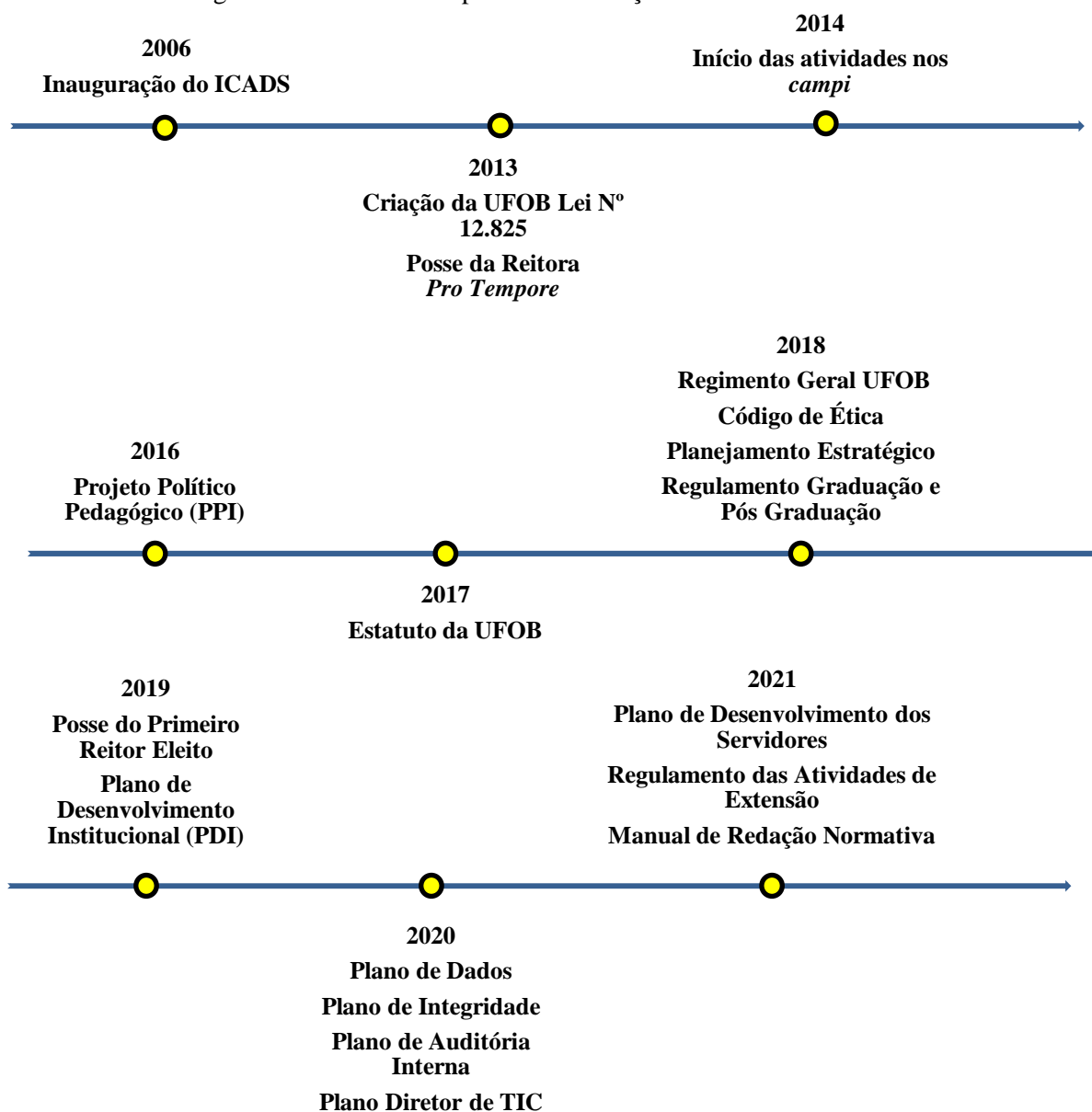
Iracema Veloso¹⁵ tomou posse em 18 de julho, tendo como vice-reitor o Prof. Jacques Antônio de Miranda; juntos exerceram os cargos de 2013 a 2019

Em maio de 2019, foi aberto o processo eleitoral para o cargo de reitor, tendo quatro chapas inscritas. Encabeçaram as chapas os professores: Jacques Antônio de Miranda, Anatólia Dejene Silva de Oliveira, Poty Rodrigues de Lucena e Pedro Claudio dos Santos Vieira. Após acirrado pleito, sagrou-se vencedor Jacques Antônio de Miranda. Jacques de Miranda, graduado e mestrado em química pela Universidade Federal de Uberlândia, doutorado em Química pela Universidade de São Paulo (USP). Em 23 de setembro de 2019, tomou posse, tornando-se o primeiro reitor eleito da UFOB, tendo como vice-reitor o Prof.º Antônio Oliveira de Souza, para um mandato de 2019 a 2023.

Diversos documentos e atos, que consolidam administrativamente a UFOB, foram sendo construídos ao longo do tempo e em meio à própria implantação da instituição. De modo mais justo, pode-se chamá-los de documentos iniciais, uma vez que foram moldados a partir das impressões e entendimento que se tinha no momento. Com certeza, haverá amadurecimento das ideias à medida do funcionamento da instituição, ao tempo em que a realidade vai se impondo e novos ajustes serão necessários nos anos que se seguem. A Figura 37 apresenta a linha do tempo em que se deram os fatos e documentos que consolidam a UFOB administrativamente.

¹⁵ Iracema Santos Veloso é oriunda da Escola de Nutrição da UFBA, pesquisadora do Programa Integrado em Saúde Ambiental e do Trabalhador, graduada em Nutrição com mestrado e doutorado em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Foi Diretora da Faculdade de Nutrição e Pró-Reitora de Planejamento da UFBA.

Figura 37 - Linha do tempo da consolidação administrativa da UFOB



Fonte: Relatório de Gestão (UFOB, 2021, p.18) <https://ufob.edu.br/>

Nota: com adaptações do autor desta dissertação (2023).

5.4 AS QUESTÕES DE ORDEM ECONÔMICA

Nesta seção, tenta-se capturar as principais despesas da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), realizadas nos anos entre 2014 a 2022, que mostram o aporte de recursos na região, decorrentes do processo de implantação da universidade. Ressalta-se que a UFOB é uma universidade em implantação. Assim, os sistemas de controle e de dados foram sendo instalados em períodos diferenciados, à medida que ocorria a sua desvinculação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Portanto, alguns informes disponibilizados não cobrem todo o período proposto para a análise. Destaca-se, ainda, que as despesas da universidade são crescentes

anualmente à medida de sua implantação. Assim, serão apropriadas as despesas com diárias de deslocamentos, consumo de combustível, assistência estudantil, despesas com pessoal, locação de imóveis, obras de infraestrutura, dentre outras, considerando que direta ou indiretamente reverberam na economia regional.

5.4.1 Mobilização de recursos em diárias de deslocamentos e consumo de combustível

Nos últimos anos, a UFOB, como todas as demais instituições no mundo, foi impactada pela pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Um indicador importante, que reflete o processo gradual de paralização das atividades na universidade no período em função da emergência sanitária, foram as viagens realizadas por servidores por motivos de serviço, encontros e seminários, treinamentos, convocação, congressos nacionais e internacionais, etc. A Tabela 6, apresenta o quantitativo anual de viagens e valores movimentados para este fim, por servidores nos anos de 2018 até 06 dez. 2022, período a partir do qual existe registro das movimentações da UFOB no Painel de Viagens e Economia do Governo Federal. Nos anos anteriores, entre 2014 a 2017, não foram encontrados registros.

Tabela 6 - Quantitativos e custos anuais dos deslocamentos de servidores da UFOB, 2018 a 06/12/2022

DISCRIMINAÇÃO	ANOS					TOTAL
	2018	2019	2020	2021	06/dez/22	
Nº de Viagens	650	446	71	14	132	1.313
Valores (em R\$ 1.000,00)	683,82	433,50	52,26	18,10	145,42	1333,10

Fonte: paineldeviagens.economia.gov.br/painel?aba=tab1 (dez./2022).

Em 2018, portanto, antes do período pandêmico, a universidade registrou 650 viagens movimentando entre diárias e passagens a importância de R\$ 683.816,90 (seiscentos e oitenta e três mil oitocentos e dezesseis reais e noventa centavos). Em seguida, os números decrescem até 2021, no ápice da pandemia, quando se limitou a apenas 14 viagens, e os gastos se resumiram a R\$ 18.098,82 (dezoito mil noventa e oito reais e oitenta dois centavos), uma redução aproximada de 98%. O ano de 2022, mesmo distante dos números anteriores à pandemia, com 132 deslocamentos e gastos de R\$ 145.424,46 (cento e quarenta e cinco mil quatrocentos e vinte quatro reais e quarenta e seis centavos), apresenta sinais de retomada das atividades acadêmicas presenciais. Assim, o período entre 2018 a 2022, foi finalizado com

1.313 viagens, movimentando a quantia de R\$ 1.333.096,06 (um milhão trezentos e trinta e três mil noventa e seis reais e seis centavos) em despesas com diárias e deslocamentos de servidores. Analisando os principais destinos dos deslocamentos dos servidores da UFOB, nos anos entre 2018 a 2022, o Tabela 7 apresenta:

Tabela 7 - Deslocamentos de servidores da UFOB entre 2018 a 2022

DESTINOS (2018 a 2022)	DESLOCAMENTOS	%
Barreiras - Barra	258	19,6%
Barreiras - Samavi	179	13,6%
Barreiras - Lapa	143	10,9%
Barreiras - LEM	42	3,2%
Lapa - Barra	38	2,9%
Lapa - Samavi	52	4,0%
Lapa - LEM	7	0,5%
Samavi - Barra	11	0,8%
Samavi - LEM	8	0,6%
LEM - Barra	24	1,8%
Outros	551	42,0%
TOTAL	1.313	100,0%

Fonte: paineldeviagens.economia.gov.br/painel?aba=tab1 (dez./2022).

No período observado, dos 1313 deslocamentos, 762 (58,0%) ocorreram entre os *campi* da UFOB, podendo ser considerados intrarregionais, e 551 (42,0%) para lugares diversos. Segundo o Portal da Transferência, no painel viagens para a UFOB, o custo médio por deslocamento foi de R\$1.015,31 (mil e quinze reais e trinta e um centavos). Assim, é possível afirmar que, aproximadamente, R\$ 773.666,22 (setecentos e setenta e três mil seiscentos e sessenta e seis reais e vinte dois centavos) circularam na região no período 2018 a 2022, por inserção das diárias e passagens dos servidores da UFOB.

Tomando-se como referência o município da Barra, por ter recebido o maior número de deslocamentos (331), e assumindo o valor do custo médio por deslocamento, isto representa uma injeção na economia local de R\$ 336.067,61 (trezentos e trinta e seis mil e sessenta e sete reais e sessenta e um centavos), entre 2018 a 2022. Esses recursos, transferidos aos servidores da UFOB, circulou na economia local da Barra, em um período de escassez devido a pandemia, na forma de diárias de hotéis, restaurantes, lanchonetes, farmácia, mercado e outros consumos pessoais próprios de quem está em deslocamento.

A ampliação recente da rede hoteleira no município da Barra demonstra a possível relação entre os fatos. No Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Receita Federal, consegue-se identificar a criação de alguns novos estabelecimentos do setor hoteleiro na cidade, conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Hotéis recentes criados na cidade da Barra

Hotel	Fundação	CNPJ
Hotel do Sertão	27/11/2013	19.321.011/0001-00
Hotel Barra Palace	26/02/2018	29.776.993/0001-70
Luxor Pousada São Francisco	06/09/2018	30.662.491/0001 -05

Fonte dos dados: Receita Federal /cadastro CNPJ

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

No Boletim de Execução Orçamentaria da UFOB, pode-se eleger algumas despesas, que, por sua natureza, geram inserção direta na economia regional. As despesas com combustíveis podem se enquadrar nessa categoria, considerando que todos os postos de abastecimento dos veículos da frota oficial estão localizados na região e que, como visto, a maioria dos deslocamentos ocorrem entre os *campi* da UFOB. Nesta verificação, deve-se ressaltar que o oeste baiano concentra os maiores municípios em extensão territorial do Estado, implicando em trajetos com distâncias significativas nos deslocamentos. Para que se possa avaliar, tomando-se como referencial a cidade de Barreiras, onde está localizada a Reitoria, cada *campus* da UFOB dista as quilometragens apresentadas no Quadro 7:

Quadro 7 - Distâncias entre os *campi* da UFOB

Deslocamentos entre <i>campi</i> UFOB	Distância
Barreiras – Luís Eduardo Magalhães	90,4 km
Barreiras – Santa Maria da Vitória	221,1 km
Barreiras – Bom Jesus da Lapa	309,8 km
Barreiras – Barra	342,0 km

Fonte dos dados: Google Maps (2023).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Considerado que a maioria dos deslocamentos são de ida da Reitoria com retorno a mesma, essas distâncias dobram para cumprir o percurso, aumentando o consumo de combustível. Quanto às despesas com combustíveis, têm-se os registros, ainda que imperfeitos, dos últimos nove anos, que compreende o período de 2014 a 2022, conforme Tabela 8:

Tabela 8 - Evolução anual das despesas com combustíveis, UFOB, 2014-2022

ANO	Despesas com Combustíveis
2014	R\$ 19.866,00
2015	R\$ 412,40
2016	R\$ 7.100,00
2017	R\$ 199.154,96
2018	R\$ 279.711,80
2019	R\$ 254.414,00
2020	R\$ 45.051,79
2021	R\$ 81.357,79
2022	R\$ 318.902,54
TOTAL	R\$1.205.971,28

Fonte dos dados: Boletim de Execução Orçamentária UFOB (2022)- <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Na Tabela 8, os valores menos significativos, entre os anos de 2014 a 2016, se devem provavelmente a vinculação da despesa ao orçamento da UFBA, no qual era debitada parte dos gastos. A queda de valores entre os anos 2020 e 2021 ratifica a redução das atividades acadêmicas durante a pandemia da COVID19. O acréscimo de despesa no ano de 2022, superior ao período anterior à pandemia, reflete crise que resultou no aumento dos valores dos combustíveis no país. Assim, foi gasto, nos últimos nove anos, por meio de despesas de combustíveis, o valor de R\$ 1.205.971,28 (um milhão duzentos e cinco mil novecentos e setenta e um reais e vinte oito centavos) inseridos na economia local, faturados pelos postos de combustíveis credenciados nos quais os veículos abastecem, todos localizados na região.

Convém consignar que, referente ao custeio de deslocamentos de servidores e combustível, à medida em os *Campi* forem se consolidando e criando independência administrativa, essas despesas devem reduzir.

5.4.2 Reverberações de recursos por conta da assistência estudantil

A inclusão discente se tornou um aspecto importante e desafiador para UFOB. Importante, pois possibilita uma intervenção e um contato direto da universidade com a realidade social local, e desafiador, por envolver valores financeiros significativos. A Lei Nº 12711/2012, chamada Lei de Cotas, impõe que todas as instituições federais de ensino superior reservem, no mínimo, 50% das vagas de cada curso de graduação aos estudantes de escolas públicas. Alterações posteriores

na referida lei incluem diversas outras categorias, dentre as quais, alunos com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Acrescenta-se que a UFOB, mediante o seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE), vem cumprindo com as Resoluções do CONEPE nº. 009/2015 e nº. 007/2017, criando as denominadas Vagas de Inclusão Regional, que, conforme artigo 2º da Resolução CONEPE nº 007/2017, estabelece que “o critério de Inclusão Regional será a reserva de pelo menos 30% (trinta por cento) das vagas destinadas para cada curso no processo seletivo via SISU.” (PROCESSO SELETIVO SISU/UFOB, 2022, p. 2-4).

Outro dispositivo importante, criado no contexto das Vagas de Inclusão Regional, foi o Território de Identidade Acadêmica da UFOB. Visando promover equidade e maior abrangência de atuação, a universidade estabeleceu que qualquer candidato que tenha cursado escolas públicas ou privadas, durante todo o ensino médio, residentes nos municípios baianos distantes em um raio de até 150 Km de qualquer *campus* da UFOB, poderá concorrer à uma vaga de inclusão regional. Esse novo espaço amplia os limites demarcatórios do oeste baiano para UFOB, pois ultrapassa a Região Oeste da Bahia. A Resolução CONEPE 009/2015 preconiza em sua justificativa:

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Oeste da Bahia, no uso de sus atribuições legais, e CONSIDERANDO a política de interiorização do ensino superior que vem sendo conduzida pelo Governo Federal e pela UFOB, CONSIDERANDO que essa política só atingirá plenamente seus objetivos caso os estudantes da região consigam acesso aos cursos oferecidos no âmbito de abrangência territorial da UFOB, RESOLVE. (UFOB; Resolução CONEPE nº 009, 2015).

Segundo o Processo Seletivo SISU/UFOB (2022, p.3), o Território de Identidade Acadêmica da UFOB abrange uma área contínua de 223 mil km² e compreende 80 municípios baianos, alcançados pela ação afirmativa regional (Figura 38). Fazem parte do território: Angical, Baianópolis, Barra do Mendes, Barra, Barreiras, Barro Alto, Bom Jesus da Lapa, Boquira, Botuporã, Brejolândia, Brotas de Macaúbas, Buritirama, Caetité, Canápolis, Candiba, Carinhanha, Catolândia, Caturama, Central, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Érico Cardoso, Feira da Mata, Formosa do Rio Preto, Gentio do Ouro, Guanambi, Ibipeba, Ibipitanga, Ibitiara, Ibititá, Ibotirama, Igaporã, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, Iuiú, Jaborandi, Jussara, Lagoa Real, Lapão, Livramento de Nossa Senhora, Luís Eduardo Magalhães, Macaúbas, Malhada, Mansidão, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Novo Horizonte, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Paratinga, Piatã, Pilão Arcado, Pindaí, Presidente Dutra, Riachão das Neves, Riacho de Santana, Rio do Pires, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Félix do Coribe, São

Gabriel, Sebastião Laranjeiras, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Sítio do Mato, Souto Soares, Tabocas do Brejo Velho, Tanque Novo, Uibaí, Urandi, Wanderley e Xique-Xique.

Figura 38 - Território de Identidade Acadêmica da UFOB, 2015



Fonte: UFOB (2021, p.28).

Para manter esse universo de alunos cotistas, em sua maioria oriundos das camadas economicamente mais vulneráveis da região, a universidade transformou a política de transferência de recursos dos programas de assistência estudantil num desafio permanente. Segundo o Portal da Transparência Estudantil da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (UFOB), os programas de assistência estudantil assumem diversas modalidades: auxílio acolhimento a estudantes calouros, auxílio financeiro moradia, auxílio alimentação, auxílio do programa permanecer, auxílio participação em congresso, auxílio para viagem de campo, etc.

A Tabela 9 apresenta o número de alunos beneficiados e o desembolso anual com assistência estudantil da UFOB, entre os anos de 2014 a 2022.

Tabela 9 - Alunos beneficiados e desembolso anual com auxílios estudantis da UFOB, 2014-2022

ANO	Nº de ALUNOS	VALOR ANUAL
2014	830	R\$1.164.444,60
2015	1091	R\$ 4.454.984,00
2016	1262	R\$ 7.537.369,83
2017	1777	R\$ 6.035.372,97
2018	1661	R\$ 7.274.321,70
2019	1642	R\$ 6.322.674,06
2020	1402	R\$ 6.726.400,78
2021	1267	R\$ 5.909.731,07
2022	1096	R\$ 5.391.898,66
TOTAL	12028	R\$ 50.817.197,67

Fonte dos dados: Portal da Transparência Estudantil UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Considerando os dados tabulados, tem-se que a UFOB repassa na forma de programas de assistência estudantil uma média anual de R\$ 5.646.355,29 (cinco milhões seiscentos e quarenta e seis mil trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte nove centavos), beneficiando entorno de 1.366 alunos por ano (R\$ 4.133,50/estudante apoiado). Valores que se constituem em aporte direto e são absorvidos na economia regional, na forma de aquisição de alimentos, alugueis, transportes, diversão, vestuários, livros, dentre outros.

Programa semelhante, voltado para o público discente da universidade, visando aprimorar a capacitação profissional, é a oferta das bolsas de estágios. A bolsa estágio integra a formação acadêmica do estudante, ao tempo em que contribui para sua permanência na universidade. Os estágios remunerados ocorrem em horários flexibilizados e os alunos são integrados aos diversos setores de trabalho da universidade, conforme o curso de formação do mesmo. A UFOB, no período entre 2014 a 2022, repassou, na forma de bolsa estágio, a importância de R\$ 1.596.813,60 (um milhão quinhentos e noventa seis mil oitocentos e treze reais e sessenta centavos), distribuídos anualmente conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Despesas Bolsa Estágio UFOB, 2014-2022

ANO	Despesas Bolsa Estágio UFOB
2014	Sem Informação
2015	R\$ 71.072,67
2016	R\$ 208.544,63
2017	R\$ 359.556,44
2018	R\$ 476.550,78
2019	R\$ 349.082,96
2020	R\$ 58.618,48
2021	R\$ 62.587,64
2022	R\$ 10.800,00
TOTAL	R\$ 1.596.813,60

Fonte dos dados: Portal da Transparência Estudantil UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

A redução nos valores das despesas de bolsa estágio apresentada nos anos 2020 a 2022 reflete a diminuição das atividades durante a pandemia e a redução dos repasses financeiros por parte do Governo Federal para as universidades públicas federais ocorrida no período.

Ainda no bojo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), encontra-se o fornecimento de alimentação subsidiada. Segundo o Estudo Técnico Preliminar (ETP) para Contratação de Serviço de Fornecimento de Refeições Prontas Transportadas da UFOB, a universidade terceiriza o serviço de fornecimento de alimentação, que até o momento somente atende ao *Campus* de Barreiras, único que possui refeitório em condições de receber esse tipo serviço. Nos demais *campi*, os estudantes recebem uma bonificação no valor equivalente em conta bancária.

A universidade exige da empresa contratada que as aquisições de gêneros alimentícios, em atendimento ao disposto no Decreto nº 8.473/2º15, sejam realizadas, prioritariamente, em produtos da Agricultura Familiar, fato que privilegia os pequenos produtores locais. Considerando que as quantidades de alimentos são relativamente pequenas e que a cidade de Barreiras está localizada distante de qualquer outro grande centro fornecedor, quase a totalidade dos produtos não perecíveis é adquirida na praça local.

Quanto à sua qualidade, a empresa sofre periódica supervisão do serviço nutricional da universidade. Ela também é contratualmente obrigada a fornecer duas refeições diárias: almoço e jantar. A UFOB estabelece o valor teto da refeição, que pode ser vendida tanto aos servidores como aos alunos. Os discentes considerados vulneráveis, assim definidos por critérios estabelecidos pelo serviço social da universidade, recebem subsídio no valor total de uma das refeições. Em anos anteriores, os estudantes em condições de vulnerabilidade recebiam subsídio

de duas refeições, mas, em função das restrições de recursos, a universidade limitou o subsídio a uma refeição por aluno. A Tabela 11, apresenta as despesas com Fornecimento de Alimentação na UFOB, entre os anos de 2014 a 2022.

Tabela 11 - Despesas Fornecimento de Alimentação, UFOB, 2014-2022

ANO	Despesas
2014	Sem Informação
2015	R\$ 276.707,65
2016	R\$ 1.830,00
2017	R\$ 2.217.993,90
2018	R\$ 2.330.571,28
2019	R\$ 2.717.818,02
2020	R\$ 145.690,20
2021	-----
2022	-----
TOTAL	R\$ 7.690.611,05

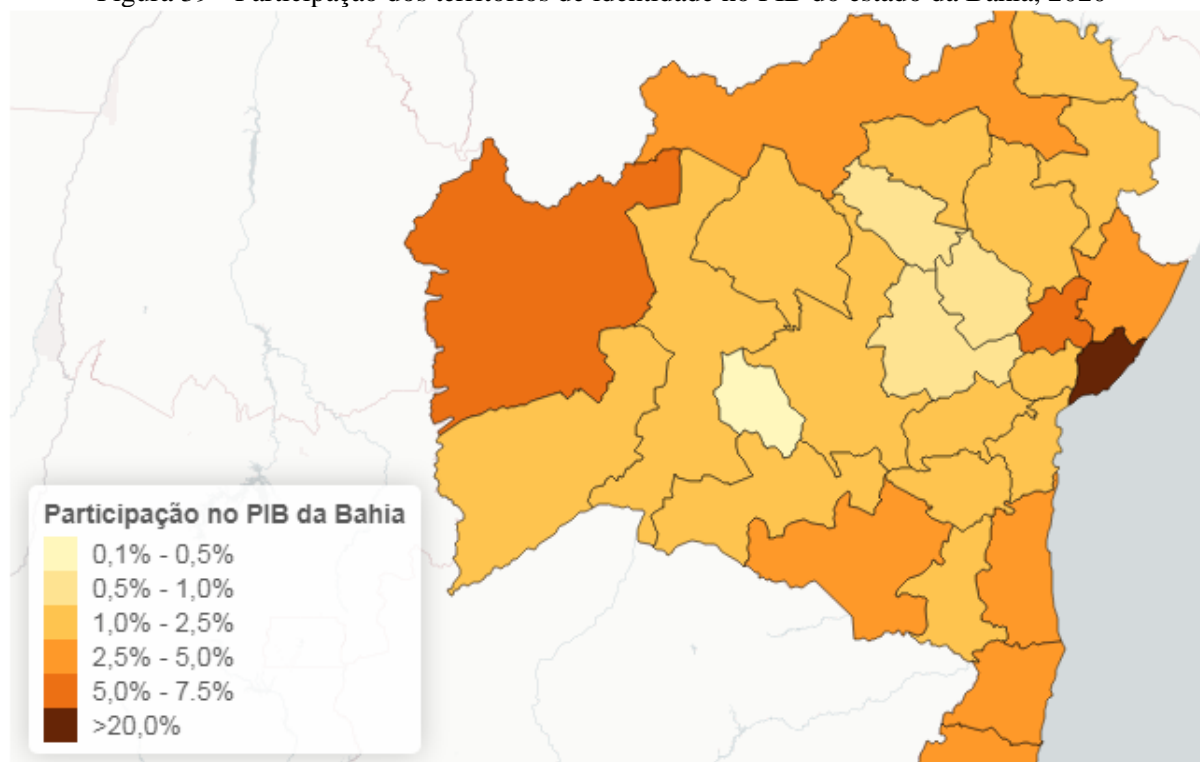
Fonte dos dados: Boletim de Execução Orçamentária
 PROPLAN/UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>
 Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Nos anos de 2015 e 2016, a política de subsídio de alimentação estava em implantação e o espaço para refeitório provisório encontrava-se em construção. Entre os anos de 2017 a 2019, a política de fornecimento de alimentação subsidiada foi estruturada com valores ascendentes. A situação entre os anos de 2020 a 2022 reflete a crise pandêmica, com redução brusca das atividades acadêmicas e cortes de recursos para as universidades federais. Apesar de todos os percalços, o fornecimento de alimentação alcançou, entre 2015 a 2022, a cifra de R\$ 7.690.611,05 (sete milhões seiscentos e noventa mil seiscentos e onze reais e cinco centavos). Esse recurso se insere na economia local na forma de contratação de pessoal terceirizados de cozinha, aquisição de produtos alimentícios, e hortifrutigranjeiro nos supermercados e feiras livres da cidade de Barreiras.

Em face à exposição dos dados referentes às reverberações de recursos na região geradas pela assistência estudantil, convém ressaltar que a política de assistência estudantil se coaduna com ações de interiorização do ensino superior público. A proposta de interiorizar a educação superior pública, como vimos, vaticinada pelo Prof.º Edivaldo Boaventura e realizada nos últimos anos nos limites do Programa REUNI, necessariamente, passa pela política de assistência estudantil, sem a qual, considerando o perfil socioeconômico dos estudantes do interior, seria, praticamente, inviável.

No Estado da Bahia, a questão da assistência estudantil assume relevância ainda maior. A distribuição espacial dos recursos financeiros no território baiano é gravemente desigual. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no ano de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) baiano alcançou a cifra de R\$ 305,32 bilhões. No entanto, o mapa de distribuição espacial dessa produção por território de identidade baiano se apresenta com sensível desigualdade (Figura 39).

Figura 39 - Participação dos territórios de identidade no PIB do estado da Bahia, 2020



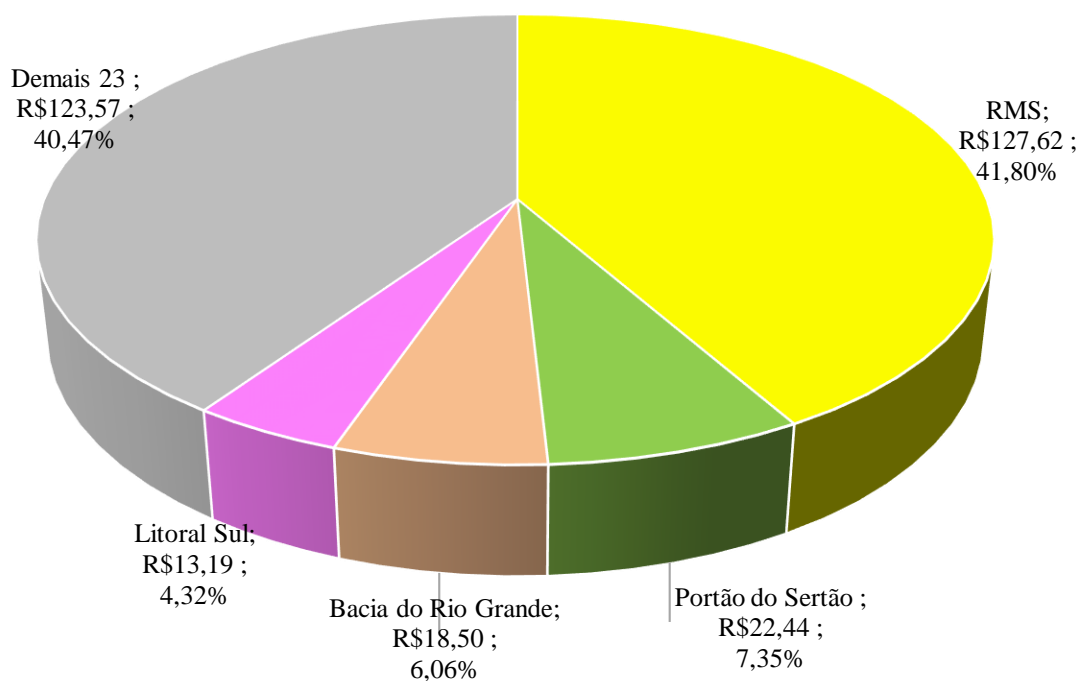
Fonte: SEI (2020).

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) concentra 41,80% do PIB baiano (Gráfico 18). O território de identidade Portão do Sertão, segundo colocado, onde está localizada a segunda maior cidade do Estado, Feira de Santana, reúne apenas 7,35% do PIB. Observa-se ainda que, dentre os 27 territórios de identidade da Bahia, o PIB estadual está distribuído da seguinte forma (Gráfico 18): quatro territórios detêm 59,53% (R\$ 181,75 bilhões), enquanto os demais 23 territórios distribuem entre si 40,47% do total (R\$ 123,57 bilhões).

A desigualdade na distribuição da renda entre as diversas regiões da Bahia, cujas as razões são apresentadas na introdução do presente trabalho, constitui um entrave de difícil superação. Os dados da SEI quanto ao PIB baiano ratificam a assertiva de que qualquer política de interiorização do ensino superior em larga escala na Bahia, necessariamente, passa por um

programa de assistência estudantil, que permita a permanência do discente na universidade, em função de sua vulnerabilidade econômica.

Gráfico 18 - Participação dos territórios de identidade no PIB do estado da Bahia, 2020 (em R\$ bilhões)



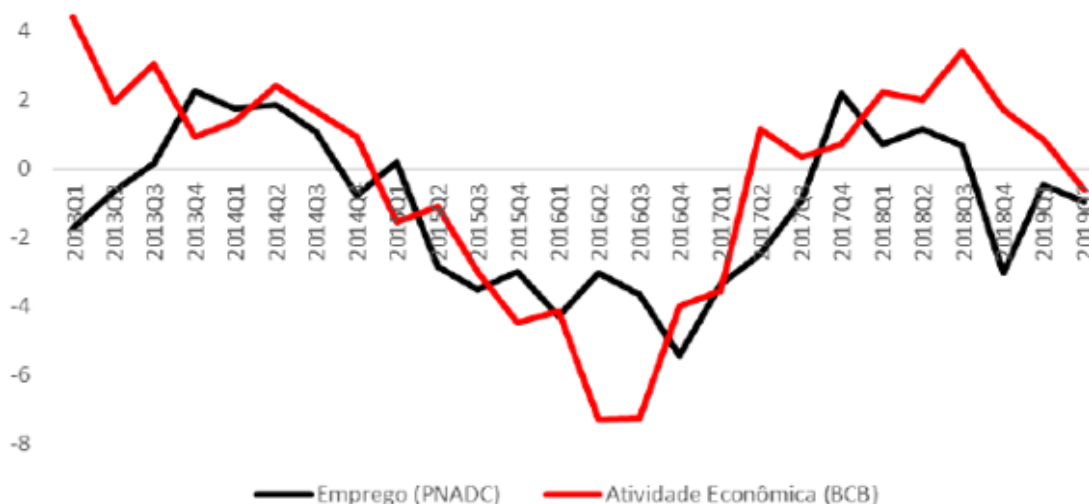
Fonte dos dados: SEI (2020).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

5.4.3 As despesas com pessoal

Convém destacar que, em um período marcado por permanente perda de postos de trabalho na Bahia, a inserção da UFOB contribuiu para criação de novos vínculos trabalhistas no oeste baiano. Segundo Jesus e Marques Júnior (2020, p.2), entre 2013 a 2019 a Bahia liderou o ranking do desemprego nacional, com a taxa média de 17,3%, acima da média brasileira que foi de 12%. Os autores afirmam que, dentre outros fatores, o alto nível de desemprego na Bahia é consequência do baixo crescimento econômico. Jesus e Marques Júnior (2020) estabelecem, para o período entre 2013 a 2019, uma correlação entre taxa de emprego e a média trimestral do índice de atividade econômica na Bahia, medido pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), representada no Gráfico 19.

Gráfico 19 - Evolução quadrimestral das taxas de emprego e de atividade econômica na Bahia, 2012-2019



Fonte: Jesus e Marques Júnior (2020, p.3).

Explicam os autores: “a correlação entre essas duas séries é alta (0,85) e significativa. Nos períodos em que o crescimento econômico anualizado é positivo a taxa de crescimento do emprego na Bahia tende a ser positiva.” (JESUS; MARQUES JÚNIOR, 2020, p.3). Ressalta-se que, como observado no gráfico, no conjunto do período em apreço, existe a prevalência, salvo em pequenos intervalos, de taxas de emprego negativas no Estado da Bahia. Enquanto isto, no oeste baiano, em período semelhante, a inserção da UFOB promovia a criação de novos postos de trabalho, ampliando a massa salarial regional.

Em consulta ao Boletim de Execução Orçamentária de Receitas e Despesas da Pró Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – UFOB, quanto ao histórico de aportes financeiro da universidade para custeio das Despesas com Pessoal, no período entre 2015 a 2022, pode-se construir a Tabela 12:

Tabela 12 - Despesas com Pessoal UFOB, 2015-2022

ANO	Despesas com Pessoal UFOB
2015	R\$ 19.963.640,59
2016	R\$ 50.410.240,63
2017	R\$ 62.390.038,08
2018	R\$ 73.521.648,94
2019	R\$ 84.122.990,36
2020	R\$ 86.902.443,79
2021	R\$ 92.509.058,81
2022	R\$ 98.546.043,82
TOTAL	R\$ 568.366.105,02

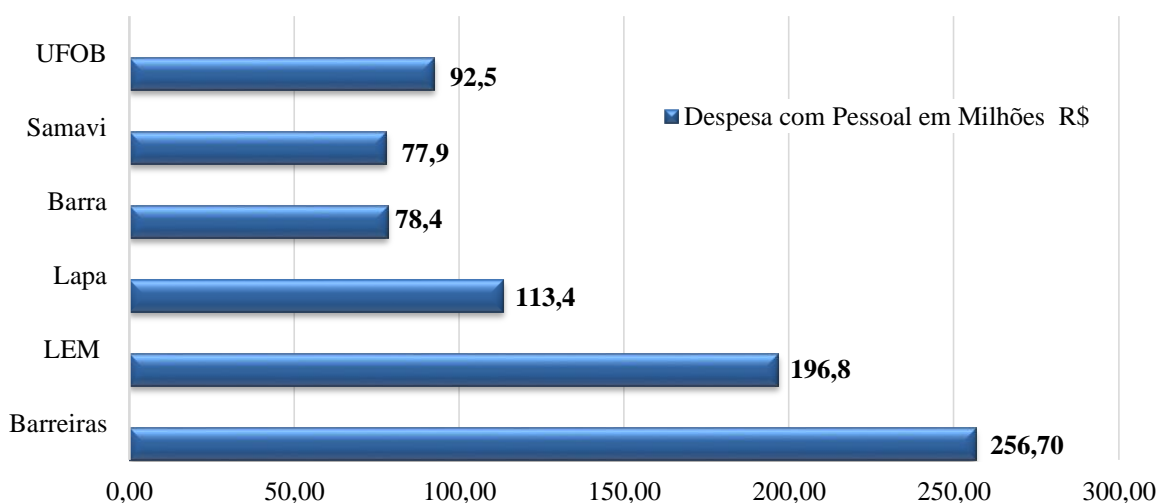
Fonte dos dados: Boletim de Execução Orçamentária de Receitas UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Tem-se que, no ano de 2014, em que pese a UFOB ter sido criada em 2013, o sistema de pagamento de pessoal continuava vinculado ao da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Assim, todos os servidores estavam agregados à mesma, não havendo dado relativo ao referido ano nos arquivos da UFOB. Em face ao exposto, conclui-se que a UFOB, nos últimos oito anos, de 2015 a 2022, dispendeu em despesas com pessoal R\$ 568.366.105,02 (quinhentos e sessenta e oito milhões trezentos e sessenta e seis mil cento e cinco reais e dois centavos). Estes valores são de variadas formas integrados à economia regional. Nessa rubrica, estão incluídos os pensionistas, auxílios funcionais diversos, contribuições previdenciárias, gratificações de cargos e funções, contratos temporários, etc., sendo que, do total mencionado, o item Vencimentos e Salários para o período corresponde a R\$ 214.108.063,38 (duzentos e catorze milhões cento e oito mil sessenta e três reais e trinta e oito centavos).

No ano de 2021, último exercício já consolidado, as Despesas com Pessoal da UFOB alcançaram a cifra de R\$ 92.509.058,81 (noventa e dois milhões quinhentos e nove mil cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos). Para que se possa mensurar a sua representatividade, de modo comparativo com a dos cinco municípios da região nos quais a universidade possui *campus*, tem-se o Gráfico 20 que representa as Despesas com Pessoal dos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Barra, conforme o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA), em 2021.

Gráfico 20 - Despesa com Pessoal UFOB x municípios com *campus*, 2021



Fonte dos dados: TCM-BA (2021).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

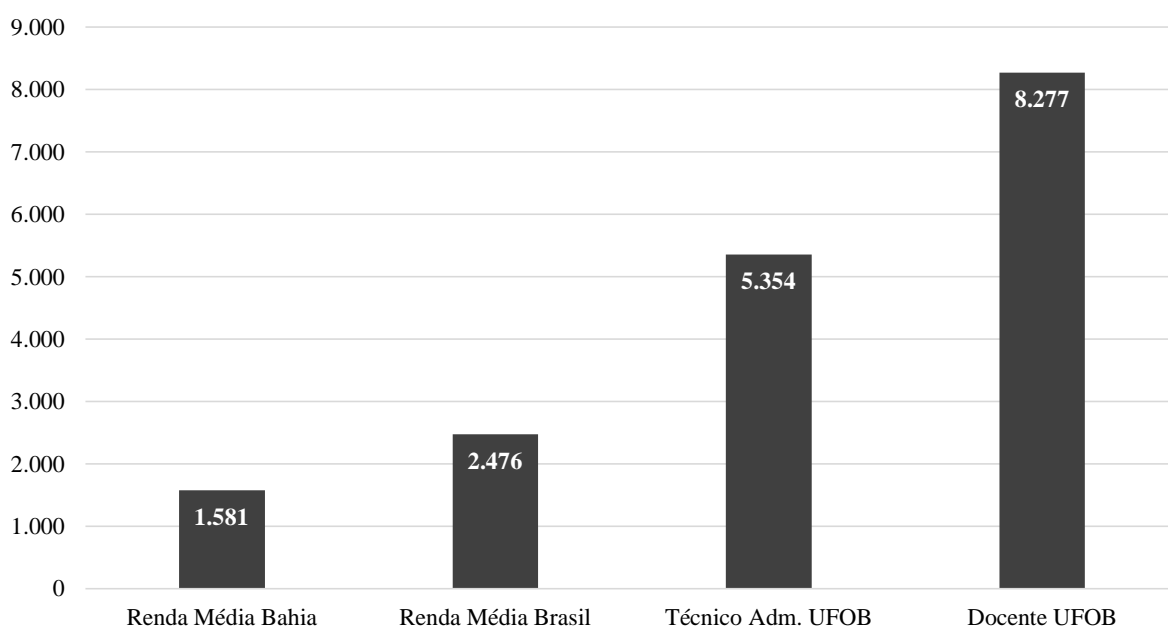
No Gráfico 20, as Despesas com Pessoal da universidade já ultrapassam as dos municípios de Santa Maria da Vitória e da Barra em aproximadamente R\$14,5 milhões. As Despesas com

Pessoal da UFOB equivalem à 81,6% em relação ao município de Bom Jesus da Lapa e 47% das de Luís Eduardo Magalhães.

A UFOB, segundo o Painel Estatístico de Servidores-PES, Pró Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), possui 667 servidores. Barreiras, o maior orçamento da região, possui conforme Relatório de Gestão Municipal (2021) 5.309 funcionários e Despesas com Pessoal de R\$ 256,70 milhões. Assim, em termos de remuneração proporcional e incremento de massa salarial, 01 servidor da UFOB equivale a 2,87 funcionários do município de Barreiras. Os comparativos mostram, de certo modo, o impacto crescente do orçamento da UFOB na economia regional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2019 – 2023, p.30) da UFOB apresenta como renda salarial mensal média dos servidores técnicos administrativos R\$ 5.354,00 (cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais) e dos docentes mestres e doutores aproximada de R\$ 8.277,00 (oito mil duzentos e setenta e sete reais) no ano de 2019. Ocorre que, segundo IBGE (2022, p.4), o rendimento médio mensal real da população brasileira de todos os trabalhos em 2021 foi de R\$ 2.476,00 (dois mil quatrocentos e setenta e seis reais) (Gráfico 21). Quando comparado ao salário do técnico administrativo médio da UFOB, tem-se que o rendimento médio do referido servidor é aproximadamente 117% maior que o rendimento médio nacional e o dos docentes, 234% maior (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Comparativo da renda média baiana, brasileira e dos servidores da UFOB, 2021

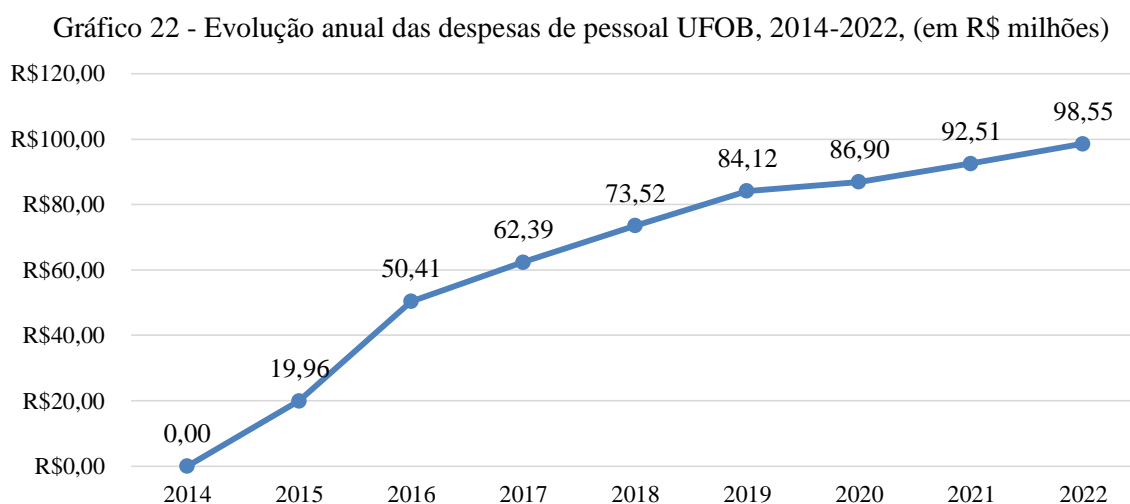


Fonte dos dados: IBGE (2022) e UFOB (2021).
Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Quando comparados a renda média mensal baiana de R\$ 1.581,00 (um mil quinhentos e oitenta e um reais), os salários dos TAE representam 3,4 vezes maior e dos docentes 5,2 vezes a média baiana.

Destaca-se ainda que, o IBGE (2022, p.10) informa que 90% da população brasileira possui rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* até R\$ 3.359,00 (três mil trezentos e cinquenta e nove reais). Assim, os servidores da UFOB estariam enquadrados, segundo essa perspectiva, nos 10% da população nacional que percebem acima dessa média. Nestes termos, a inserção da UFOB representou um ganho significativo em massa salarial para o oeste baiano em um período em que a Bahia vivenciava perda de postos de trabalho.

No Gráfico 22, observa-se a evolução crescente das despesas com pessoal no custeio da UFOB. Essa tendência ascendente, nos próximos anos, deve ser mantida em função de possíveis aumentos na base salarial dos servidores federais, bem como pelo incremento de novos servidores, à medida da implantação da estrutura física projetada para a universidade.



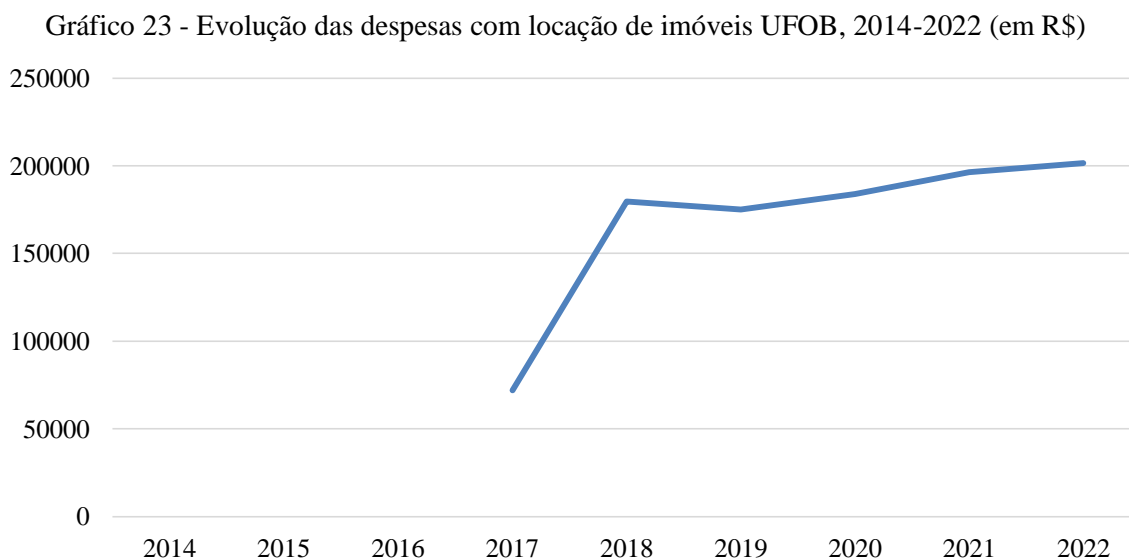
Fonte dos dados: Boletim de Execução Orçamentária de Receitas UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br>.

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

5.4.4 As despesas motivadas por locação de imóveis

Como exposto, a UFOB é uma universidade em implantação, com sua estrutura física ainda não consolidada. Assim, para executar suas atividades fins, necessita alugar imóveis de terceiros, cujos valores, de modo direto, reverberam na economia local. No ano de 2022, foram gastos R\$ 201.695,88 (duzentos e um mil seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos) em locação de imóveis. Conforme o Boletim de Execução Orçamentaria da UFOB, a universidade dispendeu, entre os anos de 2014 a 2022, a importância de R\$1.008.718,96 (um

milhão oitocentos e dezoito reais e noventa e seis centavos) em alugueis de imóveis. O Gráfico 23 apresenta a evolução das despesas com locação de imóveis entre 2014 a 2022.



Fonte dos dados: Boletim de Execução Orçamentária de Receitas UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br>.
Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

As despesas com locação de imóveis cresceram a partir de 2017, quando as atividades acadêmicas avançaram com maior intensidade e passaram a exigir mais espaço físico. Os custos de locação não aumentaram de modo exponencial graças às ações da Administração Central da UFOB, que promoveu articulações com entidades públicas e privadas para cederem espaços para uso da universidade, fato que serviu para minorar os efeitos dessa despesa.

A situação dos custos com locação de imóveis torna-se um exemplo que justifica as críticas feitas por autores quanto ao modo como se deu o processo de expansão do ensino superior no Brasil, que deixou a desejar quanto ao planejamento. Assim, Oliveira (2021, p. 1) chega a dizer que o REUNI é o “sonho de expansão que virou pesadelo de R\$ 4 bi em universidades”. Todavia, no que concerne às despesas com alugueis, convém consignar que, no transcorrer do período 2017 a 2022, alguns deles foram extintos e que se trata de um gasto de recurso que tende a declinar à medida da implantação da estrutura física da universidade, caso os aportes de recursos em Obras de Infraestrutura sejam retomados pelo Governo Federal.

5.4.5 Os investimentos na implantação da infraestrutura

A implantação da estrutura física da UFOB (Figura 40), como comentado anteriormente, antecede a sua criação; nasce com o *campus* avançado da UFBA em Barreiras – ICADS. Vale-se dos recursos associados ao Programa de Expansão das Universidades Federais, na sua

primeira fase, nos anos de 2003 a 2007, e tem continuidade com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que durou de 2007 a 2012.

Figura 40 - Vista área atual do *Campus* UFOB em Barreiras-BA, 2017



Fonte: Portal do Cerrado <https://portaldocerrado.com/ufob>.

Os investimentos oriundos dos programas citados ocorreram nos anos que antecederam 2016 e foram incorporados ao patrimônio da UFBA. As despesas com Obras de Infraestrutura, por haver empenho com liquidação de longo prazo, pois se aguardava a conclusão dos prédios em andamento, foi uma das últimas despesas a sofrer desvinculação do orçamento da UFBA. O Boletim de Execução Orçamentaria da UFOB somente registra Despesas com Obras de Infraestrutura a partir de 2016. A Tabela 13, informa os investimentos em infraestrutura no período entre 2014 a 2022.

Tabela 13 - Despesas com Obras de infraestrutura, UFOB, 2014-2022

ANO	Despesas com Obras de Infraestrutura - UFOB
2014	Sem Informação
2015	R\$ 7.996.532,71
2016	R\$ 8.189.067,38
2017	R\$ 10.506.601,94
2018	R\$ 8.444.839,58
2019	R\$ 2.303.064,91
2020	R\$ 3.758.216,70
2021	R\$ 1.944.154,27
2022	R\$ 5.052.862,49
TOTAL	R\$ 48.195.339,98

Fonte dos dados: Boletim de Execução Orçamentária de Receitas e Coordenação de Infraestrutura UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Os investimentos realizados pela UFBA entre 2006 a 2014 no ICADS - Barreiras foram destinados na construção do Pavilhão de Laboratórios, Pavilhão Biblioteca, Pavilhões de Aulas I e II, e outras benfeitorias complementares. Estima-se que, em valores da época, sem atualização monetária, tenham sido investidos R\$ 30,00 milhões. O total de R\$ 48.195.339,98 (quarenta e oito milhões cento e noventa e cinco mil trezentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos), do período de 2015 a 2022 (Tabela 13), contempla os valores investidos em obras nos cinco *campi*.

De modo específico, o valor das despesas referentes ao ano de 2015, apresentado na Tabela 14, importando em R\$ 7.996.532,71 (sete milhões novecentos e noventa e seis mil e quinhentos e trinta dois reais e setenta e um centavos), foi verificado nos arquivos de dados da Coordenação de Infraestrutura (CINFRA-UFOB) e refere-se aos serviços de reforma das escolas cedidas pelos municípios para instalação dos *campi* e adequações realizadas nos prédios do ICADS em Barreiras.

Tabela 14 - Despesas com reforma nas escolas cedidas para UFOB, 2015

<i>Campus</i>	Escola Municipal	Valor Reforma - 2015
Barra	Prof. Elísio Mourão	R\$ 2.459.792,07
Bom Jesus da Lapa	São Vicente de Paula	R\$ 2.189.900,70
Santa Maria da Vitória	José Teixeira de Oliveira	R\$ 1.690.606,13
Luís Eduardo Magalhães	Pequeno Príncipe	R\$ 1.294.366,60
Barreiras	Adequações nos prédios	R\$ 361.867,22
Valor Total	-----	R\$ 7.996.532,71

Fonte: Coordenação de Infraestrutura UFOB (2015).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Ocorre que as escolas municipais cedidas para o uso da universidade eram estabelecimentos destinados ao ensino fundamental, portanto, sem a complexidade laboratorial demandada pelo ensino superior e se encontravam em situação precária de manutenção. A Tabela 15, apresenta a distribuição desse recurso por *campus*, conforme a necessidade da obra de reestruturação.

Observa-se uma diferença entre o valor total apresentado na Tabela 13 (R\$ 48.195.339,98) e o valor que consta na Tabela 15 (R\$43.307.414,22), que representa R\$ 4.887.925,76 (quatro milhões oitocentos e oito e sete mil novecentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos), trata-se de obras /serviços empenhados em 2020 a 2022, que estão em execução.

Tabela 15 - Despesas com Obras de infraestrutura, por *campus* UFOB, 2015-2022

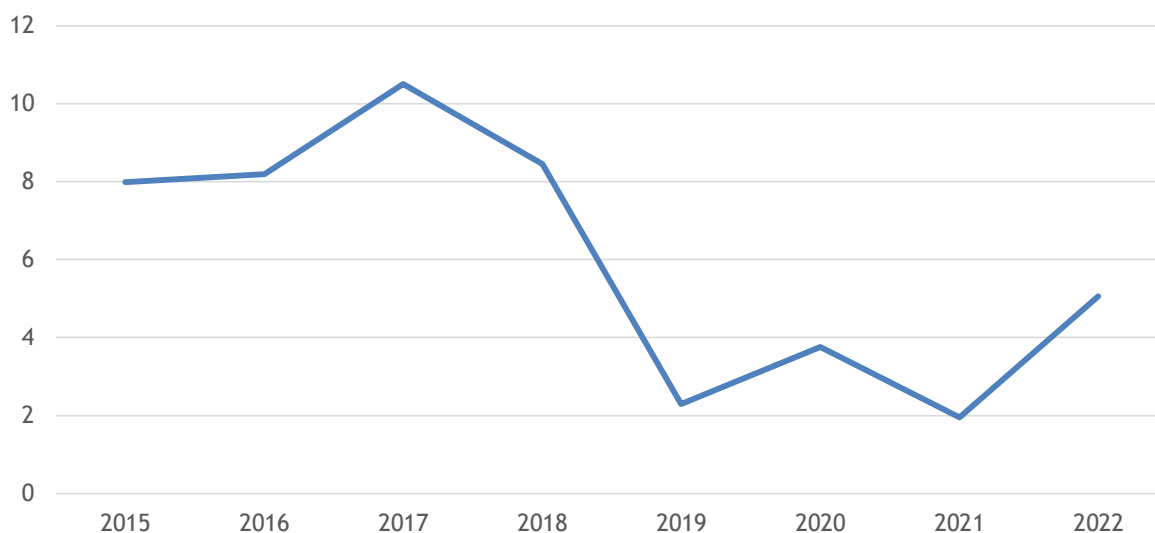
OBRA /SERVIÇO	VALOR	CAMPUS	ANO
TOTAL BARREIRAS	22.404.414,07		
Construção Restaurante Provisório	760.494,12	Barreiras	2016
Construção do Abrigo de Reagentes	725.205,10	Barreiras	2017
Elevador do Pav. Biblioteca	78.895,49	Barreiras	2017
Pav. Centro de Conv. e Rest. Universitário	11.479.689,10	Barreiras	2018
Centro de Recuperação de Áreas Degradadas	987.553,78	Barreiras	2018
Rede de Esgoto Sanitário - CRES	580.536,12	Barreiras	2018
Implantação das Câmaras Frias do RU e CRAD	225.400,00	Barreiras	2018
Terraglenagem e Pavimentação Vias Internas - CRES	3.203.291,04	Barreiras	2019
Reforma Elétrica do Pav. Laboratórios	266.686,08	Barreiras	2020
Reforma Elevador do Pavilhão Aulas I	59.850,00	Barreiras	2020
Sistema de Exaustão do Restaurante Universitário	726.423,87	Barreiras	2021
Reforma e Ampliação Módulo Laboratório	358.201,97	Barreiras	2021
Sistema Elétrico Fotovoltaico	1.419.336,94	Barreiras	2022
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	1.532.850,46	Barreiras	2022
Reforma da Reitoria Etapa I	3.190.277,76	Barreiras	
TOTAL SAMAVI	1.962.547,17		
Construção de Quadra Coberta	394.432,12	SAMAVI	2017
Const. Módulo Laboratorial e Administrativo	1.568.115,05	SAMAVI	2020
TOTAL LAPA	2.125.626,00		
Const. Módulo Laboratorial Eng. Elétrica e Mecânica	2.125.626,00	LAPA	2020
TOTAL BARRA	1.727.205,32		
Infraestrutura do <i>Campus</i> - Cercamento, água, etc.	598.185,85	BARRA	2018
Lab. Experimental Viveiros e Estufas	1.129.019,47	BARRA	2020
TOTAL LEM	3.775.318,02		
Pavilhão Multiuso II	3.775.318,02	LEM	2018
TOTAL PARCIAL	35.185.388,34		
Reformas das Escolas – Tabela 12	7.996.532,71		2015
Elaboração de Projetos	125.493,17		
TOTAL GERAL	43.307.414,22	Final em	2022

Fonte: Coordenação de Infraestrutura UFOB (2022).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

O Gráfico 24 apresenta a evolução das Despesas com Obras de Infraestrutura no período 2015 a 2022, realizadas pela universidade. Observa-se que, a partir 2017, as despesas com Obras de Infraestrutura declinam, fato que coincide com o início dos pagamentos de alugueis por falta de espaço físico.

Gráfico 24 - Evolução das despesas com obras de infraestrutura, UFOB, 2015-2022 (em R\$ milhões)



Fonte: Boletim de Execução Orçamentária de Receitas UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

A ligeira ascensão ocorrida em 2022 se deveu a algumas emendas de parlamentares incluídas no Orçamento da União para a UFOB. A partir do final de 2018, verifica-se um declínio substancial em recursos para Obras de Infraestrutura, caracterizando a política de “estrangulamento” das universidades públicas praticada pelo Governo Federal. Ocorre que a infraestrutura da universidade está muito aquém da que será necessária para o funcionamento pleno das atividades acadêmicas. Até a presente data, pouco mais que 10% da infraestrutura necessária foi construída.

A execução das obras de implantação da UFOB injetará recursos significativos na economia regional, principalmente para os municípios com orçamento de menor porte, como Santa Maria da Vitória e Barra. A Coordenação de Infraestrutura – UFOB estima que serão necessários, para que a estrutura física acompanhe o avanço das atividades acadêmicas, um investimento da ordem de R\$ 90,00 milhões em obras de infraestrutura no próximo quadriênio (2023 a 2026), somente para que a universidade desfaça as locações atuais e alcance 40% de sua infraestrutura necessária.

5.4.6 Despesas com contratos de prestação de serviços, manutenção e aquisição de material de consumo

As tabelas a seguir referem-se a despesas relativas a contratos de prestação de serviços, manutenção e aquisição de material de consumo. Não se pode afirmar que todos os recursos

identificados sejam absorvidos na economia regional, pois alguns se dispersam em aquisições externas, provenientes de processos licitatórios vencidos por empresas fornecedoras de outras praças.

Na Tabela 16, estão dispostos os três mais significativos contratos de prestação de serviços da UFOB. Destacam-se pelos valores envolvidos, bem como por representarem aproximadamente 90% dos postos de trabalho terceirizados. O contrato de Limpeza e Jardinagem, entre 2015 a 2022, totalizou R\$ 15.262.917,78 (quinze milhões duzentos e sessenta e dois mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos). O contrato de Vigilância, entre 2016 a 2022, R\$ 21.325.097,01 (vinte e um milhões trezentos e vinte e cinco mil, noventa sete reais e um centavo). Na contratação de Apoio Administrativo, em que estão incluídos os funcionários terceirizados que exercem funções administrativas, entre 2015 a 2022, foram pagos R\$ 9.014.819,30 (nove milhões quatorze mil, oitocentos e dezenove reais e trinta centavos).

Tabela 16 - Despesas com contratos de prestação de serviços UFOB, 2014 a 2022

ANO	Contrato Limpeza e Jardinagem	Contrato Vigilância	Contrato Apoio Administrativo	TOTAL
2014	-----	-----	-----	-----
2015	R\$ 25.477,92	-----	R\$ 141.190,64	R\$ 166.668,56
2016	R\$ 1.756.125,17	R\$ 1.453.567,10	R\$ 766.623,91	R\$ 3.976.316,18
2017	R\$ 2.295.550,09	R\$ 3.101.519,07	R\$ 1.363.038,12	R\$ 6.760.107,28
2018	R\$ 2.086.183,21	R\$ 3.075.155,86	R\$ 1.408.037,42	R\$ 6.569.376,49
2019	R\$ 2.035.456,84	R\$ 3.308.360,99	R\$ 1.458.501,45	R\$ 6.802.319,28
2020	R\$ 2.225.907,76	R\$ 3.753.951,74	R\$ 1.072.953,61	R\$ 7.052.813,11
2021	R\$ 2.320.203,46	R\$ 3.715.220,22	R\$ 912.201,31	R\$ 6.947.624,99
2022	R\$ 2.518.013,33	R\$ 2.917.322,03	R\$ 1.892.272,84	R\$ 7.327.608,20
TOTAL	R\$ 15.262.917,78	R\$ 21.325.097,01	R\$ 9.014.819,30	R\$ 45.602.834,09

Fonte: Boletim de Execução Orçamentária de Receitas UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Os três contratos, em conjunto, entre 2015 a 2022, totalizam R\$ 45.602.834,09 (quarenta e cinco milhões seiscentos e dois mil oitocentos e trinta e quatro reais e nove centavos). Importante salientar que os contratos atendem os cinco *campi* da universidade e que, descontados os impostos, encargos sociais e lucro das empresas, que giram entorno de 35% do valor total, restariam aproximadamente R\$ 29.641.842,16 (vinte nove milhões seiscentos e quarenta e um mil oitocentos e quarenta dois reais e dezesseis centavos). Valor que, no período, foram distribuídos na forma de salários, que se incorporam na economia regional, considerando que todos os funcionários atrelados aos contratos residem nos municípios onde estão os *campi* da UFOB.

A Tabela 17, apresenta as despesas com as duas manutenções mais onerosas, existem outras de menor impacto econômico. A manutenção predial, entre 2014 a 2022, representou R\$ 5.289.639,48 (cinco milhões duzentos e oitenta e nove mil seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos). Neste contrato envolve mão de obra especializada de profissionais da construção civil e os materiais necessários para a execução dos serviços, que em sua maioria são adquiridos na praça local, junto a pequenos fornecedores. As despesas com manutenção de Equipamentos, Motores e outros, que compreendeu, no período 2014 a 2022, R\$ 6.413.792,24 (seis milhões quatrocentos e treze mil setecentos e noventa dois reais e vinte quatro centavos), se caracteriza pela diversidade de empresas contratadas. A natureza dos serviços, reparos de veículos, manutenção de ar condicionado, consertos de equipamentos laboratoriais, recarga de extintores, dentre outros, faz com que o recurso forme uma rede de atendimento, muito importante para o comércio de peças e prestação de serviços regional. Com manutenção, entre 2014 a 2022, foram injetados, quase na sua totalidade, na economia regional R\$ 11.703.431,72 (onze milhões setecentos e três mil quatrocentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos).

Tabela 17 - Despesas com manutenções UFOB, 2014 a 2022

ANO	Manutenção Predial	Manutenção Equipamentos / motores, outros.	TOTAL
2014	R\$ 1.569,00	R\$ 15.218,00	R\$ 16.787,00
2015	R\$ 963.441,16	R\$ 144.691,89	R\$ 1.108.133,05
2016	R\$ 592.943,70	R\$ 269.302,69	R\$ 862.246,39
2017	R\$ 1.386.943,06	R\$ 547.673,94	R\$ 1.934.617,00
2018	R\$ 1.171.965,37	R\$ 527.463,85	R\$ 1.699.429,22
2019	R\$ 487.199,06	R\$ 1.459.655,58	R\$ 1.946.854,64
2020	R\$ 122.284,00	R\$ 1.109.166,57	R\$ 1.231.450,57
2021	R\$ 169.432,28	R\$ 1.710.633,63	R\$ 1.880.065,91
2022	R\$ 393.861,85	R\$ 629.986,09	R\$ 1.023.847,94
Total	R\$ 5.289.639,48	R\$ 6.413.792,24	R\$ 11.703.431,72

Fonte: Boletim de Execução Orçamentária de Receitas UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

A Tabela 18, apresenta as despesas com serviços de manutenção, apoio e reparos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que importou, entre 2014 a 2022, em R\$ 4.483.178,98 (quatro milhões quatrocentos e oitenta e três mil cento e setenta e oito reais e noventa e oito centavos). Neste serviço, além da aquisição de materiais de TIC, incluem-se a contratação de

mão de obra especializada de funcionários, cabistas e profissionais para suporte técnico, que representa o maior custo.

Tabela 18 - Despesas com aquisição de material de consumo UFOB, 2014 a 2022

ANO	Serviços de TIC	Mat. Consumo Suprimento ^e	TOTAL
2014	R\$ 7.990,00	R\$ 49.627,95	R\$ 57.617,95
2015	R\$ 31.289,00	R\$ 709.189,82	R\$ 740.478,82
2016	R\$ 268.270,28	R\$ 1.203.001,05	R\$ 1.471.271,33
2017	R\$ 506.037,04	R\$ 568.105,23	R\$ 1.074.142,27
2018	R\$ 789.911,61	R\$ 532.517,12	R\$ 1.322.428,73
2019	R\$ 661.979,23	R\$ 769.339,08	R\$ 1.431.318,31
2020	R\$ 1.355.549,35	R\$ 1.329.764,45	R\$ 2.685.313,80
2021	R\$ 487.852,70	R\$ 809.625,79	R\$ 1.297.478,49
2022	R\$ 374.299,77	R\$ 1.019.109,64	R\$ 1.393.409,41
Total	R\$ 4.483.178,98	R\$ 6.990.280,13	R\$ 11.473.459,11

Fonte: Boletim de Execução Orçamentária de Receitas UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

As despesas com aquisição de materiais de consumo e suprimento, tais como: produtos de limpeza, copa e cozinha, material de expediente, esportivos, produtos farmacológicos, laboratorial e hospitalar, dentre outros, em que pese o valor de R\$ 6.990.280,13 (seis milhões novecentos e noventa mil duzentos e oitenta reais e treze centavos), não representa significativo aporte na economia local, fornecedores de outras praças terminam por suprirem. As empresas regionais que poderiam fornecer esses produtos, se quer participam dos processos licitatórios de aquisição, a universidade em alguns momentos, em parceria com o SEBRAE, CDL, outros, promoveu palestras orientativas, sem grande êxito.

Acredita-se que o conjunto de valores que foram apresentados nesta seção possa representar, em termos de aporte de recursos financeiros, a importância da contribuição da inserção da UFOB para economia local. Existem outras rubricas orçamentárias que, de modo indireto, também repassam recursos para a economia regional. Ressalta-se que, segundo o Boletim de Execução Orçamentária da UFOB, entre 2014 a 2022, o orçamento geral da universidade importou em R\$ 811.510.640,47 (oitocentos e onze milhões quinhentos e dez mil seiscentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos). As despesas empenhadas em 2022, ano de severas restrições, perfizeram R\$ 124.269.507,06 (cento e vinte e quatro milhões duzentos e sessenta e nove mil quinhentos e sete reais e seis centavos).

5.5 AS CONTRIBUIÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DA UFOB MOTIVADAS POR GERAÇÃO DE EMPREGOS.

Como destacado anteriormente, a UFOB é uma universidade em processo de implantação. No transcurso dos últimos anos, a instituição, mediante sucessivos concursos públicos e transferências está formando o seu quadro de servidores. A localização da universidade no oeste baiano, uma região com características climáticas próprias que apresenta temperaturas elevadas, longos períodos de estiagem e baixa umidade do ar, dificulta a permanência de servidores que não se adaptam à essas condições adversas.

A distância dos grandes centros urbanos também contribui para ocasionar pedidos de desligamento funcional. O perfil médio dos servidores da UFOB compõe-se de profissionais de nível superior oriundos de centros urbanos maiores, localidades que possuem atrações de lazer e bem estar. Para que se entenda melhor, tomando a cidade de Barreiras como referencial, tem-se, até Brasília, a distância de 610 km; até Vitória da Conquista, 705 km; até Feira de Santana, 758 km; e até Salvador, 872 km. Em um raio de 500 km de Barreiras, não há nenhum grande centro urbano. A situação se agrava devido às dificuldades de transporte. O sistema rodoviário, apesar de possuir ônibus regulares, não oferece o conforto necessário para percorrer longas distancias. Somente a cidade de Barreiras possui aeroporto com voos comerciais, porém com aviões de até 50 passageiros, o que dificulta a aquisição de passagens e encarece a tarifa.

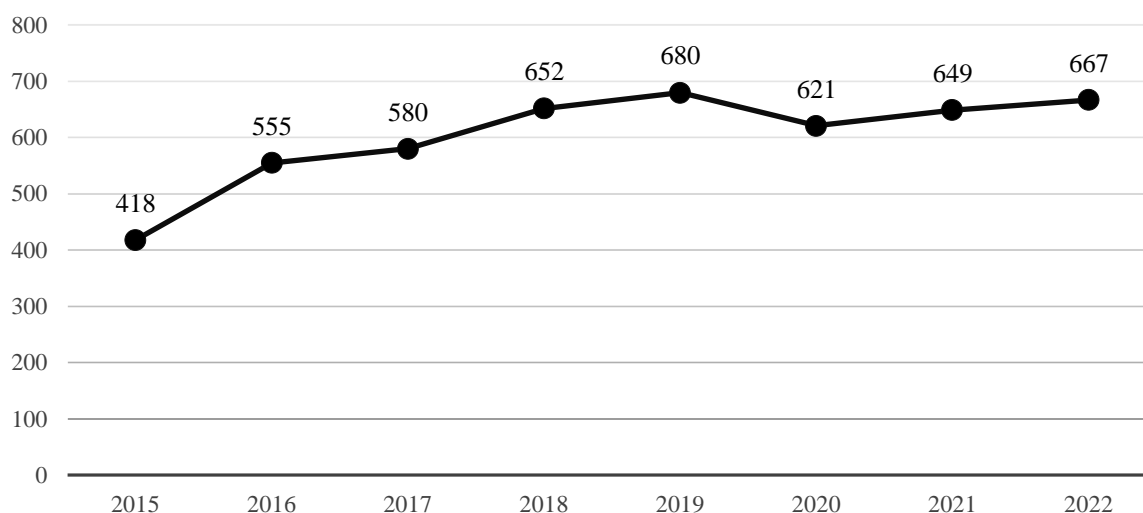
Assim, as dificuldades climáticas, a carência de infraestrutura de transporte e de serviços públicos nos municípios, o elevado custo de vida, sobretudo, em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, constituem fatores que dissuadem alguns servidores de virem ou permanecerem na UFOB, solicitando redistribuição para outras instituições. Tais aspectos nos remetem à importância das discussões sobre os fatores que geram as forças de aglomeração e deseconomia de aglomeração, no que se refere à relação entre trabalho e capital, que ultrapassam a questão do valor salarial.

Mesmo com as dificuldades apresentadas desde a sua criação, a UFOB, paulatinamente, forma o seu quadro funcional. Convém lembrar que a universidade foi criada oficialmente em 2013. Assim, os servidores concursados pela UFBA nos anos anteriores, no ato de fundação da UFOB, foram incorporados à mesma. O Gráfico 25 apresenta a evolução do quadro funcional da UFOB entre os anos de 2015 a 2022, conforme o Painel Estatístico do Servidor- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

No ano de 2015, estão incluídos os servidores oriundos do antigo ICADS /UFBA e os provenientes de um concurso público que ocorreu naquele ano. Pode-se observar uma

ascendência mais acentuada até o ano de 2019. Ocorre um decréscimo entre 2019 a 2020 com perda de 59 servidores. Para em seguida haver uma lenta estabilização do ingresso de servidores entre os anos de 2020 a 2022, período marcado pela escassez de recursos nas universidades federais em todo o país. As oscilações do período, possivelmente, se devem aos fatores expostos, relativos às condições regionais, agravados pela estagnação causada pela pandemia.

Gráfico 25 - Evolução quantitativa do quadro funcional da UFOB, 2015-2022

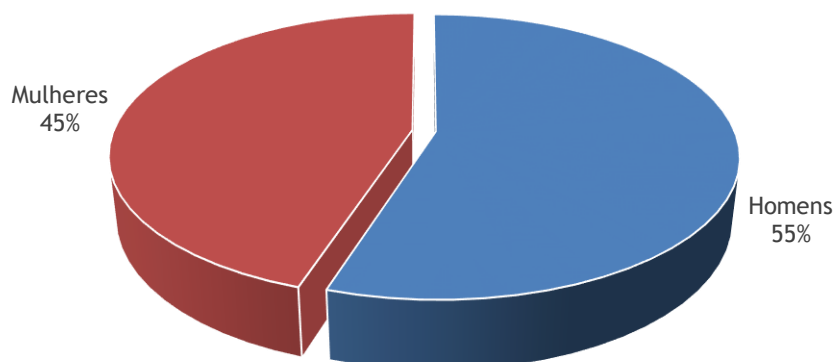


Fonte dos dados: Painel Estatístico do Servidor - Progep /UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Conforme o Painel Estatístico do Servidor (PES), em 2022, a universidade apresenta 667 servidores em seu quadro, sendo 367 homens (55%) e 300 mulheres (45%) (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Distribuição dos servidores da UFOB por gênero, 2022



Fonte dos dados: Painel Estatístico do Servidor- Progep/UFOB (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

A Tabela 19 apresenta a evolução da distribuição percentual dos servidores da UFOB conforme os sexos, ao longo do período entre 2015 a 2022. Com ligeira oscilação a cada ano, a diferença

de maior percentual de homens frente às mulheres se mantém estável, em torno de 8,4% dos servidores. A situação representa uma falta de equidade entre os gêneros, com predomínio numérico do masculino sobre o feminino. Fato que talvez seja explicado considerando as condições de bem estar, citadas inicialmente, que possam ser mais hostis ao público feminino. Aspecto importante de ressaltar é que, no serviço público federal, as faixas salariais são padronizadas não havendo diferenciação por gênero, portanto, o argumento de diferença salarial não justifica o fato da menor presença feminina.

Tabela 19 - Evolução quantitativa de servidores UFOB por sexo, 2015-2022

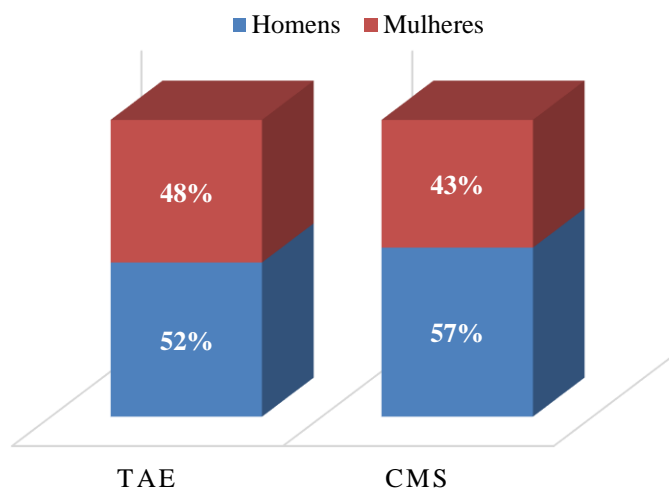
ANO	Masculino	%	Feminino	%	Total
2015	226	54,1%	192	45,9%	418
2016	305	55,0%	250	45,0%	555
2017	307	52,9%	273	47,1%	580
2018	352	54,0%	300	46,0%	652
2019	364	53,5%	316	46,5%	680
2020	344	55,4%	277	44,6%	621
2021	352	54,2%	297	45,8%	649
2022	367	55,0%	300	45,0%	667

Fonte dos dados: Painel Estatístico do Servidor - Progep/UFOB - <https://ufob.edu.br/>(2022).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Os servidores das universidades federais no Brasil estão classificados em duas categorias: (1) servidores do quadro Técnico Administrativo em Educação (TAE) e (2) da Carreira do Magistério Superior (CMS). A distribuição em função das categorias dos servidores e gêneros, para o ano de 2022, está disposta no Gráfico 27.

Gráfico 27 - UFOB -Técnico Administrativo em Educação e Carreira do Magistério Superior, 2022



Fonte dos dados: Painel Estatístico de Pessoal- Progep/UFOB - <https://ufob.edu.br/>(2022).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Observa-se que, na categoria Técnico Administrativo em Educação (TAE), a diferença percentual entre homens e mulheres é menor, sendo de apenas 4p.p. maior para os homens. Percentual razoável, talvez explicado em função de um número mais representativo de TAE sejam oriundos da própria região oeste, ou seja, não sujeitos à necessidade de adaptações. A categoria da Carreira do Magistério Superior (CMS) apresenta maior diferença, com a participação de homens 14p.p. maior que a das mulheres, fato que carece de melhor consideração. A Tabela 20 permite uma leitura dos mesmos indicadores de gênero na categoria CMS em outras IES públicas federais além da UFOB, todas localizadas no Estado da Bahia, mas em regiões com melhores condições de permanência dos trabalhadores imigrantes.

Tabela 20 - Distribuição de servidores CMS da UFBA, UFRB e UFSB por gênero, 2021

Universidade	CMS – Homens e percentual do total	CMS – Mulheres e percentual do total	Diferença entre Gênero em p.p.
UFBA	2.570 – 51,06%	2.463 – 48,94%	2,12
UFRB	507 – 50,40%	499 – 49,60%	0,80
UFSB	171 – 52,62 %	154 – 47,38%	5,24
UFOB	232 – 57,00%	177 – 43,00%	14,00

Fonte dos dados: Plataforma 360° Universidade. MEC (2021).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Observa-se que, nas demais universidades pesquisadas, o quantitativo de homens na Carreira do Magistério Superior (CMS) se apresenta maior. Assim, nos possibilita considerar que as citadas dificuldades de adaptação apenas agravam uma tendência que já existe na carreira, ou seja, da maior presença masculina. Consultado o censo educacional INEP 2021, em relação ao quadro docente do magistério superior por gênero no país, têm-se: masculino -167.384 e feminino – 148.544 docentes, diferença de 11 p.p. Assim, o tema da menor participação feminina na Carreira do Magistério Superior na UFOB, com 14 p.p. de diferença, fica em aberto, por estar acima da média nacional e de outras universidades do Estado, e se torna uma questão que requer maior aprofundamento.

Em uma análise do ponto de vista qualitativo, as pessoas que ocupam os postos de trabalho criados pela UFOB possuem, de forma geral, credenciais educacionais mais elevadas que a média no Brasil. Segundo a Coordenadoria de Normas e Desenvolvimento (CND/UFOB), entre os Técnicos Administrativos em Educação (TAE), que representam 258 postos de trabalho, 119 são destinados a pessoas graduadas no nível superior e 139 aos de nível médio. O conjunto

formado pelos postos de trabalho TAE possui um elenco de profissionais de variadas áreas, conforme o Quadro 8.

Dentre os 139 servidores(as) TAE que ocupam postos de trabalho do nível médio, destacados no Quadro 8, 108 possuem nível superior e apenas 31 nível médio. Esse fenômeno tem sido recorrente no país.

Quadro 8 - Distribuição de trabalhadoras(es)
por área dos TAE da UFOB, 2022

Área	Qt.	Área	Qt.	Área	Qt.
Arquiteto	4	Farmacêutico	2	Téc. Laboratório	14
Administrador	14	Jornalista	2	Téc. Desportista	1
Analista de TI	9	Veterinário	2	Téc. Agropecuário	1
Arquivista	1	Médico	4	Téc. Educacional	16
Assist. Adm.	97	Nutricionista	4	Téc. Audiovisual	3
Assist. Social	9	Pedagogo	3	Téc. Contabilidade	4
Auditor	2	Psicólogo	7	Téc. Edificações	7
Bibliotecário	6	Sec. Executivo	12	Téc. Eletrotécnica	1
Contador	5	Taxidermista	1	Téc. Enfermagem	1
Economista	2	Tec. TI	10	Téc. Mecânica	1
Enfermeiro	4	Téc. Nutrição	2	Tecnólogo	1
Engenheiro	5	Téc. Telecom.	1	TOTAL	258

Fonte dos dados: Progep/UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Alguns autores que discutem a questão do trabalho, como Lameiras e Vasconcelos (2018) apontam que, em função da estagnação e carência de inovação produtiva na economia nacional, não foram criados postos de trabalho de nível superior suficientes para atender à oferta de trabalho decorrente da expansão universitária recente. Assim, os empregos criados que exigem apenas nível médio terminam ocupados por pessoas de nível superior. Isto denota subutilização técnica, que por sua vez exerce pressão de concorrência com os profissionais de nível médio, fato esse que se evidencia em larga escala entre os Técnicos Administrativos em Educação servidores da UFOB.

Se, por um lado, os dados da PNAD Contínua mostram que, de fato, a mão de obra brasileira com nível superior vem se expandindo de modo constante e significativo, por outro, a pesquisa revela que a economia não vem gerando postos de trabalho compatíveis com esse aumento da escolaridade. Ou seja, parte desses trabalhadores com ensino superior acaba exercendo funções que requerem um nível de qualificação inferior à sua graduação (LAMEIRAS; VASCONCELOS, 2018, p.2).

Quanto ao grau de formação acadêmica dos servidores TAE da UFOB, o Tabela 21 apresenta a distribuição qualitativa dos mesmos.

Tabela 21 - Grau de formação acadêmica dos servidores TAE da UFOB, 2022

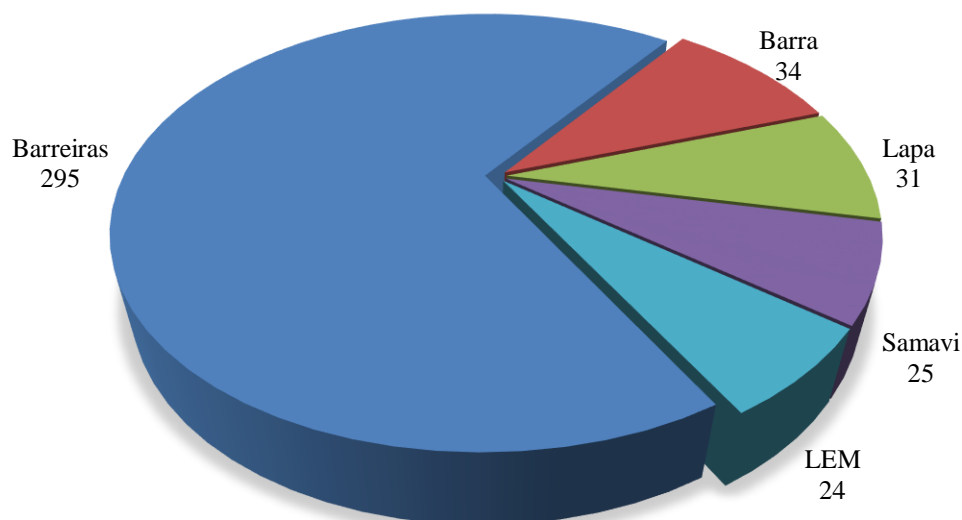
Qualificação	Médio	Superior	Especialistas	Mestres	Doutores	Total
Quantidade	31	68	119	37	3	258

Fonte dos dados: CND - Progep/UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Quanto aos servidores da Carreira do Magistério Superior (CMS), em 2022, foram contados 409 servidores, sendo 359 efetivos de carreira e 50 professores substitutos temporários. Os servidores CMS de carreira representam 87,8 % do efetivo da universidade, enquanto os temporários 12,2%. O quantitativo de professores substitutos reflete, cumulativamente, a dificuldade de preenchimento das vagas nos concursos, pela carência de pessoas que atendam às qualificações exigidas pela universidade e estejam dispostas a virem para a região, bem como ao quantitativo de professores efetivos, que passam em outros concursos em grandes centros e se transferem. Deve ser considerado, ainda, o fato de que um número significativo de professores concursados é de iniciantes na carreira do magistério; assim, logo solicitam afastamento temporário para complementação de estudos em pós-graduação.

Os 409 servidores docentes (efetivos e temporários) da UFOB, que ocupam postos de trabalho são detentores de diploma de nível superior e estão distribuídos nos *campi* como apresenta o Gráfico 28:

Gráfico 28 - docentes efetivos e temporários por *Campus* da UFOB, 2022

Fonte dos dados: Progep/UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

A distribuição dos professores entre as unidades acadêmicas é equivalente à quantidade cursos em cada *campus* (Tabela 22):

Tabela 22 - Quantidade de cursos ofertados em cada *campus* da UFOB, 2022

<i>Campus</i>	Nº de cursos
Barreiras	22
Barra	2
Bom Jesus da Lapa	2
Santa Maria da Vitória	2
Luís Eduardo Magalhães	2
Total	30

Fonte dos dados: Progep/UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Quanto à formação acadêmica dos servidores CMS efetivos da UFOB, excetuados os 50 docentes substitutos, a Tabela 23 apresenta a distribuição dos profissionais, de acordo com suas credenciais educacionais:

Tabela 23 - Grau de formação acadêmica dos servidores CMS efetivos da UFOB, 2022

Qualificação	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores	Total
Quantidade	2	21	94	242	359

Fonte dos dados: CND - Progep/UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Segundo a Coordenação de Administração de Pessoal (CAP, PROGEP) da (UFOB, 2023), entre 01 jan. de 2019 a 30 dez. de 2022, foram autorizadas 76 solicitações de afastamento de servidores TAE e CMS para cursarem pós-graduações. A somatória de afastamento desses servidores equivale a 1005 meses.

Discutindo ainda em termos de geração de empregos, segundo o Painel de Dados da Pró-Reitoria de Administração (UFOB, 2022), a universidade conta com 193 colaboradores terceirizados em empresas que prestam serviços diretos para UFOB. Os funcionários terceirizados atuam em diversas ocupações de trabalho da universidade: técnico em manutenção em geral, vigilante, motorista, jardineiro, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços diversos, tradutor intérprete de libras, etc. Esse quadro de prestadores de serviços terceirizados se compõe de pessoas de escolaridade média, residentes nos próprios municípios dos *campi*, e que possuem grande capilaridade social junto à comunidade local. Interessante observar que esse contingente passa a conviver próximo à comunidade acadêmica, tendo acesso a uma realidade de laboratórios, congressos, eventos científicos, etc., que lhes servem de inspiração para o crescimento pessoal via progresso nos estudos, tanto próprio como do seu círculo familiar e de

influência. São, na prática, os estímulos sociológicos discutidos por Max Weber, que permitem um efeito multiplicador, como uma espiral positiva na sociedade. Assim, a presença da universidade também contribui para o desenvolvimento social.

No que tange à geração de trabalho e renda, a inserção da UFOB possibilitou a criação de 667 postos de trabalho na condição de servidores, absorvendo profissionais de elevado nível de qualificação. Agrega-se ainda, 193 colaboradores terceirizados, perfazendo 860 novos postos de trabalho diretos na região oeste da Bahia até 2022. O fato impacta positivamente, tanto pelo aspecto quantitativo dos novos empregos, como pela geração de renda, devido à massa salarial introduzida no âmbito regional. Igualmente importante é que a presença desses profissionais, que induz a população da região à busca por elevar seu grau de escolaridade. No exercício de suas atividades laborais, direta ou indiretamente, esses profissionais contribuem para a difusão do conhecimento e preparam pessoas qualificadas, que serão incorporadas ao capital humano regional, aspecto importante que se passa a discutir na seção seguinte.

5.6 AS REVERBERAÇÕES EM TERMOS DE FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

O Estatuto da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB, 2018), aprovado em 27 de novembro de 2018, traz em seu artigo segundo a seguinte descrição:

Art. 2º Cada *campus* da UFOB é uma unidade territorial acadêmica, que abriga unidades universitárias e demais **órgãos responsáveis pela produção e difusão do conhecimento**, bem como órgãos de apoio administrativo, **contribuindo para o desenvolvimento das diferentes realidades regionais**. (UFOB, 2018, p.1) (grifo nosso).

Assim, na busca da interpretação mais adequada, tem-se que o Estatuto da UFOB compreende cada *campus* como uma unidade territorial acadêmica, que se integra à identidade acadêmica do chamado Território UFOB. Neste entendimento, cada *campus* deve assumir a responsabilidade de, em um raio imaginário de 150 km da sua localização, produzir e difundir conhecimento, visando o desenvolvimento regional. Desse modo, para o Estatuto, a atuação conjunta dos cinco *campi* deverá abranger todo o Território UFOB, contemplando as diferentes realidades regionais.

Outro documento institucional, o Regimento Geral da Universidade, que após revisão foi aprovado em 30 março de 2022, em seu Artigo 2º, afirma que:

Art. 2º Este Regimento Geral define, estrutura e regulamenta a organização e o funcionamento comuns aos órgãos e unidades universitárias da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, em complemento ao Estatuto vigente. (UFOB, 2018, p.1).

Assim, o Estatuto da UFOB assume claramente um comprometimento institucional com as diferentes realidades regionais do oeste baiano. Enquanto cabe ao Regimento Geral estruturar e regulamentar como a universidade atenderá ao compromisso regional estatutário.

No entanto, o mesmo Regimento Geral, quando trata da extensão universitária, na seção terceira, preconiza:

Seção III - Da Extensão

Art. 9º A UFOB promoverá ações de Extensão que visem o reconhecimento e interação dialógica com os saberes populares e tradicionais, a excelência acadêmica do conhecimento difundido e o compromisso social da Universidade com a transformação social, voltados para o desenvolvimento humano, ético, educacional, artístico, cultural, ambiental, socioeconômico, sustentável e solidário.

§1º O desenvolvimento da extensão respeitará as normas estabelecidas pelo Conselho Universitário, observados o Estatuto, este Regimento e legislação específica vigente.

§2º **A critério do Conselho Universitário, poder-se-ão constar**, no Plano de Desenvolvimento Institucional, eixos temáticos prioritários destinados à implementação de ações voltadas para o fortalecimento de saberes e comunidades tradicionais, desenvolvimento regional e para a transformação social. (UFOB, 2018, p.4) (grifo nosso).

No momento, em um longo parêntese, é interessante trazer à baila a discussão sobre a extensão universitária e rever conceitos que foram apresentados anteriormente:

Segundo Rolim e Serra (2010), quando as Universidades constroem o capital humano, ampliam o ambiente sociocultural e possibilitam a inovação, estão cumprindo a tarefa que tem sido denominada do terceiro papel das instituições de ensino superior. Portanto, essa chamada terceira missão possui amplitude muito mais abrangente que o antigo conceito de extensão universitária. (ROLIM; SERRA, 2010, p.2).

E ainda, Mora, Serra e Vieira, (2018), apontam que:

[...] recentemente, ocorre um movimento para restaurar a prioridade social da universidade, que, segundo os autores, trata-se da ‘difusa e difícil de caracterizar terceira missão, que não é uma missão separada, mas sim uma forma de se realizar, ou uma mentalidade para se alcançar as duas primeiras’. (MORA; SERRA; VIEIRA, 2018, p.127-128).

Verifica-se, assim, que os autores ressaltam a importância da extensão universitária (terceira missão) como instrumento para formar capital humano qualitativo, ampliar o ambiente sociocultural, possibilitar a inovação, restaurar a prioridade social na universidade e criar mentalidade, para realizar a contento o ensino e a pesquisa. Desta forma, a extensão se torna o “braço” da universidade promotor do desenvolvimento regional, ao tempo em que direciona o ensino e a pesquisa.

No entanto, em que pese o Estatuto da UFOB assumir o compromisso com relações locais que conduzam ao desenvolvimento regional, o Regimento Geral não trata o assunto de modo impositivo. Quando dispõe que, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), “poder-se-

ão constar, a critério do Conselho Universitário, eixos temáticos prioritários destinados à implementação de ações voltadas para o fortalecimento de saberes e comunidades tradicionais, desenvolvimento regional e para a transformação social”, coloca o tema das relações locais no campo da possibilidade e ainda o condiciona à deliberação superior. Enquanto, para os citados autores, a terceira missão da universidade “possui amplitude muito mais abrangente que o antigo conceito de extensão universitária”, e deve ser entendida como uma obrigação da universidade moderna e inovadora.

Visitando a Proposta Político-Pedagógico Institucional (PPI, 2014, p.106 -107) da UFOB, observa-se que, dentre as dezenove diretrizes para política de Extensão da universidade, se pode destacar as quatro que mais se aproximam dos objetivos da interação regional:

- [...] b. Implantar políticas que promovam a interação transformadora da Universidade com os diversos segmentos da sociedade;
- [...] l. Promover o pleno conhecimento das práticas artísticas e culturais, bem como dos eventos e iniciativas ligadas ao esporte em âmbito regional;
- [...] o. Implantar canais de comunicação com os mais diversos setores e membros da universidade, bem como com os diversos segmentos da Sociedade;
- [...] s. Promover políticas de inclusão cidadã através da ampliação de conhecimentos e tecnologias desenvolvidos no meio acadêmico e da interação com os sujeitos detentores de saberes populares locais. (UFOB, 2014, p.106 -107).

Ainda que as diretrizes para política de Extensão da universidade no PPI da UFOB busquem uma aproximação em relação ao desenvolvimento regional, não se observa de modo claro uma maior intencionalidade de abraçar as questões de interesse regional. Parece-nos faltar, na terminologia das propostas, elementos objetivos, que definam um engajamento da universidade para com os desafios regionais.

Outro documento importante da universidade foi o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOB, aprovado em 2019, elaborado para o período 2019-2023, que é balizado pelas diretrizes do PPI. O PDI, em referência à temática das ações regionais em apreço, preconiza:

A execução deste Plano abre o momento de consolidação da UFOB, aonde as ações acadêmicas devem estar imbricadas em prol do desenvolvimento local, a região onde a UFOB atua, **mas sem perder de vista a perspectiva de atuação global**, uma vez que os impactos dos achados acadêmicos e suas produções intelectuais confluem para a rede de conhecimento que se tece cotidianamente nas instituições de ensino e nos espaços de pesquisa. A valorização de projetos extensionistas que se articulam transversalmente aos cursos oferecidos e promovam o desenvolvimento artístico, cultural, da memória, do meio ambiente, das ações afirmativas, bem como os direitos humanos e a igualdade étnico-racial, pode ser considerada como o ponto de partida da compreensão conceitual de extensão universitária (UFOB, 2014, p.46) (grifo nosso).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade (2019 - 2023) inicia apresentando uma rota na direção das questões do desenvolvimento regional, mas, logo em seguida, assume a postura convencional. Importa ressaltar que, pelo contrário, a universidade

comprometida com o desenvolvimento regional não perde de vista as ações globais. A solução dos desafios regionais passa, necessariamente, por uma visão de mundo ampla, principalmente na busca por experiências exitosas, que possam contribuir na abordagem local. Os diversos modelos de universidades discutidos anteriormente neste trabalho mostram a possibilidade de a instituição atuar diretamente para o desenvolvimento regional, ao tempo em que se mantém inovadora e conectada com as transformações globais. Neste contexto, inserem-se os conceitos de universidade empreendedora, universidade cívica, universidade como motriz do sistema regional de inovação, universidade Engajada, etc., modelos que não precisam ser copiados, mas servem de referências na busca por uma universidade comprometida com os interesses locais e relevantes no âmbito regional.

Neste cenário, uma verificação importante pode ser feita a partir da análise dos objetivos que constam nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação da UFOB. Assim, foram consultados os objetivos descritos nos PPC dos trinta cursos de graduação ofertados pela universidade, para identificar, no conteúdo de cada um deles, o propósito em contribuir para o desenvolvimento regional. O Quadro 9 sintetiza os achados.

Dos trinta PPC dos cursos ofertados pela UFOB, somente dois cursos fazem referência direta e intencional de contribuir para o desenvolvimento da Região Oeste da Bahia em seus objetivos: Administração, Licenciatura em Biologia (Quadro 9). Dezesesseis cursos fazem referências apenas indiretas ao desenvolvimento regional: Agronomia, BI em Ciência e Tecnologia, BI em Humanidades, Eng. Elétrica, Eng. Mecânica, Eng. Sanitária e Ambiental, Farmácia, Geografia Bacharelado, História Bacharelado, História Licenciatura, Matemática Licenciatura, Medicina Veterinária, Nutrição, Geologia, Publicidade e Propaganda, Bacharelado em Química (Quadro 9). Para doze dos cursos, não constam referências em seus objetivos sobre a sua atuação visando o desenvolvimento regional: Artes Visuais, Biologia Bacharelado, Direito, Eng. Civil, Eng. Biotecnologia, Eng. de Produção, Física Licenciatura, Matemática Bacharelado, Química Licenciatura, Física Bacharelado, Medicina, Geografia Licenciatura (Quadro 9).

Quadro 9 - Objetivos dos cursos da UFOB, quanto à contribuição para o desenvolvimento regional

CURSO	OBJETIVOS REGIONAIS IDENTIFICADOS
1. Administração	Contribuir com um desenvolvimento econômico, sustentável e socialmente equitativo na região do Oeste da Bahia.
2. Agronomia	Estimular o desenvolvimento da capacidade para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer.
3. Artes Visuais	Sem referência.
4. BI em Ciência e Tecnologia	Reconhecer especificidades regionais e ou locais, promovendo uma inserção mais abrangente e multidimensional da ciência e da tecnologia na vida social e na situação global.
5. BI em Humanidades	Intervir ética, responsável e politicamente em processos sociais, econômicos e culturais nos contextos regional, plurinacional e global.
6. Biologia Bacharelado	Sem referência.
7. Direito	Sem referência.
8. Eng. Civil	Sem referência.
9. Eng. Biotecnologia	Sem referência.
10. Eng. de Produção	Sem referência.
11. Eng. Elétrica	Executar projetos utilizando os conhecimentos de Engenharia Elétrica para suprir as demandas da sociedade local, regional e nacional.
12. Eng. Mecânica	Estudar, avaliar e propor melhorias com base nos conhecimentos técnicos de Engenharia Mecânica para processos aplicados na região circunvizinha à Universidade.
13. Eng. Sanitária e Ambiental	Estrutura curricular que permita uma maior preocupação com a valorização do ser humano, com a inserção na realidade socioeconômica local e regional, e a preservação do meio ambiente visando a integração social e ética do profissional.
14. Farmácia	Identificar e analisar a demanda de saúde da comunidade.
15. Geografia Bacharelado	Capacitar o Bacharel em Geografia na compreensão de diversas manifestações geográficas que constituem o espaço, bem como sua redefinição contemporânea, com vistas ao planejamento, à gestão e ao desenvolvimento local, regional e nacional.
16. História Bacharelado	Problematizar os processos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos por meio da leitura histórica em âmbito local, regional, nacional e global.
17. Física Licenciatura	Sem referência.
18. História Licenciatura	Problematizar os processos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos por meio da leitura histórica em âmbito local, regional, nacional e global.
19. Matemática Licenciatura	Atuar em projetos de extensão junto à comunidade com foco nas demandas identificadas por meio de projetos de pesquisa.
20. Matemática Bacharelado	Sem referência.
21. Medicina Veterinária	Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, através do desempenho de competências e habilidades nas áreas específicas do Curso.
22. Nutrição	Atuar no cenário social e cultural regional, a partir da compreensão dos determinantes sociais da saúde e da nutrição.
23. Geologia	Capacitar a atuar de forma empreendedora, abrangente e cooperativa no atendimento.
24. Química Licenciatura	Sem referência.
25. Física Bacharelado	Sem referência.

CURSO	OBJETIVOS REGIONAIS IDENTIFICADOS
26. Biologia Licenciatura	Contribuir para a efetiva melhoria da qualidade da Educação Básica e da Educação Profissional no Oeste da Bahia, através da atuação constante no desenvolvimento profissional de professores na região, seja por meio de formação inicial, e/ou formação em exercício.
27. Medicina	Sem referência.
28. Publicidade e Propaganda	Participar de situações de aprendizagem e desenvolvimento de projetos criativos e inovadores que respondam às necessidades da cultura local ou regional; atuar profissionalmente no mercado regional, da mesma forma que poderá atuar no mercado nacional.
29. Química Bacharelado	Consolidar as áreas de atuação da Química na região oeste do estado da Bahia.
30. Geografia Licenciatura	Sem referência.

Fonte: PPC /UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Provavelmente, a fragilização provocada, inicialmente quando o Regimento Geral da UFOB, em discordância com o Estatuto, não definiu como dever a inclusão das temáticas regionais, pode ter contribuído para o distanciamento dos PPC em relação ao desenvolvimento do oeste baiano. Vale ressaltar que os projetos não possuem caráter definitivo e podem ser alterados a qualquer tempo, mediante provocações e discussões devidas, e submissão de propostas de atualizações às instâncias superiores da universidade. Doutra modo, o fato de não haver a intencionalidade que provocaria a inclusão das temáticas regionais nos PPC, isto não constitui impedimento para a realização de trabalhos e atividades voltados para o desenvolvimento regional.

Referente à formação de capital humano qualificado para atender a demanda regional crescente, a UFOB contribui, conjuntamente com outras instituições de ensino superior públicas e privadas que atuam na região, com parcela significativa. Conforme a Secretaria Acadêmica (AS/UFOB), em 31/12/2021, a universidade possuía 4.630 alunos matriculados na graduação e 278 em pós-graduação. A Tabela 24, apresenta quantidade acumulada de graduados pela UFOB, no período de 2014 a 2022, em cada *campus*.

Tabela 24 - Quantidade acumulada de graduados em cada *campus* UFOB, 2014-2022

Campus UFOB	Quantidade de Cursos	Graduados
Barreiras	22	1.104
Barra	02	103
Santa Maria da Vitória	02	100
Luís Eduardo Magalhães	02	25
Bom Jesus da Lapa	02	23
Total	30	1.355

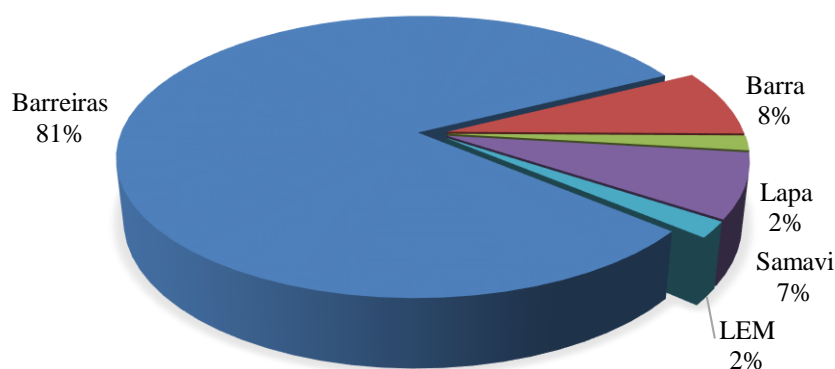
Fonte: Secretaria Acadêmica /UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Considerando que o *Campus* Barreiras já possuía alunos em formação antes de 2014 e que detém a maior quantidade de cursos, entende-se como normal a diferença de formados em relação aos demais *campi*. Os outros *campi*, que iniciaram as suas atividades no mesmo ano de 2014, possuem igual número de cursos, dois (Tabela 24). No entanto, observa-se uma defasagem acentuada na quantidade de diplomados entre os *campi* Barra e Santa Maria da Vitória em relação a Bom Jesus da Lapa e Luís Eduardo Magalhães, fato que necessita maior aprofundamento por parte da universidade, para verificar suas causas.

O Gráfico 29 apresenta a diplomação de graduados pela UFOB, no período de 2014 a 2022, com a distribuição percentual entre os *campi*.

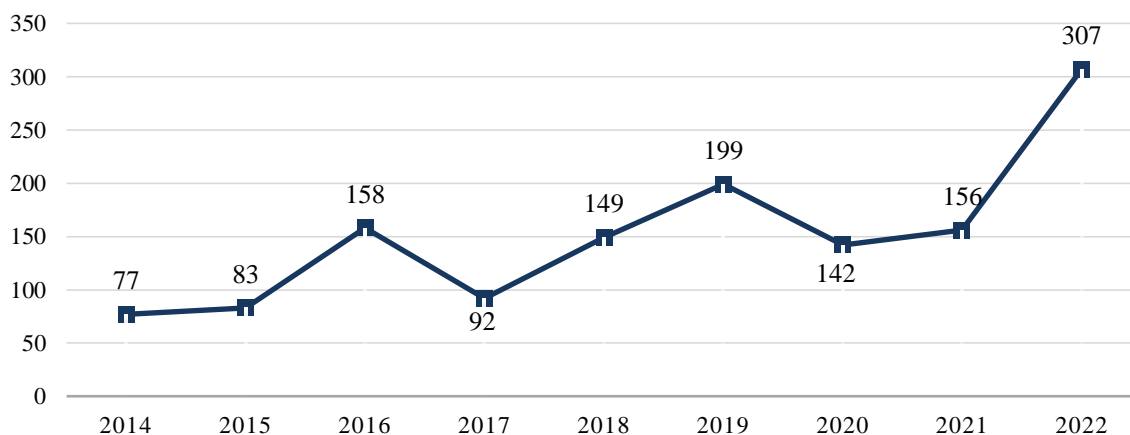
Gráfico 29 - Distribuição percentual dos/das graduados/as por *campus* UFOB, 2014-2022



Fonte: Secretaria Acadêmica /UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>
Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Quanto à evolução quantitativa dos formandos de graduação ao longo do período de 2014 a 2022 na UFOB, o Gráfico 30, mostra a trajetória.

Gráfico 30 - Evolução quantitativa de graduados pela UFOB, 2014-2022



Fonte: Secretaria Acadêmica /UFOB- (2022) - <https://ufob.edu.br/>
Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Inicialmente convém considerar, antes da análise dos dados quantitativos da graduação, que a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) é uma universidade nova, com muitos alunos recém ingressos e que a duração dos cursos varia entre 3 a 5 anos; bem como houve e ainda há dificuldade quanto à fixação do quadro docente da universidade, fato que interfere no fluxo normal dos cursos. Notório foi que, nos anos iniciais, alguns professores da UFBA se disponibilizaram e vieram em socorro atender demandas acadêmicas. Até mesmo servidores TAE da UFOB assumiram como docentes substitutos para finalizar a grade de aulas dos cursos. Sendo assim, de modo geral, a UFOB, entre 2014 a 2022, diplomou, na graduação, 1355 pessoas, em sua maioria jovens oriundos da própria região oeste. Em uma região, cuja a história foi marcada pela saída dos jovens de famílias mais abastadas para a realização dos estudos superiores em outras praças, o fato se constitui em um ganho importante. Quando se analisa que esses diplomados procedem das diversas classes sociais, inclusive das mais vulneráveis, e que são inseridos como capital humano na economia regional, esse resultado se torna fabuloso. O Gráfico 30 apresenta uma tendência ascendente no número de graduados, com decréscimos entre 2020 e 2021 justificados pela pandemia da COVID-19, retomando o crescimento em 2022, com 307 formandos. A Tabela 25 distribui os graduados entre 2014 a 2022 conforme os cursos e os *campi*.

Tabela 25 - Distribuição das/dos graduadas/os por cursos e por *campus*, UFOB, 2014-2022

Cursos de Graduação	<i>Campi</i>				
	Barreiras	Barra	Samavi	LEM	Lapa
Administração	128				
Agronomia		51			
Artes Visuais			34		
BI Ciência e Tecnologia	111				
BI de Humanidades	135				
Biologia Bach.	57				
Biologia Lic.	47				
Direito	8				
Eng. Biotecnologia				9	
Eng. Civil	100				
Eng. Elétrica					10
Eng. Mecânica					13
Eng. Produção				16	
Eng. Sanit. e Ambiental	66				
Farmácia	34				
Física Bach.	6				
Física Lic.	10				
Geografia Bach.	31				
Geografia Lic.	64				
Geologia	65				
História Bach.	5				
História Lic.	44				
Matemática Bach.	7				
Matemática Lic.	14				
Medicina	81				
Nutrição	59				
Publicidade e Propaganda			66		
Química Bach.	19				
Química Lic.	13				
Veterinária		52			
TOTAL	1104	103	100	25	23

Fonte: Secretaria Acadêmica /UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Convém salientar, antes da análise dos dados tabelados, que no período do antigo ICADS foram graduados um número significativo de alunos, cujos os dados não se oportunizou acesso. Assim, conforme a Tabela 25, destacam-se por terem graduado, no período, cem alunos ou mais, os cursos de: Engenharia Civil, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Administração e Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

A inclusão dos dois cursos de Bacharelado Interdisciplinar (BI) nesta relação de destaque nos faz retomar a importância da discussão anterior sobre Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), da Universidade Nova (Protocolo de Bolonha), que propõe o ensino superior em ciclos. Como visto, no Brasil, a proposta assume a forma de BI, cuja característica principal é a de oportunizar uma formação geral em uma determinada grande área do conhecimento em um ciclo de três anos de duração, com diplomação ao final e opção de continuidade em uma área mais específica do conhecimento. Assim que, apesar das críticas que tem recebido, na UFOB, os números mostram como tendo sido uma experiência exitosa.

Em outro extremo, estão os cursos que diplomaram vinte alunos ou menos (Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Matemática Licenciatura, Química Licenciatura, Química Bacharelado, Física Licenciatura, Engenharia de Biotecnologia, Engenharia de Produção, Matemática Bacharelado, Física Bacharelado e História Bacharelado), que carecem de um olhar cuidadoso da universidade, buscando diagnosticar as causas da baixa diplomação e propor possíveis correções. O curso de Direito por ser recém criado, maio / 2017, tendo defrontado a pandemia, não foi incluído.

Em relação à pós-graduação, a UFOB tem se afirmado como formadora de capital humano e se destacado no contexto regional por sua contribuição. Segundo a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGP), a universidade oferece oito mestrados e um doutorado, cujas as aulas e atividades são realizadas no *Campus* Barreiras, embora professores(as) dos demais *campi* também lecionem. O Quadro 10 apresenta os cursos de mestrados e doutorado oferecidos pela UFOB.

Os cursos de mestrados e o doutorado na UFOB são recentes; o mais antigo foi o de Ciências Ambientais, que iniciou sua atividade em 2011, ainda no antigo ICADS e diplomou a sua primeira turma em 2017. O mestrado e doutorado acadêmicos em Bioquímica e Biologia Celular, o mais recente, prepara-se para diplomar sua primeira turma em 2023. Quanto à evolução do número dos pós-graduados, no período de 2017 a 2022 na UFOB, o Gráfico 31 mostra a trajetória. No período entre 2017 a 2022, foram diplomados 149 novos mestres pela UFOB, que, representam um acréscimo de capital humano econômico.

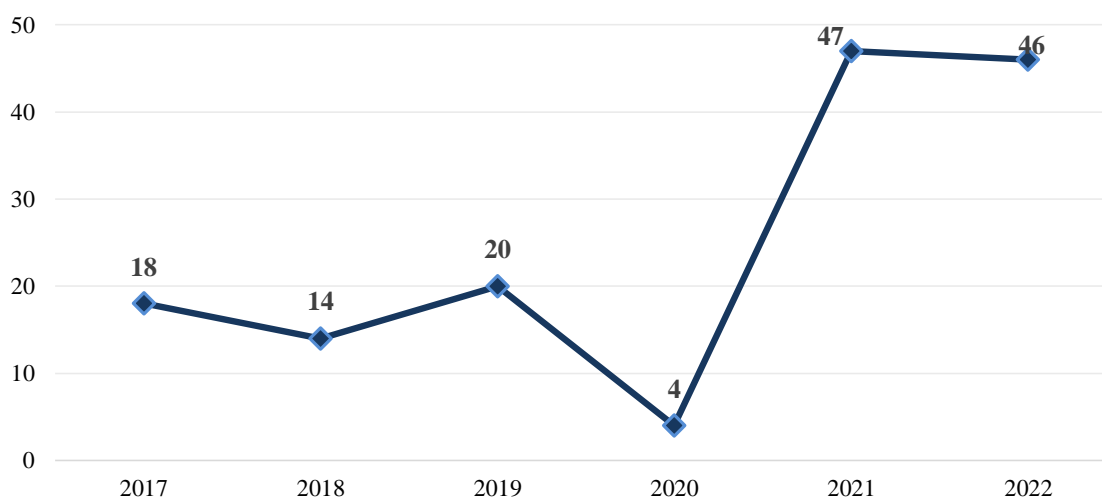
Quadro 10 - Mestrados/Doutorado oferecidos na UFOB, 2022

Mestrado	Concentração	Categoria/Criação
Ciências Ambientais - PPGCA	Sustentabilidade no Cerrado.	Acadêmico / 2011
Química Pura e Aplicada - POSQUIPA	Físico-Química, Química, Química Analítica, Química Orgânica e Inorgânica.	Acadêmico / 2015
Ciências Humanas e Sociais - PPGHS	Sociedade e Cultura.	Acadêmico / 2017
Propriedade intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação - PPFNIT	Formação profissional para atuar nos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e nos ambientes de inovação nos setores acadêmico, empresarial, governamental e das organizações sociais.	Profissional / 2018
Patologia Investigativa - PPGPI	Doenças de maior e incidência e prevalência da Região Oeste da Bahia.	Acadêmico / 2019
Matemática - PROFMAT	Formação matemática ao exercício da docência na Educação Básica.	Profissional / 2019
Ensino - PPGE	Ensino, Identidade e Cultura Escolar.	Acadêmico / 2021
Bioquímica e Biologia Molecular -PMBqBM	Mestrado /Doutorado - Programa Multicêntrico de Pós-graduação em Bioquímica e Biologia Molecular	Acadêmico / 2021

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGP) - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Gráfico 31 - Mestras(es) diplomadas(os) pela UFOB, 2017-2022



Fonte: Secretaria Acadêmica /UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

A Tabela 26 apresenta a distribuição da diplomação dos mestrados pela UFOB, conforme os cursos. O mestrado em Ciências Ambientais diplomou o maior número de pessoas, aproximadamente 54% do total, equivalentes a 80 alunos. O mestrado em Ensino e Bioquímica e Biologia Molecular, por se encontrarem em curso, não diplomaram ainda a primeira turma. O doutorado acadêmico em Bioquímica e Biologia Celular, consagra-se como o primeiro doutorado da universidade.

Tabela 26 - Distribuição dos diplomas de mestrado por curso na UFOB, 2017-2022

Mestrados	Diplomadas(os)
Ciências Ambientais	80
Ciências Humanas e Sociais	6
Ensino	-
Química Pura e Aplicada	25
Patologia Investigativa	2
Propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a inovação	17
	19
Matemática	
Bioquímica e Biologia Molecular	-
TOTAL	149

Fonte: Secretaria Acadêmica /UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Portanto, quanto à discussão inicial, baseada nos documentos institucionais da UFOB, sobre a intencionalidade ou não da universidade atuar em prol do desenvolvimento regional, compreende-se que, nos textos desses documentos, a mesma poderia ter se posicionado de maneira mais objetiva. Desse modo, obrigaria que, na construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), fossem estabelecidos objetivos mais enfáticos sobre a temática regional. A inclusão dos objetivos regionais nos PPC facilitaria a criação de pontes, que contribuiriam para melhor interação da universidade com a comunidade local, gerando maior difusão de conhecimento.

No entanto, os números expostos de 1355 graduados, nas mais diversas áreas do conhecimento e, ainda, 149 novos mestres, entre 2014 a 2022, em sua maioria inseridos na região, constitui uma contribuição significativa da universidade para formação de capital humano e, conseqüentemente, para a difusão do conhecimento no oeste baiano. Ressalta-se que a temática regional, que se percebe de modo tímido nos PCC dos cursos de graduação, nas concentrações dos mestrados, elaboradas em data mais recente, se apresenta pouco mais acentuada, exemplo: Ciências Ambientais (PPGCA) - Gerar, difundir e aplicar conhecimentos avançados na área de Ciências Ambientais, nos contextos ecológico, social, econômico, cultural e político, com ênfase no Cerrado.

Ensino (PPGE) - Espera-se promover o respeito e a valorização das diferentes identidades e práticas educativas e culturais que formam o cenário regional e territorial de populações do campo e urbanas na relação totalidade-mundo.

Patologia Investigativa (PPGPI) – A pesquisa aborda os aspectos epidemiológicos e patológicos, tais como o estudo de biomarcadores celulares, moleculares e possíveis determinantes genéticos das doenças prevalentes na região oeste da Bahia.

5.7 OS APORTES DO PONTO DE VISTA DOS CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO MÚTUA, PESQUISAS, EXTENSÃO E INOVAÇÃO.

5.7.1 Os convênios de cooperação mútua

A partir da consulta ao Sistema de Transparência de Dados da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), foi possível verificar que a universidade mantém alguns convênios de cooperação mútua com instituições públicas e privadas visando o desenvolvimento e inovação regional. O Quadro 11 destaca alguns acordos de cooperação técnica firmados entre a UFOB e outras entidades, com objetivos regionais mais nítidos.

Quadro 11 - Acordos de cooperação técnica da UFOB com objetivos regionais

Acordo de Cooperação Técnica (ACT) - UFOB	Período de Vigência	Objetivo
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac / Universidade Federal do Catalão - FCAT	2021 a 2026	Possibilita a execução e desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas, a difusão e transferência de tecnologia, intercâmbio de profissionais, em prol do desenvolvimento regional e nacional, previamente definido.
Consórcio Intermunicipal do Oeste da Bahia - Consid	2022 a 2024	Promover a cooperação técnica-científica para elaboração e execução do Projeto Vozes – Programa Consorciado de Educação Ambiental.
Associação Baiana dos Produtores de Algodão - ABAPA	2020 a 2023	Monitoramento ambiental nas águas superficiais da Bacia do Rio de Ondas.
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz	2017 a 2022	Produção, informação técnico-científica, assistência à saúde, qualidade e meio-ambiente.
Prefeitura Municipal de Santa Rita de Cássia	2022 a 2023	Criação do conselho gestor e elaboração do plano de manejo do Parque Natural Municipal Zabelê – Unidade de Conservação – Santa Rita de Cássia.
Prefeitura Municipal de São Desidério	2022 a 2024	Programa para o desenvolvimento rural sustentável no Vale do Rio Guará - São Desidério.
Associação dos Irrigantes da Bahia - AIBA	2022 a 2024	Elaboração do Projeto Complexo de Pesquisa e Processamento de Alimentos do Oeste da Bahia.

Fonte dos dados: PROPGP/UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

5.7.2 Os grupos de pesquisas e mestrados

Conforme discutido em capítulo anterior, a pesquisa constitui um elemento fundamental no contexto da inovação. Segundo a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGP), a UFOB mantém diversos Grupos de Pesquisas que contribuem na busca por novas descobertas e criações. Da análise do trabalho desses grupos de pesquisa, foi possível elencar alguns deles que atuam em pesquisa de interesse regional (Quadro 12).

Quadro 12 - Grupos de Pesquisa UFOB com temática regional

Código	Centro Vinculado	Grupo de Pesquisa	Líder(es) do Grupo
GP-10	Centro de Humanidades	Gestão, Inovação e desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Erick Samuel Rojas Cajavilca ▪ Leriane Silva Cardozo
GP-11	Centro de Humanidades	Dinâmicas Espaciais e Desenvolvimento Territorial e Socioespacial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Paulo Roberto Baqueiro Brandão ▪ Robson Soares Brandão
GP-12	Centro Barra	Ciências Agrárias no Semiárido Baiano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Jairo Torres Magalhães Júnior
GP-16	Centro das Ciências Biológicas e da Saúde	Estudos Multidisciplinares Sobre a Fauna	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Daniéla Cristina Calado ▪ Rosana Marques Silva
GP-28	Centro Ciências e Tecnologia	Mandacaru - Grupo de Estudos em Tecnologia Ambientais do Cerrado e Semiárido Baiano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Roberto Bagattini Portella
GP-29	Centro de Humanidades	Educação Geográfica de Saberes e Cerrados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mario Alberto dos Santos ▪ Valney Dias Rigonato
GP -30	Centro de Humanidades	Gpreto: ousa quem fala! grupo de pesquisa, resistências e estudos antiviolências no Oeste- Bahia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cleildes Marques de Santana ▪ Clayton Emanuel Rodrigues
GP -31	Centro de Humanidades	Laboratório de Pesquisa Históricas do Oeste da Bahia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Zózimo Antônio Passos Trabuco ▪ Fernanda Libório Ribeiro Simões
GP -32	Centro Barra	Ciência Animal no Semiárido da Bahia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caio Victor Damasceno Carvalho ▪ César Fernandes Aquino
GP- 42	Centro de Ciências e Tecnologia	Geologia no oeste da Bahia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Joane Almeida da Conceição
GP-54	Centro de Humanidades	Mudanças Ambientais Globais e Cerrado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ André de Oliveira Souza

Fonte dos dados: PROPGP/UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Como mencionado anteriormente, os mestrados na universidade foram identificados com forte viés regional. Assim, estes cursos de pós-graduação têm produzido algumas dissertações que

abordam aspectos da regionalidade com profundidade e terminam por se tornarem documentos de consulta obrigatória a novos estudos acerca do oeste baiano. O Quadro 13 destaca algumas destas pesquisas sobre a temática do desenvolvimento regional do oeste baiano.

Quadro 13 - Dissertações de mestrado UFOB com temática regional

Mestrando	Orientador	Título	Ano
Marciana Benevides da Silva.	Cristine Elizabeth Alvarenga Carneiro	Avaliação da qualidade de solos agrícolas sob cultivo de algodão no Oeste da Bahia por métodos físico-químicos e cromatografia de Pfeiffer.	2020
Raniello Barreiras Barbosa Souza	Paulo Roberto Baqueiro Brandão	Implicações socioambientais da coleta extrativista do pequi nos cerrados baianos: uma análise a partir dos casos de Baianópolis e Cristópolis.	2020
Rayan Araújo Valério	Valdeilson Souza Braga	Impacto da aplicação do biocarvão sobre a qualidade de um solo sob pastagem no cerrado do oeste da Bahia.	2020
Cristiana Maria dos Santos Fernandes	Daniela Cristina Calada	Análise comparativa entre a entomofauna de uma área de Mata da Galeria e em um Sistema Agroflorestal no Cerrado Baiano	2019
Laís da Rocha Montalvão Pires	Daniela Cristina Calada	Análise comparativa entre a fauna de invertebrados de área de vereda e de cerrado denso no Oeste do Estado da Bahia.	2019
Pablo Alves de Souza e Souza	Luci Ferreira Ribeiro	Avaliação do uso de estruturas nucleadoras na Restauração ecológica em área de cerrado no Oeste da Bahia.	2019
Enéas Denieste de Oliveira Porto	Michel Castro Moreira	Delimitação de Ambientes de Veredas no Cerrado do Oeste da Bahia.	2019
Georghinton Diego dos Santos Feitosa	Paulo Roberto Baqueiro Brandão	Proposta de implantação de um geoparque em São Desiderio (Bahia).	2019
Paloma de Souza Nascimento	Paulo Roberto Baqueiro Brandão	Impactos socioambientais gerados pela implantação de novos loteamentos: a expansão urbana recente em Barreiras.	2019
Ueliton Basílio de Souza	Paulo Roberto Baqueiro Brandão	Qualidade ambiental urbana em uma perspectiva Geográfico-Histórica: uma análise do caso de Barreiras.	2019
Francisco Rubens Feitosa Júnior	Roberto Bagattini Portella	Parâmetros da matéria orgânica de um solo do Cerrado sob diferentes sistemas de manejo no Oeste da Bahia, Brasil	2019
George Luiz de Sousa Lelis	Roberto Bagattini Portella	O Zoneamento Econômico Ecológico Como Instrumento de Gestão Ambiental e de Ordenamento Territorial no Oeste da Bahia	2019
Marla Oliveira Fagundes	Roberto Bagattini Portella	Impactos do uso e alterações da cobertura sobre a qualidade física e hídrica de um latossolo vermelho-amarelo do cerrado do Oeste da Bahia.	2019

Fonte: PROPGP/UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

5.7.3 A extensão universitária

Quanto às atividades de extensão amplamente discutidas em seção anterior, a Resolução MEC/CNE/CES N° 7/2018 define a sua obrigatoriedade e a importância nos seguintes termos:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL. Resolução MEC/CNE/CES N° 7/2018).

Na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), conforme a Câmara de Pesquisa, Extensão, Comunicação e Cultura, por meio da Resolução CPECC/CONSUNI/UFOB N° 002, de 22 abril de 2021, tem-se que:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º ...

Parágrafo único. São consideradas atividades extensionistas as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à UFOB, que estejam vinculadas à formação do(a) estudante e que atendam todas as diretrizes que caracterizam a Extensão Universitária.

Art. 2º As atividades de Extensão deverão, obrigatoriamente, integrar os currículos de todos os cursos de graduação da UFOB, representando no mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso.

§1º

§2º

§3º A participação em atividades de Extensão, como agente, é obrigatória para todos(as) os(as) estudantes dos cursos de graduação da UFOB e facultativa aos(às) estudantes dos cursos e programas de pós-graduação.

§4º A incorporação de estudantes de pós-graduação em atividades extensionistas deverá ser incentivada, visando tanto a maior excelência das ações extensionistas, quanto dos cursos e programas de pós-graduação. (UFOB, 2021).

Na compreensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), “as atividades extensionistas não se confundem com atividades complementares, ações assistencialistas, estágio curricular, aulas de campo ou um ‘espaço’ no qual são alocadas as ações que não são ensino nem pesquisa.” (PROEC/UFOB, 2021).

O Quadro 14 apresenta algumas das ações de extensão universitária desenvolvidas pela UFOB com perfil regional. Elas se encontram em execução ou foram concluídas nos últimos três anos.

Quadro 14 - Projetos de Extensão UFOB

Unidade Proponente da Extensão	Responsável	Título	Ano
Centro das Ciências Biológicas e da Saúde	Jocélio Matos Amaral	Capacitação dos profissionais de higienização do pronto atendimento coronavírus do Hospital Eurico Dutra.	2020
Centro das Humanidades	Napoliana Pereira Santana	X Semana da Consciência Negra e VII Seminário das Comunidades Quilombolas do Território Velho Chico, Tema: de onde viemos e para onde iremos? Ancestralidade e a luta por direitos.	2019
Centro das Humanidades	Anne Gabriele Lima Sousa de Carvalho	Proposta para a Escola de Estudos Temáticos Seminários "Manifestações Culturais no Oeste Baiano".	2019
Centro Santa Maria da Vitória	Aline de Caldas Costa dos Santos	Pintura Habitada: O projeto se propõe a realizar um mapeamento da cidade com recorte sobre as fachadas das casas que conformam a paisagem cultural do Oeste da Bahia na cidade de Santa Maria da Vitória.	2019
Centro das Ciências Biológicas e da Saúde	Dayane Otero Rodrigues	Prevalência de enteroparasitoses e sua relação com o estado nutricional de residentes de uma comunidade rural do município de Riachão das Neves.	2022
Centro das Ciências Biológicas e da Saúde	Ana Maria Mapeli	Perdas de hortaliças folhosas produzidas na cidade de Barreiras-BA viabilizando a disseminação de conhecimento pela mídia digital.	2022
Centro das Ciências Biológicas e da Saúde	Rosana Marques Silva	Museu de Ciências do Cerrado Nordestino	2022
Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias	Luzia Conceição da Silva	Diálogos e intervenções didáticas-metodológicas-avaliativas, sobre a utilização de espaços não formais como ambientes educativos, com docentes de Física da Educação Básica pública do município de Barreiras.	2022
Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias	Frankle Gabriel de Oliveira Souza	Física em comunidades escolares do município de Barreiras: mediações educativas utilizando Objetos de Aprendizagem.	2022
Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias	Priscila Santos Ramos	A Geometria do Cerrado	2022
Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias	Márcio Inomata Campos	Desvendando a propriedade intelectual e a inovação tecnológica para estudantes do Ensino Médio	2022

Unidade Proponente da Extensão	Responsável	Título	Ano
Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias	Dennis Coelho Cruz	Identificação e Mapeamento de Imóveis Irregulares na Cidade de Barreiras: Alvará e Habite-se, Cadastro Imobiliário e Matrícula.	2022
Centro das Humanidades	Paulo Roberto Baqueiro Brandão	Cooperação Comunidade-Universidade para a implementação de um sistema de trilhas interpretativas do patrimônio-territorial no Povoado de Penedo - São Desidério	2022
Centro das Humanidades	Napoliana Pereira Santana	Quilombando: estágio de vivência em comunidades quilombolas do Território Velho Chico - V Edição. Barra, Lapa e Paratinga	2022
Centro das Humanidades	Andrea Santana Leone de Souza	Plantão COJUR: Atendimento e consultoria Jurídica em Direito Civil e Direito Administrativo	2022
Centro das Humanidades	Valney Dias Rigonato	Ecos da Educação Ambiental: Riachão das Neves	2022
Centro das Humanidades	Andrea Santana Leone de Souza	Semana de Cuidado e Atenção ao Idoso	2022
Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias - Núcleo de Química	Cristine Elizabeth Alvarenga Carneiro	De meninas às mulheres: Perspectivas, visões e ações Científicas.	2022
Superintendência de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Regional.	Erick Samuel Rojas Cajavilca	Programa MAI/DAI Para Inovação e o Fortalecimento das Relações Universidade-Empresa no Oeste da Bahia.	2022
Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias	Edward Ferraz de Almeida Junior	Caminhão das Ciências visa popularizar a ciência no Oeste baiano. Com atividades de ciência e tecnologia no cotidiano. Possui planetário de astronomia, “Robótica de Garagem”, experimentos de Física, Química, Biologia e Matemática, o público é envolvido nas atividades que são realizadas por professores e estudantes da UFOB.	2019

Fonte: PROEC/UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

5.7.4 A Superintendência de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Regional (SITDR)

Na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), a Superintendência de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Regional (SITDR) talvez seja o setor de maior identidade com as questões regionais. Essa Superintendência tem a responsabilidade de fornecer assessoria, apoio institucional e regulamentar ações de tecnologia, desenvolvimento e inovação no âmbito da Universidade. Ela foi criada para conformar a universidade às exigências da Lei da Inovação, (Lei 10973/2004, Lei 13243/2016, Decreto 9283/2018) (SITDR, 2022).

A estrutura organizacional da SITDR possui quatro núcleos que direcionam e materializam a sua atuação: (1) Núcleo do Ecossistema Local de Inovação (NELI); (2) Núcleo de Propriedade

Intelectual e Transferência de Tecnologia (NPITT); (3) Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) e o (4) Núcleo de Tecnologias Sociais (NTS). Segundo o superintendente Erick Samuel Rojas Cajavilca, os maiores desafios da SITDR são implementar a política de inovação da UFOB e fomentar o desenvolvimento regional. Para tanto, seus núcleos devem trabalhar visando: (a) influenciar mais na vida das comunidades locais, (b) contribuir para redução da desigualdade social, (c) empoderar a agricultura familiar, (d) captar recursos, (e) conectar a multidisciplinaridade dos projetos, (f) criar uma rede de comunicação entre projetos na região oeste da Bahia e (g) implementar a política de inovação da UFOB.

De acordo com Cajavilca, para a concretização dos objetivos, foram estabelecidas três estratégias: (I) buscar disseminar o conhecimento de tecnologia, inovação e empreendedorismo para fortalecer o papel estratégico das políticas públicas para o desenvolvimento regional; (II) promover o desenvolvimento do ecossistema local de inovação em parceria com Instituições de Ciência e Tecnologias (ICT), incubadoras de empresas, aceleradoras, órgãos públicos, empresas de iniciativa privada e/ou público-privada, instituições do terceiro setor e demais organizações de ensino superior; (III) e estimular a criação e a mentoria para o acompanhamento de startups tecnológicas e sociais (SITDR / ROJAS, 2022).

O Quadro 15 apresenta os cursos na área de inovação, desenvolvidos e ofertados ao público interno e a comunidade regional pela SITDR.

Quadro 15 - Cursos de inovação desenvolvidos e ofertados SITDR/UFOB

Cursos	Objetivos
Avaliação de Maturidade Tecnológica	Permite identificar o grau de desenvolvimento de um determinado produto.
Solicitação de Registro de Produto Tecnológico	Ensina a proteger um determinado produto tecnológico por meio de seu registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), com vistas a patentear-lo.
Incubação de Projetos Inovadores ou Empresas de Base Tecnológicas	Desenvolver mentoria para projetos inovadores ou empresas de base tecnológica.
Incubação de Projetos Inovadores ou Empreendimentos de Base Social	Desenvolver mentoria para projetos inovadores ou empreendimentos de base social com instituições que atuam no terceiro setor.
Curso para Formação Complementar	Formação complementar em empreendedorismo, gestão da inovação, prospecção tecnológica, propriedade intelectual, transferência de tecnologia, impressora 3D, etc..
Impressão em 3D de Protótipos de Produtos, Equipamentos e Acessórios Inovadores	Confecção de protótipos de produtos, equipamentos e acessórios inovadores através da utilização de impressora 3D.
Certificação de Empresas Júniores	Orientação para constituição jurídica de empresas júniores, bem como a sua certificação perante à UFOB e ao Ecossistema Local de Inovação.

Fonte: SITDR/UFOB - (2022) - <https://ufob.edu.br/>

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Alguns projetos dessa superintendência se destacam na área de ciência e inovação para a comunidade regional, como o projeto do Núcleo do Ecossistema Local de Inovação (NELI), coordenado por Cristine E.A. Carneiro, aceito e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Processo: 439983/2018-5, sob título: De meninas às mulheres: Perspectivas, visões e ações científicas, que em resumo propõe:

As desigualdades de gênero dentro da ciência e tecnologia no oeste baiano ainda são muito acentuadas, na tentativa de extinguir essas diferenças esse projeto está propondo para meninas e mulheres, atividades de pesquisa, extensão e ensino para o Ensino Médio, graduação e para a sociedade. Nessa perspectiva, foram escolhidas cinco escolas, que se localizam na periferia de Barreiras, com alto índice de vulnerabilidade social para serem contempladas com o projeto. As ações serão implementadas visando a presença das meninas e mulheres nos campos das ciências exatas e tecnologia e para isso a proposta é trabalhar a multidisciplinaridade englobando os cursos de Química, Física e Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia. O projeto tem como objetivo inserir meninas e mulheres do Oeste da Bahia no mundo científico ligado a Pesquisa, Tecnologia e Educação. Esta proposta visa também consolidar os projetos de pesquisa e extensão, que já estão em andamento, e promover outros projetos que levem o desenvolvimento e a popularização da ciência na região incentivando a participação de meninas e mulheres (CNPq/UFOB, nº 31/2018, p.1-2).

Merece nota, ainda, o projeto do NELI / SITDR – Laboratório de Prototipagem Rápida, coordenado por Raphael C. Klein, aceito e financiado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano (SMDRU) - Processo: 59000.026425/2020-43, sob título: QuitandaLab - Laboratório Tecnológico de Prototipagem Rápida da UFOB (Figuras 41 e 42), que em resumo afirma que o:

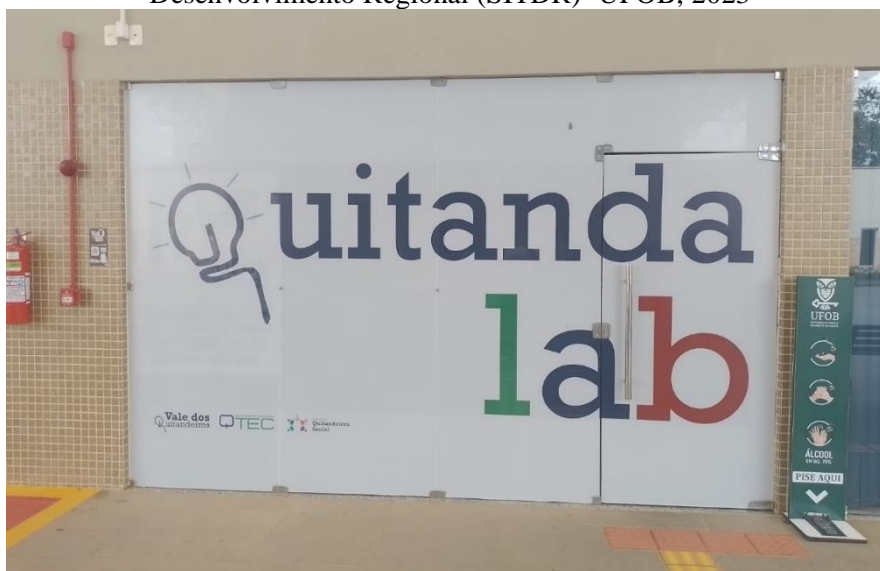
QuitandaLab é um laboratório de prototipagem rápida, sediado na UFOB, em Barreiras, voltado para inovação, tecnologias e desenvolvimento de projetos e protótipos. O objetivo do QuitandaLab é estimular e favorecer o compartilhamento de ideias e a produção cooperada, visando a solução de um problema local ou global. Trata-se de um laboratório tecnológico de uso compartilhado e multidisciplinar, aberto ao público interno e externo à universidade. O QuitandaLab está equipado com impressoras 3D para prototipagem rápida, que operam com diversos materiais de suporte, como polímeros rígidos, flexíveis, resistentes à temperatura e condutores, que podem ser utilizados para os mais diversos fins, seja para área da saúde, engenharia civil, geologia, biologia, engenharia de alimentos, química, agronomia, dentre outras áreas prioritárias do MCTI. (Edital - SITDR nº 01/2020, p.1-2).

Segundo Cajavilca, a SITDR, dentro do Programa MAI/DAI para Inovação e Fortalecimento das Relações Universidade-Empresa no Oeste da Bahia, no momento, mantém tratativas com duas empresas que atuam no mercado local: uma produtora agrícola e outra fabricante de defensivo agrícola, para desencadear as seguintes propostas:

1. Desenvolver a Cadeia Inteligente para a Produção de Banana, tornado a produção do alimento mais segura, utilizando instrumentos e software, adequados para o monitoramento do processo. O sistema viabilizará a produção de banana com qualidade alimentar e segurança ambiental, consequentemente viável à certificação, permitindo, desta forma, que as mesmas possam não só competir e abastecer o mercado interno como também mercado externo.

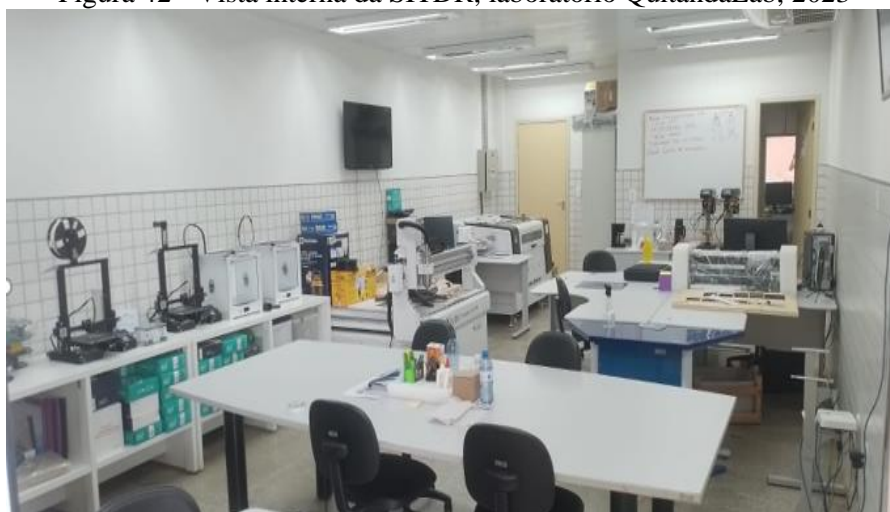
2. Desenvolver um produto biológico incentivando a bioeconomia da região e do país. O produto biológico gerado terá o potencial de melhorar a fertilidade do solo ou agir como um bionematicida permitindo que haja uma diminuição na aplicação de químicos. O novo produto deve possibilitar uma disponibilização mais eficiente de micronutrientes indispensáveis para o crescimento e desenvolvimento de plantas, se for destinado a aplicação via solo ou tenha ação de bionematicida (CNPq/UFOB, Nº 12/2020, p.2).

Figura 41 - Superintendência de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Regional (SITDR) -UFOB, 2023



Fonte: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Figura 42 - Vista interna da SITDR, laboratório QuitandaLab, 2023



Fonte: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

A exposição acerca dos convênios, das pesquisas e dos projetos de extensão da UFOB reafirmam que a universidade, mesmo não se definindo por meio dos seus documentos institucionais como intencionalmente comprometida com o desenvolvimento regional, busca atuar neste sentido. Os diversos trabalhos apresentados mostram uma evolução crescente da universidade, tendo em vista a maior interação com a Região Oeste da Bahia.

5.7.5 Contribuições diretas da UFOB, nos municípios com *campus*

Para melhor coletar indícios mais perceptíveis de contribuições advindas da inserção da UFOB na região, além das anteriormente discutidas, adotou-se, por recorte analítico, os cinco municípios nos quais a universidade implantou seus *campi*. Todavia, persiste a dificuldade, pela ausência de indicadores que pudessem demonstrar a evolução dos municípios no período 2014 a 2022; considerando que os dados existentes se referem ao último Censo Populacional, de 2010. Neste esforço, tomou-se como parâmetro quantitativo a massa salarial repassada anualmente pela UFOB nos municípios e a evolução do ensino superior apreendida pelo perfil do eleitorado municipal de Luís Eduardo Magalhães, Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Barra e Barreiras, no período de 2014 a 2022.

Como citado, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2019 – 2023) da UFOB apresenta como renda salarial bruta mensal dos servidores técnicos administrativos até R\$ 5.354,00 (cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais) e a dos docentes (mestres e doutores) até R\$ 8.277,00 (oito mil duzentos e setenta e sete reais) no ano de 2019. Dois informes são importantes: (1) que os salários dos servidores não sofreram alteração nos últimos seis anos e que, (2) desde 2018, em média, não houve variação significativa no efetivo de servidores da UFOB. Assim, para a economia de cada município com *Campus* UFOB, em função da massa salarial dos servidores da Universidade, em 2022, estima-se que houve um aporte total aproximado de R\$ 61.966.125,00 (sessenta e um milhões novecentos e sessenta e seis mil cento e vinte e cinco reais) na renda do conjunto dos cinco municípios em questão (Tabela 27).

Tabela 27 - Massa salarial aportada pela UFOB, 2022

<i>Campi</i>	Quantitativo	Salário (em R\$)	Meses	Total
Luís Eduardo Magalhães				3.417.648
TAE	12	5.354	13	835.224
CMS	24	8.277	13	2.582.424
Santa Maria da Vitória				3.664.453
TAE	14	5.354	13	974.428
CMS	25	8.277	13	2.690.025
Bom Jesus da Lapa				4.518.865
TAE	17	5.354	13	1.183.234
CMS	31	8.277	13	3.335.631
Barra				4.841.668
TAE	17	5.354	13	1.183.234
CMS	34	8.277	13	3.658.434
Barreiras				45.523.491
TAE	198	5.354	13	13.781.196
CMS	295	8.277	13	31.742.295
TOTAL				61.966.125

Fonte: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Na Tabela 28, apresenta-se o aporte na economia local realizado por *campus* UFOB, entre os anos de 2018 a 2022, devido à massa salarial dos servidores.

Tabela 28 - Massa salarial dos servidores da UFOB, 2018-2022

Município	Valor Anual	Total 2018-2022
Luís Eduardo Magalhães	3.417.648,00	17.088.240,00
Santa Maria da Vitória	3.664.453,00	18.322.265,00
Bom Jesus da Lapa	4.518.865,00	22.594.325,00
Barra	4.841.668,00	24.208.340,00
Barreiras	45.523.491,00	227.617.455,00
TOTAL	61.966.125,00	309.830.625,00

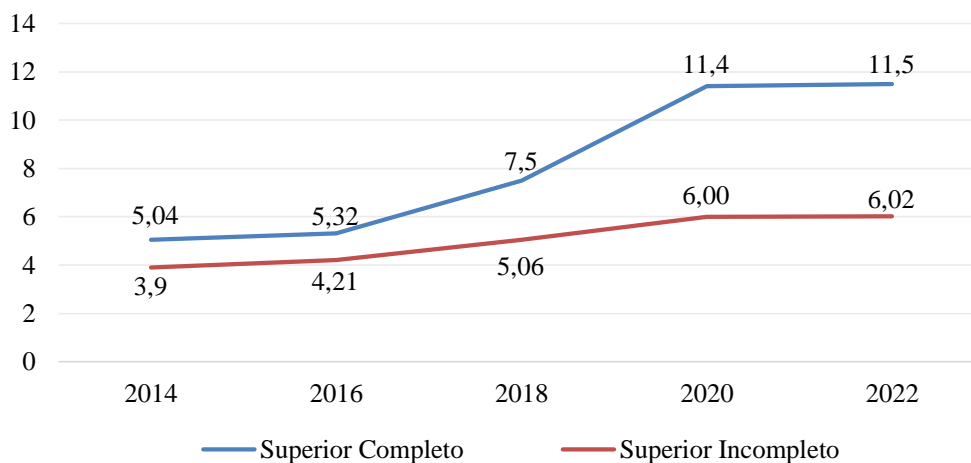
Fonte: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Os valores apresentados provenientes da massa salarial da comunidade universitária, em cada município em que foi implantado um *campus* da UFOB, bem como os aportes de outras despesas anteriormente discutidas, ratificam o impacto das contribuições da universidade para a economia local.

Em seguida, são apresentados os gráficos que traduzem o incremento no eleitorado da população local, no período de 2014 a 2022, de pessoas portadoras de diploma de nível superior ou nível superior incompleto. A escolha deste marcador, extraído dos dados do Tribunal Superior Eleitoral, constitui um informe qualitativo importante, pois representa pessoas que efetivamente foram inseridas na comunidade local pela assunção do domicílio eleitoral.

No colégio eleitoral de Luís Eduardo Magalhães que compreende 70.083 eleitores, entre 2014 a 2022, houve um incremento de 6,46 % de pessoas com nível superior e 2,12 % com nível superior incompleto (Gráfico 32).

Gráfico 32 - Incremento percentual ao eleitorado de Luís Eduardo Magalhães de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022

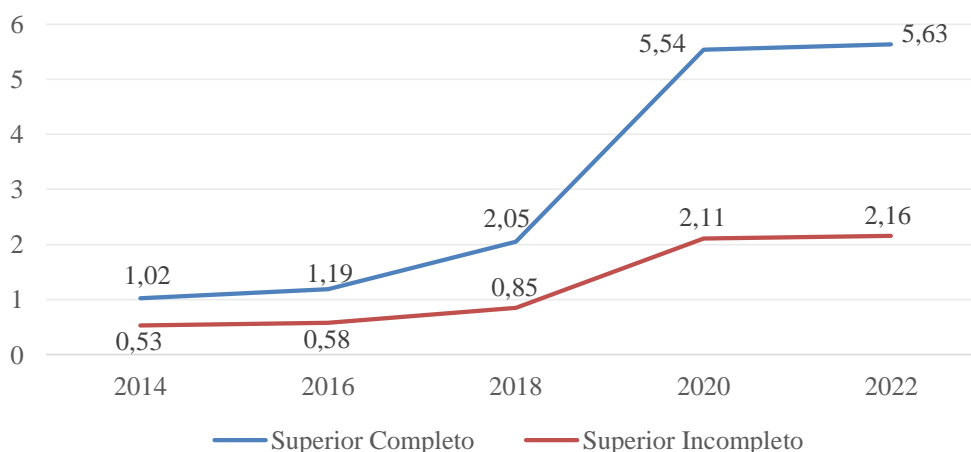


Fonte dos dados: TSE (2022).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Em Santa Maria da Vitória, que atualmente possui 31.679 eleitores, de 2014 a 2022, houve um crescimento de 4,61 % do nº pessoas com nível superior e 1,63 % com nível superior incompleto (Gráfico 33).

Gráfico 33 - Incremento percentual ao eleitorado de Santa Maria da Vitória de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022

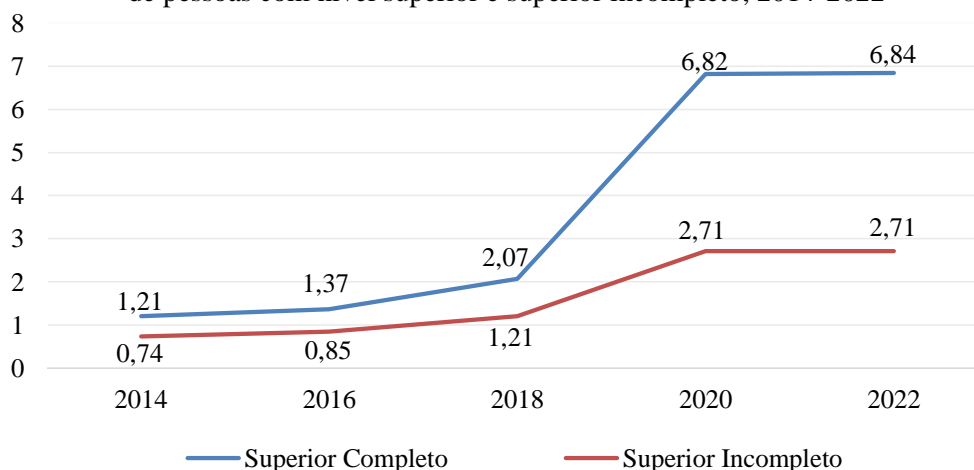


Fonte dos dados: TSE (2022).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Em Bom Jesus da Lapa, com eleitorado de 50.071 pessoas, no mesmo período em questão, houve um incremento de 5,63% de pessoas com nível superior e 1,97 % com nível superior incompleto (Gráfico 34).

Gráfico 34 - Incremento percentual ao eleitorado de Bom Jesus da Lapa de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022

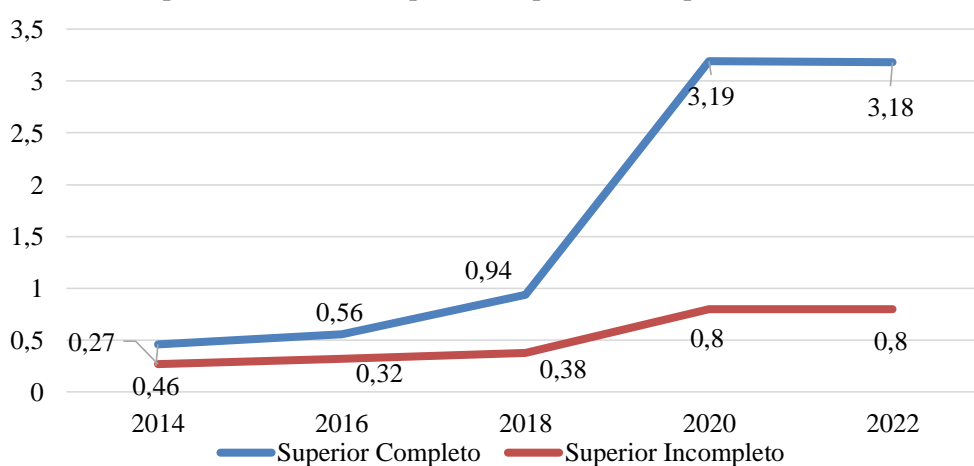


Fonte dos dados: TSE (2022).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Na Barra, onde votam 38.613 eleitores, nos últimos nove anos, elevou-se 2,72 % a parcela dessa população com nível superior e 0,53 % com nível superior incompleto (Gráfico 35).

Gráfico 35 - Incremento percentual ao eleitorado de Barra de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022

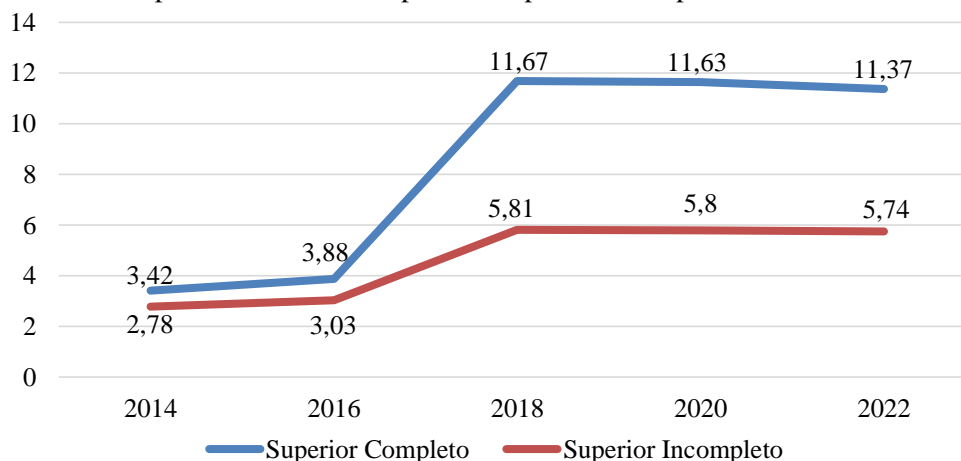


Fonte dos dados: TSE (2022).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Por fim, em Barreiras, que totaliza 102.834 votantes, o número de indivíduos desse contingente com nível superior cresceu 7,95 % e o conjunto daqueles com nível superior incompleto aumentou 2,96 % (Gráfico 36).

Gráfico 36 - Incremento percentual ao eleitorado de Barreiras de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022



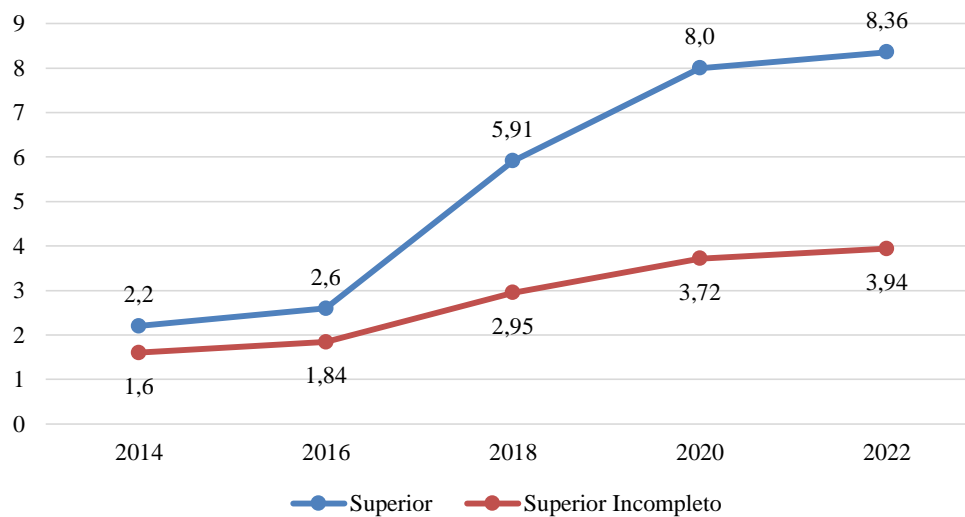
Fonte dos dados: TSE (2022).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

Da análise dos gráficos, observa-se que, no período entre 2014 a 2022, os cinco municípios nos quais foram implantados *campus* da UFOB apresentam crescimento no eleitorado de nível superior e superior incompleto. Considera-se que parcela significativa dessas pessoas são servidores da UFOB, alunos e egressos, que fixaram residência nos municípios e passaram a integrar a sua cidadania. O fato mostra que a inserção da universidade representa um ganho qualitativo, pois agrega massa crítica ao contexto social local e contribui para a difusão de conhecimento na região.

Em dados obtidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), têm-se que para o eleitorado brasileiro, em 2022, 11,2 p.p. possuem nível superior completo e 5,49 p.p. superior incompleto. Observa-se que Luís Eduardo Magalhães e Barreiras (Gráfico 32 e 36) estão com indicadores acima do nacional. Doutro modo, o Gráfico 37, com o eleitorado baiano, situa o estado abaixo do indicador nacional, no requisito eleitorado com nível superior 8,36p.p. e superior incompleto 3,94 p.p. Todavia, representa um crescimento expressivo para a Bahia, que passa de 2,2 p.p. em 2014, para 8,36 p.p. em 2022 do eleitorado com nível superior completo, fato que provavelmente reflete o processo de interiorização do ensino superior recente, que ocorreu no Estado.

Gráfico 37 - Incremento percentual ao eleitorado da Bahia de pessoas com nível superior e superior incompleto, 2014-2022



Fonte dos dados: TSE (2022).

Nota: elaboração própria do autor desta dissertação (2023).

5 CONCLUSÃO

No âmbito geral do trabalho, considerando o conjunto das discussões elaboradas, emerge a certeza que muito ainda falta ser feito para que o ensino superior no Brasil abarque as pessoas situadas nas camadas mais vulneráveis da sociedade. Para tanto a Universidade deve compreender o seu papel. Como detentora de saber privilegiado e capacidade técnica, assume importância relevante como articuladora dos diversos elementos que compõem o processo de desenvolvimento regional. Assim, a Universidade deve ser protagonista, instigando, provocando o debate, propondo alternativas, chamando para si a responsabilidade de articular governo–empresas-sociedade em busca do desenvolvimento do local onde está inserida.

A Universidade, enquanto vanguarda do saber e como instituição “antena” com o mundo, deve propor soluções inovadoras para o contexto regional e não apenas limitar-se às alternativas convencionais. Desta forma ela ganhará a credibilidade e a relevância necessária para conduzir o sistema regional de inovação e o desenvolvimento regional. Doutro modo, a Universidade não deve se distanciar dos valores socioculturais locais. Pois, do respeito ao local e a sua diversidade, a Universidade ganhará a proximidade e a intimidade necessária para conhecer os anseios nativos e seus potenciais. Não serão poucos os momentos em que a melhor alternativa de desenvolvimento será colhida no próprio seio da comunidade. Daqueles que conhecem “cada palmo desse chão”.

Porém ressalta-se que, como vimos e as evidências empíricas mostram existem grandes desafios para a integração cooperativa entre Universidade e desenvolvimento regional. As experiências retratadas, apontam que, mesmo quando as instituições de ensino superior se propõem a promover uma maior interação, visando o desenvolvimento regional, encontram dificuldades em suas próprias estruturas funcionais que não foram pensadas e constituídas tendo em vista a execução dessa tarefa.

Mesmo em meio às dificuldades, ao longo do trabalho foi possível verificar que um grande passo foi dado na direção da ampliação e melhoria do ensino superior público no país. A proposta do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que apesar das controvérsias apresentadas, se constituiu em um marco irreversível, pois plantou Instituições de Ensino Superior (IES) no interior de quase todos os Estados. Dentre as quais a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

Todavia, aferir o “peso” da contribuição da presença da UFOB no oeste baiano não se constitui uma tarefa fácil. Inicialmente, porque o Oeste ocupa quase um terço do território da Bahia, sendo maior que muitos países. Tem-se, ainda, que essa área de atuação foi ampliada pela

universidade com a criação do chamado Território de Identidade Acadêmica da UFOB. Ressalta-se que a região, de certo modo, permanece ainda em processo de ocupação e integração ao Estado, e que os revesses em sua história não permitiram que o território formasse uma identidade claramente definida, constituindo, assim, uma região diversa nos seus aspectos formativos históricos, políticos, econômicos, demográficos e culturais. Agrava o fato de se tratar de uma área de expansão da fronteira agrícola nacional, com sérias demandas sociais não resolvidas, que geram tensões e por vezes conflitos.

Cada município do oeste baiano traz consigo as marcas de suas tradições pretéritas longínquas e as deixadas pelas rápidas transformações recentes. Mudanças que decorrem da permanente inserção de novas tecnologias agrárias, que alteram o quadro da distribuição socioeconômica das municipalidades oestinas; das intervenções do poder público, abrindo novos caminhos de penetração no território com pontes, rodovias, ferrovia, etc., que modificam a paisagem local; das situações geradas pelas fortes correntes migratórias, que interferem quantitativa e culturalmente nas populações locais; e, ainda, as transformações geradas pelas incertezas de uma economia baseada em *commodities* agrícolas, que a faz dependente das oscilações de preços do mercado internacional. Em face ao exposto, pode-se inferir que as contribuições da UFOB se diluem no gigantismo e em meio à dinâmica do oeste baiano.

Ressalta-se que a presença da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) no território é recente. Mesmo considerando desde a implantação do ICADS pela UFBA, no ano de 2006, esse período se faz curto para uma avaliação abalizada das contribuições da Universidade para o desenvolvimento regional. Deve-se também atentar para o fato de que, nos últimos quatro anos, praticamente não houve por parte do Governo Federal significativo investimento na universidade, paralisando a implantação da sua infraestrutura física e diversas atividades acadêmicas. Neste período de escassez, a universidade se empenhou por tentar se manter em funcionamento com os poucos recursos de custeio. Associa-se a esta conjuntura a estagnação provocada pela pandemia da COVID-19, que, durante dois anos, em alguns momentos, inviabilizou ou desacelerou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade. Mas, de modo específico, quanto a Universidade Federal do Oeste Bahia (UFOB), a sua implantação na Região Oeste do Estado da Bahia, no antigo Além do São Francisco, área, ainda, pouco assistida pelo poder público e com profundas desigualdades, acena para os jovens da região a possibilidade de uma formação superior e, conseqüentemente, da melhoria de condições socioeconômicas. Pois, não se pode perder de vista o que propuseram Marshall e Schultz, que a formação educacional da população é a principal ferramenta para uma região libertar-se das amarras do atraso e encontrar o caminho do desenvolvimento. Esse é um sonho

com o qual as diversas instâncias da universidade têm o dever de contribuir para sua consecução.

Neste sentido, conhecer o território de implantação da UFOB, de onde provêm a maior parte dos estudantes, se impôs como premissa *sine qua non* para que se possa melhor atendê-los, bem como poder avaliar os possíveis impactos da universidade no território. Pois, é neste contexto que a UFOB se insere e encontra seu desafio de promover a integração universidade – sociedade, visando contribuir para o desenvolvimento regional. Relembrando a premissa de que a universidade deve ser da região e não apenas está na região.

Em uma visão mais abrangente, os *campi* da UFOB, a luz do pensamento de François Perroux, podem e devem ser compreendidos como polos de crescimento. Pois, cada *campus* deve reunir entorno de si o maior número de atividades capazes de impulsionar o crescimento local. O *campus*, enquanto polo, deve gerar conhecimento, inovação, capital humano; interagir com os atores econômicos, culturais, políticos e instituições locais; relacionar-se com organismos externos à região buscando articulações, que possam contribuir para o crescimento local. Para que, como ensina Perroux, os efeitos positivos advindos da implantação do polo (*campus*) possam ser disseminados no território, transformando crescimento em desenvolvimento regional.

Quanto à discussão, baseada nos documentos institucionais da UFOB, foi observado que o Estatuto assume um comprometimento institucional com as diferentes realidades regionais do oeste baiano. O Regimento Geral, porém, não trata o assunto de modo impositivo. Dispõe que, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), **“poder-se-ão constatar, a critério do Conselho Universitário, eixos [...] voltadas para o fortalecimento de saberes e comunidades tradicionais.”** (grifo nosso).

Na Proposta Político-Pedagógico Institucional (PPI, 2014), as diretrizes para extensão se aproximam em relação ao desenvolvimento regional, no entanto não se observa de modo claro uma maior intencionalidade de abraçar as questões de interesse regional. Parece-nos faltar, elementos objetivos, que definam um engajamento da universidade para com os desafios regionais. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2019 - 2023) apresenta uma rota na direção das questões do desenvolvimento regional, mas, logo, assume a postura convencional, dizendo: “mas sem perder de vista a perspectiva de atuação global”. A universidade comprometida com o desenvolvimento regional não perde de vista as ações globais. Pois compreende a importância do seu papel como canal de transferência da inovação que for produzida no mundo para o interior da região. Quanto aos PCC a inclusão de objetivos regionais

facilitaria a criação de pontes, que poderiam contribuir para melhor interação da universidade com a comunidade local, gerando maior difusão de conhecimento.

Quanto a injeção de recursos da UFOB na economia regional. Do programa de assistência estudantil, destaca-se o projeto de inclusão social denominado Território de Identidade Acadêmica da UFOB, que abrange 80 municípios baianos, alcançados pela ação afirmativa de vagas regional. A universidade transformou a política de transferência de recursos dos programas de assistência estudantil para alunos, em sua maioria oriundos das camadas economicamente mais vulneráveis da região, num desafio permanente atendendo em média 1366 alunos por ano. Valores que se constituem em aporte direto e são absorvidos na economia regional, na forma de aquisição de alimentos, aluguéis, transportes, lazer, vestuários, livros, dentre outros.

As Despesas com Pessoal da universidade ultrapassam as dos municípios de Santa Maria da Vitória e da Barra e equivalem à 81,6% em relação a de Bom Jesus da Lapa. A renda média mensal baiana de R\$ 1.581,00 (um mil quinhentos e oitenta e um reais), os salários dos TAE representam 3,4 vezes maior e dos docentes 5,2 vezes a média baiana. Valores que são de variadas formas integrados à economia regional.

A infraestrutura, sem dúvida, se constitui no maior gargalo da universidade. Mesmo, considerando os investimentos realizados pela UFBA, com recursos do REUNI, entre 2006 a 2014, a UFOB não consolidou sequer 10% de sua infraestrutura física necessária para o seu funcionamento. Estima-se que serão necessários, para que a estrutura física acompanhe o avanço das atividades acadêmicas, um investimento da ordem de R\$ 90,00 milhões em obras no quadriênio (2023 a 2026), somente para que a universidade desfaça as locações atuais e alcance 40% de sua infraestrutura necessária.

Os contratos de prestação de serviços da UFOB se destacam pelos valores envolvidos, bem como por representarem postos de trabalho terceirizados, elemento esse que possui forte capilaridade, na forma de salários, serviços e compras que reverberam movimentando a economia local.

No que se refere à geração de trabalho e renda, a inserção da UFOB, até 2022, possibilitou a criação de 667 postos de trabalho de servidores, absorvendo profissionais de elevado nível de qualificação. Agrega-se ainda, 193 colaboradores terceirizados, perfazendo 860 novos postos. Em relação à formação de capital humano para atender a demanda regional crescente, a UFOB contribui, conjuntamente com outras instituições de ensino superior públicas e privadas que atuam na região, com parcela significativa. Em dez/2021, a universidade possuía 4.630 alunos na graduação e 278 em pós-graduação. Entre 2014 a 2022, foram graduados 1.355 alunos.

Observa-se uma defasagem acentuada na quantidade de diplomados entre os *campi* Barra e Santa Maria da Vitória em relação a Bom Jesus da Lapa e Luís Eduardo Magalhães, fato que necessita maior aprofundamento por parte da universidade, para verificar suas causas.

Foram identificados cursos que diplomaram apenas vinte alunos ou menos, entre 2014 a 2022, são: Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Matemática Licenciatura, Química Licenciatura, Química Bacharelado, Física Licenciatura, Engenharia de Biotecnologia, Engenharia de Produção, Bacharelado Matemática, Física Bacharelado e História Bacharelado. Aqui vale rever o que ensina Christaller, no que se refere ao conceito de limiar, alcance e qualidade. Estes cursos carecem de um olhar cuidadoso da universidade, buscando diagnosticar as causas da baixa diplomação, aplicando possíveis correções.

Quanto à pós-graduação, a UFOB oferta 8 mestrados e 1 doutorado, que de modo geral são recentes. Até dezembro de 2022, haviam sido diplomados 149 mestres. Os mestrados da universidade foram identificados como tendo significativo viés regional. Assim, a pós-graduação têm produzido diversas dissertações que abordam aspectos da regionalidade com profundidade e terminam por se tornarem documentos de consulta para novos estudos

Quanto aos aportes do ponto de vista dos convênios de cooperação mútua, pesquisas, extensão e inovação. A universidade mantém alguns convênios de cooperação mútua com instituições públicas e privadas visando o desenvolvimento e inovação regional, que de modo geral se constituem ainda em um trabalho bastante tímido. A UFOB possui oficialmente 55 grupos de pesquisas, foram destacados apenas 11 grupos que atuam em pesquisas de interesse regional. O trabalho reporta algumas ações de extensão universitária desenvolvidas pela UFOB com perfil regional. Considerando a estrutura *multicampi* da universidade e o projeto de território de identidade acadêmica, esperava-se uma maior atuação no campo da extensão universitária.

A Superintendência de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Regional (SITDR) talvez seja o setor de maior identidade com as questões regionais. No entanto, a superintendência deve buscar maior integração com os diversos centros acadêmicos da universidade, de modo que possa ampliar sua atuação. Por sua vez, a SITDR, considerando a sua importância como principal canal de inovação da universidade, necessita de maior apoio institucional para consecução dos seus objetivos. Não se deve esquecer Schumpeter (1942): “no sistema econômico empresarial capitalista, a inovação assume função revolucionária”. Na educação não é diferente.

O recorte considerado de maior contribuição da universidade, refere-se aos cinco municípios onde estão os *campi* da UFOB. Em função do impacto da massa salarial dos servidores na economia local e pela valorização do capital humano, pois os cinco municípios apresentam

crescimento no eleitorado de nível superior e superior incompleto. Dado importante, pois são pessoas que fixaram residência nos municípios e passaram a integrar a sua cidadania.

Assim, após 16 anos, desde a criação do ICADS, a UFOB busca contribuir, ainda que de modo discreto e apesar das limitações internas apresentadas, com o desenvolvimento regional do oeste baiano. Salienta-se que as limitações, também decorreram do fato de que nos últimos anos os recursos para as universidades federais foram se tornando cada vez mais escassos. Verdade que a gestão federal, recém empossada, traz consigo novas perspectivas e reacende as possibilidades de implementação da universidade.

Sabe-se, porém, que a Universidade Federal do Oeste da Bahia nasceu desse gesto civilizatório de interiorização do ensino superior, que na Bahia foi preconizado por Boaventura. Gesto que se insere, também na conta de outros baianos ilustres que desde sempre defenderam uma educação de qualidade e inclusiva e, ainda, se contabiliza no esforço dos que no passado lutaram pela posse do território do Além do São Francisco, para que pudéssemos afirmar que o Oeste é da Bahia. Assim, tem-se a certeza que os continuadores honrarão o legado e concluirão a tarefa iniciada de implantar a UFOB.

Resta apontar a necessidade de trabalhos que discutam as formas de fixação dos servidores na região, com incentivos e financiamento para aquisição de moradias; a participação dos governos na implementação da infraestrutura regional, de modo a facilitar a implantação da Universidade; levantar potenciais parceiros entre instituições públicas e privadas que poderiam firmar projetos e programas com a Universidade de interesse regional; onde estão os egressos da universidade, como avaliam a sua formação acadêmica e a inserção no mercado de trabalho; dentre outros.

Portanto, espera-se que o trabalho ora apresentado, que discorre sobre universidade e desenvolvimento regional, focado nas contribuições iniciais da UFOB para o oeste baiano, em seus primeiros anos de implantação, mesmo com as limitações imposta pela dificuldade de obtenção de dados e as inerentes ao pesquisador, possa colaborar para outros estudos de maior relevância, que aprofundem a temática universidade e desenvolvimento regional, bem como as sobre as contribuições da UFOB para o desenvolvimento da Região Oeste da Bahia.

REFERÊNCIAS

- ABI-RAMIA, Jeanne. **A Revolução Pernambucana**. Cidadania/Brasil/História. nov. 2016. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11641-revolu%C3%A7%C3%A3o-pernambucana-de-1817>. Acesso em: 20 set. 2022.
- AGNEW, John A. **Place and politics: the geographical mediation of state and society**. Boston, 1987. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249871932_Agnew_JA_1987_Place_and_Politics_the_geographical_mediation_of_state_and_society. Acesso em: 15 mar. 2023.
- AGUIAR, Márcia Ângela da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 112, p. 707-727, nov. 2010. ISSN 1678-4626 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300004>. Acesso em: 9 abr. 2023.
- AIBA - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Anuário da safra do Oeste Baiano 2018/2019**. 2020, 78.p. Marca Studio Criativo. Disponível em: www.aiba.org.br. Acesso em: 20 mar. 2022.
- ALMEIDA, Thiago. **O dilema da inovação na Educação**. Rede Escola Hub, 2021. Disponível em: <https://educaretcbr.wordpress.com/2021/03/17/o-dilema-da-inovacao-na-educacao/>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: Estado X mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Editora Unimep, 2003.
- ANDRADE, A. C *et al.* **A universidade e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - UFC, 1980. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/simple-search?location=%2F&query=%281980%29.+A+universidade+e+o+desenvolvimento+regional.+Universidade+Federal+do+Cear%C3%A1+-+UFC%2C>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- ANDRADE, Victor Pimenta Martins de. **Cultivo da videira Itália (Vitis Vinifera L.) sob diferentes lâminas de irrigação e adubação alternativa no Vale do Submédio São Francisco**. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro/BA, 2015. 72.p. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/ppgea/pesquisa/publicacoes-1/arquivos/victor-pimenta-martins-de-andrade.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- ARAU, Juan Hortala. Una guía introductoria al estudio de la teoría económica espacial. *In*: ISARD, W. **Métodos de análisis regional**. Barcelona (Es): Ariel, 1971. p.VI - XXX.
- ARAÚJO, Carlos; FERREIRA, Edson Alves; PEREIRA, Edvaldo Joaquim. **Ibotirama e as canções de agosto**. São Paulo: SCT; Salvador: EGBA, 2002. 254p. Coleção Apoio. Disponível em: <https://blogcarlosaraujo.files.wordpress.com/2012/09/ibotirama-e-as-canc3a7c3b5es-de-agosto.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **A implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do Campus Universitário de Altamira**. 2011. Dissertação. (Mestrado em Educação) - UFPA, Belém, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/2790>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ARAÚJO, Mônica Barreto. **O ensino superior privado em Salvador: oferta e demanda - 1990 a 2002.** 2003. 177p. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica) - Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2003. Disponível em: <https://tede.unifacs.br/bitstream/tede/145/1/Dissertacao%20Monica%20Barreto%202003%20texto%20completo%20pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ASA - ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Jornal A Tarde**, 2010. Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/2013-08-de-marco-mulheres-do-polo-da-borborema-espalham-o-seu-grito-pelo-fim-da-violencia-e-em-defesa-da-agroecologia>. Acesso em: 05 dez. 2022.

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, Porto Alegre, v.31, n.90, 2017. p.77-87, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/rtK Fh mw4 MF6TPm7w H9HSpFK/?lang=pt#:~:text=Nesse%20sentido%2C%20se%20desenvolve%20uma,na%20sociedade%20atual%20essa>. Acesso em: 04 ago. 2022.

AZEVEDO, Thales de. **Os brasileiros: estudos de caráter nacional.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1981.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. [Portal institucional]. 2022. Disponível em: <http://www.transparencia.ba.gov.br/DadosSocioEconomicos/PIB>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Solos do Estado da Bahia.** 2001. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/inf_geoambientais/cartogramas/pdf/cartosolos.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Perfil financeiro dos municípios baianos 2001-2021**, Salvador, v.10, 2022. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_financeiro/perfil_financeiro_2001_2021.pdf. Acesso em: 11 mar. 2023.

BAHIA. Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA). **Portal Transparência Municípios.** Disponível em: <https://www.tcm.ba.gov.br/portal-transparencia-municipios/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. **A Guerra dos Coronéis: e os Garimpos na Chapada Diamantina.** 4. ed. Salvador: Copyrigh, 2019.

BARROS, Francisco de Borges. **Bandeirantes e sertanistas bahianos.** Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1920. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:barros-1920-bandeirantes>. Acesso em: 13 set. 2020.

BASTOS, Marcelo de Souza. **Inovação: o que pensam os grandes autores.** 2008. Disponível em: <https://marcelao.wordpress.com/2008/02/28/inovacao-o-que-pensam-os-grandes-autores/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BELAS, Ângela de Oliveira; ALVES, Luís André de Aguiar; MOTTA, Margarida. **Mudanças sociodemográficas recentes: Região Oeste.** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, 2000.

- BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAÚÍ, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008. 44 p. Disponível em: <https://www.repositoriobib.ufc.br/000000/0000001D.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- BELLINGIERI, Júlio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, Salvador, ano XIX, V. 2, n. 37, ago. p. 6 – 34, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4678>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BISNETO, José Pereira Mascarenhas; ARAÚJO, Fernanda Simões Braga. Espaços de promoção da cultura científica na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB): apontamentos para uma política institucional. **Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 16, n. 2, p. 207-221, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/3313>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BOAVENTURA, Edivaldo *et al.* Interiorização da educação superior no Estado da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**. Salvador, ano XVII, ed. esp., p. 653 – 670, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4029/2751>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, n. 13, p. 111 – 147, jun. 1996. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- BORGES, Maria Vanessa de Oliveira. **Olhos no globo, pés no chão: cooperação internacional e ensino superior**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – UNIFACS, Salvador, 2011.
- BOSI, Alfredo *et al.* **A presença da universidade pública**. São Paulo: USP, 2000. Disponível em: http://www.uel.br/cce/fisica/Sbpc_ld/unipub.html#carlos. Acesso em: 31 ago. 2022.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. Tendências e perspectivas das teorias locacionais no Capitalismo Contemporâneo. **GEOGRAFARES**, n. 6, p. 167 – 179, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1024> Acesso em: 17 ago. 2022.
- BRASIL. Banco Central. Taxa de poupança das famílias: uma análise para Brasil e regiões. Estudo Especial nº 107/2021. **Boletim Regional**, maio 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE107_Taxa_de_poupanca_das_familias.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Nº 11.530, de 18 março de 1915, reorganiza o Ensino Secundário e o Superior na República dos Estados Unidos do Brazil**. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,com%20as%20disposi%20%C3%A7%C3%A7%C3%A7](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,com%20as%20disposi%20%C3%A7%C3%A7%C3%A7%C3%A7). Acesso em: 15 set. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL2204/2011- Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOBA, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=518562>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 4082/1998 - Dispõe sobre a criação do Estado do Rio São Francisco**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/25621>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto Legislativo 355/2011 - Dispõe sobre a criação do Estado do Rio São Francisco**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/516103>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. [Site oficial]. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. Controladoria Geral da União (CGU). **Data de criação da Universidade e dos Campi - Pedido 23546031282202168**. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=23546031282202168>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. IBGE. **Barra**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barra/historico>. Acesso em: 08 jan. 2022.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019-Bahia**. Disponível em: <http://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?&t=resultado>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Rendimento de todas as fontes 2021**. 2022, 12.p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. [Portal IPEA]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Conselho Nacional de Educação - CNE. Câmara de Educação Superior – CES. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Plataforma 360° Universidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/universidade360>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Superior. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Superior. **Portaria Nº 107/2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/30000-uncategorised/18977-portaria>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Programa de expansão do sistema público federal de educação superior 2004/2006**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**. 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/giniba.def>Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.096 de abril de 2007, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm#:~:text=1o%20Fica%20instituido%20o,de%20recursos%20humanos%20existentes%20nas . Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **PNE 2001**. Brasília: UNESCO, 186.p. Disponível em: <http://mapeal.cipeec.org/wp-content/uploads/2014/07/Plano-Nacional-de-Educacao-2001.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Relatório TC: 014.856/2021-2 Secex Educação, Relator – Ministro Augusto Nardes**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/universidades-federais-tem-baixa-implementacao-de-novo-marco-de-ciencia-e-tecnologia.htm> Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. [Portal TSE]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Senado; CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. **Em prol da integridade do território de Pernambuco**. 1896. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221743>. Acesso em: 09 jan. 2022.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Von Thüinem e o abastecimento madeireiro de centros urbanos pré-industriais. **Rev. bras. estud. popul**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 405-427, jul.-dez. 2011. Ilus. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-611323>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpyo, 1939.

CASTRO, Íris Solange Pereira de et al. O papel da terceira missão em regiões periféricas: o caso do apoio da Universidade Federal do Pará ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (2009-2015). *In*: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula. **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D., 2018.

CAVALLI, Igor et al. **Fundamentos teóricos e morais dos fisiocratas**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2019, 19p. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/533/2019/05/FUNDAMENTOS_TE%20E%20RICOS_E_MORAIS_DOS_FISIOCRATAS_02_10.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

CHRISTENSEN, Clayton M. ; HORN, Michael B. ; STAKER, Heather. **Ensino híbrido: uma inovação disruptiva? uma introdução à teoria dos híbridos**. São Paulo: Clayton

Christensen Institute, maio 2013. Disponível em: https://www.pucpr.br/wp-content/uploads/2017/10/ensino-hibrido_uma-inovacao-disruptiva.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

CIDADE-BRASIL. **Dados estatísticos**. 2020. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o Mapa das Capitânicas Hereditárias. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v.21, p.11-45, jul.-dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/80840>. Acesso em: 08 jan. 2022.

COELHO, André Luiz Cardoso. A “velha” Geografia Econômica: Lösch Frente aos Demais Antecedentes da Modelagem. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XV, n. 27 jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.vb15i27.2743>. Acesso em: 17 set. 2022.

COENEN, L. The role of universities in the regional innovation systems of the North East of England and Scania, Sweden: providing missing links? *Environment and Planning C. Government and Policy*, v.25, n.6, p. 803-821, 2007. Disponível em: [https://file:///C:/Users/Usuar io/Downloads/coenen2007.pdf](https://file:///C:/Users/Usuar%20io/Downloads/coenen2007.pdf). Acesso em: 02 abr. 2023.

CUNHA, Luiz Antonio R. da. **Universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1983. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y6ww8>. Acesso em: 25 mar. 2023.

DALBERTO, Cassiano Ricardo; STADUTO, Jefferson A. Raimundo. Uma análise das economias de aglomeração e seus efeitos sobre os salários industriais brasileiros. **Revista Econ. Contemp.**, v.17, n. 3, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/XBSSGk7RPWgHky8ZdmZBdFQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DALLABRIDA, Valdir R. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

DELGADO, Juan Pedro Moreno; ALVES, Rodrigo Almeida. formação e reestruturação regional da bahia contemporânea: discutindo recortes geográficos e suas periodizações. *In: FONSECA, Antônio Ângelo Martins da et al. (org.). Dinâmica da reestruturação do espaço local e regional no Estado da Bahia*. 1. ed. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.flch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DIETRICH, Marcia; MAY, Paulo. Concepções sobre a inovação curriculares nas universidades. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU. DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA NO SÉCULO XXI*, 15., 2015, Mar del Plata, Argentina. **Anais** [...] dez. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30411734.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.

DINIZ, Clécio Campolina; CROCCO, Marco. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. *In: DINIZ, Clécio Campolina; CROCCO, Marco (org.). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.9 -31. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/bookchap/cdplivros/000005.htm>. Acesso em: 07 jul. 2022.

DURHAM, E. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: USP, 2003. Documento de Trabalho, n. 3/03. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupccess/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento**. Bogotá: Rede Latino Americana de Bibliotecas, 1995. Disponível em: <https://globalherit.hypotheses.org/casa-muss-amb-ike-espaco-de-museologia-informal/para-um-dialogo-com-a-museologia-informal-a-partir-do-sul/epistemologias-do-s>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. Expansão, interiorização e alterações nas universidades federais no contexto do desenvolvimentismo. *In*: FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de (orgs.). **Universidades públicas: mudanças, tensões e perspectivas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. p. 17-56.

FILHO, Zé. Desvendando os altos índices de produtividade do oeste baiano. **AIBA Rural**, n. 20, ano VII, 2 trim. 2021. Disponível em: <https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Revista-AIBA-Rural-Edicao-20.pdf> Acesso em: 17 jul. 2022.

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo. **O ambiente regional. Três décadas de economia gaúcha**, v.1. 2010. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume1/5/adelar-fochezatto.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da; SILVA, Ozana Rebouças; VIEIRA, Vanessa da Silva. Gênese e dinâmica do município de Luís Eduardo Magalhães /Bahia. *In*: FONSECA, Antônio Ângelo Martins da *et al.* (org.) **Dinâmica da reestruturação do espaço local e regional no Estado da Bahia**. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2010.

FRAGELLI, Carlos Alberto. **Projeth Estruturas 40 anos de tecnologia de ponta**. Curitiba, 2007. 14.p. Disponível em: http://file.alesc.sc.gov.br/documentos/legislativo/cpi_ponte_hercilioluz/idias/Volume%20081/Pag17183/PROJETH%20ESTRUTURAS.pdf Acesso em: 17 nov. 2022.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. A embriaguez mortífera do canto neoliberal da sereia pós-moderna capitalista. **Ciência & luta de classes digital**, ano II, v.3, n.4, 2016. Disponível em: <https://ceppes.org.br/revista/edicao-janeiro-de-2016-n-4-v-2-atual/a-embriaguez-mortifera-do-canto-neoliberal-da-sereia-pos-moderna-capitalista>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FREITAS, Cláudia M^a de; FELIX, Grasiely Andreza Cachoeira; MELO, Pedro Antônio de; SAURIN, Valter. Estudo das fontes de recursos e despesas por categorias econômicas das universidades federais brasileiras. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 5., 2005, Mar Del Plata. **Anais [...]** 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96982>. Acesso em: 28 mar. 2023.

FROTA, Mariângela Brum. **A extensão universitária como estratégia para o desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro**

Largo. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) - UFFS, Cerro Largo – RS, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1577/1/FROTA.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Escola de Economia de São Paulo. HOLLAND, Márcio (coord.). **Zona Franca de Manaus: impactos, efetividade e oportunidades**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes>. Acesso em: 17 mar. 2023.

FURTADO, Celso Monteiro. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1974. 121p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GARCIA, Renato et al. Efeitos da interação universidade-empresa sobre a inovação e o desenvolvimento regional. *In*: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula. (org.). **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D., 2018.

GIANOTTI, A. Financiamento da Universidade Pública. *In*: NUSSENZVEIG, H. Moysés (org.). **Repensando a Universidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/424957644/GOMES-P-C-C-O-conceito-de-regiao-e-sua-discussao-pdf#>. Acesso em: 14 mar. 2023.

HOFF, Débora Nayar; PEREIRA, Camila Amaral; PAULA, Luís Gustavo Nascimento de. O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional. **Redes**, v.22, n.1, jan. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5915>. Acesso em: 25 mar. 2023.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. [Portal institucional]. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br> Acesso em: 25 mar. 2023.

INSTITUTO SEMESP. **Mapas do Ensino Superior**. 11 ed. 2021. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/bahia/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. Índice de Gini. **Carta de Conjuntura**. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/indice-de-gini/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

IVO, Isnara Pereira. A conquista do sertão da Bahia no XVIII: mediação cultural e aventura de um preto forro no Império Português. *In*: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais** [...] 2005. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/napu_hnacion al /S. 23 / NA PUH.S23.1278.pdf. Acesso em: 03 jan. 2022.

JESUS, Cleiton Sila de; MARQUES JÚNIOR, Evânio. **Evolução recente dos indicadores sociais na Bahia**. Feira de Santana: UEFS, 2020. Disponível em: <http://www.dcis.uefs.br/arquivos/File/DiagnosticoBahia.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

JUNGES, Maria Dania. **Formosa do Rio Preto ontem e hoje**. Formosa do Rio Preto: Ed: Topbooks, 2012.

KAMPPFF, A. J. C.; RAMIREZ, R. E.; AMORIM, L. R. DE. A universidade enquanto (não)lugar: reflexões sobre fatores de engajamento e lugarização de estudantes. **Educação Por Escrito**, v. 9, n. 2, p. 347-360, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://revistas.eletronicas.pucrs.br/index.php/p/ porescrito/article/view/33128>. Acesso em: 28 set. 2022.

KELLER, P. Fernandes. Cluster. Distritos industriais e cooperação interfirmas: uma revisão da literatura. **Revista Economia e Gestão**, v. 8 n. 16, jan./abr. 2008. Disponível em: [http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/16Clusters %20,%20distritos%](http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/16Clusters%20,%20distritos%20). Acesso em: 03 ago. 2022.

KEMPTON, Louise. Solução milagrosa ou ouro de tolos? O papel das universidades nos sistemas regionais de inovação. In: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula. (org.). **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D., 2018. p. 53 – 82.

LAMEIRAS, Maria A. Parente; VASCONCELOS, Leonardo Siqueira. A evolução da população ocupada com nível superior no mercado de trabalho. **Carta Conjuntura**, n.41, 4º trim. 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9275/1/cc41_nt_evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ocupada.pdf . Acesso em: 07 fev. 2003.

LÉDA, Renato Leone Miranda. Formação e reestruturação regional da Bahia contemporânea: discutindo recortes geográficos e suas periodizações. In: FONSECA, António Ângelo Martins da *et al.* (org.). **Dinâmica da reestruturação do espaço local e regional no Estado da Bahia**. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda., 2010.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000974861>. Acesso em: 28 mar. 2023.

LEITE, Denise. Desafios para a inovação pedagógica na universidade do Século 21. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador: UNEB, v. 21, n. 38, p. 29-39, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/issue/view/37> Acesso em: 25 mar. 2023.

LEITE JÚNIOR, Aloisio Bezerra; STAHLKE, Luiz Silfredo. Evolução temporal da produção de soja no oeste da Bahia. **AIBA Rural**, n. 20, ano VII, 2 tri. 2021. Disponível em: <https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Revista-AIBA-Rural-Edicao-20.pdf> Acesso em: 17 jul. 2022.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia, a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contextos, 2005. p. 187-204. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/433/mod_resource/content2/LENCIONI-Regiao_e_geografia.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

LIMA, Kátia. Trabalho docente e formação profissional nas Universidades Federais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. esp., p. 313 – 321, ago. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321129115020.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

LISBOA, Severina Sarah. A importância dos conceitos da Geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. **Revista Ponto de Vista**, v.4, n.1, p.23-35, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/9746/537>. Acesso em: 14 mar. 2023.

- MACEDO, Horácio Cintra de Magalhães. A universidade num país periférico. **Em Aberto**, Brasília, ano 8, n.43, p.19 – 23, jul./set. 1989. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000617.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- MADIA, Francisco. **Oportunidades para a inovação, segundo Peter Drucker**. fev. 2021. Disponível em: <https://www.madiamundomarketing.com.br/oportunidades-para-a-inovacao-segundo-peter-drucker/>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- MANOEL, Valêncio. A teoria clássica e a antítese Keynesiana do pleno emprego. **Perspectiva sociológica**, ano 2, n. 3, maio-out. 2009. Disponível em: <https://pt.Scribd.com/document/238478943/A-Teoria-Classica-e-a-Antitese-Keynesiana-Do-Pleno-Emprego#>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- MARCHIORO, Luana Witeck; GUBERT, Denise; GUBERT, Veridiane. A Teoria dos polos de crescimento e desenvolvimento de Perroux, e a implantação na Zona Franca de Manaus na Região Norte do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v.16, n. 31, p. 186, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2091/pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- MARQUES, Antônio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do Ensino Superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012.
- MARQUES, Tiago. **Sobre o Projeto Formoso**. Agência Sertão, 2021. Disponível em: <https://agenciasertao.com.br/>. Acesso em: 02 dez. 2022.
- MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, ano 3, supl. 3, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2022.
- MASCARENHAS BISNETO, José Pereira Mascarenhas; ARAÚJO, Fernanda Simões Braga. Espaços de promoção da cultura científica na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB): apontamentos para uma política institucional. **Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 16, n. 2, p. 207-221, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/3313>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- MATTOS, Laura Valadão. Alfred Marshall, o capitalismo e sua utopia social. **Econ. Soc.**, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), v.3, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/ycr wQXRMCY7M3cHTLfsp9Gm/?Lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX uma província no Império**. Trad. Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1992.
- MORA, José-Ginés; SERRA, Maurício; VIERA, Maria José. O engajamento social como motor do desenvolvimento regional: a contribuição das universidades latino-americanas. In: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula. (org.). **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D., 2018.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. *In*: IPEA. **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20) Acesso em: 29 set. 2022.

NONATO, Raquel Sobral; SILVA, André Luís Nogueira da; SPINK, Peter Kevin. **O engajamento cívico da universidade: potencialidades e desafios a partir da experiência brasileira**. 2018. Disponível em: https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u83/wp_18.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; MORICONI, Palmira (coord.). **Manual de Oslo proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. 2004, Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462>. Acesso em: 25 mar. 2023.

OLIVEIRA, Júnia. 12/04/2021. Abandono Reuni: o sonho de expansão que virou pesadelo de R\$ 4 bi em universidades. **Estado de Minas – educação**. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/educacao/2021/04/12/internas_educacao,1255948/reuni-o-sonho-de-expansao-que-virou-pesadelo-de-r-4-bi-em-universidades.shtml. Acesso em: 15 nov. 2022.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. Formação Territorial do Oeste da Bahia: Um Estudo das Políticas Territoriais do Estado no Período 1889-1955. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014. Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Editora Letra1; Rebrageo, 2014. p. 1278-1292. Disponível em: <https://www.editora letra1.com.br/anais-congeio/arquivos/978-85-63800-17-6-p1278-1292.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha Informativa sobre COVID-19**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 09 ago. 2022.

PADIM, Dayton Fernando. **O trabalho intensificado e extensificado do professor gestor na Universidade Federal do Oeste da Bahia**. 2022. 307p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.Ufscar.br/handle/ufscar/16568>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PAVON, Paula Regina. **Alfred Marshall e a institucionalização da Escola de Economia**. 2006. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13348/1/HCS%20Paula%20Regina%20Pavon.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PEIXOTO, Maria Carmo Lacerda; PINTO, Jane Cristina da Silva. Construção do marco regulatório da educação superior brasileira. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 03, p. 845-865, nov. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/B5jkrWpfK4KQG3dVH7DvThk/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PIERSON, Donald. **O homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro Ministério do Interior. Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, 1972. t.1.

PINTO, Ana Cristina Cruz; MATOS, Maria Almerinda de Souza. O Ensino Superior no Brasil: uma digressão histórica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 02, v. 01, ed. 06, p. 387-402, set. 2017.

PLONSKY, Ary Guilherme. Inovação em transformação. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3Vmk8zqHbr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2022.

QUACQUARELLI SYMONDS UNIVERSITY RANKING. [Site oficial]. 2023. Disponível em: <https://www.topuniversiti.escom/university-rankings/latin-american-university-rankings/2023>. Acesso em: 25 mar. 2023.

QUEIROZ, Francisco Alves; SOUZA, Laumar Neves de. A Bahia não é só Salvador: uma análise do desenvolvimento econômico desigual no Estado. *In: SEMANA DE ECONOMIA DA UESB*, 18., 2019. **Anais [...]** 2019. Disponível em: <https://fcgba.com.br/revista/index.php/1/article/view/5>. Acesso em: 05 set. 2022.

RAMOS, Rui A. R; MENDES, José F. G. **Introdução às teorias da localização**: orientações recentes na localização industrial. Braga- Portugal: Universidade do Minho Departamento de Engenharia Civil, 2001.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauera da Bahia** – dos coronéis à vassoura de bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008, Disponível em: <http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais/aregiaocacaueraabahia.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2022.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. **Ensino superior e desenvolvimento regional**: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. Curitiba: Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2009. 22p. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/29>. Acesso em: 24 jul. 2022.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Universidade e desenvolvimento: ser da região x estar na região. *In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS*, 2010, Lisboa. **Anais [...]** 2010, 21p. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2383/1/CIEA727ROLIM%26SERRAUniversidade%20e%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade? **Texto para Discussão**, Campinas: IE/UNICAMP, n. 102, set. 2001. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1732/texto102.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SACHS, Jeffrey. D. The end of poverty: economic possibilities for our time. **Journal Blackwell Munksgaard and The American Dental Education Association, Eur J Dent Educ**, v.12, suppl.1, p.17–2117, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1600-0579.2007.00476.x>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SALOMON, Jean-Jacques. A morte e ressurreição do sistema capitalista: a propósito de Schumpeter. **Estudos Avançados**, v.5, n.13, 1991. Disponível em: <https://www.google.com/>

search?q=Morte+e+ressurrei%C3%o+capitalismo%3sito+de+Schumpeter+JEAN-JACQUES+SALOMON. Acesso em: 12 ago. 2022.

SANTANA, Antônio Marcos dos Santos. **As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lajes**: uma abordagem artística- estética, na preservação do patrimônio local. 2017. 47.p. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Artes Visuais, no Centro de Artes Humanidades e Letras) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017. Disponível em: [https://www2.ufrb.edu.br/artesvisuais/images/TCCs_-_Trabalhos de _Conclus% C3% A3o _decurso/tcc_2017/tcc_anto%cc%82nio_marcos_dos_santos_santana _as_rui%cc%81nas_da_escola_agr%C3%83cola_de_s%C3%A3o_bento_das_lajes_uma_abordagem_art%C3%83stica-est%C3%A9tica_na_preserva%C3%A7%C3%A3o_do_patrim%C3%B4nio_local_2017.pdf](https://www2.ufrb.edu.br/artesvisuais/images/TCCs_-_Trabalhos_de_Conclus%C3%A3o_decurso/tcc_2017/tcc_anto%cc%82nio_marcos_dos_santos_santana_as_rui%cc%81nas_da_escola_agr%C3%83cola_de_s%C3%A3o_bento_das_lajes_uma_abordagem_art%C3%83stica-est%C3%A9tica_na_preserva%C3%A7%C3%A3o_do_patrim%C3%B4nio_local_2017.pdf). Acesso em: 20 mar. 2023.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA DA AMÉRICA DO SUL*, 9., 2009, Florianópolis. **Anais [...]**, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicas%20recentes.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 nov. 2022.

SANTOS, Clóvis Caribé dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados –PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 2, p.384-416, out. 2016. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/802/454>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SANTOS, Flávio Antônio. **A recente interiorização da universidade pública e o desenvolvimento**: o caso da implantação do *campus* da Universidade Federal de Campina Grande em Suné - PB. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – UEPB, Campina Grande, 2012. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPBF457436bca3274012c0bf6db0e91ce45>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SANTOS, Lara do Carmo Pirajá; SANTOS, Tatiana David Domingues. As contribuições do modelo econômico de Albert Hirschman para a administração do desenvolvimento. **Cadernos de Aulas do LEA**, v. 1, n. 1, nov. 2012. Disponível em <https://periodicos.uesc.br/index.php/calea/article/view/2700>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SANTOS, Milton. **O Centro do Salvador**: estudo de geografia urbana. 2. ed. São Paulo: EDUSP; Salvador: EDUFBA, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004. 431p. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001410767>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SAULO, José dos Rocha. **A contribuição do egresso do Curso de Administração da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) ao desenvolvimento do Município de Feira de Santana**. Tese 285 f. (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador -UNIFACS, Salvador, 2014. Disponível em: <https://tede.unifacs.br/bitstream/tede/467/2/Tese%20Saulo%20Jos%c20dos%20Santos%20Rocha.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SCHMITZ, Ademar. **A inovação e o empreendedorismo na universidade**: um framework conceitual sistêmico para promover desenvolvimento socioeconômico regional e sustentabilidade institucional. 2017. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do

Conhecimento) – UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/10/Ademar-Schmitz-1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SELIGABARREIRAS. **Homenagem João de Germano**. 2022. Disponível em: <https://www.seligabarreiras.com.br/vereadora-carmelia-da-mata-homenageia-joao-de-germano/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRA, Maurício. ROLIM, Cássio. BASTOS, Ana Paula. **Universidade e a “mão visível” do Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: Ideia D., 2018.

SILVA, Silvio Bandeira de Melo. Teoria da localização e desenvolvimento regional. **Geografia**, Rio Claro (SP), v.1, n.2, p.1-24, out. 1976. Disponível em: <https://www.periodicos.-24rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteeo/article/view/14748/11378>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA, Danilo Freitas Ramalho da. **A Construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-13022006-161222/pt-br.php>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SILVA, José Augusto Alves da; SOUSA, Valéria Viana. “Sertão da Ressaca”: contribuições para a compreensão da sócio-história do Português Popular do Brasil. **Revista Tabuleiro das Letras**, n.6, Salvador, 2013. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Sert%C3%A3o+da+Ressaca+contribui%C3%+para+a+compreens%C3%cio-hist+do+Portugu%C3%AAs+Popular+do+Brasil>. Acesso em: 03 jan. 2022.

SILVA, Rafael Thalysson Costa. **Desenvolvimento regional e mercado de trabalho formal: uma análise para o Maranhão e suas regiões geográficas no período de 2000 a 2016**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 2019. Disponível em: <https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/2567>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SILVA, Cíntia Santos. **Dinâmicas locais dos municípios do Estado do Tocantins entre 2001 e 2019**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, 2021, 189p. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5343?mode=full>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SILVA, Elisama dos Santos da; BRASILEIRO, Robson Soares. A cidade de Barreiras enquanto polo de ensino superior na região do extremo oeste da Bahia: desafios e perspectivas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), v. 24, ed.7, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499438572>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SILVA, Flávia Guimarães Menezes. A interiorização das escolas médicas no Brasil e a influência no desenvolvimento econômico dos municípios. *In: SEMANA DE ANÁLISE REGIONAL E URBANA*, 2022, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UNIFACS, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/saru2022/574152-A-INTERIORIZACAO-DAS-ESCOLAS-MEDICAS-NO-BRASIL-E-A-INFLUENCIA-NO-DESENVOLVIMENTO-ECONOMICO-DOS-MUNICIPIOS>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SILVEIRA, Ana Paula. ROTHEN, José Carlos. SOUZA, Andreliza Cristina de. PASCHOALIN, Pamela Cristina Botiglieri. MARTINS, Priscila de Paulo Uliam. **Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais: Análise da Produção Acadêmica no Período de 2008 a 2017**. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP. v. 31, n.64/2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s14565>. Acesso em: 17 jul. 2022

SOUZA, Flávio Eliziario de; FREIESLEBEN, Mariane. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista FAE**, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 163 - 178, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/571>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SOUZA, Nali de Jesus de. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. **Perspectiva Econômica**, ano XVI, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/2391/De tails](http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/2391/De%20tails). Acesso em: 07 set. 2022.

SPÍNOLA, Noelio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: Editora Unifacs, 2003.

SPÍNOLA, Noelio Dantaslé. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX**. Editora Unifacs. Salvador, 2009.

SPÍNOLA, Noelio Dantaslé. **Por que perdemos o bonde da história**. Salvador: Editora Unifacs, [200?].

STALLIVIERI, Luciane. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil**. Caxias do Sul-RS: Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2007. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

SUAREZ, Carlos Abel. **L'Amérique que nous voulons**. [S.l.]: Ed. Flammarion, 2008. Disponível em: <https://fortaleceropsol.com.br/artigo/paul-jamais-esteve-a-altura-do-sonho-americano>. Acesso em: 17 set. 2022.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/79dH8ZkCPH9nQYpywpyxy3v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2022.

TEIXEIRA, Adriano Lopes Almeida. O lugar dos economistas clássicos na crítica da economia política de Marx: uma abordagem metodológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11., 2015, Vitória. **Anais** [...] set. 2015. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_adriano_lopes_almeida_teixeira_o-lugar-dos-economistas-classicos-na-critica-da-economia-politica-de-marx-uma-abordagem-metodologica_1.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

TEIXEIRA, Enise Barth; VITCEL, Sozio Martise; BEBER, Costa Marlise. Cooperação estratégica, redes de cooperação e desenvolvimento regional: o caso Unijuí/Sedai. **Desenvolvimento em Questão**, v.5, n.10, p.187 – 210, jul. 2007. Disponível em: [https://file:///C:/Users/Usuario/Downloads/149-Texto%20do%20artigo-549-1-10-20111020%20\(1\).pdf](https://file:///C:/Users/Usuario/Downloads/149-Texto%20do%20artigo-549-1-10-20111020%20(1).pdf). Acesso em: 15 jul. 2022.

TEIXEIRA, Marta Emília. **O impacto do REUNI sobre a gestão administrativa e financeira da Universidade de Brasília**. 2013. 81f. Dissertação (Mestrado em Economia) -

Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/14264>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TODARO, Michael. P. ; SMITH, Stephen. C. **Economic development**. [S.l.]: Pearson, 2015. Disponível em: <https://oeclasse.aaa.gr/eclasse/modules/document/file.php/AOA245/Economic%20Development%20-%20Todaro%20and%20Smith.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

TONEGUTTI, Claudio Antonio; MARTINEZ, Milena. O REUNI e a precarização nas IFES. **Universidade e Sociedade**, ano XVII, n. 41, p.51- 67, jan. 2008. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/b5ed67139a7e9fb481931fd5eabf2414_154784_1374.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023.

TREVIZAN, Edevânia. **Programa de apoio a planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI):** contextos, condicionantes e resultados de sua implementação. 2019. Tese (Doutorado em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191147>. Acesso em: 26 mar. 2023.

UBI - UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR. **R&I LOOP – shaping the way higher education institutions do research and innovation with and for societ**. 2021. Disponível em: <https://www.rcb-radiocovadabeira.pt/pag/84236>. Acesso em: 24 dez. 2022.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Comissão de implantação da UFOB é recebida com entusiasmo no oeste baiano**. Disponível em: <https://www.ufba.br/ufbaempauta/comiss%C3%A3o-de-implanta%C3%A7%C3%A3o-da-ufob-%C3%A9-recebida-com-entusaismo-no-oeste-baiano>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **ICADS forma primeira turma de seus quatro cursos em Barreiras**. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/icads-forma-primeira-turma-de-seus-quatro-cursos-em-barreiras. Acesso em: 12 jan. 2023.

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. [Site oficial]. Disponível em: http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=37 Acesso em: 12 jan. 2023.

UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA. **Estatuto da Universidade Federal do Oeste da Bahia**. 2108. Disponível em: https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/Estatuto_UFOB.pdf Acesso em: 25 ago. 2022.

UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA. **Proposta Político-Pedagógico Institucional**. 2014. Disponível em: https://ufob.edu.br/a-ufob/planos-e-projetos/Projeto_Pedaggico_Institucional_UFOB.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA. **Relatório de Gestão UFOB 2021**. 2021. Disponível em: <https://ufob.edu.br/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA. **Resolução CONEPE nº 009/2015**. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/resolucoes/2015/conepe> Acesso em: 12 jan. 2023.

UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA. **Resolução CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 002, de 22 de abril de 2021**. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/resolucoes/2021/cpecc/resolucao-cpecc->

002-2021-dispoe-sobre-normas-que-regulamentam-atividades-de-extensao-universitaria-ufob-pdf.pdf Acesso em: 12 jan. 2023.

UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA. **Sistema de dados abertos da UFOB**. Disponível em: <https://ufob.edu.br/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

UFPEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Universidade Engajada: o papel da universidade no ecossistema de inovação**. Jun. 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ccso/2021/05/26/universidade-engajada-o-papel-da-universidade-no-ecossistema-de-inovacao/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

UNB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Universidade engajada com a sustentabilidade**. jun. 2018. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/2317-universidade-engajada-com-a-sustentabilidade>. Acesso em: 25 ago. 2022.

UNIVASF - UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Univasf e universidade de East Anglia firmam acordo de cooperação internacional para realização do Projeto Sufica. 16. dez. 2019. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-e-universidade-de-east-anglia-firmam-acordo-de-cooperacao-internacional-para-realizacao-do-projeto-sufica>. Acesso em: 27 mar. 2023.

USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Universidade engajada com educação prisional**. set. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/download/144767/139001/288458>. Acesso em: 22 ago.2022.

VASCONCELLOS, Marco A.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998. Disponível em: <https://clea.edu.mx/biblioteca/files/original/2efe9359bb6643d5151ad5fee51ed752.pdf> . Acesso em: 25 mar. 2023.

VÁZQUEZ, B. Antonio. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, n. 11, p. 183-210, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28901109>. Acesso em: 17 set. 2022.

VIANA FILHO, Luís. **Bahia: o caminho do desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 1976. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/91406>. Acesso em: 16 nov. 2022.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/srrRFK6rcbj7gwW6GMVYVNHK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar.2023.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WANZINACK, Clovis; SIGNORELLI, Marcos Claudio. Expansão do Ensino Superior Federal e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral paranaense. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v.7, n. 2, p. 286-307, maio 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319331138014>. Acesso em: 27 set. 2022.

XAVIER, Thiago Reis; WITTMANN, Milton Luiz; INÁCIO, Raoni de Oliveira; KERN, Juliana. Desenvolvimento regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio

intermunicipal. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 1041-1066, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/L4vNPxh9nVbvdJtQbpnTmRy/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2022.